



**Ministério
da Educação**

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Florianópolis/março de 2014



**INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Henrique Paim

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Aléssio Trindade de Barros

CONSELHO SUPERIOR

Presidente:

Maria Clara Kaschny Schneider

Silvana Rosa Lisboa de Sá

CONSELHEIROS:

TITULARES	Representação	SUPLENTES
Antônio José Carradore	FIESC	Norberto Dias
Fabrcio de Souza Albino	NCST	Adauri Aduci Pereira
Anna Júlia Rodrigues	CUT	Aldoir José Kraemer
Alessandra Tagliari Caetano da Silva	FAESC	Kátia Simone Agapito Zanela
Sérgio Luiz Gargioni	FAPESC	Alba Terezinha Schlichting
Edna Corrêa Batistotti	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO	Rosângela Marcos Félix
Clodoaldo Machado	DOCENTE	Fernando Roberto Pereira
Marcos Araquem Scopel	DOCENTE	Hélio Ormeu Ribeiro
Cleverson Tabajara Vianna	DOCENTE	Carlos Eduardo de Oliveira Lara
Berenice da Silva Junkes	DOCENTE	Rafael Nilson Rodrigues
Aparecida Rocha Gonçalves	TAE	-
Delmar Moreira Coutrin	TAE	Ernesto Albrecht
Douglas Deni Alves	TAE	Viviane Patrícia Hermes Andrade
Eliana Cristina Bar	TAE	André Dala Possa
Erci Schoenfelder	DIRETOR DE CAMPUS	Marlon Vito Fontanive
Maria Bertília Oss Giacomelli	DIRETOR DE CAMPUS	Juarez Pontes
Telma Pires Pacheco de Amorim	DIRETOR DE CAMPUS	Sérgio Seitsi Uda
Raquel Matys Cardenuto	DIRETOR DE CAMPUS	Marcílio José da Cunha
Joana Alexandrina	DISCENTE	Carolini de Souza Pocovi
Emanuel Luiz Flores da Silva	DISCENTE	Zilmar de Souza Junior
Fernando Topal Ramthun	DISCENTE	Alexsandra Mayla Reguelim Schoenberger
Guerrando Palei Junior	DISCENTE	Rauzen Reis Arruez de Araujo
Dalton Luis Ventura	EGRESSOS	-
Cesar Norberto Rihl de Azambuja	EGRESSOS	-
Aléssio Trindade de Barros	MEC	Francisco José Montório Sobral

REITORIA DO IFSC

Reitora
Maria Clara Kaschny Schneider

Diretora Executiva
Silvana Rosa Lisboa de Sá

Pró-Reitora de Administração
Elisa Flemming Luz

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Andrei Zwetsch Cavalheiro

Pró-Reitora de Ensino
Daniela de Carvalho Carrelas

Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas
Golberi de Salvador Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Mário de Noronha Neto

DIRETORES-GERAIS DOS CÂMPUS

Diretor-Geral do Câmpus Araranguá
Olivier Allain

Diretor-Geral do Câmpus Caçador
Albertinho Della Giustina

Diretora-Geral do Câmpus Canoinhas
Maria Bertília Oss Giacomelli

Diretor-Geral do Câmpus Chapecó
Mauro Ceretta Moreira

Diretora-Geral do Câmpus Criciúma
Cedenir Buzanelo Spillere

Diretor-Geral do Câmpus Florianópolis
Maurício Gariba Júnior

Diretora-Geral do Câmpus Florianópolis - Continente
Nelda Plentz de Oliveira

Diretora-Geral do Câmpus Garopaba
Telma Pires Pacheco Amorim

Diretor-Geral do Câmpus Gaspar
Sérgio Seitsi Uda

Diretor-Geral do Câmpus Itajaí
Carlos Alberto Souza

Diretor-Geral do Câmpus Jaraguá do Sul
Erci Schoenfelder

Diretor-Geral do Câmpus Jaraguá do Sul – RAU
Marlon Vito Fontanive

Diretor-Geral do Câmpus Joinville
Maurício Martins Taques

Diretora-Geral do Câmpus Lages
Raquel Matys Cardenuto

Diretor-Geral do Câmpus Palhoça Bilíngue
Vilmar Silva

Diretor-Geral do Câmpus São Carlos
Juarez Pontes

Diretor-Geral do Câmpus São José
Marcílio Lourenço da Cunha

Diretor-Geral do Câmpus São Miguel do Oeste
Diego Albino Martins

Diretor-Geral do Câmpus Urupema
Marcos Roberto Dobler Stroschein

Diretora-Geral do Câmpus Xanxerê
Rosângela G. Padilha Coelho de Cruz

Diretora-Geral do Câmpus Tubarão
Rita de Cássia Flor

EXPEDIENTE

CONSOLIDAÇÃO

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Diretoria de Gestão do Conhecimento

AGRADECIMENTOS

A todos os servidores que integram o Instituto Federal de Santa Catarina, pelo fornecimento de dados e informações e efetiva contribuição no desenvolvimento do processo de elaboração do presente Relatório de Gestão.

A todos os integrantes da comunidade acadêmica e da comunidade externa, pela participação nos resultados alcançados durante o exercício de 2013.

MISSÃO:

DESENVOLVER E DIFUNDIR CONHECIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO, FORMANDO INDIVÍDUOS CAPACITADOS
PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E
DA PROFISSÃO.

VISÃO:

CONSOLIDAR-SE COMO CENTRO DE EXCELÊNCIA NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
ESTADO DE SANTA CATARINA.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU no 63/2010, Resoluções TCU n° 234/2010 e n°244/2011; Decisões Normativas TCU n°127//2013, n° 132/2013; Portaria n°175/2013 emitida pelo TCU e Portaria n°133/2013 emitida pela CGU.

Florianópolis, Março de 2014

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública
AGU – Advocacia-Geral da União
ANS – Ajustes de Níveis de Serviços
BAESA – Barra Grande Energética S.A.
CAPES – Coordenadoria de Financiamento de Pessoal de Nível Superior
CDP – Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas
CEFET-SC – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CEPE – Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão
CGU – Controladoria Geral da União
CGU-R-SC – Controladoria Geral da União – Regional Santa Catarina
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNAI – Cadastro Nacional de Avaliadores Imobiliários
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal
CONSUP – Conselho Superior do IFSC
CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CRECI – Conselho Regional dos Corretores de Imóveis
CS – Conselho Superior do IFSC
CSF – Ciência Sem Fronteiras
CTI – Comitê de Tecnologia da Informação
DACC – Departamento Acadêmico de Construção Civil
DBR – Declarações de Bens e Rendas
DE – Dedicção Exclusiva
DDR – Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de EPCT
DGC – Diretoria de Gestão do Conhecimento
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DINTER – Programa de Doutorado Interinstitucional
DIRCOM – Diretoria de Comunicação
DOF – Departamento de Orçamento e Finanças
DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
DTIC – Diretoria de Tecnologias da Informação e Comunicação
E-GOV – Governo Eletrônico
E-TEC – Educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância do Governo Federal
EAD – Ensino a Distância
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENERCAM – Campos Novos Energia S.A.
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPEAT – *Electronic Product Environmental Assessment Tool*
EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FAPESC – Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina
FAPEU – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FEESC – Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina
FIC – Formação Inicial e Continuada
FUNDEMA – Fundação Municipal do Meio Ambiente
GRU – Guia de Recolhimento da União
GT – Grupo de Trabalho
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICT – Instituição Científica e Tecnológica
IEA – Índice de Eficiência Acadêmica
IEDS – Instituto Excellence de Desenvolvimento Sustentável
IFC – Instituto Federal Catarinense
IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
IN – Instrução Normativa
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IR – Imposto de Renda
IRFE – Índice de Retenção do Fluxo Escolar
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
ISAAC – Sistema Acadêmico do IFSC
ISBN – *International Standard Book Number*
ISO – *International Organization for Standardization*
ITCD – Índice de Titulação do Corpo Docente
JIFSC – Jogos do Instituto Federal de Santa Catarina
Kwh – Quilowatt-hora
LED – Diodo Emissor de Luz
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAPNE – Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas
NCST – Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Santa Catarina
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
OCI – Órgão de Controle Interno
PAD – Procedimento Administrativo Disciplinar
PAD – Processo Administrativo Disciplinares
PAEVS – Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social
PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC – Prestação de Contas
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE – Pregão Eletrônico
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PGF – Procuradoria-Geral Federal
PhD – *Philosophy Doctor*
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PIPCIT – Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica e Inovação Tecnológica
PJ – Pessoa Jurídica
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
PPP – Parceria Público-Privada
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
PROCEL EPP – Programa de Eficiência Energética nos Prédios Públicos
PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPICIE – Programa de Cooperação Internacional para Intercâmbio de Estudantes do IFSC
PROPPI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PSAD – Plano Semestral de Atividade Docente
PSI – Política de Segurança da Informação
RA – Relatório de Auditoria
RAD – Relação Aluno/Docente
RCA – Relação Concluinte/ Aluno
RCV – Relação Candidato/Vaga
RDC – Regime Diferenciado de Contratações
RFB – Receita Federal do Brasil
RIA – Relação Ingresso / Aluno
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SAP – Sistema Integrado para Corporações
SECEX – Secretaria Executiva
SEENERGIA – Serviços Especializados de Engenharia S.A.
SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transportes
SEPEI – Seminário de Pesquisa, Extensão e Inovação
SESC – Serviço Social do Comércio
SEST – Serviço Social do Transportes
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIAUDI – Sistema de Auditoria Interna
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SICON – Sistema de Gestão de Contratos de Repasse
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SIG – Sistema Integrado de Gestão
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superiores
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPEC – Sistema De Pessoal Civil Da Administração Federal
SISAC – Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SNMP – *Simple Network Management Protocol*
SNCT – Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SPW – Sistema *Spiderware*
SRH – Secretaria de Recursos Humanos
SRP – Sistema de Registro de Preços
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TAE – Técnico-Administrativo em Educação
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UDESC -Universidade do Estado de Santa Catarina
UF – Unidade Federativa
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UG – Unidade Gestora
UG-E – Unidade Gestora Executora
UG-O – Unidade Gestora Orçamentária
UG-R – Unidade Gestora Responsável
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNAI – Unidade de Auditoria Interna
UO – Unidade Orçamentária
URL - *Uniform Resource Locator*
USP – Universidade de São Paulo
UTF-PR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VOIP - *Voice Over Internet Protocol*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do Gabinete da Reitoria.....	29
Figura 2 – Organograma da Pró-Reitoria de Administração.....	31
Figura 3– Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.....	33
Figura 4 – Organograma da Pró-Reitoria de Ensino.....	35
Figura 5 – Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.....	37
Figura 6 – Organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas.....	39
Figura 7 – Presença do IFSC no Estado Catarinense.....	41
Figura 8 – Planejamento Institucional 2013/2014.....	47
Figura 9 – Estrutura de Governança.....	92
Figura 10 – Organograma da Reitoria.....	183
Figura 11 – Tipos de contato com a Ouvidoria.....	193
Figura 12 – Setores envolvidos com a Ouvidoria.....	193
Figura 13 – Síntese dos dados da Extensão no IFSC.....	211
Figura 14 – Grupos de Pesquisa.....	213
Figura 15 – Projetos de Pesquisa.....	213

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Consolidado.....	23
Quadro 2 – Principais parceiros do IFSC.....	45
Quadro 3 – Macroprojetos Institucionais.....	49
Quadro 4 – Ação 0005.....	64
Quadro 5 – Ação 00G5.....	65
Quadro 6 – Ação 00M0.....	66
Quadro 7- Ação 0181.....	67
Quadro 8 – Ação 0716.....	68
Quadro 9 – Ação 09HB.....	69
Quadro 10 – Ação 20TP.....	70
Quadro 11 – Ação 2004.....	71
Quadro 12 – Ação 2010.....	72
Quadro 13– Ação 2011.....	73
Quadro 14 – Ação 2012.....	74
Quadro 15– Ação 4572.....	75
Quadro 16 – Ação 20RG.....	76
Quadro 17 – Ação 20RL.....	77
Quadro 18 – Ação 2994.....	78
Quadro 19 – Ação 6358.....	79
Quadro 20 – Ação 6380.....	80
Quadro 21 – Ação 20RJ.....	81
Quadro 22 – Ação 1H10.....	82
Quadro 23 – Ação 20CW.....	83
Quadro 24 – Ação 2992.....	84
Quadro 25 – Ação 6301.....	85
Quadro 26 – Ação 8650.....	86
Quadro 27 – Obras do IFSC 2013.....	90
Quadro 28 – Avaliação dos controles internos da UJ.....	95
Quadro 29 – Programação das Despesas.....	97
Quadro 30 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	98
Quadro 31 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	99
Quadro 32 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ.....	100
Quadro 33 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	101
Quadro 34 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.....	102
Quadro 35- Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação.....	103
Quadro 36 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	104
Quadro 37 – Movimentação e os saldos de restos a pagar.....	106
Quadro 38 – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	107
Quadro 39 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	108
Quadro 40 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	109
Quadro 41 – Força de Trabalho da UJ.....	110
Quadro 42 – Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada.....	111
Quadro 43 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....	112
Quadro 44 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária.....	112
Quadro 45 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade.....	113
Quadro 46 – Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	114
Quadro 47 – Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	115
Quadro 48 – Instituidores de Pensão.....	115

Quadro 49 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	116
Quadro 50 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	116
Quadro 51 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	117
Quadro 52 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	117
Quadro 53 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	119
Quadro 54 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	122
Quadro 55 – Composição do Quadro de estagiários do IFSC.....	123
Quadro 56 – Quantitativo de veículos do IFSC.....	124
Quadro 57 – Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos.....	124
Quadro 58 - Idade média da frota, por grupo de veículos.....	125
Quadro 59 – Custos de manutenção da frota.....	125
Quadro 60 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	127
Quadro 61 – Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	129
Quadro 62 – Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros.....	130
Quadro 63 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	132
Quadro 64 – Gestão ambiental e licitações Sustentáveis.....	135
Quadro 65 – Consumo de papel, energia elétrica e água.....	139
Quadro 66 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 1.....	140
Quadro 67 – Acórdãos TCU que não geraram recomendações ao IFSC – ano 2013.....	146
Quadro 68 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 1.....	147
Quadro 69 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 1.....	177
Quadro 70 – Equipe de Auditores do IFSC.....	184
Quadro 71 – Auditorias Internas Realizadas no Exercício 2013.....	187
Quadro 72 – Recursos auditados.....	188
Quadro 73 – Monitoramento das auditorias.....	188
Quadro 74 – Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	190
Quadro 75 – Acervo Bibliográfico do IFSC.....	207
Quadro 76 – Oferta formativa do IFSC.....	208
Quadro 77 – Ofertas Pronatec.....	209
Quadro 78 – Dados Programa Mulheres Mil.....	210
Quadro 79 – Dados da Extensão no IFSC.....	211
Quadro 80- Oferta de bolsas de Pesquisas.....	212
Quadro 81- Grupos e Projetos de Pesquisa por câmpus.....	212
Quadro 82 – Ações afirmativas.....	214
Quadro 83 – Assistência Estudantil no IFSC.....	216
Quadro 84 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU nº 2.267/2005.....	218
Quadro 85 – Renda per Capita Familiar.....	218
Quadro 86 – Terminologia para indicadores.....	222
Quadro 87 – Pessoas com Necessidades Específicas.....	225
Quadro 88 – Faixa Etária.....	225
Quadro 89 – Gênero.....	226
Quadro 90 – Raça Autodeclarada.....	226
Quadro 91 – Ocupação Principal.....	226
Quadro 92 – Procedência Domiciliar.....	227
Quadro 93 – Procedência escolar.....	227
Quadro 94 – Projetos de Pesquisa desenvolvidos com as Fundações de Apoio - FAPEU.....	229
Quadro 95 – Projetos de Pesquisa desenvolvidos com as Fundações de Apoio - FEESC.....	231
Quadro 96 – Instrumento contratual - FAPEU.....	231
Quadro 97 – Instrumento contratual - FEESC.....	233
Quadro 98 – Contratos de locação vigentes.....	234

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	13
LISTA DE QUADROS.....	14
INTRODUÇÃO.....	21
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.....	22
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	22
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	23
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	25
1.3.1 Estrutura Organizacional do IFSC.....	25
1.3.2 A Presença do IFSC no Estado.....	41
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	42
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	43
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	46
2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....	46
2.1.1 Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade.....	46
2.1.2 Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais, normativas e com o PPA.....	50
2.1.3 Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.....	50
2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	63
2.2.1 – Programa temático.....	63
2.2.2 – Objetivo.....	63
2.2.3 - Ação.....	64
2.2.3.1 Ações – OFSS.....	64
2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS.....	82
2.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI.....	86
2.2.3.5 Análise Situacional.....	87
2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO.....	90
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	92
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	92
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	94
3.2.1 Análise Crítica.....	95
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	96
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	96
3.6 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS.....	96
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	97
4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....	97
4.1.1 Programação.....	97
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	98
4.1.3 Realização da Despesa.....	99
4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	99
4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.....	100
4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	101
4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ.....	102
4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	103

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	104
4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa	105
4.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	105
4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	106
4.3.1 Análise Crítica	106
4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	106
4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	106
4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	106
4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	106
4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	107
4.4.5 Análise Crítica	107
4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS	107
4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	107
4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	107
4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	107
4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	109
4.5.5 Análise Crítica	109
4.6 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ	110
4.7 GESTÃO DE PRECATÓRIOS	110
5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	110
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	110
5.1.1.1 Lotação	110
5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	111
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	112
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções	112
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	112
5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	113
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	114
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	115
5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	115
5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	115
5.1.5 Cadastramento no Sisac	116
5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	116
5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU	116
5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	117
5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	117
5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	117
5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	118
5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	118
5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	118

5.2.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	118
5.2.4	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	120
5.2.5	Análise Crítica.....	122
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	123
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	123
6.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	123
6.1.1	Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.....	123
6.1.2	Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:.....	123
6.1.3	Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional, etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:.....	124
6.1.4	Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos.....	124
6.1.5	Idade média da frota, por grupo de veículos:.....	125
6.1.6	Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).....	125
6.1.7	Plano de substituição da frota:.....	125
6.1.8	Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:.....	125
6.1.9	Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.....	125
6.10	FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES A SERVIÇO DA UJ, MAS CONTRATADA DE TERCEIROS.....	126
6.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	126
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	126
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	128
6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	130
6.2.4	Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros.....	130
7	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	130
7.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	130
8	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	132
8.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	132
8.1.1	Gestão ambiental nos câmpus do IFSC.....	135
8.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	138
9.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	140
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	140
9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	145
9.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	146
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	146
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	177
9.3	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA... 183	183
9.3.1	Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ.....	183
9.3.2	Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações.....	184
9.3.3	Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência.....	188
9.3.4	Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna.....	189
9.3.5	Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos	

resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.....	189
9.3.6 Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações.....	189
9.3.7 Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.....	190
9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	190
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	190
9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações.....	190
9.5 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO.....	190
9.6 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....	191
10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	192
10.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA FINS DE SOLICITAÇÕES, RECLAMAÇÕES, DENÚNCIAS, SUGESTÕES, ETC, CONTEMPLANDO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTATÍSTICAS SOBRE O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS.....	192
10.2 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS USUÁRIOS OU CLIENTES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE.	193
10.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE EVENTUAIS PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS COM CIDADÃOS EM GERAL, SEGMENTOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE OU USUÁRIOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE.....	194
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	194
11.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	194
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	194
11.2.1 Declaração Plena.....	195
11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008.....	195
11.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976.....	195
11.5 RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	195
12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	195
12.1 GESTÃO INSTITUCIONAL.....	195
12.1.1 Administração.....	195
12.1.2 Desenvolvimento Institucional.....	197
12.1.3 Ensino.....	199
12.1.4 Extensão e Relações Externas.....	200
12.1.5 Gabinete da Reitoria.....	203
12.1.6 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.....	204
12.2 DADOS ACADÊMICOS.....	207
12.2.1 Acervo bibliográfico.....	207
12.2.2 Oferta formativa do IFSC.....	208
12.2.3 Ofertas Pronatec.....	209
12.2.4 Programa Mulheres Mil.....	209
12.2.5 Extensão no IFSC.....	210
12.2.6 Oferta de bolsas de Pesquisa.....	211
12.2.7 Grupos e Projetos de Pesquisa por câmpus.....	212

12.2.8	Dados das Ações Afirmativas no IFSC.....	214
12.2.9	Assistência Estudantil.....	215
13	INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005.....	217
13.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DO IFSC.....	218
13.1.1	Contextualização do Cenário Institucional no Exercício 2013.....	218
13.1.2	Análise dos Indicadores de Gestão.....	219
13.1.2.1	Indicadores Acadêmicos.....	219
13.1.2.2	Indicadores Administrativos.....	220
13.1.2.3	Indicadores Socioeconômicos.....	220
13.1.2.4	Indicador de Gestão de Pessoas.....	220
13.1.4	Metodologia de Composição dos Indicadores.....	221
13.1.4.1	Terminologia.....	221
13.1.4.2	Memória de Cálculo dos Indicadores de Gestão – Exercício 2013.....	222
14	INDICADORES SOCIAIS DOS DISCENTES.....	224
14.1	PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS – ALUNOS MATRICULADOS.....	225
14.2	FAIXA ETÁRIA – ALUNOS MATRICULADOS.....	225
14.3	GÊNERO – ALUNOS MATRICULADOS.....	226
14.4	RAÇA AUTODECLARADA – ALUNOS INGRESSANTES.....	226
14.5	OCUPAÇÃO PRINCIPAL– ALUNOS INGRESSANTES.....	226
14.6	PROCEDÊNCIA DOMICILIAR– ALUNOS INGRESSANTES.....	227
14.7	PROCEDÊNCIA ESCOLAR– ALUNOS INGRESSANTES.....	227
14.8	ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS.....	227
15	RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO.....	229
16	RECOMENDAÇÕES DO ACÓRDÃO Nº 787/2010/TCU.....	234
17	VALORES GASTOS COM ALUGUEL DE IMÓVEIS PELO IFSC E A SUA COMPARAÇÃO COM OS VALORES PRATICADOS NO MERCADO.....	234

INTRODUÇÃO

O exercício de 2013 foi um período intenso, de muitos desafios, atividades, eventos e empenho de todas as unidades organizacionais para a consecução dos objetivos institucionais.

Dentre as muitas realizações do IFSC em 2013 merecem destaque o início da implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG), pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação; a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, pela Diretoria de Gestão do Conhecimento (DGC) e Secretaria-Executiva do PDI; a construção da Política de Comunicação do IFSC pela Diretoria de Comunicação; e a realização do maior concurso público do IFSC, organizado pelo Gabinete da Reitoria em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP). Tal concurso público resultou na contratação de 435 novos servidores, sendo 178 docentes e 257 técnico-administrativos.

Ao elaborar o Relatório de Gestão do exercício de 2013, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina organizou o conteúdo, em conformidade com a forma e conteúdos definidos na Instrução Normativa TCU nº63/2010, Instrução Normativa TCU nº72/2013, Resolução TCU nº234/2010, Resolução TCU nº244/2011, Decisão Normativa TCU nº127/2013, Portaria TCU nº175/2013, Portaria CGU nº133/2013 e Decisão Normativa TCU nº132/2013. Foram também utilizadas as orientações suplementares emitidas pela SPO/SE/MEC. O Relatório está estruturado em 17 capítulos, conforme as orientações do TCU.

Cabe ressaltar que, dentre os itens que constam do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº127/2013, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não foram constatadas ocorrências dos seguintes itens da Parte A (Conteúdo Geral): Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; renúncia de receitas; medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao erário e transferência de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

Já os itens demonstrados a seguir não se aplicam à UJ, apesar de constarem no Anexo II: 3.3 Remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal; 4.7 gestão de precatórios; 11.4 demonstrações contábeis previstas na Lei nº6.404/76 ou lei específica; 11.5 Demonstração da composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação.

Com a convicção dos esforços empenhados para o alcance contínuo dos melhores resultados, submetemos à apreciação dos órgãos de controle o Relatório de Gestão do exercício de 2013.

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Poder Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 000455
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			
Denominação Abreviada: Instituto Federal de Santa Catarina			
Código SIORG: 000455	Código LOA: 26438		Código SIAFI: 158516
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 11.402.887/0001-60	
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico			Código CNAE: 854
Telefones/Fax de contato:	(48)3877-9000	(48)3877-9001	(48)3877-9002
Endereço Eletrônico: reitoria@ifsc.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifsc.edu.br			
Endereço Postal: Rua 14 de Julho, nº150, coqueiros, CEP 88.075-010 – Florianópolis – SC			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
O IFSC foi criado mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – CEFET/SC, nos termos da Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008. Sua finalidade é dar formação e qualificação a profissionais de diversas áreas nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
A organização e funcionamento são disciplinados pelo seu Estatuto, aprovados pela Resolução N°28/CS/IFSC de 31 de agosto de 2009 e seu Regimento Geral aprovado pela Resolução nº54/2010/CS/IFSC de 05 de novembro de 2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
151712	IFSC Câmpus Araranguá		
151760	IFSC Câmpus Florianópolis		
151761	IFSC Câmpus São José		
151762	IFSC Câmpus Florianópolis Continente		
151763	IFSC Câmpus Joinville		
151764	IFSC Câmpus Jaraguá do Sul		
151765	IFSC Câmpus Chapecó		
152191	IFSC Câmpus Itajaí		
152192	IFSC Câmpus Canoinhas		
152193	IFSC Câmpus Criciúma		
152194	IFSC Câmpus Gaspar		
152195	IFSC Câmpus Lages		
152196	IFSC Câmpus Caçador		
152197	IFSC Câmpus Palhoça Bilingue		
152198	IFSC Câmpus Jaraguá do Sul – RAU		
152199	IFSC Câmpus Urupema		
152200	IFSC Câmpus Xanxerê		
152201	IFSC Câmpus São Miguel do Oeste		
152577	IFSC Câmpus Garopaba		
152578	IFSC Câmpus São Carlos		
152579	Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas		
152580	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação		
152581	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional		
152582	Pró-Reitoria de Ensino		
152583	Pró-Reitoria de Administração		

152598	Gabinete da Reitoria
152599	IF-SC Rede
152657	Fórum Mundial de EPT
152767	PRONATEC
154627	IFSC Câmpus Tubarão
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
158516	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26438	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158516	26438

Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Consolidado

Fonte: Diretoria de Gestão do Conhecimento/Diretoria de Administração

A execução orçamentária do IFSC é realizada de forma centralizada. Existe apenas uma Unidade Gestora Executora (UG-E) e os demais câmpus e pró-reitorias são Unidades Gestoras Responsáveis (UG-R).

Esta metodologia foi escolhida devido a três motivos: ausência de estrutura administrativa adequada nos câmpus; falta de histórico de controle orçamentário no IFSC; e principalmente, pela falta de diretrizes orçamentárias que definam padrões de execução, alocação de recursos, atendimento a programas institucionais e de governo, dentre outros, necessários para a eficiência do gasto público e identidade da rede de câmpus que compõem o IFSC na execução de sua atividade-fim.

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

Com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/SC foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Conforme o artigo 6º desta lei, o Instituto Federal tem por finalidades e características:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de

tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

O Estatuto do IFSC também determina sua finalidade no Capítulo II, Art.2º:

O IF-SC tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico 33 de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada (IFSC, Conselho Superior, 2009).

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em seu Art. 7 estabelece como objetivos dos Institutos Federais:

I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e VI – ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º. § 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação. § 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei (Brasil, 2008).

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

1.3.1 Estrutura Organizacional do IFSC

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Tem sede e foro em Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFSC é organizado em estrutura multicâmpus, com proposta orçamentária anual identificada por câmpus e reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

A estrutura básica organizacional do IFSC é composta por:

I – Órgãos Superiores da Administração:

- a) Conselho Superior, de caráter deliberativo e consultivo;
- b) Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo;

II – Órgão Executivo: Reitoria, composta pelo Reitor e cinco Pró-Reitores:

- 1. Pró-Reitoria de Ensino;
- 2. Pró-Reitoria de Administração;
- 3. Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas;
- 4. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- 5. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;

III – Órgãos de Assessoramento:

- a) Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas;
- b) Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV – Órgão de Controle: Auditoria Interna;

V – Procuradoria Federal;

VI – Diretorias Gerais dos câmpus;

VII – Ouvidoria.

Na sequência apresentam-se as estruturas que compõem a Reitoria e as Pró-Reitorias, com as principais competências de cada unidade organizacional.

Reitor – Compete ao Reitor:

- I. Representar o IF-SC;
- II. Implementar e desenvolver a política educacional e administrativa do IF-SC, de acordo

- com as diretrizes homologadas pelo Conselho Superior;
- III. Firmar acordos, convênios, contratos e ajustes;
 - IV. Expedir editais, resoluções, portarias e instruções normativas;
 - V. Admitir, empossar, exonerar, conceder aposentadoria e praticar demais atos relacionados com a vida funcional dos servidores;
 - VI. Criar condições para o aprimoramento do processo educativo;
 - VII. Apresentar anualmente à apreciação do Conselho Superior o planejamento e a proposta orçamentária;
 - VIII. Apresentar anualmente ao Conselho Superior Relatório de Gestão e Prestação de Contas, antes de encaminhá-los aos órgãos competentes;
 - IX. Zelar pela manutenção dos bens patrimoniais;
 - X. Promover o desenvolvimento dos servidores;
 - XI. Constituir comissões de assessoramento para auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições;
 - XII. Aprovar, *ad referendum* ao Conselho Superior, os casos excepcionais;
 - XIII. Nomear e empossar todos os ocupantes de cargos de direção e funções do pessoal do IF-SC;
 - XIV. Delegar a seu substituto legal, Pró-Reitores e Diretores Gerais dos *campi*, competência para realização de atos inerentes à administração;
 - XV. Conferir e assinar graus.

Diretoria Executiva – é o órgão de apoio ao Reitor em questões técnicas e administrativas. Ao seu titular compete:

- I. Orientar e acompanhar a execução das atividades técnicas e administrativas;
- II. Participar do planejamento, organização e aplicação dos concursos públicos;
- III. Coordenar a elaboração de respostas às solicitações emanadas dos órgãos do controle externo (CGU – Controladoria Geral da União e TCU – Tribunal de Contas da União), encaminhando aos setores responsáveis os assuntos apontados em seus relatórios de auditoria, bem como acompanhar a implementação das recomendações desses órgãos;
- IV. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;
- V. Promover ações visando a integração das atividades das pró-reitorias;
- VI. Acompanhar o processo de integração entre a reitoria e os *campi*;
- VII. Realizar outras atividades afins e correlatas.

Chefia de Gabinete – é órgão de apoio ao Reitor em questões administrativas e ao seu titular compete:

- I. Assistir o Reitor no seu relacionamento institucional e administrativo;
- II. Supervisionar os trabalhos da secretaria do Gabinete do Reitor;
- III. Preparar a correspondência oficial da Reitoria;
- IV. Coordenar o protocolo oficial da Reitoria;
- V. Participar de comissões designadas pelo Reitor;
- VI. Receber documentação submetida à Reitoria, preparando-a para assinatura do Reitor ou diligenciando os encaminhamentos necessários;
- VII. Organizar a agenda do Reitor;
- VIII. Organizar o conjunto normativo da Reitoria;
- IX. Supervisionar os eventos da Reitoria;

X. Recepcionar os visitantes do Gabinete do Reitor.

Ouvidoria – é órgão de apoio ao Reitor em assuntos de acompanhamento do processo pedagógico e administrativo e ao seu titular compete:

- I. Receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias, referentes ao desenvolvimento das atividades exercidas pelos servidores e discentes do IF-SC;
- II. Acompanhar as providências solicitadas às unidades organizacionais pertinentes, informando os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta;
- III. Identificar e interpretar o grau de satisfação dos usuários, com relação aos serviços públicos prestados;
- IV. Propor soluções e oferecer recomendações às instâncias pedagógicas e administrativas, quando julgar necessário, visando a melhoria dos serviços prestados, com relação às manifestações recebidas;
- V. Realizar, no âmbito de suas competências, ações para apurar a procedência das reclamações e denúncias, assim como eventuais responsabilidades, com vistas à necessidade ocasional de instauração de sindicâncias, auditorias e procedimentos administrativos pertinentes;
- VI. Requisitar fundamentadamente, e exclusivamente quando cabíveis, por meio formal, informações junto aos setores e às unidades da Instituição;
- VII. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área.

Auditoria Interna – órgão de apoio ao Reitor do IF-SC, supervisionada pelo Conselho Superior, compete:

- I. Analisar os procedimentos, rotinas e controles internos;
- II. Avaliar a eficiência, a eficácia e a economia na aplicação e utilização dos recursos públicos, de acordo com a legislação vigente;
- III. Examinar os registros contábeis quanto à sua adequação;
- IV. Assessorar a gestão no tocante às ações de controle;
- V. Orientar os diversos setores da Instituição, visando à eficiência e à eficácia dos controles para melhor racionalização de programas e atividades;
- VI. Prestar apoio dentro de suas especificidades, no âmbito do IF-SC, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU), respeitada a legislação pertinente;
- VII. Verificar a aplicação de normas, legislação vigente e diretrizes traçadas pela administração;
- VIII. Acompanhar o resultado final dos processos de sindicância e processos administrativos disciplinares, com vistas a subsidiar os órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal com as informações necessárias;
- IX. Supervisionar os serviços e trabalhos de Controle Interno nos *campi*;
- X. Assessorar os gestores do IF-SC na execução de programas de governo;
- XI. Verificar o desempenho da gestão da instituição, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos;
- XII. Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual do IF-SC e sobre as tomadas de contas especiais;
- XIII. Acompanhar a elaboração de respostas às solicitações da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU);

- XIV. Realizar auditorias internas periódicas na Reitoria e nos *campi*;
- XV. Elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna;
- XVI. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;
- XVII. Realizar outras atividades afins e correlatas.

Procuradoria – é órgão de apoio ao Reitor do IF-SC e ao Procurador-Chefe compete:

- I. Assistir o Reitor em questões referentes à legalidade dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados;
- II. Elaborar e apresentar parecer sobre processos de licitação;
- III. Emitir parecer sobre contratos e convênios;
- IV. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área.

Fonte: Regimento Geral do IFSC

Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/62-site/institucional-gabinete/13-regimento>

GABINETE IFSC

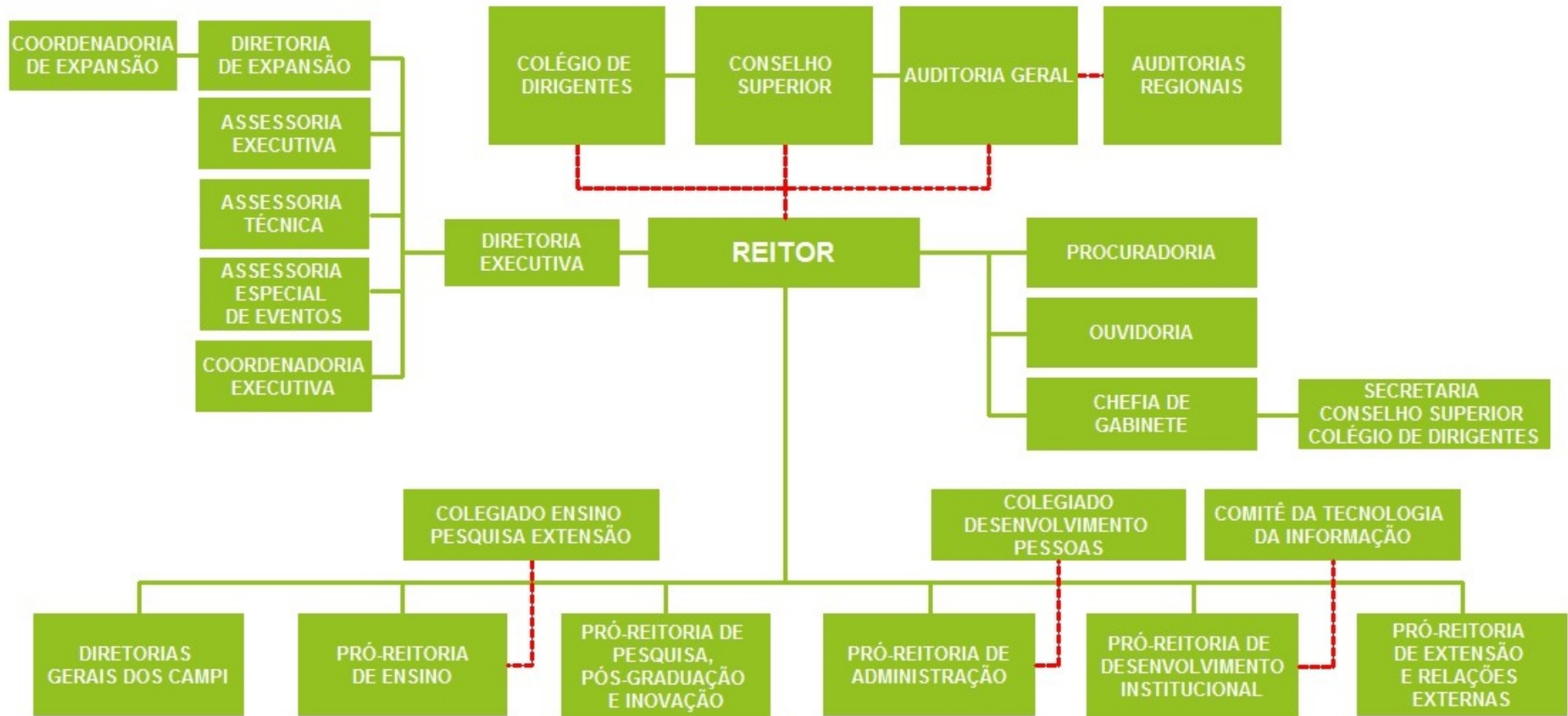


Figura 1 – Organograma do Gabinete da Reitoria

Fonte - Diretoria de Gestão do Conhecimento/Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

A **Pró-Reitoria de Administração** é dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor. Compete a esta Pró-Reitoria planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária, financeira e a gestão de pessoas do IFSC, executar o planejamento nos níveis tático e operacional, elaborar os projetos de infraestrutura, executar as licitações, executar os contratos e a realização de outras atividades delegadas pelo Reitor. São competências das diretorias, departamentos e secretarias da Pró-Reitoria de Administração:

- a) **Diretoria de Administração** – Gerenciar os recursos institucionais, coordenando a elaboração da prestação de contas do IFSC;
- b) **Diretoria de Gestão de Pessoas** – Supervisionar a execução da política de gestão de pessoas e dos recursos alocados no orçamento de pessoal;
- c) **Departamento de Orçamento e Execução Financeira** – Coordenar a execução financeira dos recursos disponibilizados ao IFSC pelo Governo Federal;
- d) **Departamento de Compras** – Coordenar e acompanhar a execução dos processos licitatórios de aquisição de bens e serviços referentes à instituição;
- e) **Departamento de Contratos** – Elaborar, fiscalizar, supervisionar e registrar a execução dos processos de contratos e seus termos aditivos;
- f) **Departamento de Obras e Engenharia** – Acompanhar, fiscalizar e aprovar a execução de obras e serviços da instituição;
- g) **Departamento de Seleção e Desenvolvimento de Pessoas** – Organizar e coordenar a realização de concursos públicos, além de elaborar e implementar o plano de capacitação dos servidores, supervisionando sua execução e a execução da política de gestão de pessoas a todos os servidores.
- h) **Secretaria do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas** – Assessorar a Pró-Reitoria no que tange à movimentação de pessoal, à aplicação de políticas para capacitação, à alocação de recursos humanos e à progressão funcional definidas pelo Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas.

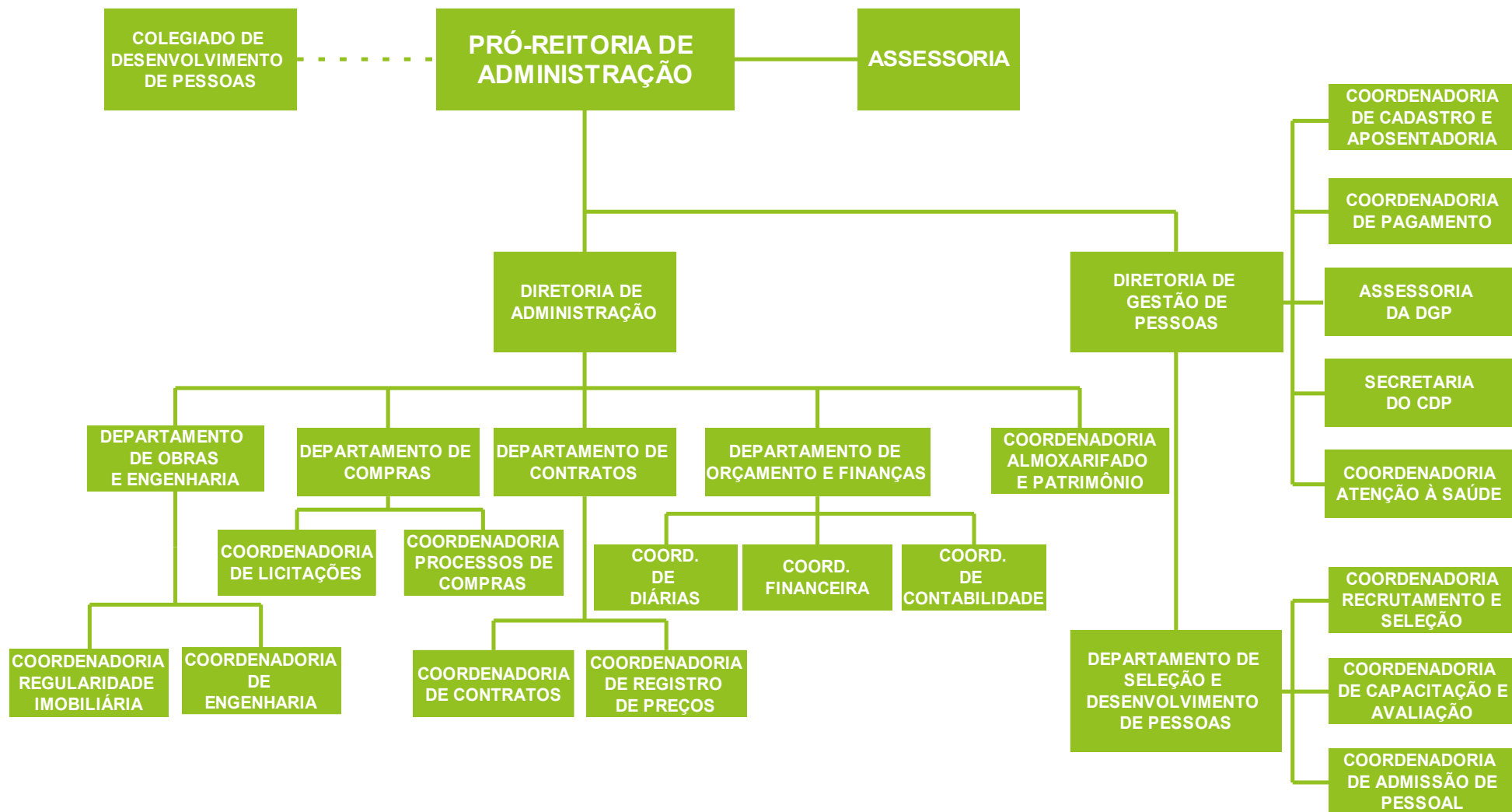


Figura 2 – Organograma da Pró-Reitoria de Administração
 Fonte- Diretoria de Gestão do Conhecimento/Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

À **Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional** compete promover a integração entre a Reitoria e os câmpus, promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação, bem como outras atividades delegadas pelo Reitor. São competências das diretorias da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional:

- a) **Diretoria de Gestão do Conhecimento** – Fomentar o desenvolvimento da cultura de compartilhamento de conhecimentos, de informações e de práticas de gestão do conhecimento e inovação no IFSC;
- b) **Diretoria de Tecnologias da Informação e da Comunicação** – Projetar e manter, em conjunto com as coordenadorias correlatas e a Reitoria, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) auxiliando no desenvolvimento e manutenção dos serviços de tecnologia da informação da instituição.



Figura 3– Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
 Fonte – Diretoria de Gestão do Conhecimento/Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

À **Pró-Reitoria de Ensino** compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Às diretorias, departamentos e secretaria da Pró-Reitoria de Ensino competem:

- a) **Diretoria de Desenvolvimento de Ensino** – Executar as políticas e programas de desenvolvimento de ensino determinadas pela instituição e Governo Federal;
- b) **Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas** – Realizar o controle dos processos que envolvam operações na base de dados acadêmica, garantindo interoperabilidade e geração de indicadores que subsidiem o processo de gestão;
- c) **Diretoria de Assuntos Estudantis** – Planejar, implementar, supervisionar e avaliar a política de assistência estudantil do IFSC, com foco no acesso, permanência e êxito dos discentes, visando à inclusão;
- d) **Departamento de Educação a Distância** – Propor, discutir, desenvolver e manter as políticas e mecanismos para a modalidade de educação a distância;
- e) **Departamento de Ingresso** – Estabelecer procedimentos e normas para os processos de ingresso dos estudantes na instituição;
- f) **Secretaria do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão** – Assessorar a Pró-Reitoria no que tange às políticas educacionais, de pesquisa e de extensão do IFSC definidas pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão.

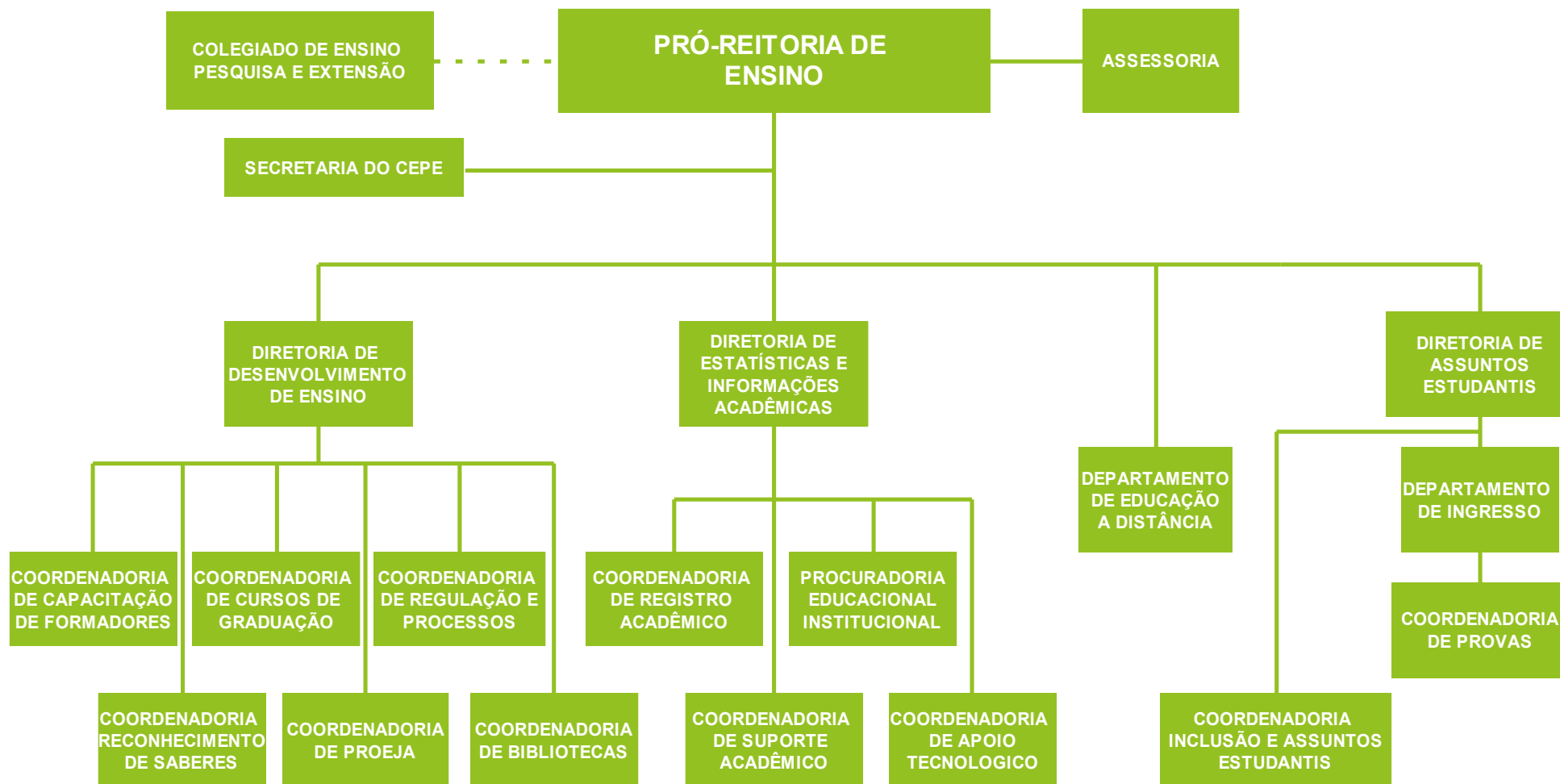


Figura 4 – Organograma da Pró-Reitoria de Ensino
 Fonte – Diretoria de Gestão do Conhecimento/Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

À **Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação** compete propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Assuntos Internacionais homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. São competências da diretoria e departamento que integram a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

- a) Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação** – Assessorar o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação na elaboração das políticas referentes às atividades de pesquisa e pós-graduação, colaborando, coordenando e executando as políticas de pesquisa e pós-graduação definidas pela Pró-Reitoria e pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE;
- b) Departamento de Inovação e Assuntos Internacionais** – Assessorar e representar a Reitoria em questões de Inovação e Assuntos Internacionais.

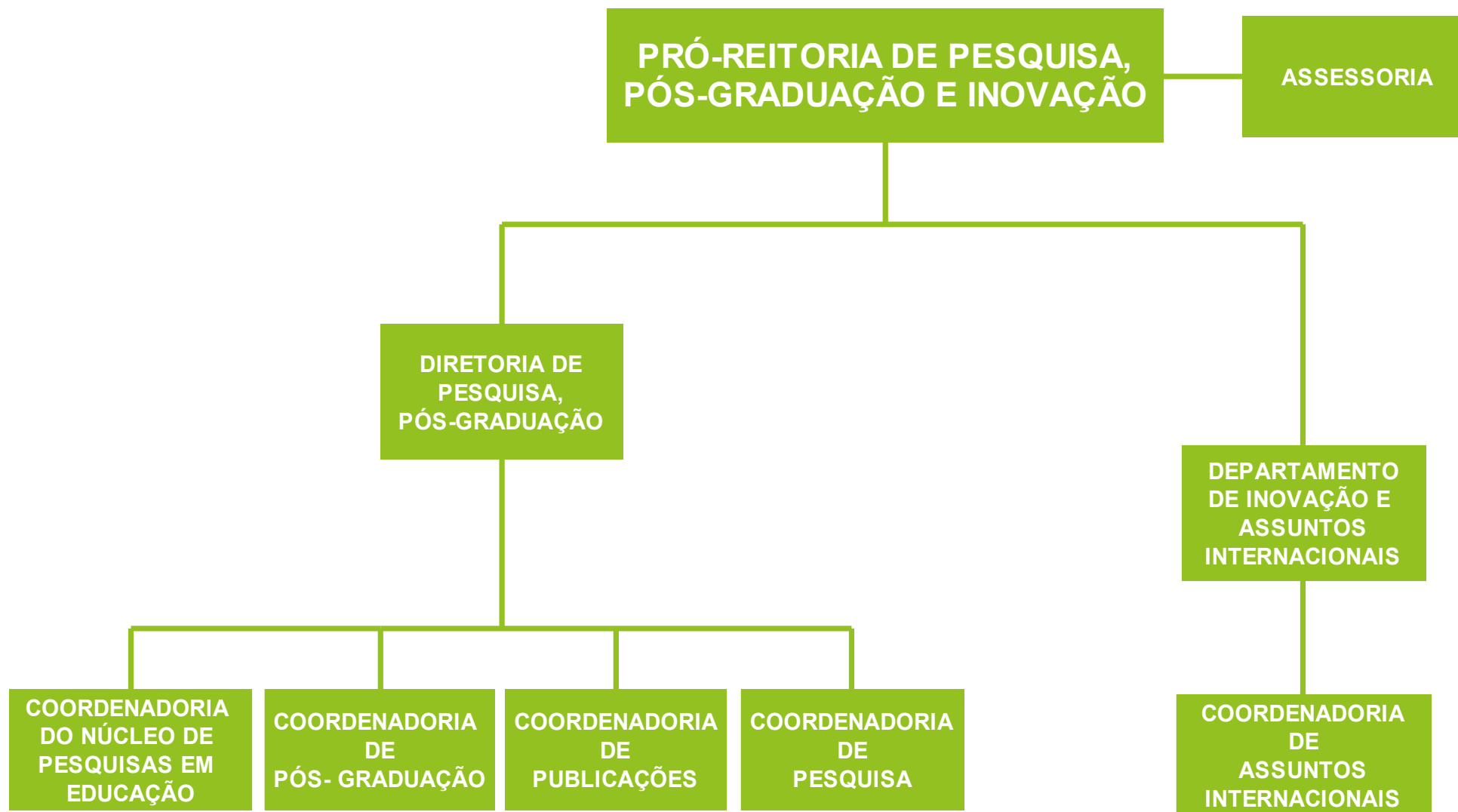


Figura 5 – Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
 Fonte – Diretoria de Gestão do Conhecimento/Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

À **Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas** compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Conselho Superior, coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do Reitor, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. São competências das diretorias e departamento da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas:

- a) **Diretoria de Extensão** – Elaborar, planejar e coordenar o planejamento anual da Diretoria, além de cumprir as diretrizes estabelecidas no PDI, promovendo ações que garantam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na instituição;
- b) **Diretoria de Comunicação Institucional** – Coordenar, elaborar e promover melhorias nas atividades de comunicação da instituição;
- c) **Departamento de Marketing e Jornalismo** – Coordenar a produção de jornais impressos e boletins informativos, voltados para a comunidade acadêmica e para o público externo, além de tratar de assuntos pertinentes ao marketing e jornalismo institucional.

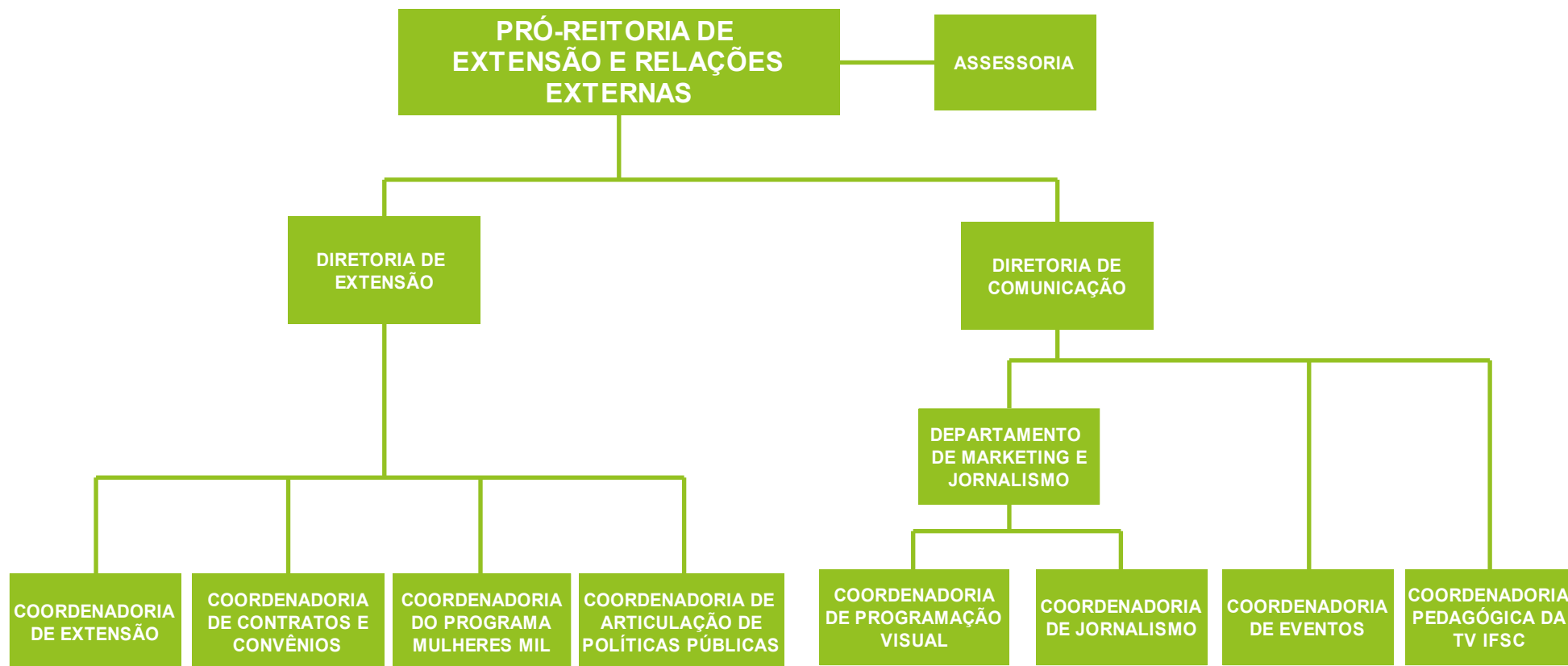


Figura 6 – Organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas
 Fonte – Diretoria de Gestão do Conhecimento/Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

O modelo de gestão do IFSC conta com uma estrutura de órgãos de caráter colegiado e executivo, os quais têm por objetivo auxiliar na implementação das políticas e no alcance das finalidades institucionais. Além destes, corroboram para o aperfeiçoamento da gestão institucional, comissões de caráter sistêmico. A seguir, são apresentadas as principais características destes órgãos:

- a) **Conselho Superior** – de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFSC. É composto por representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do IFSC, sendo o ocupante do cargo de Reitor seu presidente nato;
- b) **Colégio de Dirigentes** – de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório do IFSC e é composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos câmpus, sendo o ocupante do cargo de Reitor seu presidente nato;
- c) **Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas** – é o órgão normativo e consultivo da Reitoria no que tange à movimentação de pessoal, à aplicação de políticas para capacitação, à alocação de recursos humanos e à progressão funcional e o ocupante do cargo de Pró-Reitor de Administração é quem o preside. Compõem ainda esse colegiado o Pró-Reitor de Ensino, o Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, o Diretor de Gestão de Pessoas, dois representantes dos servidores docentes, dois representantes dos servidores técnico-administrativos em educação e dois representantes dos discentes;
- d) **Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão** – é órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Reitoria no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão e o ocupante do cargo de Pró-Reitor de Ensino é quem o preside. Compõem ainda esse colegiado o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, dois representantes dos servidores docentes, dois representantes dos servidores técnico-administrativos em educação e dois representantes dos discentes;
- e) **Comissão Própria de Avaliação** – com a lei que institui o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – toda instituição concernente ao nível educacional em pauta, pública ou privada, constituirá COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO, com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. A comissão é composta por representantes dos docentes, representantes dos discentes e representantes técnico-administrativos;
- f) **Comissão Permanente de Pessoal Docente** – é o órgão que trata da formulação e acompanhamento da execução dos procedimentos relativos ao pessoal docente e é composta por três professores do quadro permanente do IFSC e no efetivo exercício;
- g) **Comissão de Ética** – órgão integrado ao sistema de gestão da ética pública conforme o Decreto nº 6.029 de 01/02/2007. Atua como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade e aplica o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Público Federal (Decreto nº 1.171/1994);
- h) **Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais** – é responsável pelo assessoramento à Coordenadoria de Inclusão e Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Ensino, em questões relacionadas às políticas de inclusão. Dissemina a cultura da inclusão e da educação para a convivência e aceitação da diferença no âmbito do IFSC por meio de projetos, pesquisa, assessorias e ações educacionais e contribui na implementação das políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades específicas. É composto por, no mínimo, cinco e no máximo dez servidores, sendo um Coordenador indicado pela Pró-Reitoria de Ensino e por Coordenadores dos NAPNE dos

câmpus escolhidos entre seus pares.

i) **Comitê permanente de Gestão de Crises** – O objetivo do comitê é gerir as situações de crise de forma a propiciar uma interação ágil e competente com os públicos estratégicos do IFSC, além de favorecer a circulação da versão oficial diante dos fatos circunstanciais que motivaram a crise.

1.3.2 A Presença do IFSC no Estado

O IFSC é uma instituição pública e gratuita que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos da sociedade catarinense. É uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.

A configuração organizacional do Instituto abrange atualmente uma Reitoria, localizada em Florianópolis e 21 câmpus: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Garopaba, Gaspar, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Itajaí, Joinville, Jaraguá do Sul, Jaraguá do Sul – RAU, Lages, São José, Palhoça-Bilíngue, São Carlos, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê. Cabe destacar que os câmpus Itajaí, Garopaba, Tubarão e São Carlos funcionam em sedes provisórias, até que sejam finalizadas as respectivas sedes definitivas.

O IFSC oferta também cursos na modalidade a distância, abrangendo atualmente 34 polos distribuídos em Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.



Figura 7 – Presença do IFSC no Estado Catarinense

Fonte – Diretoria de Comunicação

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos do IFSC são:

1. educação profissional técnica de nível médio para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
2. cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, para capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
3. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
4. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
5. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
6. cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
7. cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, tendo em vista o processo de geração e inovação tecnológica;
8. desenvolvimento de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
9. desenvolvimento de atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio do IFSC são:

1. gestão do ingresso;
2. gestão dos programas de assistência estudantil;
3. gestão de informações acadêmicas;
4. gestão das políticas de ensino;
5. gestão das políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral;
6. gestão das políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação;
7. gestão dos assuntos internacionais;
8. gestão de eventos, comunicação e marketing institucional;
9. gestão orçamentária e financeira;
10. gestão de pessoas;
11. gestão da infraestrutura;
12. gestão de compras e contratos;
13. elaboração do planejamento institucional, compreendendo o Plano de Desenvolvimento Institucional, planos diretores de áreas específicas e os planos de ação anuais;
14. execução da autoavaliação institucional;

15. gestão das tecnologias de informação e comunicação;
16. gestão do conhecimento estratégico;
17. elaboração do relatório de gestão e da prestação de contas da Instituição.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros do IFSC em 2013 são apresentados no quadro x:

Nº	Empresa/ Instituição	CNPJ	Objeto	Data Assinatura
1	Prefeitura Municipal de Rio Rufino	95.991.071/0001-00	Promover a oferta de cursos na área de produção e processamento de alimentos, informática e meio ambiente.	4/2/2013
2	Prefeitura Municipal de Araranguá	82.911.249/0001-13	Promover a oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC): Modelagem Plana e Costura Industrial; e Qualificação Profissional em Libras: aplicação nos diferentes contextos socioculturais.	11/3/2013
3	Instituto de Estudos e Gestão Energética	12.373.636/0001-68	Cooperar para desenvolver projetos e atividades voltadas para o treinamento e capacitação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e difusão de tecnologia, editoração e publicação, abrangendo as áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.	13/3/2013
4	Prefeitura Municipal de Pinhalzinho	83.021.857/0001-15	Promover a oferta de cursos FIC	21/3/2013
5	Fundação dos Administradores de Santa Catarina	04.370.681/0001-30	Regulamentar as condições de realização de estágios curriculares não obrigatórios para alunos do IFSC	27/5/2013
6	Associação dos Condutores Ambientais e Culturais da Grande Florianópolis	14.638.553/0001-89	Promover a oferta de cursos no eixo do turismo, hospitalidade e lazer	14/4/2013
7	Fontoura e Cia	07.778.402/0001-60	Promover as atividades de campo de governança e hotelaria da unidade curricular de Governança do curso técnico em Hospedagem do câmpus Garopaba.	10/4/2013
8	Centro Integração Empresa Escola do Paraná	76.610.591/0001-80	Regulamentar as condições de realização de estágios em empresas concedentes.	29/4/2013
9	Centro de Desenvolvimento Profissional	07.232.304/0001-23	Desenvolver ações conjuntas para implementar programas de estágio ao estudante, de caráter compulsório ou facultativo	2/5/2013
10	Morro da Silveira Resort	05.914.247/0001-90	Desenvolver atividades de campo do curso técnico em Hospedagem do câmpus Garopaba.	7/5/2013
11	Apostrophe	73.999.492/0001-44	Disponibilizar estágios e intercâmbios para estudantes e técnicos nas áreas de interesse do IFSC compatíveis com o domínio de atuação da Apostrophe	22/4/2013
12	Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste	82.821.174/0001-80	Promover a oferta de curso Proeja	15/8/2013
13	Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste	78.485.554/0001-13	Promover a oferta de cursos FIC e Proeja em Técnicas em Agricultura Familiar	2/5/2013

14	Núcleo Brasileiro de Estágios	02.704.396/0001-83	Desenvolver ações conjuntas para implementar programas de estágio ao estudante, de caráter compulsório ou facultativo.	28/5/2013
15	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	24.365.710/0001-83	Implementar sistemas integrados de gestão	9/7/2013
16	Centro Integração Empresa Escola de Santa Catarina	04.310.564/0001-81	Regulamentar as condições de realização de estágios em empresas concedentes.	20/5/2013
17	Prefeitura Municipal de Araranguá	82.911.249/0001-81	Cessão de Espaço Físico do Ginásio de Esportes da Escola Básica Municipal Jardim das Avenidas	1/7/2013
18	Intelbrás	82.901.000/0001-27	Ofertar cursos nas áreas de Telecomunicações e Eletrônica	16/7/2013
19	Asilo São Vicente de Paulo	83.666.214/0001-29	Cooperar para elaboração de projetos, planejamento e execução de obras de manutenção.	6/6/2013
20	Instituto Federal Catarinense	10.635.424/0001-86	Compartilhar servidor	20/5/2013
21	Intelbrás	82.901.000/0001-27	Regulamentar a oferta de estágio para alunos do IFSC	1/7/2013
22	Prefeitura Municipal de Araranguá	82.911.249/0001-13	Concessão de espaço físico de uma sala.	1/7/2013
23	Prefeitura Municipal de Içara	82.916.800/0001-11	Ofertar cursos de Montagem e Manutenção de Computadores e de Leitura e Interpretação de Desenho Técnico	3/11/2013
24	Fundação Franklin Cascaes	80.152.051/0001-78	Ofertar Curso Básico de Libras.	17/7/2013
25	Instituto Federal Catarinense	10.635.424/0001-86	Regulamentar as condições de realização de estágios curriculares de alunos do IFSC e do IFC	16/7/2013
26	Prefeitura Municipal de Tubarão	82.928.656/0001-33	Cooperar para realização de atividades do Programa Mulheres Mil.	18/7/2013
27	Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo	95.780.441/0001-60	Cooperar para realização de atividades do Programa Mulheres Mil.	18/7/2013
28	Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí	07.492.682/0001-46	Cooperar para implantação do Programa Mulheres Mil.	18/7/2013
29	Fundação Cultural de Joinville	83.796.227/0001-12	Cooperar para realização de atividades do Programa Mulheres Mil.	19/7/2013
30	Instituto Excellence	11.225.829/0001-09	Promover a oferta de cursos FIC para egressas do Programa Mulheres Mil.	19/7/2013
31	Igreja Reviver	11.579.867/0001-60	Implantar e ofertar cursos do Programa Mulheres Mil.	29/8/2013
32	FURB- Universidade Regional de Blumenau	82.662.958/0001-02	Promover a oferta do curso: Revisores de Texto.	3/10/2013
33	Centro Universitário Leonardo da Vinci	01.894.432/0001-56	Conceder descontos nas mensalidades dos cursos de graduação na modalidade a distância.	7/10/2013
34	Instituto Federal Fluminense	10.779.511/0001-07	Ofertar curso de extensão: Introdução ao Monitoramento de Algas Nocivas e Ficotoxinas.	19/8/2013
35	Prefeitura de Balneário Rincão	17.243.084/0001-97	Oferta de cursos Pronatec.	19/8/2013
36	Cáritas Diocesana de Blumenau	05.169.458/0001-92	Promover a oferta do curso: Auxiliar de Mecânico de Manutenção de Máquinas de Costura Industrial.	22/8/2013

37	Fundação Educacional da Região de Joinville	84.714.682/0001-94	Cooperar para desenvolver projetos e atividades voltadas para o treinamento e capacitação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e difusão de tecnologia.	27/8/2013
38	Epagri	83.052.191/0001-68	Desenvolver projeto de extensão: Valorização de Moluscos certificados por meio de produções culinárias.	2/9/2013
39	Prefeitura Municipal de Urupema	78.492.576/0001-00	Promover a oferta do curso “Informática Básica” na modalidade FIC integrado ao Proeja.	25/9/2013
40	Prefeitura Municipal de Siderópolis	82.929.407/0001-62	Promover a oferta de cursos Pronatec, FIC e Proeja.	1/10/2013
41	Sociedade Educacional de Santa Catarina	84.684.182/0001-57	Regulamentar as condições de realização de estágios curriculares para alunos da Sociesc nas dependências do IFSC.	30/9/2013
42	Prefeitura Municipal de Caçador	83.074.302/0001-31	Promover a oferta de cursos FIC para professores da Rede Municipal de Ensino.	21/10/2013
43	Hospital de Olhos Sadalla Amin	00.750.846/0001-49	Regulamentar a oferta de estágios curriculares para alunos do IFSC.	25/11/2013
44	Prefeitura Municipal de Turvo	82.548.983/0001-60	Cooperar para planejamento e execução de curso Proeja.	6/11/2013
45	Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima	82.926.593/0001-86	Promover a oferta de cursos FIC para professores da Rede Municipal de Ensino.	27/11/2013
46	Prefeitura Municipal de Araranguá	82.911.249/0001-13	Promover a oferta dos cursos: Modelagem Plana e Costura Industrial, e Qualificação Profissional em Libras.	11/3/2013
47	Prefeitura Municipal de Içara	82.916.800/0001-11	Promover a oferta dos cursos de qualificação profissional em: Soldagem, Informática Básica Costura Industrial, Modelagem Plana.	2/12/2013
48	Fundação Franklin Cascaes	80.152.051/0001-78	Promover a oferta do curso intermediário de Libras.	12/12/2013
49	Prefeitura Municipal de Joinville	83.796.227/0001-12	Cooperar para desenvolvimento das atividades relacionadas ao Pronatec.	19/7/2013
50	Associação de Moradores do Bairro Alto Feliz	79.679.551/0001-83	Concessão de espaço físico para desenvolvimento de cursos Pronatec.	25/9/2013
51	Prefeitura Municipal de São Joaquim	82.561.093/0001-98	Concessão de espaço físico.	20/6/2013
52	Prefeitura Municipal de Lages	82.777.301/0001-90	Cessão de um trator.	1/10/2013
53	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Alfredo Wagner	84.398.858/0001-46	Cessão de espaço físico para viabilizar a oferta de cursos Pronatec.	19/6/2013
54	Prefeitura Municipal de Tubarão	82.928.656/0001-33	Estabelecer contrapartidas referente à construção do câmpus Tubarão.	11/3/2013
55	Ministério da Pesca e Aquicultura	05.482.692/0001-75	Promover a oferta do FIC em Piscicultura.	21/11/2013

Quadro 2 – Principais parceiros do IFSC

Fonte: Diretoria de Extensão//Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE

2.1.1 Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade

Desde a transformação em Instituto Federal, o processo de elaboração do planejamento do IFSC vem sendo continuamente aperfeiçoado, de modo a contemplar as demandas institucionais e demandas da sociedade.

Em 2012 foi elaborado o Planejamento Institucional do IFSC para o biênio 2013-2014, realizado com a contribuição dos servidores que atuam na Reitoria e nos câmpus que constituem o Instituto.

O processo teve início com a avaliação do Planejamento Institucional 2012 e os principais documentos norteadores da gestão da Instituição: Plano Plurianual 2012-2015, Termo de Acordo de Metas, Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013, Plano de Gestão da Reitoria e Relatório de Autoavaliação. A equipe gestora reuniu-se diversas vezes e elaborou 18 macroprojetos institucionais de caráter estratégico. A partir dos macroprojetos institucionais e os seus respectivos objetivos gerais, objetivos específicos e resultados esperados, as Unidades Gestoras - UGs (gabinete da Reitoria, pró-reitorias e câmpus), propuseram seus projetos.

Foi realizado um seminário de planejamento para dar continuidade ao processo de planejamento institucional de forma integrada, alinhando os projetos dos câmpus e pró-reitorias aos macroprojetos institucionais propostos pela equipe de gestão, bem como revisar os objetivos gerais, elaborar os objetivos específicos e os resultados esperados. Esse evento de caráter sistêmico foi realizado nos dias 26 e 27 de setembro de 2012. Participaram cerca de 127 servidores, entre pró-reitores, diretores sistêmicos, articuladores de planejamento e representantes do Conselho Superior.

Os projetos propostos pelas UGs estão relacionados aos objetivos específicos dos macroprojetos institucionais, isto é, o objetivo geral de um projeto proposto é um dos objetivos específicos de algum dos 18 macroprojetos institucionais. Desta forma, o plano tático da Instituição está relacionado ao Planejamento Estratégico. As unidades gestoras tiveram liberdade para avaliar a quantidade de projetos propostos, considerando a relação com os objetivos específicos dos macroprojetos e sua capacidade de execução, tendo em vista a equipe e os recursos envolvidos.

A Figura 8 ilustra o relacionamento entre o planejamento estratégico da instituição e o planejamento tático e operacional das Unidades Gestoras

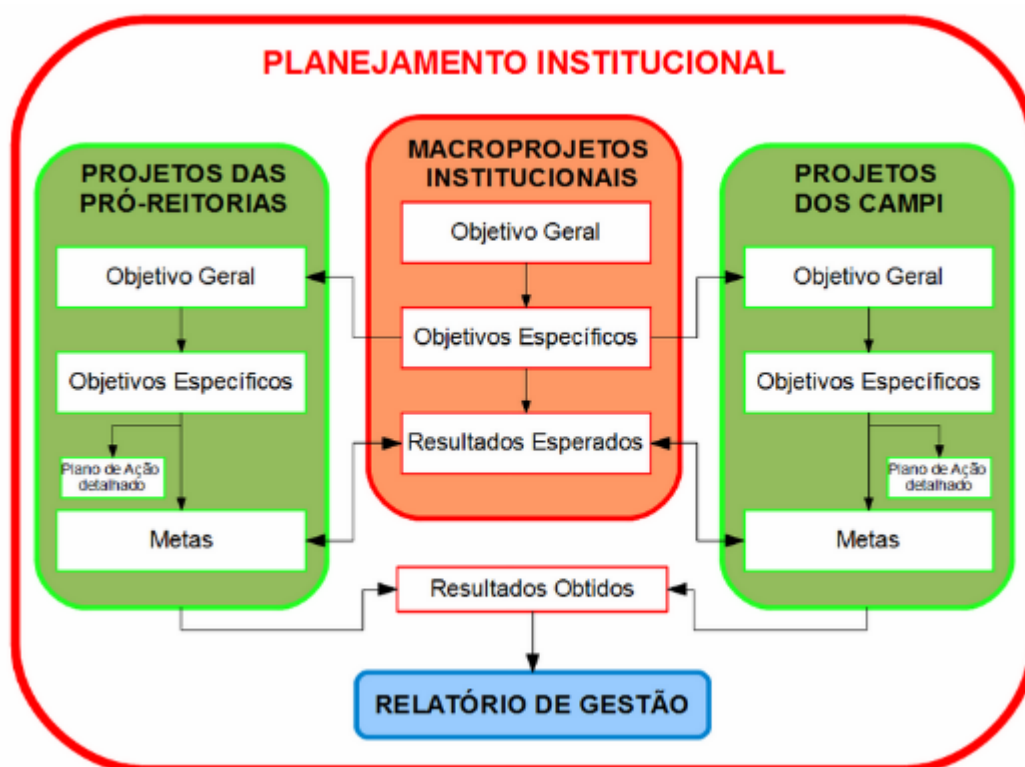


Figura 8 – Planejamento Institucional 2013/2014
 Fonte – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Os projetos das unidades gestoras foram propostos conforme uma tipologia de relacionamento com os macroprojetos institucionais, conforme descrito a seguir:

a) iniciativa articulada: refere-se à proposição de projetos, por parte dos câmpus, relacionados aos objetivos específicos dos macroprojetos institucionais. Nesta categoria enquadram-se os projetos para os quais, para sua proposição, o câmpus teve necessidade de orientação direta do coordenador do macroprojeto;

b) iniciativa autônoma: também se refere à proposição de projetos relacionados aos objetivos específicos dos macroprojetos institucionais, mas de outra forma, pois nesta categoria enquadram-se os projetos em que o câmpus possuiu autonomia de proposição, sem necessidade de orientação direta do coordenador do macroprojeto;

c) participação: nesta categoria, enquadram-se os projetos elaborados e coordenados pela Reitoria, nos quais os câmpus participam de forma direta ou indireta por meio de seus gestores ou servidores. Neste caso, a relação dos câmpus com os macroprojetos é, por exemplo, na forma de colaboração com ações locais sem impacto orçamentário, na composição de comissões, núcleos e grupos de trabalho, na participação em diagnósticos e levantamento de demandas, nos debates necessários à construção de documentos regulamentadores ou na participação de seus servidores em editais institucionais e capacitações organizadas/propostas pela Reitoria.

Foram elaborados 525 projetos que estão registrados no Sistema de Planejamento Institucional. O cadastro dos projetos contemplou obrigatoriamente título, código, coordenador, objetivos geral e específicos, metas, indicadores, estimativa de orçamento, prazos de início e

conclusão. Além dos campos de caráter obrigatório, as UGs puderam detalhar em caráter opcional as ações contempladas pelos projetos.

Além dos projetos, as UGs puderam elaborar planos operacionais para as atividades de rotina. No caso da Reitoria, foram elaborados planos operacionais de caráter transversal em relação aos projetos propostos pelas UGs, de modo a organizarem as demandas dos projetos dos câmpus e pró-reitorias dentro de áreas específicas como TI, obras, licitações e contratos, capacitações, comunicação e eventos. Os planos operacionais, que em alguns casos estão associados a planos diretores, são instrumentos de execução dos projetos e, por isso, concorrem para o alcance dos resultados esperados.

Na elaboração do Planejamento Institucional 2013-2014 iniciou-se um trabalho de avaliação de riscos para o desenvolvimento e sucesso dos macroprojetos, com consequente lista de medidas de contingência, preventivas ou corretivas.

A seguir, apresenta-se a listagem dos 18 Macroprojetos Institucionais para o biênio 2013-2014, com seus respectivos objetivos gerais.

Código	Título	Coordenador	Objetivo geral
M01	Consolidação da expansão e Reestruturação dos campi pré-expansão	Caio Alexandre Martini Monti	Implantar os campi do Plano de Expansão III, consolidar os campi dos Planos de Expansão I e II, e reestruturar os Campi pré-expansão, permitindo a ampliação e diversificação da oferta de educação profissional, científica e tecnológica e contribuindo com o desenvolvimento sócio econômico regional catarinense.
M02	IFSC Sustentável	Vinicius De Lucca	Reduzir o impacto ambiental dos processos desenvolvidos pelo IFSC e seus parceiros nos recursos naturais, e desenvolver a cultura para a Sustentabilidade.
M03	Saúde e Qualidade de Vida dos Servidores	Volnei Velleda Rodrigues	Conceber e implantar um programa que promova atenção à saúde e a melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.
M04	Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018	Andrei Zwetsch Cavalheiro	Elaborar o PDI 2014-2018, a partir de uma visão estratégica e prospectiva, que subsidie adequadamente o desenvolvimento da instituição, constituindo-se também em um instrumento para aferição da efetividade da gestão.
M05	Gestão Estratégica	Silvana Ferreira Pinheiro e Silva	Avaliar e redimensionar o modelo de gestão do IF-SC e consolidar estrutura de trabalho que contemple o desenvolvimento dos processos institucionais de forma integrada e em rede, de modo a possibilitar as condições necessárias e adequadas para o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, considerando a nova identidade institucional.
M06	Gestão dos Processos Acadêmicos	Gustavo Henrique Moraes	Normatizar e informatizar os processos gerenciais de ensino, pesquisa e extensão, para melhoria da execução, acompanhamento e avaliação da gestão institucional
M07	Gestão dos Processos Administrativos	Rafael Zanin	Normatizar e informatizar os processos gerenciais e de suporte às atividades finalísticas, para melhoria da execução, acompanhamento e avaliação da gestão institucional

Código	Título	Coordenador	Objetivo geral
M08	Criação e Implantação de Políticas Institucionais para TI	Emerson Ribeiro de Mello	Estabelecer a relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de tecnologia da informação e sistemas de comunicação do IF-SC.
M09	Criação e Implantação da Política de Segurança da Informação	Emerson Ribeiro de Mello	Estabelecer a relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de eliminar ou reduzir riscos e vulnerabilidades, aos quais as informações estão expostas.
M10	Diretrizes Educacionais do IFSC	Paulo Roberto Wollinger	Aperfeiçoar, ampliar e implementar as diretrizes educacionais do IFSC e seus campi, em sintonia com o SINAES e as demais normas, itinerários formativos e demandas internas, consolidando a missão institucional.
M11	Política de Educação a Distância	Daniela de Carvalho Carrelas	Estabelecer a relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de consolidar a educação a distância como modalidade educacional de qualidade, ampliando a democratização ao acesso à educação profissional, científica e tecnológica.
M12	Acesso Inclusivo ao IFSC	Solange Janete Finger	Ampliar as ações para o acesso inclusivo ao IFSC
M13	Permanência e Êxito	André Alves	Desenvolver ações articuladas, a partir dos perfis do público que acessa o IFSC, para garantir a permanência e o êxito do educando
M14	Inserção sócio profissional dos alunos egressos	Fabiana Mortimer Amaral	Identificar, regulamentar e fortalecer as ações institucionais para inserção socioprofissional do egresso,
M15	Política de Comunicação Institucional	Waléria Kulkamp Haeming	Estabelecer a relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos internos e externos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação do IF-SC.
M16	Cultura e Desporto	Fabiana Mortimer Amaral	Estimular o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas, integradas às ações de ensino, pesquisa e extensão, para garantir a formação integral do cidadão, a permanência e êxito do aluno e a promoção da identidade institucional.
M17	Inovação, Transferência de Conhecimento e Tecnologia	Valdir Noll	Potencializar e qualificar as atividades de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica, visando a consolidar o IFSC como centro de excelência em desenvolvimento científico e tecnológico.
M18	Internacionalização do IFSC	Luiz Henrique Castelan Carlson	Fortalecer a internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica.

Quadro 3 – Macroprojetos Institucionais

Fonte – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

2.1.2 Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais, normativas e com o PPA

O IFSC tem estabelecido em suas competências a relação com o planejamento institucional. De acordo com o Estatuto da Instituição, compete: à pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional promover e coordenar os processos de planejamento estratégico; ao Colégio de Dirigentes, expedir orientações e procedimentos para o planejamento anual; e ao Conselho Superior, aprovar o planejamento anual e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

A metodologia adotada para a elaboração do Planejamento Institucional 2013/2014 considerou o Plano Plurianual (PPA) e outros documentos de referência para a identificação dos objetivos gerais e específicos da instituição, com consequente alinhamento dos planos de ação dos câmpus e pró-reitorias. Ressalta-se que o IFSC se relaciona com os seguintes programas do PPA e suas respectivas ações:

- a) 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação – ações: 00H1 pagamento de pessoal ativo; 20TP pagamento de pessoal ativo; 0181 aposentadorias e pensões; 09HB contribuição previdência; 2010 assistência pré-escolar; 2011 auxílio transporte; 2012 auxílio alimentação; 2004 assistência médica e odontológica; 20CW exames periódicos; 00ID contribuição CONIF; e 4572 capacitação dos servidores;
- b) 2031 – Educação Profissional e Tecnológica – ações: 20RJ expansão e reestruturação da Rede; 20RL funcionamento; 2994 assistência ao educando; 6358 capacitação de recursos humanos;
- c) 2030 – Educação Básica – ações: 20RJ apoio à capacitação e formação continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores da Educação Básica.

2.1.3 Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.

A seguir são listados os principais objetivos estratégicos para 2013, os riscos identificados para o alcance desses objetivos e as estratégias adotadas, considerando inclusive possíveis revisões de macroprocessos, adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos delineados.

1- Implantar os câmpus do Plano de Expansão III, consolidar os câmpus dos Planos de Expansão I e II, e reestruturar os câmpus pré-expansão, permitindo a ampliação e diversificação da oferta de educação profissional, científica e tecnológica e contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico regional catarinense.

Este macroprojeto está em desenvolvimento pois aguarda o Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) e o Plano Diretor de Infraestrutura, seções do PDI 2014-2018, que estão em fase de elaboração e serão os documentos de referência para a consolidação da infraestrutura da Instituição ao longo dos próximos cinco anos.

a) Riscos identificados: não houve.

b) Estratégias adotadas: a criação de grupos de trabalho para elaboração de estudos e propostas de

documentos de referência para toda a instituição, subsequentemente apreciadas por órgãos colegiados, aumenta a capacidade de desenvolvimento de projetos sob coordenação de gestores e torna o processo mais participativo e democrático, além de conferir a equidade necessária ao modelo de gestão em rede.

c) Revisões de macroprocessos: não houve.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: para o cumprimento do objetivo estratégico ressalta-se que estão em construção os novos câmpus Tubarão e São Carlos, da Fase III do Plano de Expansão. Estes câmpus já possuem diretores-gerais e uma estrutura mínima de servidores. Já estão sendo oferecidos cursos FIC via PRONATEC em parceria com prefeituras e a previsão de ocupação das sedes próprias é no início do segundo semestre de 2014, quando já poderão ser iniciados alguns cursos de oferta regular.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: não houve.

2- Reduzir o impacto ambiental dos processos desenvolvidos pelo IFSC e seus parceiros nos recursos naturais, e desenvolver a cultura para a sustentabilidade.

Este objetivo estratégico está em desenvolvimento.

a) Riscos identificados: verificou-se o uso inadequado dos recursos financeiros e o conseqüente impacto ambiental. Para minimizar esse risco, o IFSC procurou trabalhar com projetos pilotos, para teste das estratégias traçadas, como o edital para aquisição de itens sustentáveis e a abolição da aquisição de copos plásticos.

b) Estratégias adotadas: trabalho conjunto com os câmpus; publicação de edital específico para aquisição de itens com critérios sustentáveis; e promoção de campanhas de conscientização dos servidores, alunos e terceirizados.

c) Revisões de macroprocessos: os macroprocessos de Gestão de Eventos, Comunicação e Marketing Institucional, Gestão Orçamentária e Financeira, e Gestão de Compras e Contratos sofreram alteração para a execução do objetivo estratégico.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: não houve.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: o contexto político, a infraestrutura e o quadro de pessoal administrativo. Não houve.

3- Conceber e implantar um programa que promova atenção à saúde e a melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Este objetivo estratégico está em desenvolvimento. Há necessidade de aprofundamento e

desdobramentos das análises efetuadas.

a) Riscos identificados: não houve.

b) Estratégias adotadas: foram realizadas visitas para avaliação dos ambientes, equipamentos e processos de trabalho quanto a riscos físicos, químicos e biológicos, e necessidades ergonômicas em todos os câmpus e na Reitoria, com o objetivo de antecipar, reconhecer e identificar os riscos, e atualizar laudos para adequação à legislação. Com base nas perícias médicas realizadas pelo SIASS, foi traçado um diagnóstico relacionando as doenças que mais acometem e afastam os servidores do IFSC, tendo como objetivo a execução das políticas internas de Qualidade de Vida. Para facilitar o acesso ao SIASS, os atestados de curta duração passaram a ser recebidos pela DGP e pelas CGPs dos câmpus. Com o objetivo de detectar de forma mais eficiente as necessidades de acompanhamento junto à equipe multiprofissional do SIASS, o servidor passou a ter atendimento mais personalizado.

c) Revisões de macroprocessos: houve revisão do macroprocesso Gestão de Pessoas.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: houve necessidade de adequação do quadro de pessoal. Para o alcance do objetivo estratégico, faz-se necessário consolidar a implantação da Coordenadoria de Atenção à Saúde da Diretoria de Gestão de Pessoas, inclusive em termos de quadro de pessoal. Também é necessária uma maior articulação com os diversos câmpus do IFSC, de modo a integrar esforços e ampliar a abrangência das ações executadas.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: quadro de pessoal administrativo e o orçamento. Há dificuldade em executar e estender as atividades a todos os câmpus em razão da falta de pessoal e necessidades orçamentárias, já que a Coordenadoria de Atenção à Saúde encontra-se em fase de estruturação.

4- Elaborar o PDI 2014-2018, a partir de uma visão estratégica e prospectiva, que subsidie adequadamente o desenvolvimento da instituição, constituindo-se também em um instrumento para aferição da efetividade da gestão.

Este macroprojeto está em desenvolvimento, pois a fase III do PDI, que envolve a elaboração do Planejamento Estratégico e do Plano de Oferta de Cursos e Vagas, necessitou pelo menos quatro meses de prorrogação. Considerados os calendários de férias e dos órgãos colegiados, o PDI será encaminhado ao CEPE em maio/2014 e apreciado no Consup em agosto/2014.

a) Riscos identificados: não observância do cronograma proposto; pouca aderência da comunidade acadêmica ao processo; e inadequação do plano de trabalho definido para desenvolvimento das atividades. Para alcançar o objetivo, foram realizadas avaliações periódicas dos prazos estabelecidos. Foi verificada a necessidade de ajustes e o cronograma de elaboração do PDI foi prorrogado para junho/2014. Ressalta-se que houve avaliação contínua do processo de participação e de envolvimento da comunidade acadêmica no desenvolvimento dos trabalhos.

b) Estratégias adotadas. Do ponto de vista organizacional, destacam-se a criação da Comissão Central, com representantes da alta gestão do IFSC e do SINASEFE, comissões locais, temáticas e comissão operacional. Também foi criada a função de Secretário Executivo do PDI, com dedicação integral. O uso de página *web*, mídias sociais, formulários eletrônicos e eventos de grande porte, como os seminários do PPI e do Planejamento Estratégico, bem como das assembleias locais e geral do PPI, foram medidas importantes para a garantia de um processo participativo e democrático. A estrutura do PDI, definida em capítulos, tem se demonstrado certa, pois permite o encadeamento correto dos conteúdos parciais, partindo-se do PPI e das novas declarações de Missão e Visão de Futuro como bases do Planejamento Estratégico. Esse, por sua vez, elaborado conforme adaptação de metodologia consolidada e bem documentada, torna-se base da elaboração dos demais capítulos.

c) Revisões de macroprocessos: não houve.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: foi necessária adequação no quadro de pessoal administrativo. O processo de elaboração do PDI necessitaria de equipe em tempo integral, o que foi parcialmente conseguido com a designação de servidor como Secretário Executivo do PDI. A Comissão Operacional designada para dar suporte técnico ao processo, contando com servidores de diferentes pró-reitorias, não funcionou conforme necessário porque não se conseguiu alocar carga horária nem local de trabalho específico. Para o próximo PDI, sugere-se a montagem de comissão de pelo menos quatro pessoas com dedicação integral ao processo de elaboração e montagem de escritório de trabalho.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: não houve.

5 – Avaliar e redimensionar o modelo de gestão do IF-SC e consolidar estrutura de trabalho que contemple o desenvolvimento dos processos institucionais de forma integrada e em rede, de modo a possibilitar as condições necessárias e adequadas para o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, considerando a nova identidade institucional.

O objetivo estratégico está em desenvolvimento.

a) Riscos identificados: não houve.

b) Estratégias adotadas: as discussões e diretrizes estabelecidas no processo de construção do PPI e PDI contribuem sobremaneira para o alcance do objetivo geral estabelecido. Entende-se que se trata de um macroprojeto complexo, que deve se estender para além do prazo de um ano.

c) Revisões de macroprocessos: não houve.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: há necessidade de adequações no quadro de pessoal e na estrutura tecnológica. É necessária adequação das estratégias de trabalho inicialmente concebidas, readaptação do quadro de pessoal, do escopo dos projetos considerando o processo de construção do PDI 2014 – 2018 e os objetivos estratégicos

estabelecidos para o período. É necessária a implantação do sistema Integrado de gestão – SIG. Também é preciso fomentar a utilização de ferramentas de TIC para interação e produção colaborativa, disponibilizando a infraestrutura necessária e a formação dos envolvidos.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: quadro de pessoal administrativo. Entre os fatores que impactaram no desenvolvimento das atividades de acordo com o planejado, destacam-se: a necessidade de priorização de outros projetos e atividades em 2013, onde enfatizou-se a construção do PPI e PDI, envolvendo grande parte da equipe vinculada ao desenvolvimento do objetivo estratégico; a participação do Coordenador de Processos e Normas na Comissão do Concurso; a efetivação da contratação da arquivista somente no início do segundo semestre de 2013; a ausência de titulares em duas funções de coordenação na DGC, no segundo semestre - o Coordenador de Processos e Normas e o Coordenador de Pesquisa Institucional; e por fim a complexidade de grande parte dos projetos que integram o objetivo estratégico.

6 – Normatizar e informatizar os processos gerenciais de ensino, pesquisa e extensão, para melhoria da execução, acompanhamento e avaliação da gestão institucional.

Este macroprojeto está em desenvolvimento.

a) Riscos identificados: Não houve.

b) Estratégias adotadas: foram utilizadas estruturas interdisciplinares de análise, envolvendo diversos setores institucionais. Assim, as análises privilegiaram os trânsitos conceituais entre as questões mais propriamente educacionais e aquelas mais ligadas aos aspectos burocráticos, em especial aqueles ligados aos processos administrativos eletrônicos. A promoção de fóruns de discussão, tal como o fórum dos Registros Acadêmicos, com a produção de materiais institucionais (notas técnicas, manuais, apresentações, etc) fortaleceram os entendimentos educacionais do IFSC, promovendo a melhoria do trabalho institucional. Por fim, a recorrência às estruturas colegiadas do IFSC para a tomada de decisão fortaleceu o processo democrático e a garantia da efetivação da política pública.

c) Revisões de macroprocessos: não houve.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: há necessidade de adequação no quadro de pessoal, estrutura tecnológica e estrutura imobiliária.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: o contexto político, tecnológico e administrativo. A natureza interdisciplinar do objetivo estratégico exige a articulação de diversos atores, no âmbito técnico-administrativo, docente e discente. Assim, as soluções encontradas precisaram transitar em um ambiente marcado por distintas políticas. A solução democrática, via realização de encontros e normatização nos órgãos colegiados do IFSC auxiliaram a viabilização. O objetivo estratégico é marcado pela concepção e desenvolvimento de produtos tecnológicos, em especial os relacionados com a Tecnologia da Informação. Por fim, a pouca estrutura encontrada nos Registros Acadêmicos dos câmpus age como obstáculo para a implantação das políticas.

7- Normatizar e informatizar os processos gerenciais e de suporte às atividades finalísticas, para melhoria da execução, acompanhamento e avaliação da gestão institucional.

a) Riscos identificados: Foram identificados como riscos a disponibilidade de tempo e de pessoas. Para minimizar estes riscos os fluxos e diretrizes foram alinhados com a implantação do SIG, devido a amplitude do sistema integrado de gestão, disponibilidade de servidores envolvidos na implantação e a revisão dos processos.

b) Estratégias adotadas: para informatizar os processos e melhorar os controles de gestão o IFSC está implantando o Sistema Integrado de Gestão (SIG). Nesse sistema estão incluídos diversos módulos relacionados às áreas de gestão de pessoas, licitações e contratos, orçamento e finanças, almoxarifado e patrimônio, engenharia, tecnologia da informação e comunicação. A normatização dos processos ocorrerá durante e após a implantação dos módulos de acordo com as necessidades de alterações de fluxos nos processos.

c) Revisões de macroprocessos: até o momento foram modificados os macroprocessos de Gestão Orçamentária e Financeira, Gestão de Pessoas, Gestão da Comunicação e Gestão de Compras e Processos.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: o prazo para conclusão do macroprojeto necessita ser revisto, tendo em vista que o IFSC está implementando o SIG e sua implantação tem prazo de 3 anos. Ressalta-se que estão ocorrendo grandes mudanças na estrutura tecnológica com a implantação do sistema.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: o contexto tecnológico. Devido à implantação do SIG, estão sendo realizadas análises de fluxos e processos, assim como está sendo verificada a aderência do sistema com os processos administrativos atuais. Após a implantação dos módulos serão realizadas avaliações para definir os marcos regulatórios.

8- Estabelecer a relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de tecnologia da informação e sistemas de comunicação do IFSC.

Este macroprojeto está em desenvolvimento. Algumas normatizações precisam ser aprovadas pelo Comitê de TI.

a) Riscos identificados: foi verificado que nem todas as necessidades para desenvolvimento do objetivo estratégico foram identificadas e faltam recursos humanos capacitados para elaboração dos documentos.

b) Estratégias adotadas: como estratégia para execução do objetivo estratégico tem se adotado o planejamento das atividades e o trabalho em equipe.

c) Revisões de macroprocessos: não houve.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: verificou-se a necessidade de pessoal atuando na elaboração dos documentos relacionados à implantação de políticas institucionais para TI.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: não houve.

9 – Estabelecer a relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de eliminar ou reduzir riscos e vulnerabilidade, aos quais as informações estão expostas.

O desenvolvimento do objetivo estratégico ainda não foi iniciado.

a) Riscos identificados: dentre os riscos identificados, verificou-se a falta de recursos humanos capacitados para elaboração dos documentos relacionados à implantação de políticas de segurança da informação. Foi iniciada a capacitação de quatro potenciais servidores que irão compor o comitê. Os servidores participaram do curso de Gestão da Segurança da Informação – NBR 27001 e 27002, da Escola Superior de Redes.

b) Estratégias adotadas: capacitação de servidores.

c) Revisões de macroprocessos: não houve.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: verificou-se a necessidade de pessoal da área de segurança da informação para que pudessem contribuir na construção do documento, ou mesmo a contratação de uma consultoria externa, o que ainda não foi viabilizado.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: não houve.

10- Aperfeiçoar, ampliar e implementar as diretrizes educacionais do IFSC e seus campi, em sintonia com o SINAES e as demais normas, itinerários formativos e demandas internas, consolidando a missão institucional.

Este objetivo estratégico está em desenvolvimento conforme o planejado.

a) Riscos identificados: Regulamento Didático Pedagógico antigo e diretrizes educacionais desatualizadas. Para minimizar os riscos o Regimento Didático Pedagógico está em processo a reconstrução, que é um marco para o IFSC, pois além de definir uma nova norma expõe o debate sobre conceitos e definições da EPT para toda a comunidade. Uma construção participativa é fundamental para a consolidação dos objetivos e funções do Instituto, permitindo inclusive uma melhor sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais. O Plano Semestral de Atividade Docente

– PSAD, e o Relatório de Atividade Docente – RSAD WEB, são um marco na transparência das atividades e no perfil educativo do IFSC. Com apenas cinco anos de atividades, o IFSC vem consolidando sua identidade, especialmente por seu planejamento de longo prazo, seu marco regulatório e o estímulo à unidade institucional.

b) Estratégias adotadas: adotou-se o trabalho coordenado por equipes e a priorização de tarefas, reduzindo a sobreposição de tarefas e otimizado esforços.

c) Revisões de macroprocessos: tendo em vista que o Regulamento Didático Pedagógico está sendo atualizado, houve revisão do macroprocesso Gestão das Políticas de Ensino.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: houve necessidade de adequação no quadro de pessoal, na estrutura imobiliária e na estrutura tecnológica. Proporcionalmente, a PROEN tem um dos menores quadros de pessoal da Reitoria, por isso necessitou de mais servidores para realização de suas atividades. A estrutura física e de mobiliário da PROEN, ainda que aquém do necessário, sofreu alguma expansão em 2013, permitindo o desenvolvimento regular do planejamento. A implantação do novo sistema acadêmico permitirá um grande avanço no desenvolvimento e acompanhamento dos processos educativos.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: o contexto político, o orçamento e o quadro de pessoal administrativo influenciaram o alcance do objetivo estratégico. A construção do PDI e do PPI simultaneamente à execução deste projeto sobrecarregaram a equipe da PROEN, que ainda carece de alguns profissionais para o melhor desempenho das atividades. As limitações orçamentárias exigiram que algumas atividades fossem postergadas.

11- Estabelecer a relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de consolidar a educação a distância como modalidade educacional de qualidade, ampliando a democratização ao acesso à educação profissional, científica e tecnológica.

O objetivo estratégico está em desenvolvimento.

a) Riscos identificados: a adequação do projeto de institucionalização da EaD, às condições reais disponibilizadas. Para minimizar este fator de risco foi criada uma Diretoria vinculada à PROEN para disponibilizar formação e apoio à EaD.

b) Estratégias adotadas: foi elaborada e disseminada proposta de institucionalização da EaD; o tema foi inserido nos câmpus e colegiados; e foi estabelecido marco regulatório específico.

c) Revisões de macroprocessos: houve revisão do macroprocesso Gestão das Políticas de Ensino.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: para a execução do objetivo estratégico torna-se necessário a adequação na estrutura de pessoal para compor a Diretoria que foi criada.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: o contexto social influencia na execução do Macroprojeto, uma vez que as mudanças vividas na sociedade, em especial o avanço tecnológico e o entendimento de que o aprendizado acontece de forma ubíqua, além das dificuldades de locomoção particularmente nos grandes centros, na dificuldade de alguns dos públicos estratégicos de associarem trabalho e estudo, dentre outras razões, mostram que a educação a distância é uma forma inclusiva de oferta de cursos. A aprovação dos temas afetos à EaD, encaminhados ao CONSUP, são reflexos da necessidade de adequação dos cursos às demandas e necessidades sociais.n

12- Ampliar as ações para o acesso inclusivo ao IFSC

O objetivo estratégico está em desenvolvimento.

a) Riscos identificados: estrutura de pessoal insuficiente, recursos tecnológicos inadequados e softwares que não atendem a demanda de trabalho satisfatoriamente. A estrutura de pessoal reduzida interfere na execução dos projetos mas aos poucos está melhorando com o aumento gradativo do quadro. Quanto aos recursos tecnológicos, a implantação de novos sistemas, em andamento, deverá contribuir para a continuidade dos trabalhos.

b) Estratégias adotadas: simplificar e identificar as formas de acesso à informação, aprimorando-as e padronizando-as; realização de pesquisas para identificar o perfil dos candidatos e ingressantes nos cursos do IFSC; elaboração do marco regulatório do Departamento de Ingresso do IFSC; implementação de novas formas de acesso aos cursos do IFSC, utilizando também programas já existentes como por exemplo o Mulheres Mil e o Certific; proposição de adequações nas estruturas de ingresso dos câmpus; realização de capacitações com servidores para melhor atendimento ao público-alvo do IFSC; ampliação da oferta de cursos PROEJA e cursos na modalidade EaD; criação do Centro de Formação para propiciar ampliação e organização da oferta de EaD, entre outras estratégias.

c) Revisões de macroprocessos: houve alteração no macroprocesso Gestão do Ingresso.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: houve necessidade de adequação no quadro de pessoal e na estrutura tecnológica. Alguns projetos dependem de contratação de serviços ou de servidores para serem executados.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: dentre os aspectos que influenciaram a execução do objetivo estratégico destacam-se o quadro de pessoal administrativo reduzido no Departamento de Ingresso e a infraestrutura, pois alguns câmpus da Expansão ainda não estão totalmente adequados para execução de algumas ações relacionadas à permanência e ao êxito dos alunos.

13- Desenvolver ações articuladas, a partir dos perfis do público que acessa o IFSC, para garantir a permanência e o êxito do educando

O objetivo estratégico está em desenvolvimento.

a) Riscos identificados: resistência à atuação em rede e estrutura de pessoal insuficiente. A adoção de práticas democráticas e o esforço da equipe da Diretoria de Assuntos Estudantis tem remediado a situação.

b) Estratégias adotadas: como estratégia para o alcance do objetivo estratégico tem se adotado o planejamento das atividades e o trabalho em equipe.

c) Revisões de macroprocessos: não houve.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: foi necessária a adequação do quadro de pessoal administrativo, mas ainda há falta de pessoal para executar as propostas de trabalho programadas, especialmente no Departamento de Ingresso.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: não houve.

14 – Identificar, regulamentar e fortalecer as ações institucionais para inserção socioprofissional do egresso.

Este objetivo estratégico está em desenvolvimento.

a) Riscos identificados: não houve.

b) Estratégias adotadas: a PROEX trabalhou em conjunto com a PROAD com o objetivo de estruturar um fluxo para os processos ligados ao estágio para alunos internos e externos à instituição. Foi promovido pela PROEX um encontro de servidores para compreensão de questões ligadas ao empreendedorismo no IFSC e um encontro sobre empresas juniores. Durante 2013 os trabalhos foram desenvolvidos em conjunto com alunos e servidores das empresas juniores do IFSC, a fim de regularizar essas atividades. Também foi promovido um encontro de economia solidária do IFSC para ampliar as visões empreendedoras.

c) Revisões de macroprocessos: houve alteração do macroprocesso: desenvolvimento de atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: foram necessárias adequações no quadro de pessoal, na estrutura tecnológica e na estrutura imobiliária. Foram aprimoradas as diretrizes institucionais para o empreendedorismo no IFSC. Foram desenvolvidas estratégias de capacitação de alunos e servidores. Há necessidade de avaliar qual a importância que a instituição dará às questões do empreendedorismo. Necessita-se de uma pesquisa para avaliar inicialmente a situação do aluno e do egresso no meio profissional e de um sistema informatizado

para divulgação de vagas de estágio e dos parceiros formais para estágio.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: contexto econômico, infraestrutura e orçamento. O contexto econômico e orçamentário influenciaram diretamente a criação do hotel de projetos, que não foi concluído por falta de orçamento para equipar o espaço criado para este fim no câmpus São José. Fatores relacionados à infraestrutura estão diretamente relacionados à falta de diretrizes para o empreendedorismo no IFSC. Há pouco conhecimento dos servidores e alunos acerca de questões ligadas ao empreendedorismo. Observa-se que a instituição se encontra em fase de estruturação de seus processos e procedimentos, e talvez o projeto em discussão tenha sido superestimado, precisando ser reestruturado no sentido de determinar o foco institucional para o empreendedorismo, e ações de análise do aluno e egresso em espaços de trabalho. Atualmente questões relativas ao estágio e egresso não estão vinculadas diretamente a nenhuma pró-reitoria, o que dificulta o alcance dos objetivos. A falta de uma coordenação específica para tratar de questões de inserção socioprofissional dos alunos também dificulta o alcance das metas. Precisa-se de um portal institucional que fomente a inserção socioprofissional dos alunos e egressos e de servidores focados em ações de inserção dos alunos de forma sistematizada. Necessita-se alocação de orçamento específico para viabilizar essas ações.

15 – Estabelecer a relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos internos e externos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação do IFSC.

O objetivo estratégico está em desenvolvimento conforme o planejado.

a) Riscos identificados: implantação da Política de Comunicação de forma parcial; recursos financeiros não previstos para a execução do objetivo geral em todo o delineamento dos objetivos específicos; e pouco envolvimento da gestão.

b) Estratégias adotadas: adotou-se a divisão do macroprojeto em sete projetos e atribuição de coordenação para cada um deles, acompanhamento rotineiro conforme cronograma estabelecido em reunião com toda a equipe, reuniões de avaliação para possíveis readequações da execução planejada.

c) Revisões de macroprocessos: os macroprocesso de apoio, Gestão de Eventos, Comunicação e Marketing Institucional sofreram pequenas alterações com a implantação da política de comunicação.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: é necessária adequação entre a execução orçamentária e o desenvolvimento dos projetos para alcance do objetivo estratégico.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: orçamento, infraestrutura e quadro de pessoal administrativo. O contingenciamento orçamentário para diárias e passagens prejudicou a execução do objetivo estratégico, conforme o planejamento elaborado.

16- Estimular o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas, integradas às ações de ensino, pesquisa e extensão, para garantir a formação integral do cidadão, a permanência e êxito do aluno e a promoção da identidade institucional.

O objetivo estratégico está em desenvolvimento conforme o planejado.

a) Riscos identificados: não houve.

b) Estratégias adotadas: implementação e participação do GT de esportes do IFSC, realização de contato direto da Diretoria de Extensão com os servidores que trabalham com projetos na área de arte, cultura e esportes e com os coordenadores de extensão.

c) Revisões dos macroprocessos: revisou-se o macroprocesso Gestão das Políticas de Extensão, de Integração e de Intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: não houve.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: infraestrutura e orçamento. A estrutura de pessoal nos câmpus, bem como o reconhecimento da extensão como atividade institucional, apoiaram o desenvolvimento do projeto. O aumento do orçamento da extensão nos anos de 2012 e 2013 culminou nos bons resultados obtidos. A não existência de uma coordenação de arte, cultura e esportes dificulta a implementação institucional de diretrizes e políticas para as áreas, bem como a formalização de parcerias. Necessita-se no quadro de pessoal, de um servidor específico na Reitoria para traçar, coordenar e implementar diretrizes para a temática.

17- Potencializar e qualificar as atividades de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica, visando a consolidar o IFSC como centro de excelência em desenvolvimento científico e tecnológico

O objetivo estratégico em desenvolvimento conforme o planejado.

a) Riscos identificados: orçamento, quadro de pessoal administrativo, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, percepção de boa parte da instituição de que o docente deve dar somente aulas e não realizar pesquisa e extensão. Alguns fatores de risco foram sendo vencidos paulatinamente, outros não foram ainda solucionados e precisam de um melhor tratamento. A questão de indissociabilidade foi sendo melhorada pela aproximação na gestão de ensino, pesquisa e extensão e PDI, o que exigiu empenho dessas três áreas. Quanto a percepção da Instituição sobre a importância da pesquisa e da extensão, esse é um tema que ainda precisa de esforços futuros para que se busque o equilíbrio.

b) Estratégias adotadas: apesar de o quadro administrativo ser pequeno, houve empenho da parte dos servidores engajados no sucesso das atividades do macroprojeto, levando-o a um bom termo para o ano de 2013. Houve uma forte aproximação da pesquisa com a extensão, visando trabalhar em conjunto, suprindo necessidades. A realização do SEPEI 2013 foi um exemplo de apoio mútuo e

de organização conjunta. Foram compartilhados recursos e saberes visando tornar o macroprojeto exequível.

c) Revisões dos macroprocessos: não houve.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: são necessárias adequações no quadro de pessoal, estrutura tecnológica e estrutura imobiliária. A pesquisa e a extensão necessitam de *software* para auxiliar na gestão e análise das atividades realizadas no IFSC, o que poderia ajudar a mapear as áreas emergentes de pesquisa no IFSC, assim seria possível definir melhores estratégias para a execução dos recursos. É necessário melhorar a estrutura de equipamentos e computadores. Com relação ao quadro de pessoal, o número é baixo frente a demanda existente na instituição.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: quadro de pessoal administrativo e orçamento. Para a execução do macroprojeto, houve problemas quanto ao número de servidores no quadro das diretorias de Pesquisa e Extensão, que é insuficiente mediante a demanda existente. Além disso, o orçamento aplicado à pesquisa e à extensão nos últimos anos vem aumentando, no entanto, frente ao crescente número de servidores da instituição, torna-se necessário o seu incremento.

18- Fortalecer a internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica.

O objetivo estratégico está em desenvolvimento. As ações continuarão sendo realizadas e ampliadas.

a) Riscos identificados: não houve.

b) Estratégias adotadas: inscrição e credenciamento junto à Mastertest para tornar o IFSC um aplicador credenciado de testes TOEFL ITP, necessários para o intercâmbio de estudantes. Foram lançados editais visando o auxílio financeiro para alunos do IFSC em cursos preparatórios e testes de proficiência TOEFL ITP/IBT. Foi implantado um Comitê organizador de idiomas no IFSC, com o coordenador do Inglês sem Fronteiras junto à instituição para representação junto ao MEC e criação do centro de idiomas do IFSC. Foi implementado o programa de idiomas, capacitação e certificação para alunos e servidores dos câmpus. Foi realizado o fomento de programas de mobilidade acadêmica internacional para alunos do IFSC, através das visitas aos alunos dos câmpus do IFSC, com a apresentação de palestras e divulgação de informações com relação ao intercâmbio internacional. Foi fomentado o programa de capacitação de servidores em Assuntos Internacionais e ampliado o Programa Missões Internacionais, visando visitas técnicas às instituições e aprimoramento do idioma do país em questão. Foi ampliado o Programa Convênios e Ações Internacionais

c) Revisões de macroprocessos: o macroprocesso de Gestão dos Assuntos Internacionais foi aperfeiçoado.

d) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras: não houve.

e) Aspectos que influenciaram a execução do macroprojeto: o quadro de pessoal administrativo. As atividades da Coordenadoria de Assuntos Internacionais envolvem uma série de atividades complementares entre si, porém bastante distintas, desde a promoção de acordos de cooperação com instituições estrangeiras, passando pelo estabelecimento de procedimentos acadêmicos e administrativos para o envio e o recebimento de alunos de intercâmbio, a promoção da capacitação dos intercambistas em língua estrangeira, assim como a realização de testes de proficiência e gestão de editais e bolsas de auxílio dos intercambistas. Tudo isso exige pessoal administrativo com domínio de diferentes competências e com tempo adequado para atender a crescente demanda, portanto, é necessário a incorporação de novos servidores na Coordenadoria de Assuntos Internacionais.

2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.2.1 – Programa temático

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada.

2.2.2 – Objetivo

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada.

2.2.3 - Ação

2.2.3.1 Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0005		Tipo: Operações Especiais			
Título	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO(PRECATÓRIOS)					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901		Tipo:			
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 1.959.060,00	R\$ 1.899.341,00	R\$ 1.813.130,57	R\$ 1.813.130,57	R\$ 1.813.130,57	R\$ -	R\$ -
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Quadro 4 – Ação 0005

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação						
Código	00G5		Tipo: Operações Especiais			
Título	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATORIOS E REQUISICOES DE PEQUENO VALOR					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais		Código: 0901		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 173.498,00	R\$ 173.498,00	R\$ 11.419,18	R\$ 11.419,18	R\$ 11.419,18	R\$ -	R\$ -
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Quadro 5 – Ação 00G5

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação						
Código	00M0		Tipo: Operações Especiais			
Título	CONTRIBUCAO A ENTIDADES NACIONAIS REPRESENTATIVAS DE EDUCACAO E ENSINO					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 85.900,00	R\$ 85.900,00	R\$ 85.900,00	R\$ 85.900,00	R\$ 85.900,00	R\$ -	R\$ -
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Quadro 6 – Ação 00M0

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação						
Código	0181		Tipo: Operações Especiais			
Título	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código: 0089		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 22.329.160,00	R\$ 27.700.622,00	R\$ 27.496.111,51	R\$ 27.496.111,51	R\$ 27.496.111,51	R\$ -	R\$ -
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Quadro 7- Ação 0181

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação						
Código	0716		Tipo: Operações Especiais			
Título	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais	Código: 0901	Tipo:			
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 80.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 49.064,46	R\$ 49.064,46	R\$ 49.064,46	R\$ -	R\$ -
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Quadro 8 – Ação 0716

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/ Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação						
Código	09HB		Tipo: Operações Especiais			
Título	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 21.066.614,00	R\$ 26.570.825,00	R\$ 26.327.671,88	R\$ 26.317.671,88	R\$ 23.967.767,68	R\$ -	R\$ 10.000,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Quadro 9 – Ação 09HB

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação						
Código	20TP					
Título	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo:					
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 102.622.915,00	R\$ 147.236.154,00	R\$ 144.145.527,39	R\$ 144.145.527,39	R\$ 143.922.880,43	R\$ -	R\$ -
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Quadro 10 – Ação 20TP

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação						
Código	2004		Tipo: Atividades			
Título	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 2.541.316,00	R\$ 3.224.016,00	R\$ 3.223.671,31	R\$ 3.116.122,76	R\$ 3.034.842,34	R\$ -	R\$ 107.548,55
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina		Pessoa Beneficiada	2.021	1.288	1.288	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	###	-	

Quadro 11 – Ação 2004

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação							
Código	2010		Tipo: Atividades				
Título	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORESCIVIS, EMPREGADOS E MILITARES						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina						
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
R\$ 240.000,00	R\$ 285.000,00	R\$ 276.687,24	R\$ 276.687,24	R\$ 276.687,24	R\$ -	R\$ -	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina			Criança Beneficiada	247	290	290	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-		###	-	

Quadro 12 – Ação 2010

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação							
Código	2011		Tipo: Atividades				
Título	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina						
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação			Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
R\$ 634.428,00	R\$ 634.428,00	R\$ 528.249,05	R\$ 528.249,05	R\$ 528.249,05	R\$ -	R\$ -	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina			Pessoa Beneficiada	294	397	397	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-		###	-	

Quadro 13– Ação 2011

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação							
Código	2012		Tipo: Atividades				
Título	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina						
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
R\$ 6.012.000,00	R\$ 8.202.104,00	R\$ 8.055.485,03	R\$ 8.055.485,03	R\$ 8.055.485,03	R\$ -	R\$ -	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina			Pessoa Beneficiada	1.648	1.903	1.903	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
-	-	-			###	-	

Quadro 14 – Ação 2012

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação						
Código	4572		Tipo: Atividades			
Título	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 493.500,00	R\$ 730.683,00	R\$ 435.391,90	R\$ 402.332,36	R\$ 367.474,66	R\$ -	R\$ 33.059,54
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Santa Catarina		Servidor Capacitado	350	350	350	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
8.410,00	6.550,00	1.860,00	-		servidor capacitado	4

Quadro 15– Ação 4572

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação							
Código	20RG		Tipo: Atividades				
Título	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina						
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
R\$ 9.639.563,00	R\$ 11.913.019,00	R\$ 9.639.563,00	R\$ 4.642.389,52	R\$ 4.302.320,74	R\$ -	R\$ 4.997.173,48	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina		Vaga disponibilizada	500	0	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
7.259.383,66	7.192.489,12	66.894,54			-	###	

Quadro 16 – Ação 20RG

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Código	20RL		Tipo: Atividades				
Título	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina						
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa				Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
R\$ 63.401.015,00	R\$ 69.910.658,00	R\$ 64.639.935,43	R\$ 40.744.047,97	R\$ 34.470.411,26	R\$ -	R\$ 23.895.887,46	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina			Aluno Matriculado	20.000	27.000	29.000	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
24.905.404,55	23.199.499,87	1.705.904,68			-	###	

Quadro 17 – Ação 20RL

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação							
Código	2994		Tipo: Atividades				
Título	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina						
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação			Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 5.308.829,00	R\$ 5.308.829,00		R\$ 5.188.129,87	R\$ 5.188.129,87	R\$ 5.102.540,37	R\$ -	R\$ -
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina			Aluno Assistido		3.000	-	2.918
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
-	-	-			###	-	

Quadro 18 – Ação 2994

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação							
Código	6358		Tipo: Atividades				
Título	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina						
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação			Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 713.000,00	R\$ 852.965,00		R\$ 372.998,56	R\$ 328.107,37	R\$ 295.740,64	R\$ -	R\$ 44.891,19
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina			Pessoa Capacitada	550	1123	923	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
9.632,00	6.915,00	2.717,00			- Pessoa capacitada	22	

Quadro 19 – Ação 6358

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação							
Código	6380		Tipo: Atividades				
Título	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina						
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação			Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
R\$ 1.216.641,00	R\$ 1.216.641,00	R\$ 1.125.356,85	R\$ 889.558,24	R\$ 783.169,54	R\$ -	R\$ 235.798,61	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina			Instituição Apoiada	8		11	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-		###	-	

Quadro 20 – Ação 6380

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

Identificação da Ação							
Código	20RJ		Tipo: Atividades				
Título	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONARIOS E						
Iniciativa	GESTORES PARA A EDUCACAO BASICA						
Objetivo	Código:						
Programa	Educação Básica	Código: 2030	Tipo:				
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina						
Ação Prioritária	() Sim	() Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
R\$ 653.520,00	R\$ 653.520,00	R\$ 244.143,95	R\$ 63.581,84	R\$ 53.581,84	R\$ -	R\$ 180.562,11	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores,		Pessoa Beneficiada	400		378		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
-	-	-			###	-	

Quadro 21 – Ação 20RJ

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi Gerencial 2013/2012, SIMEC Módulo Acompanhamento e Planejamento Orçamentário

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Identificação da Ação					
Código	1H10		Tipo: Atividades		
Título	EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA				
Iniciativa					
Objetivo	Código:		Tipo:		
Programa	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	Código: 1062	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26438				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
R\$ 59.772,02	R\$ -	R\$ 59.772,02			

Quadro 22 – Ação 1H10

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/SIAFI Gerencial

Identificação da Ação					
Código	20CW			Tipo: Atividades	
Título	ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIÓDICOS				
Iniciativa					
Objetivo	Código:			Tipo:	
Programa	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Código: 2109		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26438				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
R\$ 108.592,20	R\$ 108.592,20	R\$ -			

Quadro 23 – Ação 20CW

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/SIAFI Gerencial

Identificação da Ação					
Código	2992			Tipo: Atividades	
Título	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
Iniciativa					
Objetivo	Código:			Tipo:	
Programa	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Código: 2109		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26438				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
R\$ 522.725,18	R\$ 154.424,43	R\$ 368.300,75			

Quadro 24 – Ação 2992

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/SIAFI Gerencial

Identificação da Ação					
Código	6301			Tipo: Atividades	
Título	ACERVO BIBLIOGRÁFICO PARA AS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
Iniciativa					
Objetivo	Código:			Tipo:	
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código: 1062	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26438				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
R\$ 21.303,53	R\$ -	R\$ 21.303,53			

Quadro 25 – Ação 6301

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/SIAFI Gerencial

Identificação da Ação					
Código	8650			Tipo: Atividades	
Título	REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA				
Iniciativa					
Objetivo	Código:			Tipo:	
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código: 1062	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26438				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
R\$ 102.157,63	R\$ 21.449,93	R\$ 80.707,70			

Quadro 26 – Ação 8650

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/SIAFI Gerencial

2.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada.

2.2.3.5 Análise Situacional

Ação 2994

Para o alcance da meta prevista e o atendimento de 2.918 alunos, além dos recursos previstos na ação 2994, foram utilizados também recursos da ação 20RL, correspondendo a um valor adicional de R\$ 792.217,01. Cabe ressaltar que os recursos da ação 20RL foram provenientes do orçamento alocado internamente para os câmpus, a partir da compreensão do IFSC Rede. Por motivos operacionais, entre eles a execução e liquidação de empenhos de forma descentralizada, bem como a indisponibilidade de financeiro para realizar o pagamento, não foi possível a execução na íntegra dos recursos previstos nesta ação, restando um valor de R\$ 120.699,13.

Ação 20RG

A unidade da meta para esta ação, vaga disponibilizada, não retrata a realidade dos resultados obtidos no período, impossibilitando a relação adequada entre a execução financeira e os resultados obtidos. Os recursos dessa ação estão sendo utilizados para a construção dos câmpus Garopaba e São Carlos, com prazo de conclusão das obras previsto para 2014. Em paralelo, os recursos estão sendo aplicados também na reestruturação e ampliação do câmpus Florianópolis Continente, com previsão de término para 2015. Assim, só será possível aferir o quantitativo de vagas disponibilizadas, quando do início da utilização das novas instalações. Destaca-se portanto, que os projetos desenvolvidos e em desenvolvimento até o momento, não resultam em oferta de novas vagas, mas contribuem para a melhoria da infraestrutura do câmpus e do processo de ensino aprendizagem. Por fim, cabe ressaltar que da suplementação orçamentária recebida, não foi possível executar o valor de R\$ 2.273.456,00, devido a não liberação de cota de empenho durante o exercício de 2013. Porém, destaca-se que os recursos da dotação inicial foram executados na íntegra, restando uma parcela em restos a pagar.

Ação 4572

Com relação a dotação suplementar recebida, não foi possível proceder a execução, pois não ocorreu a liberação de cota de empenho durante o exercício. No tocante a dotação inicial, obteve-se uma execução de aproximadamente 82%. Os valores em restos a pagar referem-se às despesas com passagens e inscrições executadas no final do exercício. Por fim, destaca-se a efetivação das ações voltadas à melhoria da qualificação dos servidores, a partir de um processo integrado de planejamento, o qual a cada ano apresenta melhorias.

Ação 6358

A não utilização na íntegra dos recursos previstos na dotação inicial deve-se aos seguintes fatores: a realização de cursos na própria instituição, os quais não acarretaram no pagamento de inscrição; a realização de parte dos eventos de capacitação na modalidade a distância; o período de oferta de alguns cursos, no final do segundo semestre, período este que com acúmulo de algumas atividades, pode ter dificultado a participação do público-alvo; bem como o estágio de estruturação em que se encontra o Centro de Formação do IFSC.

Ação 20RJ

Os recursos previstos na ação 20RJ possibilitaram a oferta de 2 cursos: Especialização EJA na Diversidade, o qual teve início em 2012, com oferta de nova turma em 2013; e Especialização PROEJA, com início em 2013, ambos na modalidade EAD. Embora a meta original de atendimento à 400 pessoas tenha sido executada quase na totalidade, alguns fatores contribuíram para a não execução na íntegra dos recursos orçamentários previstos. O principal fator refere-se a liberação

tardia, no final do segundo semestre, dos recursos destinados às bolsas para contratação dos professores, tutores e equipe multidisciplinar para a produção de materiais do curso de especialização PROEJA. Dessa forma, só foi possível iniciar o curso em Dezembro de 2013, o qual terá continuidade em 2014.

Ação 6380

Neste exercício o IFSC implementou o programa Mulheres Mil em 11 câmpus, com oferta de 19 cursos e de 1100 vagas. Foram computadas 1621 inscrições e efetivadas 1063 matrículas. Deste total, 860 alunas concluíram o curso em 2013. Isso significa o oferecimento de educação básica e capacitação profissional para mulheres desfavorecidas socialmente, sem acesso aos direitos básicos, oportunizando uma nova perspectiva de vida e de renda. Destaca-se ainda nessa ação, as parcerias formalizadas para a execução dos cursos, ampliando a visibilidade institucional no interior de comunidades e famílias, enquanto instituição que oferece educação profissional.

Ação 20RL

Considerando o valor empenhado, foi obtida uma execução orçamentária adequada em relação a dotação inicial. Com relação a dotação suplementar, destaca-se que foram provenientes de três fontes orçamentárias, as quais são detalhadas a seguir: na fonte 112 houve a solicitação de troca de elemento de despesa e o recurso foi executado na íntegra; na fonte 250 os recursos foram executados quase na totalidade; e na fonte 312 ocorreu somente a liberação de R\$ 300.000,00 de cota de empenho, o que impediu a execução completa da dotação suplementar. Com relação a diferença entre os valores liquidados e pagos, justifica-se pela falta de recursos financeiro nos últimos três meses do ano. Em relação a diferença entre os valores empenhados e liquidados pode-se aventar: a liberação tardia de cota de empenho, a destinação de boa parte do recursos para obras e reformas, com conclusão prevista para o exercício 2014, e demora na entrega dos produtos e serviços contratados. A meta física inicial foi reprogramada no final do primeiro semestre de 2013 para 27000 alunos, considerando principalmente que o número de alunos atendidos em 2012 foi superior a 26000 alunos, segundo relatórios do SISTEC. Dois são os possíveis motivos da estimativa anterior estar baixa: 1) estimativa para um ano seguinte não tem como base o ano corrente, uma vez que a informação só pode ser obtida após 31 de dezembro, ao passo que a meta física é programada em julho; 2) as alterações sofridas no SISTEC em 2012; 3) adoção do SISTEC como fonte do número de alunos, em substituição ao sistema acadêmico, com metodologias consideravelmente diferentes para o cálculo do número de matrículas ativas durante o ano. Com relação a meta física atingida ao final de 2013, de 29000 alunos, destaca-se a efetividade da gestão do IFSC voltada ao atendimento das demandas da população e a implementação das políticas públicas na área da educação profissional, científica e tecnológica.

Ação 2010

O número de crianças atendidas superou a meta inicial, em razão do aumento do número de servidores da instituição, decorrente da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Ação 2004

Com relação a assistência médica e odontológica, o número de servidores beneficiados ficou abaixo do previsto. Em razão do aumento do número de servidores ocorrido em 2013, a meta reprogramada. Quanto aos exames periódicos, a diferença entre a meta inicial e realizada, deve-se ao fato de uma parte dos servidores optarem não realizar os exames periódicos.

Ação 2011

O número de servidores beneficiados foi superior ao previsto inicialmente, em razão no aumento do número de servidores da instituição, decorrente da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Ação 2012

O número de servidores beneficiados foi superior ao previsto inicialmente, em razão no aumento do número de servidores da instituição, decorrente da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

Pela primeira vez no IFSC, em 2013, o planejamento orçamentário da instituição foi realizado antes do envio da proposta orçamentária ao MEC, permitindo que o planejamento institucional orientasse o orçamento em vez de ser limitado por ele. A proposta orçamentária foi organizada em conjunto com a Diretoria de Administração da Pró-Reitoria de Administração (PROAD), com o uso do sistema de planejamento como suporte para o preenchimento de uma planilha orçamentária padrão para todas as unidades gestoras do IFSC.

O ano de 2013 foi ímpar para a Diretoria de Comunicação. Em um processo de construção coletiva foi construída a Política de Comunicação do IFSC. O documento foi aprovado em 22 de agosto de 2013, no CONSUP. Para 2014, a principal expectativa da DIRCOM é com a implantação da Política de Comunicação.

Em 2013 algumas obras foram concluídas e outras iniciadas no IFSC, possibilitando a melhoria na realização das atividades administrativas e pedagógicas nos campi. Destacam-se as seguintes obras: construção do campus São Carlos; laboratórios no campus São Miguel do Oeste; início das obras do campus Tubarão; implantação do sistema de calefação no campus Urupema; reforma no campus Xanxerê; construção dos blocos IV, V e VI no campus Araranguá; reforma dos laboratórios do campus Chapecó, reforma do ginásio II do campus Florianópolis e construção do campus Garopaba.

O Quadro 27 apresenta as obras realizadas bem como seu status de conclusão.

Unidade Organizacional	Nome da Obra	Status Conclusão
Câmpus Araranguá	Bloco VI	91,08%
Câmpus Araranguá	Construção dos Blocos IV e V	70,63%
Câmpus Caçador	Bloco II	17,65%
Câmpus Chapecó	Reforma dos laboratórios	100%
Câmpus Florianópolis	Reforma do ginásio II	100%
Câmpus Garopaba	Unidade	52,21%
Câmpus São Carlos	Unidade	60,14%
Câmpus São Miguel do Oeste	Laboratórios	100%
Câmpus Tubarão	Unidade	34,62%
Câmpus Urupema	Sistema de Calefação	100%
Câmpus Xanxerê	Reforma do campus	100%

Quadro 27 – Obras do IFSC 2013

Fonte – Departamento de Obras e Engenharia

Em 2013 foram dispendidos esforços na implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG) pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, pela Secretaria Executiva do PDI e Diretoria de Gestão do Conhecimento (DGC). Para envolver efetivamente o máximo número de servidores e alunos nas diversas etapas do processo de construção do PDI foram realizadas consultas públicas,

debates, eventos, dentre os quais destacam-se: Seminário do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Assembleia do PPI, Seminário de Planejamento Estratégico. Todo o processo vem sendo muito significativo para a instituição, entretanto podemos destacar: as novas propostas de missão, visão e valores; a revisão do PPI; o aprimoramento do planejamento estratégico com a utilização da metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC); o desenvolvimento da ferramenta para o planejamento da oferta – o Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV).

Um importante trabalho realizado no exercício foi a publicação da Síntese Informativa das Microrregiões – SIM. Tendo como referência os projetos desenvolvidos pelo Observatório do Mundo do Trabalho e pelo professor Luis Henrique Aguilar (UNICAMP), a equipe da DGC realizou um levantamento de dados, informações e indicadores demográficos, econômicos, educacionais e de empregabilidade das microrregiões do Estado e sistematizou por câmpus. Cabe destacar que o trabalho em desenvolvimento objetivou inicialmente atender a uma demanda específica do PDI, porém, considerando as competências da Diretoria de Gestão do Conhecimento e da Coordenadoria de Pesquisa Institucional, espera-se que a partir deste projeto seja possível a consolidação de uma metodologia de trabalho voltada à sistematização e disseminação de um conjunto de dados, informações e indicadores de caráter estratégico. Para tal, vislumbra-se no Planejamento Estratégico para 2014 a implantação de um Observatório do Mundo do Trabalho.

Cabe salientar que em 2013 o IFSC foi, pela sexta vez, classificado como o melhor Instituto Federal do País, pois obteve a maior pontuação no Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), entre as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em relação aos indicadores de desempenho da gestão da UJ para medir a efetividade dos principais processos, cabe esclarecer que não há indicadores formalizados. Alguns indicadores são utilizados para mensurar o alcance dos projetos das unidades gestoras da UJ, mas sem uma metodologia pré-definida. Cabe salientar que o planejamento estratégico que está sendo elaborado para 2014/2018 possui uma metodologia predefinida para a elaboração dos indicadores. Desta forma, será possível mensurar com efetividade os indicadores para alcance dos objetivos estratégicos nos próximos exercícios.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Na Figura 9, a seguir, está demonstrada a formatação dos órgãos que compõem a estrutura de governança do IFSC.



Figura 9 – Estrutura de Governança
Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

a) Conselhos e Colegiados: o Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes, o Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas têm regimentos internos próprios, aprovados pelo Conselho Superior, respeitadas as disposições da legislação federal aplicável, do Estatuto do IFSC e do Regimento Geral. Para apoiar a gestão pedagógica e administrativa, o IFSC ainda conta com os colegiados dos câmpus, de caráter deliberativo no âmbito de cada câmpus, conforme delegação do Conselho Superior. Na sequência, esclarecimentos sobre a atuação dos conselhos e colegiados:

- Conselho Superior – é o órgão deliberativo e consultivo máximo do IFSC. É composto por integrantes da comunidade interna (alunos, professores, técnicos administrativos e diretores-gerais de câmpus) eleitos por seus pares, e de segmentos ligados à educação profissional e tecnológica, tendo o Reitor como presidente. Reúne-se a cada dois meses e trata de assuntos relativos a políticas institucionais, orçamento anual, prestação de contas, eleições para Reitor e diretores-gerais, entre outros.

- Colégio de Dirigentes – é um órgão normativo e consultivo formado pelo Reitor e pelos pró-

reitores e diretores-gerais de câmpus. Presidido pelo Reitor, trata de matéria administrativa, econômica, orçamentária e financeira, relações sociais, de trabalho e de vivência. O calendário acadêmico e critérios para distribuição do orçamento anual são dois exemplos de assuntos tratados pelo Colégio de Dirigentes.

- Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas – é um órgão normativo e consultivo que tem por finalidade subsidiar a Reitoria nos encaminhamentos das políticas de pessoal. Em suas reuniões mensais, trata de diretrizes, políticas e normas internas para a gestão de pessoas do IFSC. É formado por representantes dos professores e técnicos administrativos, além dos pró-reitores de Administração (presidente), Ensino e Desenvolvimento Institucional e do diretor de Gestão de Pessoas.

- Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) - é um órgão normativo e consultivo que trata de políticas educacionais, de pesquisa e de extensão do IFSC. É formado por representantes dos professores e dos técnicos administrativos, além dos pró-reitores de Ensino (presidente), Extensão e Relações Externas e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Passam pelo CEPE, por exemplo, todas as propostas de criação, reestruturação e extinção de cursos no IFSC, assim como a suspensão de oferta de vagas.

- Colegiado do Câmpus – é órgão normativo e deliberativo por delegação do Conselho Superior, no âmbito do câmpus, de forma a assessorar o diretor-geral com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do IFSC.

b) Órgão Executivo: Reitoria.

Compete à Reitoria:

I. A administração geral do IFSC, bem como a supervisão da execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária, financeira e patrimonial, visando ao aperfeiçoamento, ao desenvolvimento e à excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II. Formular as propostas orçamentárias, encaminhando-as para aprovação dos órgãos competentes;

III. Planejar as estratégias de desenvolvimento da Instituição;

IV. Coordenar e supervisionar a execução dos planos aprovados, adotando medidas para seu cumprimento e avaliação dos resultados;

V. Promover o relacionamento e o permanente intercâmbio com as instituições congêneres; e

VI. Promover o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o IFSC.

O cumprimento das competências da Reitoria será desenvolvido pelos ocupantes dos cargos relacionados a seguir: Reitor; Diretoria Executiva; Pró-Reitorias; Gabinete; Ouvidoria; Auditoria Interna; e Procuradoria-Geral.

c) Comitês e Comissões:

- Comissão Própria de Avaliação (CPA) - tem como objetivo assegurar a condução do processo de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

- Comissão de Ética – é o órgão responsável pela disseminação da ética pública, por consultas quanto à conduta ética dos servidores e pela apuração de responsabilidades por infração ao Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

- Comitê de Tecnologia da Informação – é um órgão colegiado de natureza consultiva e de

caráter permanente, instituído pela Portaria nº 403 de 29 de março de 2012, em conformidade com as orientações emanadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e pelo Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática – SISPI. É responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos (Art.1 do Regimento do CTI).

d) Instrumentos: a instituição utiliza os seguintes documentos norteadores para exercício da Governança: Estatuto do IFSC; Regimento Geral do IFSC; regimentos internos dos câmpus; e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Quadro 28 – Avaliação dos controles internos da UJ

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Gabinete da Reitoria

3.2.1 Análise Crítica

A metodologia de elaboração do Planejamento Anual da instituição considerou a análise de riscos ao atingimento dos objetivos gerais e específicos dos 18 macroprojetos de abrangência institucional, conforme informado no Relatório de Gestão 2012. No entanto, ainda não são considerados eficientes o processo de análise e a aplicação do seu resultado na execução das ações

planejadas, uma vez que o próprio processo de planejamento ainda precisa ser mais disseminado e incorporado à cultura institucional. Considera-se que o levantamento de riscos e medidas de contingência, apesar de sua importância, é uma etapa mais avançada do processo de planejamento. Por outro lado, a elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para o quinquênio 2014-2018, trouxe a identificação dos objetivos estratégicos da instituição e dos processos críticos para a consecução dos mesmos, o que vai facilitar o processo de análise de riscos das ações a serem planejadas nos próximos ciclos anuais de elaboração de planos de trabalho.

A falta, ineficiência ou imprecisão de controles está relacionada a lacunas na informatização de processos e à confiabilidade de dados e informações registrados nos sistemas de informação usados pelo IFSC. Em agosto de 2013, deu-se início à implantação de um sistema integrado de gestão, cuja previsão de finalização é 2016. Já estão operacionais os módulos de férias dos servidores e de protocolo, enquanto o módulo de compras encontra-se em fase de preparação. Os Macroprojetos 5, 6, 7 e 10, em andamento, tratam em grande parte da definição de conceitos, mapeamento e implantação de procedimentos e estabelecimento de marcos regulatórios para diversos dos principais processos da instituição, de forma que se possa especificar corretamente as necessidades de adequação dos módulos do sistema contratado.

Foram incorporados ao quadro de servidores do IFSC mais três auditores, totalizando seis auditores, com mais uma vaga prevista para 2014. Destaca-se também que foram criadas as unidades regionais de auditoria. Isso permitirá, em 2014, melhor monitoramento dos controles internos, bem como proporcionará à gestão maior capacidade de identificação de lacunas e criação de novos controles.

Foi concluído em novembro o macroprojeto 15 do Planejamento Institucional 2013-2014, com a elaboração e aprovação pelo Conselho Superior da Política de Comunicação para o IFSC, abrangendo tanto os procedimentos e meios de comunicação internos quanto externos. Em 2014 serão elaborados os manuais previstos na Política e espera-se que ao longo dos próximos anos a eficácia da circulação de informações entre os servidores do IFSC seja aprimorada.

No planejamento de 2014 também consta que serão elaboradas políticas institucionais para Tecnologias da Informação e Segurança da Informação.

3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

A UJ não possui sistema de correção formal, porém, as atividades de aconselhamento e apoio às comissões de PAD são desempenhadas pela Assessoria Executiva, que também se manifesta pela regularidade técnica do processo, ao seu final, antes do envio para seu julgamento pela Autoridade instauradora do IFSC.

3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Em relação ao cumprimento da Portaria Nº 1.043/2007 da CGU, sobre a utilização do sistema CGU-PAD, informamos que todos os processos concluídos do IFSC foram cadastrados, conforme relatório emitido pelo sistema.

3.6 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

O IFSC não possui indicadores de governança e de controles internos. Salienta-se que o Planejamento estratégico que está sendo elaborado para o quinquênio 2014/2018 prevê indicadores

de governança.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1.1 Programação

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		147.769.438,00	-	59.702.612,00	
CRÉDITOS	Suplementares	57.488.912,00	-	7.579.188,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos		-	-
	Extraordinários	Abertos		-	-
		Reabertos	-	-	-
	Créditos Cancelados		(2.031.208,00)	-	(511.511,00)
Outras Operações		-	-	-	
Dotação final 2013 (A)		203.227.142,00	-	66.770.289,00	
Dotação final 2012(B)		165.577.707,00	-	56.998.395,00	
Variação (A/B-1)*100		(18,53)	-	(14,64)	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		31.698.909,00			
CRÉDITOS	Suplementares	4.951.863,00			
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos	10.566.304,00		
		Reabertos			
Créditos Cancelados		(10.566.304,00)			
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		36.650.772,00	-	-	-
Dotação final 2012(B)		53.211.416,00			
Variação (A/B-1)*100		(31,12)	-	-	-

Quadro 29 – Programação das Despesas

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi gerencial

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158516	090033	28846090100050042	385.230,00		
	158516	090033	28846090100G50001	173.498,00		
	158516	080013	28846090100050042	1.160.813,00		
	158516	090033	28846090100050042			353.298,00
	158516	153163	12363203120RL0042			1.116,80
	158516	158125	12363203120RL0042			1.820,00
	158516	158517	12363203120RL0042			3.300,00
Recebidos	150014	158516	12301210920040053			4.938,39
	150014	158516	12363203163800000			2.279.559,90
	153163	158516	12364203220RK0042			26.656,87
	154003	158516	12368203020RJ0001			254.536,20
	153173	158516	12363203120RW0001			4.524.405,88
	153173	158516	12363203182520001			80.370,00
	158122	158516	12363203120RL0031			3.013,32
	158125	158516	12363203120RL0042			1.500,00
	158517	158516	12128210945720042			2.000,00
110008	158516	20608205220Y00001			106.621,20	
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	150014	158516	12363203120RG0001	10.005.895,19		
	150014	158516	12363203163800001	2.709.825,52		
	154003	158516	12364203220GK0001	165.000,00		
	153173	158516	12363203182520001	811.981,00		

Quadro 30 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Modalidade de Contratação	Código UO: 26438		UGO: 26438	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	34.074.348,87	29.506.290,06	27.714.026,81	27.528.880,92
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	416.714,47	-	416.714,47
c) Concorrência	4.663.226,32	5.611.403,31	4.323.157,54	5.611.403,31
d) Pregão	27.054.920,50	23.478.172,28	22.052.486,33	21.500.763,14
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	2.356.202,05	-	1.338.382,94	
2. Contratações Diretas (h+i)	3.153.149,24	4.084.037,03	2.717.950,69	3.808.000,73
h) Dispensa	702.591,80	2.695.606,05	614.542,00	2.568.398,53
i) Inexigibilidade	2.450.557,44	1.388.430,98	2.103.408,69	1.239.602,20
3. Regime de Execução Especial	74.367,84	89.587,01	74.367,84	89.587,01
j) Suprimento de Fundos*	74.367,84	89.587,01	74.367,84	89.587,01
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	213.631.573,06	168.401.653,00	211.056.732,32	168.401.653,00
k) Pagamento em Folha	211.961.977,19	166.868.685,87	209.389.426,03	166.868.685,87
l) Diárias	1.669.595,87	1.532.967,13	1.667.306,29	1.532.967,13
5. Outros	-	11.527.243,94	-	11.468.508,58
6. Total (1+2+3+4+5)	250.933.439,01	213.608.811,04	241.563.077,66	211.296.630,24

Quadro 31 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total
 Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/SIAFI Gerencial

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
Modalidade de Contratação				
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	34.074.348,87	29.506.290,06	27.714.026,81	27.528.880,92
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	416.714,47	-	416.714,47
c) Concorrência	4.663.226,32	5.611.403,31	4.323.157,54	5.611.403,31
d) Pregão	27.054.920,50	23.478.172,28	22.052.486,33	21.500.763,14
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	2.356.202,05	-	1.338.382,94	-
2. Contratações Diretas (h+i)	3.153.149,24	4.084.037,03	2.717.950,69	3.808.000,73
h) Dispensa	702.591,80	2.695.606,05	614.542,00	2.568.398,53
i) Inexigibilidade	2.450.557,44	1.388.430,98	2.103.408,69	1.239.602,20
3. Regime de Execução Especial	74.367,84	89.587,01	74.367,84	89.587,01
j) Suprimento de Fundos	74.367,84	89.587,01	74.367,84	89.587,01
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	212.383.719,95	168.125.741,05	209.808.879,21	168.125.741,05
k) Pagamento em Folha	210.714.124,08	166.592.773,92	208.141.572,92	166.592.773,92
l) Diárias	1.669.595,87	1.532.967,13	1.667.306,29	1.532.967,13
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	249.685.585,90	201.805.655,15	240.315.224,55	199.552.209,71

Quadro 32 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ
 Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/SIAFI Gerencial

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:		Código UO:				UGO:			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	135.282.491,55	109.375.959,77	135.282.491,55	109.375.959,77	-	-	135.161.443,91	106.528.641,16	
OBRIGACOES PATRONAIS	27.554.672,46	22.465.283,90	27.544.672,46	22.465.283,90	-	-	25.093.168,94	22.367.169,51	
APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	23.219.440,05	18.114.216,89	23.219.440,05	18.114.216,89	-	-	23.219.440,05	18.114.216,89	
Demais elementos do grupo	13.383.958,63	13.803.914,21	13.383.958,63	13.803.914,21	-	-	13.383.958,63	13.803.914,21	
2. Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
3. Outras Despesas Correntes									
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	16.565.043,50	13.221.971,26	14.051.255,70	12.039.165,44	1.351.532,05	1.182.805,82	12.981.039,89	11.101.218,15	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	11.866.422,71	12.752.479,56	7.312.381,41	6.980.762,17	5.820.427,38	5.771.717,39	6.153.473,92	6.625.703,44	
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	9.105.371,17	-	9.105.371,17	-	-	-	8.996.019,67	-	
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	-	6.032.175,50	-	6.032.175,50	-	-	-	6.032.175,50	
Demais elementos do grupo	15.206.283,64	18.099.695,09	13.672.942,84	15.698.191,66	2.546.559,84	2.401.503,43	12.958.025,03	15.188.720,45	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
OBRAS E INSTALACOES	20.375.994,18	19.506.585,63	6.998.310,71	5.836.404,39	8.631.870,30	13.670.181,24	5.661.540,48	5.324.780,82	
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	12.263.590,46	14.397.870,33	5.327.824,18	5.819.243,70	13.963.320,30	8.578.626,63	2.834.328,50	5.819.243,70	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	1.145.278,18	1.074.517,31	564.976,89	390.846,41	683.670,90	683.670,90	484.446,87	390.846,41	
Demais elementos do grupo									
5. Inversões Financeiras									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
6. Amortização da Dívida									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									

Quadro 33 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total
 Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:		Código UO:				UGO:			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
<i>1. Despesas de Pessoal</i>	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	135.282.491,55	109.375.959,77	135.282.491,55	109.375.959,77	-	###	135.161.443,91	106.528.641,16	
OBRIGACOES PATRONAIS	27.554.672,46	22.465.283,90	27.554.672,46	22.465.283,90	-	###	25.093.168,94	22.367.169,51	
APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	23.219.440,05	18.114.216,89	23.219.440,05	18.114.216,89	-	###	23.219.440,05	18.114.216,89	
<i>Demais elementos do grupo</i>	<i>11.489.791,87</i>	<i>13.803.914,21</i>	<i>11.489.791,87</i>	<i>13.803.914,21</i>	<i>-</i>	<i>###</i>	<i>11.489.791,87</i>	<i>13.803.914,21</i>	
2. Juros e Encargos da Dívida									
<i>1º elemento de despesa</i>									
<i>2º elemento de despesa</i>									
<i>3º elemento de despesa</i>									
<i>Demais elementos do grupo</i>									
3. Outras Despesas Correntes									
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	16.565.043,50	13.221.971,26	14.051.255,70	12.039.165,44	1.351.532,05	1.182.805,82	12.981.039,89	11.101.218,15	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	11.866.422,71	12.752.479,56	7.312.381,41	6.980.762,17	5.820.427,38	5.771.717,39	6.153.473,92	6.625.703,44	
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	9.105.371,17	-	9.105.371,17	-	-	###	8.996.019,67	-	
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	-	6.032.175,50	-	6.032.175,50	-	###	-	6.032.175,50	
<i>Demais elementos do grupo</i>	<i>22.536.639,65</i>	<i>18.099.695,09</i>	<i>21.003.298,85</i>	<i>15.698.191,66</i>	<i>2.546.559,84</i>	<i>2.401.503,43</i>	<i>20.288.381,04</i>	<i>15.188.720,45</i>	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
<i>4. Investimentos</i>	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
OBRAS E INSTALACOES	20.375.994,18	19.506.585,63	6.998.310,71	5.836.404,39	8.631.870,30	13.670.181,24	5.661.540,48	5.324.780,82	
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	12.263.590,46	14.397.870,33	5.327.824,18	5.819.243,70	13.963.320,30	8.578.626,63	2.834.328,50	5.819.243,70	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	1.145.278,18	1.074.517,31	564.976,89	390.846,41	683.670,90	683.670,90	484.446,87	390.846,41	
<i>Demais elementos do grupo</i>									
5. Inversões Financeiras									
<i>1º elemento de despesa</i>									
<i>2º elemento de despesa</i>									
<i>3º elemento de despesa</i>									
<i>Demais elementos do grupo</i>									
6. Amortização da Dívida									
<i>1º elemento de despesa</i>									
<i>2º elemento de despesa</i>									

Quadro 34 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

Fonte – Departamento do Orçamento e Finanças

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.599.462,51	6.146.294,06	1.897.280,63	5.878.991,39
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	804.893,46	1.639.929,68	414.889,59	1.477.958,74
d) Pregão	1.794.569,05	4.506.364,38	1.482.391,04	4.401.032,65
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	378.605,03	962.177,72	245.491,50	750.767,68
h) Dispensa	378.605,03	735.880,98	245.491,50	735.880,98
i) Inexigibilidade		226.296,74		14.886,70
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	616.856,12	760.321,85	584.395,01	760.321,85
k) Pagamento em Folha	599.199,58	686.000,42	566.738,47	686.000,42
l) Diárias	17.656,54	74.321,43	17.656,54	74.321,43
5. Outros	-	843.055,83	-	843.055,83
6. Total (1+2+3+4+5)	3.594.923,66	8.711.849,46	2.727.167,14	8.233.136,75

Quadro 35- Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/SIAFI Gerencial

-

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa		-		-				###
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	3.677.500,97	9.349.620,30	1.187.652,69	4.906.193,18	2.489.848,28	4.443.427,12	925.839,86	4.681.650,67
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	1.711.014,00	134.854,00	1.711.014,00	134.854,00	-		1.707.544,00	134.854,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	597.314,49	55.365,26	597.314,49	55.365,26	-		564.853,38	55.365,26
Demais elementos do grupo	1.278.350,78	2.106.287,93	942.429,70	1.957.970,42	335.921,08	148.317,51	694.124,71	1.876.204,16
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos								
OBRAS E INSTALACOES	10.005.895,19	2.402.375,48	804.893,46	1.639.929,68	9.201.001,73	762.445,80	414.889,59	1.477.958,74
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	3.686.806,52	7.785.321,97	829.884,72	17.536,92	2.856.921,80	7.767.785,05	811.188,00	7.103,92
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Quadro 36 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Os créditos de movimentações referem-se às descentralizações de créditos concedidas e recebidas pela Instituição. As descentralizações recebidas estão vinculadas a projetos específicos que não constavam na Lei Orçamentária Anual. Os créditos constantes no referido quadro foram mencionados ao longo do Relatório de Gestão e são de suma importância para a manutenção da estrutura física e atividades de ensino. Os créditos descentralizados possibilitaram a aquisição de equipamentos, mobiliário, construção dos câmpus Garopaba, São Carlos e Tubarão (serão inaugurados em 2014), e obras de ampliação do campus Urupema e ampliação e reforma do Campus Florianópolis Continente. Além disso ocorreu a descentralização de crédito para o desenvolvimento de programas de Educação a Distância e Pronatec, bem como descentralizações de créditos de custeio, que possibilitaram, dentre outras ações, o pagamento de energia elétrica, água e esgoto, e pagamento de empresas terceirizadas de mão de obra.

Nos créditos recebidos por movimentação constam também os vinculados aos editais de agências de fomento a pesquisa, inserção social, capacitação, dentre outros. Dessa forma, o gerenciamento desses recursos está vinculado aos projetos de origem e os recursos devem ser despendidos em consonância com o planejado.

Os créditos de capital recebidos por movimentação financeira foram obtidos mediante projetos vinculados a termos de cooperação para objetivos específicos da Instituição, conforme consta nas Ações Orçamentárias já supracitadas. Ressalta-se que os créditos recebidos mediante descentralização são de grande importância para o alcance dos objetivos do IFSC, pois os créditos orçamentários aprovados na LOA são insuficientes para atender todas as demandas institucionais.

O Quadro Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários, apresenta a relação de despesas relativas às modalidades de licitação. Percebe-se por este quadro que as despesas com pregão aumentaram de 2012 para 2013, consideravelmente, pois se intensificou o planejamento das aquisições, com a consolidação do Plano Diretor de Licitações. Com a consolidação do Plano Diretor de Licitações e melhoria no planejamento das aquisições percebe-se uma diminuição expressiva das despesas com dispensas de licitação. Ressalta-se ainda o aumento do controle sobre a execução orçamentária e a qualidade do gasto público orientando a execução orçamentária ao longo do ano e não somente ao final do exercício.

O Quadro Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários, apresenta diferenças significativas em relação às despesas com pessoal, pois o número de servidores aumentou em 2013 em relação ao ano de 2012. Além disso, houve reajuste na remuneração dos servidores docentes e técnicos administrativos. Outro acréscimo significativo nas despesas foi causado pela concessão da progressão por titulação aos servidores docentes, em razão da publicação do Decreto 7.806.

4.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve ocorrência no período.

4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 2.790.893,51	R\$ 2.750.302,87	R\$ 1.637,47	R\$ 38.953,17
2011	R\$ 469.990,20	R\$ 389.238,94	R\$ 17.479,17	R\$ 63.272,09
2010	R\$ 115.364,48	R\$ 1.284,00	R\$ 690,50	R\$ 113.389,98
2009	R\$ 396.978,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 396.978,96
2008	R\$ 39.215,58	R\$ 0,00	R\$ 39.215,58	R\$ 0,00
2007	R\$ 862,32	R\$ 0,00	R\$ 862,32	R\$ 0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 45.410.480,89	R\$ 36.579.780,89	R\$ 3.639.842,80	R\$ 5.190.857,20
2011	R\$ 1.447.602,56	R\$ 482.422,51	R\$ 965.180,05	R\$ 0,00
2010	R\$ 116.562,78	R\$ 0,00	R\$ 116.562,78	R\$ 0,00

Quadro 37 – Movimentação e os saldos de restos a pagar
Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/SIAFI Gerencial

4.3.1 Análise Crítica

Os valores inscritos em restos a pagar estão sendo gerenciados com muito critério pela instituição por se tratar de valores referentes ao orçamento de exercícios anteriores, ou seja, os objetos contratados devem ser entregues nas condições contratuais e no tempo correto.

Quanto aos valores de restos a pagar não processados, referem-se somente ao exercício de 2012, pois a instituição adotou medidas eficazes para gerenciar efetivamente os valores de outros exercícios.

4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Não houve ocorrência no período.

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Não houve ocorrência no período.

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Não houve ocorrência no período.

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não houve ocorrência no período.

4.4.5 Análise Crítica

Não houve ocorrência no período.

4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	0	-	68	10.597,36	95	63.578,45	74.175,81
2012	0	-	74	17.350,42	128	72.236,59	89.587,01
2011	0	-	64	9.168,00	110	67.138,02	76.306,02

Quadro 38 – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças/Pró-Reitoria de Administração

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não houve ocorrência no período.

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Código da UG 1		Limite de Utilização da UG			
CLEONE FATIMA ZOHLER THIESEN	00266567010	4.000,00	1.138,00	3.100,36	4.238,36
JOSE ROBERTO MURARA		4.000,00		1.591,31	1.591,31
GEANCARLO VIEIRA WERNER	00585286957	4.000,00	460,00	3.023,00	3.483,00
ERICO DE AVILA MADRUGA	00944143008	4.000,00		2.000,00	2.000,00
SANDRA FATIMA SETTE	01753623944	4.000,00		2.549,24	2.549,24
CORINA DE SOUSA RODRIGUES MASCHIO	02010414993	4.000,00	730,00	742,00	1.472,00
CARLOS EDUARDO RAULINO	02371262900	4.000,00	519,92	2.168,69	2.688,61
VANDERLEIA ASSMANN	03247611983	4.000,00		294,62	294,62
DANIEL DE LIMA CICHELLA	03810165956	4.000,00	300,00	1.321,32	1.621,32
THIAGO TEIXEIRA	04028746922	4.000,00	790,00	108,62	898,62
ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUZA	04212337967	4.000,00	260,00	3.460,79	3.720,79
CLAUDIO FELIPE PASINI	04255355924	4.000,00	232,50	862,56	1.095,06
BARBARA FRASSINI	04299232950	4.000,00	387,44	1.050,86	1.438,30
WILLIAM SADA O HASEGAWA	04807657909	4.000,00	100,00	926,77	1.026,77
RAFAEL ANTONIO ZANIN	05032985902	4.000,00	100,00	2.467,37	2.567,37
ANDREIA WILLRICH	05580894961	4.000,00	300,00	144,32	444,32
GABRIEL SOUSA DOS SANTOS	05808609739	4.000,00	-	727,70	727,70
RAFAEL AUGUSTO WIELEWSKI	05896104901	4.000,00	784,20	2.317,02	3.101,22
JOAQUIM QUINTINO MARTINS	37542095900	4.000,00	1.320,00	12.136,36	13.456,36
SANDRA FATIMA LORENZI	57832919949	4.000,00	360,00	855,42	1.215,42
ROSANA KIMMEL RODRIGUES	61268410934	4.000,00	580,00	2.089,81	2.669,81
LUIZ CARLOS MARTINS	61326798987	4.000,00	1.220,00	11.990,29	13.210,29
JORGE LUIZ PEREIRA	65646517915	4.000,00	-	2.900,31	2.900,31
EVERALDO SILVA DE OLIVEIRA	69435146953	4.000,00	730,00	912,83	1.642,83
ADVALDO JOAO DIAS SOBRINHO	73252565900	4.000,00	90,00	2.851,38	2.941,38
ALINE HEINZ BELO	76338630991	4.000,00	195,30	985,50	1.180,80
Total Utilizado pela UG			10.597,36	63.578,45	74.175,81
Código da UG 2		Limite de Utilização da UG			
Total Utilizado pela UG			-	-	-
Total Utilizado pela UJ			10.597,36	63.578,45	74.175,81

Quadro 39 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças/Pró-Reitoria de Administração

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC Aguardando Análise	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC em Análise	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC não Aprovadas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC Aprovadas	0	-	0	-	0	-	71	74.175,81	71	89.587,02	47	75.347,82

Quadro 40 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)

Fonte – Departamento de Orçamento e Finanças/Pró-Reitoria de Administração

4.5.5 Análise Crítica

Controles internos vêm sendo instituídos para assegurar, de maneira razoável, a aplicação dos recursos em conformidade com a legislação vigente, como, por exemplo, a análise do relatório de prestação de contas antes da liberação de novo suprimento. Estes controles vêm sendo realizados pelo Departamento de Orçamento e Finanças.

Mesmo com a expansão do IFSC nos últimos anos, verifica-se que em relação a 2012 a instituição diminuiu seus gastos com suprimento de fundos em 20,78%, chegando aos mesmos patamares de 2011, devido a um controle mais efetivo nos valores concedidos por câmpus.

4.6 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não houve ocorrência no período.

4.7 GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada.

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

5.1.1.1 Lotação

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1786	1786	313	51
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1786	1786	313	51
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1777	1777	311	48
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	5	5	2	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	136	136	126	139
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1922	1922	439	190

Quadro 41 – Força de Trabalho da UJ

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/Departamento de Desenvolvimento de Pessoas/SIAPE

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	13
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	8
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) – Colaboração Técnica	5
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	17
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	17
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	55
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	23
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/c	3
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	4
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	25
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	15
4.1. Doença em Pessoa da Família	14
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	12
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	2
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	10
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	112

Quadro 42 – Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/Departamento de Desenvolvimento de Pessoas/SIAPE

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	98	98	36	34
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	98	98	36	34
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	96	96	36	34
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	424	323	256	219
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	423	322	256	219
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	522	421	292	253

Quadro 43 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ
Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	351	537	386	208	31
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	289	491	362	203	30
1.3. Servidores com Contratos Temporários	62	46	24	5	1
2. Provimento de Cargo em Comissão	75	164	113	54	7
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	32	34	25	1
2.3. Funções Gratificadas	69	132	79	29	6
3. Totais (1+2)	426	701	499	262	38

Quadro 44 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária
Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/DW/SIAPENET

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	1	12	8	144	448	272	466	162
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	1	12	8	144	369	253	432	156
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	79	19	34	6
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	2	27	123	88	95	78
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	20	20	28	29
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	2	26	103	68	67	49
3. Totais (1+2)	0	1	12	10	171	571	360	561	240

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Quadro 45 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/DW/SIAPENET

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	81.353.159,40	23.210.752,84	14.025.012,20	6.039.985,17	11.951,79	8.707.604,84	725.005,20	93.276,22	2.089.757,53	136.256.505,19
	2012	68.399.889,82	16.071.546,98	15.803.999,45	6.623.608,92	7.426.085,91	1.526.141,86	397.916,09	42.941,29	2.025.226,15	102.245.809,49
	2011	54.216.995,84	21.727.193,90	28.429.364,06	4.203.619,34	288.477,30	8.236.275,14	773.247,99	281.780,04	2.134.302,71	120.291.256,32
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	4.883.973,25	-	535.427,07	356.410,22	568.832,69	626.026,65	33.970,79	1.187,11	-	7.005.827,78
	2012	3.848.736,31	-	466.970,94	167.476,96	735.887,29	9.802,35	-	-	-	5.228.873,85
	2011	2.760.052,64	-	292.473,12	70.870,55	79.697,28	444.180,80	455,23	-	-	3.647.729,62
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	644.180,83	277.062,71	133.976,88	54.067,08	-	71.498,41	1.092,37	-	7.055,74	1.188.934,02
	2012	517.851,73	215.599,43	199.945,56	-	73.466,89	2.274,77	-	320,10	7.709,76	1.017.168,24
	2011	262.588,90	157.874,43	170.045,56	22.122,81	4.387,63	37.812,86	3.582,08	-	5.449,21	663.863,48
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	5.776.282,94	3.098.350,96	6.019.060,68	668.315,21	-	710.408,63	18.813,16	2.405,77	77.533,10	16.371.170,45
	2012	4.197.756,83	2.127.563,51	4.980.349,03	49.553,65	472.783,03	506.081,74	-	1.100,81	72.795,37	12.407.983,97
	2011	3.125.820,32	-	8.750,62	3.078,93	3.403,05	-	31,17	-	-	3.141.084,09
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	13.664.997,34	4.551.980,46	4.048.850,59	2.353.373,69	1.037,83	1.997.596,53	97.197,86	13.548,55	88.050,72	26.816.633,57
	2012	9.447.394,22	3.052.891,93	3.951.072,24	169.070,71	741.156,24	1.298.571,81	-	9.514,05	67.656,74	18.737.327,94
	2011	225.831,23	-	370.822,70	721.308,46	-	-	-	-	-	1.317.962,39

Quadro 46 – Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/DW/SIAPENET

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	234	16
1.1 Voluntária	204	14
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	30	2
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	68	4
2.1 Voluntária	56	1
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	11	3
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	302	20

Quadro 47 – Composição do Quadro de Servidores Inativos

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/Coordenadoria de Controle Funcional/SIAPE

No exercício de 2013 foram revertidas 2 aposentadorias, sendo uma voluntária integral e outra voluntária proporcional. No mesmo período faleceram 5 aposentados (2 invalidez integral, 2 voluntárias proporcional e 1 voluntária integral).

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	57	4
1.1. Integral	46	3
1.2. Proporcional	11	1
2. Em Atividade	23	2
3. Total (1+2)	80	6

Quadro 48 – Instituidores de Pensão

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/Coordenadoria de Controle Funcional/SIAPE

No exercício de 2013 faleceram 2 pensionistas, sendo que, 1 pensão gerada por Aposentadoria Integral e outra por aposentadoria Proporcional

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	439	176	423	156
Concessão de aposentadoria	20	21	20	21
Concessão de pensão civil	6	4	6	4
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0		0	0
Concessão de reforma	0		0	0
Concessão de pensão militar	0		0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório		16		16
Totais	465	217	449	197

Quadro 49 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/Departamento de Desenvolvimento de Pessoas/SIAPE

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	154	101	154	101
Cancelamento de concessão	3	0	3	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	157	101	157	101

Quadro 50 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/Departamento de Desenvolvimento de Pessoas/SIAPE

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	140	123	8	2
Concessão de aposentadoria	7	10	2	1
Concessão de pensão civil	4	2	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	151	135	10	3
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	122	16	7	9
Cancelamento de concessão	1			2
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	123	16	7	11

Quadro 51 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/Departamento de Desenvolvimento de Pessoas/SIAPE

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Quadro 52 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/Departamento de Desenvolvimento de Pessoas/SIAPE

No exercício de 2013 o IFSC não teve pensões graciosas ou indenizatórias, ou outros atos registrados fora do SISAC.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A verificação da existência de eventuais acumulações indevidas de cargos funções e empregos públicos ocorre, essencialmente, no momento do ingresso do servidor na instituição e nos recadastramentos anuais. Não foram detectados casos de servidores que acumulem cargos indevidamente.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não foram detectadas ocorrências.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O IFSC não possui indicadores desenvolvidos para o gerenciamento de recursos humanos. Os mecanismos de identificação de informações relevantes, bem como seu registro e acompanhamento, vêm sendo aperfeiçoados de modo a que se possa construir, gradativamente, um conjunto de indicadores. A construção desses indicadores consta do Planejamento Estratégico da instituição que está sendo elaborado para os próximos cinco anos.

5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA													
UG/Gestão:158516							CNPJ:11.402.887/0001-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	012/2009	00.482.840/0001-38	09/02/09	09/02/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2009	L	O	013/2009	00.482.840/0001-38	09/02/09	07/02/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2010	L	O	118/2010	10.565.981/0001-78	18/12/12	15/02/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2010	L	O	125/2010	10.565.981/0001-78	04/01/13	04/03/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2011	L	O	009/2011	10.581.285/0001-55	10/03/12	10/03/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2011	L	O	057/2011	10.581.285/0001-55	15/08/12	15/08/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2012	L	O	015/2012	83.317.487/0001-68	20/03/12	19/03/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2012	L	O	016/2012	83.317.487/0001-68	11/04/12	10/04/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2012	L	O	019/2012	10.581.285/0001-55	28/03/12	27/03/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2012	L	O	105/2012	07.592.889/0001-92	13/09/13	13/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2012	L	O	110/2012	09.284.904/0001-60	14/09/13	14/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2012	L	O	120/2012	07.006.622/0001-76	23/09/13	23/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2012	L	O	122/2012	07.809.721/0001-96	30/09/13	30/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2012	L	O	152/2012	07.592.889/0001-92	03/11/12	03/03/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2012	L	O	156/2012	07.592.889/0001-92	03/11/12	03/03/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2012	L	O	157/2012	07.006.622/0001-76	01/12/12	01/12/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2012	L	O	160/2012	03.814.774/0001-44	14/01/13	14/01/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2012	L	O	167/2012	13.026.997/0001-09	20/12/12	20/12/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2012	L	O	169/2012	13.682.207/0001-35	13/12/12	13/12/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2012	L	O	170/2012	13.682.207/0001-35	13/12/12	13/12/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A

2012	L	O	171/2012	13.682.207/0001-35	17/12/12	17/12/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2012	L	O	172/2012	13.682.207/0001-35	24/12/12	24/12/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2012	L	O	173/2012	13.682.207/0001-35	14/01/13	14/01/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2012	L	O	180/2012	13.026.997/0001-09	21/01/13	21/01/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	L	O	017/2013	13.682.207/0001-35	08/02/13	08/02/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	L	O	018/2013	12.013.198/0001-27	18/02/13	18/02/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	L	O	023/2013	13.682.207/0001-35	11/03/13	11/03/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	L	O	024/2013	13.682.207/0001-35	28/03/13	28/03/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	L	O	025/2013	13.682.207/0001-35	05/03/13	05/03/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	L	O	029/2013	03.116.865/0001-06	20/03/13	20/03/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	L	O	037/2013	04.231.640/0001-63	11/04/13	11/04/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	L	O	082/2013	07.809.721/0001-96	16/08/13	16/08/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2010	V	O	046/2010	07.809.721/0001-96	16/06/12	16/06/13	6	6						E
2010	V	O	051/2010	07.168.167/0001-05	15/04/12	15/04/13	6	6						E
2010	V	O	059/2010	07.168.167/0001-05	19/07/13	19/07/14	6	6						P
2010	V	O	060/2010	07.168.167/0001-05	19/07/13	19/07/14	4	4						P
2010	V	O	081/2010	07.168.167/0001-05	22/09/13	22/09/14	6	6						P
2010	V	O	103/2010	07.168.167/0001-05	14/11/13	14/11/14	6	6						P
2010	V	O	121/2010	05.497.780/0001-40	01/01/13	01/01/14	6	6						P
2010	V	O	122/2010	05.497.780/0001-40	01/01/13	01/01/14	6	6						P
2011	V	O	049/2011	05.497.780/0001-40	29/06/13	29/06/14	6	6						P
2011	V	O	051/2011	05.497.780/0001-40	01/07/13	01/07/14	6	6						P
2011	V	O	107/2011	05.497.780/0001-40	12/09/13	12/09/14	6	6						P
2011	V	O	111/2011	05.497.780/0001-40	02/10/13	02/10/14	20	20						P
2011	V	O	118/2011	05.497.780/0001-40	02/10/13	02/10/14	12	12						P
2011	V	O	119/2011	82.949.652/0001-31	09/10/13	09/10/14	4	4						P
2011	V	O	120/2011	82.949.652/0001-31	12/10/13	12/10/14	10	10						P
2011	V	O	121/2011	05.497.780/0001-40	12/10/13	12/10/14	6	6						P
2011	V	O	122/2011	05.497.780/0001-40	12/10/12	12/10/13	2	2						E
2012	V	O	001/2012	05.449.286/0001-00	01/01/13	01/01/14	12	12						P
2012	V	O	083/2012	07.168.167/0001-05	27/08/13	27/08/14	6	6						O
2012	V	O	084/2012	10.364.152/0001-27	21/08/12	21/08/13	8	8						E
2012	V	O	161/2012	07.168.167/0001-05	15/12/12	15/12/13	10	10						A
2012	V	O	163/2012	05.497.780/0001-40	03/12/12	03/12/13	6	6						A
2013	V	O	086/2013	10.364.152/0001-27	21/08/13	21/08/14	8	8						A
2013	V	O	130/2013	05.497.780/0001-40	13/10/13	13/10/14	4	4						A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro 53 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Fonte – Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Administração/Departamento de Contratos

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA													
UG/Gestão: 158516							CNPJ: 11.402.887/0001-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	088/2011	09.310.539/0001-11	29/08/12	29/08/13	4	4					E
2011	4	O	089/2011	09.310.539/0001-11	30/08/12	30/08/13	4	4					E
2011	4	O	090/2011	09.310.539/0001-11	31/08/12	31/08/13	2	2					E
2011	4	O	091/2011	79.283.065/0001-41	31/08/12	31/08/13	2	2					E
2011	4	O	096/2011	09.310.539/0001-11	26/08/12	26/08/13	2	2					E
2011	4	O	162/2011	07.006.622/0001-76	29/11/12	29/11/13	2	2					E
2012	4	O	097/2012	13.420.610/0001-96	18/08/12	16/10/13	2	2					E
2012	4	O	104/2012	02.531.343/0001-08	16/09/12	16/09/13	2	2					E
2012	4	O	127/2012	83.953.331/0001-73	07/10/13	07/10/14	2	2					p
2013	4	O	121/2013	05.600.954/0001-59	17/10/13	17/10/14	2	2					A
2013	4	O	110/2013	05.600.954/0001-59	03/09/13	03/09/14	4	4					A
2013	4	O	127/2013	05.912.569/0001-47	23/09/13	23/09/14	4	4					A
2013	4	O	128/2013	05.912.569/0001-47	25/09/13	25/09/14	2	2					A
2010	5	O	091/2010	02.531.343/0001-08	31/10/13	31/10/14			2	2			P
2010	5	O	095/2010	02.531.343/0001-08	09/11/13	09/11/14			4	4			P
2010	5	O	096/2010	02.531.343/0001-08	09/11/13	09/11/14			4	4			P
2010	5	O	097/2010	02.531.343/0001-08	09/11/13	09/11/14			2	2			P
2010	5	O	104/2010	05.822.551/0001-54	16/11/13	16/11/14			2	2			P
2010	5	O	106/2010	05.822.551/0001-54	16/11/13	16/11/14			2	2			P
2011	5	O	025/2011	05.822.551/0001-54	21/03/13	21/03/14			4	4			P
2011	5	O	081/2011	08.629.207/0001-31	24/08/13	24/08/14			12	12			P
2011	5	O	093/2011	09.310.539/0001-11	14/09/12	14/09/13			6	6			E
2011	5	O	094/2011	09.310.539/0001-11	05/09/12	05/09/13			4	4			E
2011	5	O	095/2011	09.310.539/0001-11	06/09/12	06/09/13			4	4			E
2011	5	O	158/2011	07.006.622/0001-76	15/11/12	15/11/13			7	7			P
2012	5	O	102/2012	79.283.065/0001-41	12/10/12	12/10/13			4	4			E
2012	5	O	124/2012	02.531.343/0001-08	18/11/13	18/11/14			2	2			P
2012	5	O	154/2012	07.006.622/0001-76	15/11/12	15/11/13			1	1			P
2013	5	O	120/2013	05.600.954/0001-59	16/09/13	16/09/14			4	4			A
2013	5	O	123/2013	07.006.622/0001-76	13/10/13	13/10/14			4	4			A
2013	5	O	138/2013	05.600.954/0001-59	16/11/13	16/11/14			14	14			A
2013	7	O	075/2013	76.535.764/0001-43	05/08/13	05/08/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2011	7	O	137/2011	33.530.486/0001-29	27/10/13	27/10/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	138/2011	33.530.486/0001-29	27/10/13	27/10/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	139/2011	33.530.486/0001-29	27/10/13	27/10/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	140/2011	33.530.486/0001-29	27/10/13	27/10/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	141/2011	76.535.764/0322-66	18/11/13	18/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	142/2011	76.535.764/0322-66	18/11/13	18/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	143/2011	76.535.764/0322-66	21/11/13	21/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	144/2011	76.535.764/0322-66	21/11/13	21/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	145/2011	76.535.764/0322-66	21/11/13	21/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P

2011	7	O	146/2011	76.535.764/0322-66	21/11/13	21/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	147/2011	76.535.764/0322-66	21/11/13	21/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	148/2011	76.535.764/0322-66	21/11/13	21/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	149/2011	76.535.764/0322-66	21/11/13	21/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	150/2011	76.535.764/0322-66	21/11/13	21/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	151/2011	76.535.764/0322-66	23/11/13	23/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	152/2011	76.535.764/0322-66	23/11/13	23/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	153/2011	76.535.764/0322-66	23/11/13	23/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	154/2011	76.535.764/0322-66	23/11/13	23/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	155/2011	76.535.764/0322-66	23/11/13	23/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	8	O	047/2011	01.736.543/0001-34	10/06/13	10/06/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	8	O	133/2011	02.797.782/0001-67	10/11/13	09/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	8	O	135/2011	02.797.782/0001-67	11/11/13	19/06/13	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2011	8	O	165/2011	02.797.782/0001-67	23/11/13	23/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2012	8	O	155/2012	02.797.782/0001-67	05/11/13	05/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2013	8	O	050/2013	14.048.837/0001-15	20/06/13	20/06/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	051/2013	14.048.837/0001-15	20/06/13	26/06/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	052/2013	02.797.782/0001-67	20/06/13	26/06/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	053/2013	15.251.668/0001-89	20/06/13	26/06/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	079/2013	12.671.074/0001-39	01/08/13	01/18/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	087/2013	12.671.074/0001-39	19/08/13	19/08/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	104/2013	11.955.729/0001-38	02/09/13	02/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	105/2013	12.671.074/0001-39	02/09/13	02/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	106/2013	12.671.074/0001-39	02/09/13	02/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	107/2013	12.671.074/0001-39	02/09/13	02/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	108/2013	12.671.074/0001-39	02/09/13	02/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	111/2013	12.671.074/0001-39	04/09/13	04/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	112/2013	12.671.074/0001-39	04/09/13	04/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	113/2013	12.671.074/0001-39	04/09/13	04/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	114/2013	81.006.272/0001-09	16/09/13	16/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	115/2013	11.955.729/0001-38	16/09/13	16/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	116/2013	11.955.729/0001-38	16/09/13	16/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	117/2013	12.671.074/0001-39	16/09/13	16/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	118/2013	12.671.074/0001-39	16/09/13	16/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	119/2013	81.006.272/0001-09	16/09/13	16/09/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2013	8	O	139/2013	81.006.272/0001-09	14/11/13	14/11/14	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2009	12	Por	O	062/2009	07.261.678/0001-77	01/09/13	01/09/14			1	1		P
2011	12	O	101/2011	03.814.774/0001-44	12/09/13	12/09/14			3	3			P
2011	12	O	102/2011	83.953.331/0001-73	15/09/13	15/09/14			1	1			P
2011	12	O	103/2011	83.953.331/0001-73	15/09/13	15/09/14			2	2			P
2012	12	O	098/2012	02.531.343/0001-08	16/09/13	16/09/14			1	1			P
2012	12	O	101/2012	02.531.343/0001-08	16/09/13	16/09/14			1	1			P
2012	12	O	123/2012	02.531.343/0001-08	07/10/13	07/10/14			1	1			P
2009	12	Zel	O	004/2009	00.482.840/0001-38	02/02/12	02/02/13			2	2		E
2009	12	O	005/2009	00.482.840/0001-38	02/02/12	02/02/13			2	2			E
2009	12	O	006/2009	00.482.840/0001-38	02/02/12	02/02/13			1	1			E
2009	12	O	058/2009	07261678/0001-77	18/08/12	16/08/13			1	1			E
2011	12	O	104/2011	83.953.331/0001-73	23/09/13	23/09/14			1	1			P
2011	12	O	105/2011	83.953.331/0001-73	19/09/13	19/09/14			1	1			P
2011	12	O	159/2011	07.006.622/0001-76	25/11/12	27/05/13			1	1			E
2011	12	O	160/2011	07.006.622/0001-76	15/11/13	15/11/14			1	1			P

2011	12	O	161/2011	07.006.622/0001-76	29/11/13	29/11/14			1	1			P
2011	12	O	163/2011	07.006.622/0001-76	13/11/13	13/11/14			1	1			P
2012	12	O	011/2012	10.581.285/0001-55	26/02/12	26/02/13			1	1			E
2012	12	O	012/2012	10.581.285/0001-55	26/02/12	26/02/13			1	1			E
2012	12	O	106/2012	07.006.622/0001-76	16/09/13	16/09/14			1	1			P
2012	12	O	103/2012	07.006.622/0001-76	16/09/13	16/09/14			1	1			P
2012	12	O	125/2012	05.600.954/0001-59	07/10/13	07/10/14			1	1			P
2013	12	O	019/2013	73.767.790/0001-09	04/03/13	04/03/14			1	1			A
2013	12	O	020/2013	03.814.774/0001-44	04/03/13	04/03/14			1	1			A
2013	12	O	021/2013	03.814.774/0001-44	11/03/13	11/03/14			1	1			A
2013	12	O	022/2013	03.814.774/0001-44	28/05/13	28/05/14			1	1			A
2013	12	O	026/2013	73.767.790/0001-09	04/03/13	04/03/14			4	4			A
2013	12	O	035/2013	03.814.774/0001-44	01/04/13	01/04/14			1	1			A
2013	12	O	036/2013	73.767.790/0001-09	01/04/13	01/04/14			1	1			A
2013	12	O	124/2013	79.283.065/0001-41	23/09/13	23/03/14			1	1			A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro 54 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Administração/Departamento de Contratos

5.2.5 Análise Crítica

Não houve interrupção na prestação dos serviços de locação de mão de obra.

Houve a ocorrência de não pagamento de valores trabalhistas por parte da empresa Guipeservice Serviços e Manutenção LTDA, CNPJ nº 09.310.539/0001-11 junto aos Contratos 94/2011, 96/2011, 93/2011, 89/2011, 90/2011, 95/2011 e 88/2011. O Departamento de Contratos solicitou a abertura de Processo Administrativo para penalização da contratada, por meio do qual a empresa ficou impedida de licitar por mais de 60 dias. Cabe esclarecer ainda, que o IFSC, por solicitação do sindicato da categoria, suspendeu o pagamento das notas fiscais emitidas pela contratada até que as verbas rescisórias fossem pagas aos seus funcionários, o que foi monitorado pelo Departamento de Contratos, que encaminhou as notas fiscais encaminhadas para pagamento após receber a informação de quitação dos valores respectivos.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	65	88	92	86	R\$ 438.107,00
1.1 Área Fim	29	46	43	45	R\$ 224.101,71
1.2 Área Meio	36	42	49	41	R\$ 214.005,29
2. Nível Médio	89	159	153	143	R\$ 423.759,58
2.1 Área Fim	22	67	69	62	R\$ 175.668,79
2.2 Área Meio	67	92	84	81	R\$ 248.090,79
3. Total (1+2)	154	247	245	229	R\$ 861.866,58

Quadro 55 – Composição do Quadro de estagiários do IFSC

Fonte: Diretoria de Gestão do Conhecimento

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

6.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

O IFSC está em fase de revisão de seus processos e normas pertinentes a gestão da frota de veículos. A legislação utilizada como base para a gestão da frota é:

- Decreto Nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
- Decreto nº6.403, de 17 de março de 2008, dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº3, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Resolução nº347, de 29 de abril de 2010, CONTRAN;
- Portaria nº513, de 23 de julho de 2003, Procuradoria-Geral da República; e
- Resolução nº 447, de 25 de Julho de 2013, estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas.

Cabe salientar que o Câmpus Joinville utiliza a Resolução nº08/2011 do Colegiado do Câmpus como norma para utilização dos veículos oficiais.

O IFSC está analisando outras normatizações de gestão de frotas com o objetivo de aperfeiçoar as práticas em vigor.

6.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Considerando a estrutura multicâmpus, os veículos leves são indispensáveis pois permitem o deslocamento dos servidores entre os câmpus, dos câmpus para a Reitoria e vice-versa. Por ser uma instituição de ensino, os ônibus/micro-ônibus/vans são importantes para viabilizar as atividades

pedagógicas como visitas técnicas dos alunos e docentes às outras instituições e viagens de pesquisa dentro do território nacional. Os câmpus Lages, Canoinhas e São Miguel do Oeste possuem tratores que são utilizados nas aulas dos cursos técnicos. Em 2013 foram adquiridos barcos e carretas reboque para serem utilizados nas aulas do câmpus Itajaí.

6.1.3 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional, etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

O Quadro 56 apresenta o quantitativo de veículos de responsabilidade do IFSC segundo a classificação utilizada.

Tipo	Quantidade
Veículos Leves	55
Ônibus/Micro Ônibus/Vans	17
Trator	03
Barco e Carreta Reboque	05
Caminhão	01
TOTAL	81

Quadro 56 – Quantitativo de veículos do IFSC

Fonte- Diretoria de Administração/Coordenadoria de almoxarifado e patrimônio

6.1.4 Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos

A média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação utilizada pelo IFSC é apresentada no Quadro 57.

Tipo	Km média anual
Veículos leves	903.272
Ônibus/micro-ônibus/vans	136.532

Quadro 57 – Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos

Fonte – Diretoria de Administração/Coordenadoria de almoxarifado e patrimônio

6.1.5 Idade média da frota, por grupo de veículos:

O Quadro 58 apresenta a idade média da frota de veículos do IFSC.

Tipo	Idade média anual (anos)
Veículos leves	6
Ônibus/micro-ônibus/vans	6

Quadro 58 - Idade média da frota, por grupo de veículos

Fonte - Diretoria de Administração/Coordenadoria de almoxarifado e patrimônio

6.1.6 Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)

O Quadro 59 apresenta os custos associados à manutenção da frota de veículos do IFSC.

Despesas	Combustível (R\$)	Litros (l)	Manutenção (R\$)	Seguros (R\$)
Veículos leves	177.282,00	59.094	170.000,00	39.075,36
Ônibus/micro-ônibus/vans	146.996,00	58.736	93.400,00	24.528,59

Quadro 59 – Custos de manutenção da frota

Fonte - Diretoria de Administração/Coordenadoria de almoxarifado e patrimônio

6.1.7 Plano de substituição da frota:

No exercício de 2013 não foi possível elaborar um plano de substituição da frota. Todavia, com a contratação de mais um servidor para atuar junto a Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio, será possível executar o projeto em 2014.

6.1.8 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

O IFSC está realizando levantamento de dados para propor um projeto relacionado à frota de veículos. Após esse levantamento será analisada a opção mais vantajosa para a Instituição: aquisição ou terceirização.

6.1.9 Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

O IFSC conta com contrato de manutenção veicular com o fornecedor TICKETCAR, que disponibiliza um sistema via *web*, por meio do qual podem ser extraídos relatórios, para controle de gastos com a frota.

Para abastecimento em postos de combustíveis, lavagens e serviços afins, o IFSC possui contrato junto ao fornecedor SENFFNET LTDA, este também disponibiliza sistema *web* para controle dos gastos.

O controle da utilização de veículos pelas Unidades Organizacionais é realizado de forma manual. Cada veículo possui junto com a documentação uma caderneta de controle de utilização, onde são anotados dia, quilometragem de saída e chegada, horário de saída e chegada, nome do motorista e assuntos tratados. Tal documento é arquivado nos câmpus para consultas posteriores e

identificação/responsabilização do condutor em casos de notificações de trânsito. A maioria dos câmpus fazem uso do Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial oriundo da Instrução Normativa nº3, de 15 de maio de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Na Reitoria o controle também é realizado de forma manual. Efetua-se o recebimento e conferência das notas fiscais/faturas dos contratos terceirizados. Verifica-se a regularização dos documentos de toda a frota (licenciamentos e seguros DPVAT), providencia-se a atualização de dados junto ao órgão de trânsito estadual e gerencia-se as apólices de seguro.

6.10 FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES A SERVIÇO DA UJ, MAS CONTRATADA DE TERCEIROS

Não houve ocorrência no período.

6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1: Santa Catarina	27	26
	Araranguá	1	1
	Biguaçu	1	1
	Caçador	2	2
	Canoinhas	1	1
	Chapecó	1	1
	Criciúma	1	1
	Florianópolis	2	2
	Garopaba	1	1
	Gaspar	1	1
	Itajaí	2	2
	Jaraguá do Sul	2	2
	Joinville	1	1
	Lages	1	1
	Navegantes	1	1
	Palhoça	1	1
	São Carlos	1	1
	São José	1	1
	São Miguel do Oeste	2	2
	Tubarão	1	0
	Urupema	1	1
Xanxerê	2	2	
Subtotal Brasil		27	26
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		

	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	27	26

Quadro 60 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Fonte: Departamento de Obras e engenharia/Coordenadoria de Regularidade Imobiliária/SpiuNet em 21/10/2013

Em 2013 o número de bens imóveis sob a responsabilidade da instituição aumentou, totalizando 27 imóveis localizados em 21 municípios, assim distribuídos: 21 imóveis de propriedade direta do IFSC, oriundos de doação; 01 em comodato (Lages) e 05 com cessão do patrimônio da união (Araranguá, Florianópolis Continente/Reitoria, Itajaí, Navegantes e Tubarão).

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158516	8027.00081.500-0	12	2	Cessão de uso	05/12/2013	4.881.884,86		18.072,00
158516	8045.00025.500-2	10	8	984.530,00	06/11/2012	1.114.586,41		
158516	8057.00017.500-2	12	2	770.352,49	05/12/2013	1.669.652,27		5.284,00
158516	8057.00019.500-3	10	8	118.286,98	06/11/2012	128.566,11		
158516	8073.00036.500-8	12	1	849.684,87	05/12/2013	9.567.983,17		94.742,00
158516	8081.00044.500-2	12	2	121.500,00	05/12/2013	7.079.961,75	85.387,66	43.679,00
158516	8089.00032.500-2	12	1	1.332.315,60	05/12/2013	10.157.709,66		12.283,00
158516	8105.00222.500-0	12	3	1.179.175,31	05/12/2013	8.450.588,92		90.775,00
158516	8105.00425.500-4	12	3	24.736.476,53	05/12/2013	63.006.708,52	Damm: 82.497,48 Dir./Muro: 317.670,50 Ginásio II: 320.000,00 DACC: 143.558,73 Total: 863.726,71	233.949,00
158516	8113.00003.500-0	10	8	1.218.262,00	13/06/2011	1.218.262,00		
158516	8117.00009.500-6	12	1	120.000,00	05/12/2013	8.680.869,23		8.311,00
158516	8161.00086.500-3	12	8		24/07/2012	9.359.971,61		
158516	8161.00110.500-2	12	8	4.828.358,46	07/11/2012	5.954.331,65		
158516	8175.00006.500-7	12	2	15.000,00	05/12/2013	8.512.647,36		62.526,00
158516	8175.00016.500-1	12	2	514.262,90	05/12/2013	5.855.512,32		16.479,00
158516	8179.00072.500-0	12	2	396.916,50	05/12/2013	9.468.651,98		14.396,00
158516	8183.00069.500-1	12	1	Comodato	05/12/2013	9.564.033,23		59.216,00
158516	8221.00008.500-5	10	8		24/07/2012	2.352.111,21		
158516	8233.00021.500-0	12	1	2.000.000,00	05/12/2013	8.640.064,62		1.668,00
158516	8315.00003.500-0	10	8	74.100,00	09/11/2012	85.066,80		

158516	8327.00068.500-8	12	3		05/12/2013	12.817.039,86		54.009,00
158516	8339.00016.500-8	10	8	63.389,00	31/08/2012	73.943,26		
158516	8339.00018.500-9	12	1	122.406,96	05/12/2013	8.679.322,29	246.000,00	30.802,00
158516	8383.00014.500-4	12	3	1.361.287,92	05/12/2013	3.101.917,87	1.488.057,85	17.905,00
158516	8383.00016.500-5	10	8	36.708,00	09/11/2012	40.745,88		
158516	9975.00001.500-6	12	1	32.000,00	05/12/2013	855.785,91	276.673,12	11.736,00
158516	8367.00030.500-0 (novo: Tubarão)	10	8	Cessão de uso	08/04/2013	5.037.713,91		
Total							2.959.845,34	775.832,00

Quadro 61 – Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Fonte: Departamento de Obras e engenharia/Coordenadoria de Regularidade Imobiliária/SpiuNet

Os valores referentes as despesas com Reformas foram retiradas do relatório do SIMEC em 31/12/2013. Os valores referentes as despesas com Manutenção foram repassadas pelo Departamento de Orçamento e Finanças em 31/12/2013.

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

O IFSC não possui imóveis funcionais da União sob sua responsabilidade.

6.2.4 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1: Santa Catarina	4	4
	Florianópolis	1	1
	Itajaí	1	1
	Chapecó	1	1
	Garopaba	1	1
	UF “n”	0	0
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		4	4
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		4	4

Quadro 62 – Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros

Fonte- Departamento de Obras e engenharia/Coordenadoria de Regularidade Imobiliária/SpiuNet em 21/10/2013

Os bens locados pelo IFSC em 2013 estão localizados em 04 municípios, assim distribuídos: em Itajaí, prédio para o funcionamento pedagógico e administrativo do Câmpus; em Garopaba, prédio para o funcionamento pedagógico e administrativo do Câmpus; em Chapecó, ginásio para as atividades de educação física, obrigatórias nos cursos de ensino médio; e em Florianópolis, onde funciona a sede da EAD/Reitoria.

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI.

	com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI por iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://dtic.ifsc.edu.br/comite-ti/cti documentos/
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.

	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
	Não há.

Quadro 63 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Desde 2010 o IFSC vem adotando critérios de sustentabilidade em questões específicas de suas licitações, como a aquisição de materiais reciclados (papel e outros), bem como a exigência de certificações ambientais, como no caso da aquisição de computadores. Nos projetos de obras e serviços de engenharia constam itens como aproveitamento de água, torneiras com fechamento automático e iluminação LED. Em 2012 a instituição intensificou a adoção de critérios de sustentabilidade e em março de 2013 foi publicado o primeiro pregão eletrônico de materiais de consumo com adoção de critérios sustentáveis para todos os itens do certame.

Está em andamento também o projeto IFSC Sustentável com o objetivo de reduzir o impacto ambiental das atividades desenvolvidas pelo Instituto nos recursos naturais e desenvolver a cultura

da sustentabilidade que, dentre outras questões, exige a adoção de todos os critérios previstos na IN 01/2010, bem como o treinamento dos servidores para esses procedimentos. Em março de 2013 foi realizado o I Seminário de Licitações, Contratos e Convênios do IFSC, envolvendo todos os gestores e servidores da área de compras para atualização e treinamento em licitações sustentáveis.

Ressalta-se que tanto nos projetos quanto nas fiscalizações de execução das obras são exigidas medidas de sustentabilidade para economia de energia e consumo de água, redução de desperdícios de materiais e controle de entulho e lixo.

A seguir são apresentadas as medidas já adotadas nas obras de contratos que iniciaram em 2012 e 2013:

a) gestão e coleta seletiva de entulho nas obras dos contratos: 020/2012 – construção da cantina do Câmpus Araranguá; 081/2012 – construção do bloco VI do Câmpus Araranguá; 136/2013 – ampliação do Câmpus Continente; 001/2013 – construção do Câmpus Garopaba e TP 05/2012 – execução de sistema de aquecimento por calefação no bloco I do Câmpus Urupema. Nessas obras a fiscalização exige a separação de lixos e entulhos para a coleta seletiva de materiais recicláveis. A gestão de resíduos sólidos das obras consiste na separação, quantificação, armazenamento e destinação correta pelos seus geradores de acordo com as definições da resolução 307/ 2002 do CONAMA.

b) reaproveitamento de madeira de caixaria nas obras dos contratos: 020/2012 – construção da cantina do Câmpus Araranguá; 136/2013 – ampliação do Câmpus Florianópolis-Continente; 001/2013 – construção do Câmpus Garopaba; 081/2012 – construção do bloco VI do Câmpus Araranguá; e TP 05/2012 – execução de sistema de aquecimento por calefação no bloco I do Câmpus Urupema. Os projetos e a fiscalização exigem que as madeiras de formas e caixaria sejam reaproveitadas para reduzir o desperdício desses materiais. Está estabelecido nos contratos do IFSC que todas as madeiras utilizadas devem ter certificação de madeira de reflorestamento. A fiscalização exige que as madeiras utilizadas sejam recolhidas por empresas especializadas para o devido destino.

c) economia de energia: 081/2012 – construção do bloco VI do Câmpus Araranguá. Nos projetos das novas edificações são implantados projetos arquitetônicos que valorizam o uso de luz natural, reduzindo dessa forma o uso de energia elétrica. Estão presentes nesses projetos as aberturas em área comum e o uso de vidro em locais elevados para iluminação indireta em salas e laboratórios.

d) uso de torneiras do tipo *pressmatic*: 081/2012 – construção do bloco VI do Câmpus Araranguá. Esse tipo de torneira possui mecanismo com vedação reforçada e temporizador e deve proporcionar uma economia considerável do uso da água nos câmpus.

e) uso do sistema de caixas acopladas nos vasos sanitários nos banheiros, sistema que pode economizar até 40% do uso da água com relação ao sistema de válvulas para uma economia considerável nos câmpus: CC 05/2012 – contratação de PJ para construção do Câmpus São Carlos do IFSC; CC 06/2012 – contratação de PJ para construção do Câmpus Garopaba do IFSC.

f) uso de luminárias de emergência com lâmpadas do tipo LED: 03/2012 – reestruturação elétrica do Câmpus Florianópolis; 020/2012 – construção da cantina do Câmpus Araranguá. As vantagens do uso deste tipo de luminárias são o aumento da vida útil e o menor consumo de energia. São consideradas lixo comum, não demandando tratamento especial em sua fabricação ou descarte. Não tem em sua composição substâncias tóxicas, nem mercúrio, nem filamentos.

g) construção de cisterna para reaproveitamento da água da chuva: esses sistemas de cisternas aproveitam a água das chuvas para abastecer os vasos sanitários e torneiras de jardinagem para uma economia considerável do uso de água nos câmpus: CC 03/2012 – contratação de PJ para construção do bloco II do Câmpus Caçador; CC 04/2012 – contratação de PJ para construção dos blocos IV e V do Câmpus Araranguá; CC 05/2012 – contratação de PJ para construção do Câmpus

São Carlos; CC 06/2012 – contratação de PJ para construção do Câmpus Garopaba.

h) uso de luminárias de emergência com lâmpadas do tipo LED: TP 09/2012 – contratação de PJ para reforma na direção, substituição do muro frontal, recuperação de estrutura, instalação de elevador no DACC e reforma do ginásio II – Câmpus Florianópolis;

i) economia de energia: nos projetos das novas edificações são implantados projetos arquitetônicos que valorizam o uso de luz natural, reduzindo assim o uso de energia elétrica. Nesses projetos há aberturas em área comum e uso de vidro em locais elevados para iluminação indireta em salas e laboratórios: CC 03/2012 – contratação de PJ para construção do bloco II do Câmpus Caçador do IFSC; CC 04/2012 – contratação de PJ para construção dos blocos IV e V do Câmpus Araranguá do IFSC; CC 05/2012 – contratação de PJ para construção do Câmpus São Carlos do IFSC; CC 06/2012 – contratação de PJ para construção do Câmpus Garopaba do IFSC.

j) uso de torneiras eletrônicas com sensor ou do tipo *pressmatic*/pé-matic: esses modelos possuem mecanismo com vedação reforçada e temporizador para uma economia considerável do uso da água nos câmpus: TP 06/2012 – contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de reforma e adequação do Câmpus Xanxerê do IFSC; TP 09/2012 – contratação de PJ para reforma na direção, substituição do muro frontal, recuperação de estrutura, instalação de elevador no DACC e reforma do ginásio II do IFSC – Câmpus Florianópolis; CC 03/2012 – contratação de PJ para construção do bloco II do Câmpus Caçador do IFSC; CC 04/2012 – contratação de PJ para construção dos blocos IV e V do Câmpus Araranguá do IFSC; CC 05/2012 – contratação de PJ para construção do Câmpus São Carlos do IFSC; CC 06/2012 – contratação de PJ para construção do Câmpus Garopaba do IFSC.

O Quadro 64 apresenta aspectos sobre gestão ambiental e licitações sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? PE 111/2012 e 48/2013 Móveis – licenciamento FATMA, conforme Portaria MMA253/2006 e IN 112/2006 IBAMA; PE 81/2013 e 144/2013 – permanente de informática – solicitação de certificados, concentração de substâncias perigosas de acordo com a recomendada na diretiva RoHS; PE 37/2013 e 66/2013 – coleta de resíduos – finalidade coletar para descarte os resíduos por empresas especializadas e credenciadas para este fim; PE 80/2013 – aquisição de veículos bicombustíveis; PE 17/2013 – aquisição de materiais de consumo com critérios sustentáveis – certificação FSC – materiais em conformidade com ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2. 			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			x		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				x	

<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>Certificação EPEAT Gold, www.80plus.com categoria Silver ou superior, concentração de substâncias perigosas recomendadas na diretiva ROHS;</p> <p>Certificação de eficiência energética, certificações PTS, UL e CE, Selo PROCEL, INMETRO, FSC.</p>					
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <p>PE 17/2013 – Pregão de materiais de consumo sustentáveis: Bloco de recado, canetas, papel folha A4, lápis e lâmpadas.</p>				X	
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <p>Aquisição de materiais passíveis de reutilização/recarga, como por exemplo marcador de quadro branco, locação de máquinas de impressão e cartuchos e toners reutilizáveis.</p>			X		
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>		X			
<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. <p>O IFSC não possui um plano de gestão logística sustentável, no entanto pratica parcialmente os incisos I, II e III previstos no art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p>		X			
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>			X		
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>				X	
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>			X		
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Quadro 64 – Gestão ambiental e licitações Sustentáveis

Fonte- Diretoria de Administração/Pró-Reitoria de Administração

8.1.1 Gestão ambiental nos câmpus do IFSC

A seguir apresenta-se um breve relato de ações de sustentabilidade que foram realizadas em 2013 nos câmpus do IFSC.

Além da distribuição de canecas, substituindo os copos descartáveis, o Câmpus **Itajaí**, cuja atividade em exercício está relacionada às áreas de pesca, aquicultura e eletrônica, firmou uma

parceria com o Instituto Excellence de Desenvolvimento Sustentável – IEDS. O convênio legitima uma parceria para atividades de extensão tecnológica e de sustentabilidade ambiental.

O Instituto Excellence desenvolve atividades de reciclagem, reutilização de equipamentos eletroeletrônicos. Com este convênio foram realizadas algumas atividades com os alunos do curso de eletroeletrônica. Dentre as atividades realizadas está o mutirão Eletrônica Sustentável, atividade na qual os alunos foram até a sede do IEDS e classificaram os resíduos elétricos e eletrônicos, fragmentaram e retiraram componentes e dispositivos que estão sendo utilizados em aulas, projetos integradores e atividades de pesquisa e extensão dentro do Câmpus. Alguns destes componentes e dispositivos foram reaproveitados pelos professores para compor os kits de robótica que foram utilizados nas oficinas do estande do IFSC no evento Aventura pelos Mares do Mundo, que ocorreu paralelo à regata Jacques Fabre em novembro de 2013 na cidade de Itajaí.

Como fruto destas ações, o Câmpus Itajaí dispõe hoje de um estoque de componentes e dispositivos eletrônicos (capacitores, resistores, chaves, botões, plugs, entradas, motores elétricos e afins) que são utilizados em aula e estão a disposição dos alunos e professores para uso didático.

Para as demais atividades, ressalta-se que o Campus Itajaí realiza a seleção do lixo desde 2011, classificando os resíduos em recicláveis e não recicláveis e recolhe todo o rejeito químico produzido nas atividades do Câmpus.

O Câmpus **São Miguel do Oeste** realizou as seguintes medidas em prol de um meio ambiente mais sustentável:

- reutilização do papel para usos menos exigentes e não oficiais;
- diminuição do consumo de copos descartáveis por meio do uso das canecas;
- utilização da água das chuvas nos sanitários;
- mesas redondas para discussão da destinação adequada dos resíduos sólidos gerados na Instituição e na região do extremo-oeste do estado de Santa Catarina;
- oficinas de sensibilização ambiental para a comunidade interna e externa;
- desenvolvimento de ações de extensão para a comunidade da região;
- neutralização de reagentes químicos utilizados nos laboratórios.

No Câmpus **Xanxerê** as lixeiras foram identificadas, com fixação da tabela de resíduos e dicas sobre coleta seletiva; também foram afixadas dicas sobre economia de energia e redução do uso de papel na impressão. Houve participação em eventos sobre educação ambiental e agenda 21 e elaboração de oficinas de educação ambiental e gestão de resíduos na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Quanto à reutilização de resíduos sólidos, foram fabricados bancos com *pallets* de madeira e mesa com rolo de fio de madeira, blocos de notas com os papéis de rascunho do campus, porta objetos com latas de metal, gotejadores, recipientes para a horta orgânica e outros materiais feitos com garrafas pet, enfeites de natal com resíduos diversos. Todos estes itens foram colocados em locais estratégicos do campus para proporcionar um ambiente mais humano e estimular a gestão correta dos resíduos sólidos;

Sobre a reciclagem de resíduos sólidos, foi realizada a compostagem dos resíduos orgânicos do Câmpus para uso na horta orgânica. Além disso, foram doados resíduos de papel e plástico do Câmpus para os catadores do município, que os encaminharam para a reciclagem.

Tendo em vista a importância da reutilização da água, foi feita uma cisterna para reaproveitamento da água residual do filtro do laboratório de microbiologia para uso na horta orgânica e limpeza geral.

Foram executados projetos de extensão para a reabilitação ambiental de áreas degradadas através do plantio de gramíneas e mudas nativas.

Em relação ao macroprojeto IFSC Sustentável, houve a distribuição das canecas e agendas

sustentáveis para alunos e servidores e capacitação de uma equipe para trabalhar com esse macroprojeto.

Ressalta-se que há planejamento para o início da implementação da proposta de institucionalização do Sistema de Gestão Ambiental do campus Florianópolis-Continente no Câmpus Xanxerê.

No câmpus **Caçador**, um projeto de extensão foi realizado pela professora Ana Carolina Rodriguez e pela aluna bolsista Deise Gladis Matiello. O projeto organizou uma gincana entre 90 alunos de catequese da Igreja Católica Nossa Senhora de Fátima, no bairro São Cristóvão. A gincana teve duração de dois meses e os alunos passaram por diversas provas com o objetivo de estimular ações de cidadania, dentre elas, coleta de material para reciclagem e recolhimento de óleo de cozinha para fabricação de sabão.

No Dia da Árvore foram distribuídas mudas de árvores nativas doadas pela FUNDEMA, como forma de chamar a atenção para questões do meio ambiente, essenciais ao trabalho do IFSC com sua comunidade.

Como ações de extensão, foram proferidas duas palestras no Câmpus: reciclagem e tratamento de rejeitos da indústria do Plástico e do Vestuário; e resíduos e produção do Vestuário.

O Câmpus **Florianópolis-Continente** realizou as seguintes ações de gestão ambiental:

- coleta e separação dos resíduos sólidos;
- destinação dos resíduos sólidos recicláveis: coleta seletiva solidária;
- destinação de resíduos sólidos orgânicos: compostagem;
- destinação do óleo de cozinha usado;
- atividades de Educação Ambiental: Projeto Carona, Projeto Recicle suas Ideias e Projeto sem Desculpas;
- organização das palestras da Semana do Meio Ambiente;
- capacitação do pessoal terceirizado (limpeza e jardinagem);
- gestão de resíduos sólidos nos eventos do Câmpus (Festa Junina);
- recomendações para processos licitatórios;
- participação no macroprojeto IFSC SUSTENTÁVEL: elaboração de processo de compra da processadora de resíduos orgânicos.

No Câmpus **Gaspar** as atividades de sustentabilidade realizadas foram:

- a disponibilização e identificação de todos os coletores de resíduos;
- realização de campanha para uso de copos duráveis;
- capacitação com colaboradores da limpeza para coleta seletiva por meio de uma palestra e orientações práticas;
- desenvolvimento de material de divulgação sobre coleta seletiva;
- coleta de pilhas e baterias;
- armazenamento de lâmpadas fluorescentes usadas;
- coleta e destinação de resíduos eletroeletrônicos (REEs);
- orientação aos servidores para uso consciente/moderado de papel e reutilização do mesmo;
- sensibilização dos servidores, terceirizados e alunos para uso racional de água e energia, monitoramento do consumo de água e energia;
- ajuste de tempo de vazão das torneiras automáticas;
- manutenção de espaço de divulgação e comunicação no site do Câmpus sobre gestão ambiental;
- realização permanente de atividades de sensibilização de forma permanente;

- manutenção dos filtros dos condicionadores de ar;
- manutenção do ambiente do Câmpus livre de cigarro;
- garantia de espaço no planejamento anual para atividades de gestão ambiental.

Como ações de gestão ambiental, o câmpus **Garopaba** passou a reutilizar papel na impressora e implantou um biodecompositor para descarte do lixo orgânico produzido no câmpus.

Destaca-se também a inclusão de unidades curriculares ou palestras voltadas à questão ambiental em 10 dos 17 cursos ofertados pelo câmpus (58,8%).

Houve realização de apresentações sobre os projetos em desenvolvimento no câmpus e palestra aberta para o público externo na Semana do Meio Ambiente. No dia do Meio Ambiente foi lançado o programa de descarte consciente. Também foram colocadas lixeiras para descarte seletivo dos resíduos sólidos nas áreas comuns e nas salas de aula. O câmpus participou do Fórum de Turismo e Sustentabilidade de Garopaba.

Também foi realizado um projeto de extensão para implantação de biodecompositores em seis escolas públicas da região.

No câmpus **Araranguá** houve substituição dos copos plásticos descartáveis pelas canecas em fibra de coco e implementação da horta no câmpus. O projeto de eficiência energética do prof. Jorge Angeloni foi aprovado e será implementado em 2014. Destaca-se também os trabalhos de educação ambiental nos cursos.

No Câmpus **Canoinhas** está em desenvolvimento o projeto SEPARE. O Câmpus destacou-se também como unidade de coleta de óleo e pilhas.

O Câmpus **Chapecó** fomentou projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para a sustentabilidade

No Câmpus **Caçador**, está em desenvolvimento o projeto IFSC CAÇADOR CONSCIENTE, com as seguintes atividades: são utilizadas lixeiras para o descarte seletivo de resíduos sólidos; para economia de papel são utilizadas impressão frente e verso; para a eliminação do uso de copos descartáveis foram distribuídas canecas para uso individual. Ressalta-se que há projetos sustentáveis em andamento, a exemplo do edital interno com recursos do câmpus com três projetos e dois projetos no edital universal do IFSC.

Está em desenvolvimento no câmpus **Florianópolis** o projeto de tratamento residual/ambiental no câmpus.

No câmpus **Lages**, foi implantada a coleta seletiva do lixo produzido e há projetos de coleta e destinação de resíduos e outros em fase de implementação.

O câmpus **Urupema** tem trabalhado na conscientização da comunidade para o uso adequado e descarte consciente e sustentável dos recursos. Também foram realizados eventos na área ambiental com participação da comunidade interna e externa

8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

O IFSC adota como padrão a impressão frente e verso de seus documentos; a partir de 02 de janeiro de 2014 os memorandos passarão a tramitar por meio eletrônico com a implantação de módulo específico no SIG.

O IFSC ainda não realizou adesão formal à A3P, mas já iniciou o mapeamento de seu impacto por meio dos representantes locais do IFSC Sustentável.

O IFSC aderiu ao PES – Programa Esplanada Sustentável – e promoveu redução no número de postos de trabalho dos contratos terceirizados além de implantar telefonia IP em todos os seus câmpus.

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	160 (resmas)	1536 (caixas)	1320 (caixas)	1784,80	113684	97.680
Água	61.530 m ³	40.937,99 m ³	33.651,62 m ³	406.937,45	258.633,96	209.615,32
Energia Elétrica	2.860.131 kWh	2.645.544 kWh	1.832.414 kWh	1.921.026,40	1.251.923,22	1.373.722,89
			Total		1.624.241,18	1.684.003,77

Quadro 65 – Consumo de papel, energia elétrica e água

Fonte: Diretoria de Administração/Pró-Reitoria de Administração

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina					000455
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	RA 006.906/2012-5	1.457/2013	9.2	Deliberação	1.457/2013 – Plenário
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina					000455
Descrição da Deliberação:					
Representação contra acumulação ilícita de cargos					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoas e Reitoria do IFSC					107729
Síntese da providência adotada:					
Os servidores envolvidos foram notificados. Cópia da notificação com a ciência do servidor foi entregue ao TCU.					
Situação Regularizada					
Síntese dos resultados obtidos					
Regularidade dos atos de pessoal do IFSC.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Quadro 66 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 1

Fonte – UNAI

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 002.294/2012-5	6.180/2013	1.7	Determinação	Acórdão 6180/2013 22/10/2013
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina					000455
Descrição da Deliberação:					
1.7 Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina que cadastre no Sisac novo ato de alteração de aposentadoria de Doroti Rosa Sacenti (213.539.300-25), escoimado da irregularidade verificada nestes autos, em cumprimento ao subitem 9.3.4 do Acórdão 4244/2012 - TCU - 2ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoas e Reitoria do IFSC					107729

Síntese da providência adotada:
Foi realizado no cadastro no SISAC
Síntese dos resultados obtidos
Regularidade dos processos de Aposentaria no IFSC

Quadro 66.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 2
Fonte – UNAI

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	045.927/2012-0	6.091/2013	1.7	Determinação	Acórdão 6.091/2013 – 15/10/2013
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina					000455
Descrição da Deliberação:					
1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina que informe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência deste Acórdão, as conclusões do Processo Administrativo 23292.000483/2013-32, que tem por objeto apurar a responsabilidade da empresa Construtora Projeto Novo Ltda. em razão da violação do Edital de Concorrência nº 005/2012.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete da Reitoria					36375
Síntese da providência adotada:					
Foi aberto Processo Administrativo. Julgado sem análise de mérito.					
Situação Atendida/Regularizada.					
Síntese dos resultados obtidos					
Regularidade dos processos de licitação e de contratação do IFSC.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há					

Quadro 66.2 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 3
Fonte – UNAI

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	035.121/2012-2	-	97.3	Determinação	Ofício 0787/2013-TCU/SECEX de 18/11/2013
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina					000455
Descrição da Deliberação:					

Item: 97.3.1

Apresentar à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão/MPOG, solicitação para que seja avaliada a flexibilização da jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos do IFSC, juntando as partes que tratam do assunto do relatório da CGU 21112164 e 201203364 para subsidiar a apreciação pelo referido órgão. Caso aprovada, solicitar à Secretaria a devida alteração no SIAPE.

Item 97.3.2

Informar sobre o cumprimento das determinações do Acórdão 787/2010-2ª Câmara, itens 1.5.1 e 1.5.3.

Item 97.3.3

Atender as recomendações da CGU para o saneamento das impropriedades/falhas apontadas nos itens 1.1.1.1 a 6.3.2.2 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 201203364, relativo as contas de 2011.

Item 97.3.4

Fazer constar no próximo relatório de gestão os valores gastos com aluguel e sua comparação com o valor de mercado nas próximas contas, bem como a situação da frota de veículos automotores.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete da Reitoria do IFSC	36375

Síntese da providência adotada:**Item 97.3.1**

O IFSC encaminhou à Secretaria de Recursos Humanos o ofício nº 2726/Gabinete, em 10/12/2013, em resposta ao pedido de esclarecimentos/orientações em relação a flexibilização da jornada dos servidores técnico-administrativos do IFSC. Estamos aguardando manifestação da referida Secretaria.

Situação Atendida/Em monitoramento.

Item 97.3.2

O subitem 1.5.1 do Acórdão 787/2010 faz referência à adoção de medidas efetivas de controle na área de pessoal e sobre a rotina de registros de pessoal e frequência dos servidores do IFSC, incluindo os docentes. Em atenção ao Acórdão, o IFSC introduziu, na maioria dos câmpus e Reitoria, o controle eletrônico de frequência com registro biométrico, para todos os servidores técnico-administrativos em educação – TAEs. Com relação ao controle de frequência dos servidores docentes, foi implantado o PSAD – Plano Semestral de Atividades Docentes e o RSAD – Relatório Semestral de Atividades Docentes, inicialmente de forma manual e, em 2013, em meio eletrônico. Pelo sistema, os docentes informam suas atividades para um período de seis meses, incluindo atividades de ensino, pesquisa, extensão, capacitação, representação, participação em comissões, entre outras. Tais atividades são acompanhadas e validadas, eletronicamente, pelo chefe imediato do servidor e, posteriormente, pela equipe da Pró-Reitoria de Ensino/Reitoria. Ainda, por meio da Instrução Normativa nº 007/2011 (que faz referência ao Acórdão TCU 787/2010) foi estabelecido o controle de frequência dos docentes em atividades administrativas no IFSC. Tal normativo vem ampliar e melhorar os entendimentos sobre o controle de frequência dos servidores docentes da Instituição. Cabe destacar que a Resolução nº 013/2008/CEFETSC, que trata das atividades docentes, está em fase de alteração, considerando a nova realidade institucional advinda com a transformação do então CEFET em Instituto Federal, consoante Lei 11.892/2008.

O subitem 1.5.3 do Acórdão trata da apuração de responsabilidades e eventual ressarcimento ao erário em relação ao termo aditivo nº 001/2008 do Contrato 295/2007. O IFSC abriu processo administrativo – instrução prévia sob nº 2314500024/2010-08 a fim de apurar as inconsistências questionadas pela CGU. A Comissão designada pela Portaria nº 898/2010 não encontrou sobrepreços nos itens que compuseram a planilha de custos do processo que culminou com a assinatura do 1º Termo Aditivo do Contrato 295/2007. As conclusões da Comissão foram ratificadas pela Reitoria do IFSC.

Assim, as determinações do Acórdão 787/2010 do TCU foram plenamente atendidas pelo IFSC.

<p>Situação Atendida/Regularizada.</p> <p>Item 97.3.3</p> <p>Todas as recomendações constantes do Relatório CGU nº 201203364 foram atendidas, por meio de documentação e esclarecimentos acostados ao Plano de Providências Permanente, enviado à CGU em 10/10/2013, mediante Ofício 2052/2012-Reitoria/IFSC. A atualização do PPP consta dos Quadros A9.2.1 e A.9.2.2 do Relatório de Gestão – ano 2013.</p> <p>Situação Atendida/Regularizada.</p> <p>Item 97.3.4</p> <p>As informações sobre gastos com aluguel e com a frota de veículos já constam em item específico do Relatório de Gestão 2013, em atenção à determinação do TCU.</p> <p>Situação Atendida/Regularizada.</p>
Síntese dos resultados obtidos
Atendimento às recomendações dos órgãos de controle.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há

Quadro 66.3 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 4
Fonte – UNAI

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	009.105/2012-3	2.614/2013	9.1	Determinação	Acórdão 2.614/2013 14/05/2013
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina					000455
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. Negativa de registro de ato de aposentadoria de servidor do IFSC.</p> <p>9.3. determinar ao Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC que convoque o inativo para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, optar entre:</p> <p>9.3.1 retornar à atividade;</p> <p>9.3.2. aposentar-se proporcionalmente ao tempo de serviço, excluído o período prestado como pescador artesanal, com fundamento no art. 40, § 1.º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/1998, hipótese em que os proventos deverão ser calculados pela média das remunerações, na forma da Lei n.º 10.887/2004;</p> <p>9.3.3. obter o reconhecimento do tempo prestado como pescador artesanal, por intermédio de certidão emitida pelo INSS, e cumulativamente, comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias relativas a esse tempo, realizado na época própria ou posteriormente, de forma indenizada;</p> <p>9.4. determinar ao Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, promova a suspensão do valor pago nos proventos do interessado, relativamente ao percentual de 3,17.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG

Departamento de Gestão de Pessoas e Reitoria do IFSC	107729
Síntese da providência adotada:	
O servidor foi notificado e retornou ao trabalho. Impetrou Mandado de Segurança e voltou à condição de aposentado.	
Situação Regularizada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularidade dos processos de aposentaria no IFSC	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Quadro 66.4 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 5

Fonte – UNAI

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	014.240/2010-6	4.247/2013	9.1	Determinação	Acórdão 4.247/2013 27/07/2013
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina					000455
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. Negativa de registro de ato de aposentadoria de servidor do IFSC.</p> <p>9.3. determinar ao órgão de origem:</p> <p>9.3.1. a suspensão, em 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, dos pagamentos decorrentes do ato acima considerado ilegal, sob pena de solidariedade da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.3.2. a comprovação perante esta Corte, em 30 (trinta) dias a contar da ciência desta decisão, da notificação do interessado cujo ato foi considerado ilegal, com o alerta de que eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não acarretará, em caso de não provimento do apelo, dispensa de restituição de quantias indevidamente percebidas após a notificação;</p> <p>9.3.3. a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada, e sua submissão à apreciação do Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, nos termos do art. 15, § 1º, da IN/TCU 55/2007.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoas e Reitoria do IFSC					107729
Síntese da providência adotada:					
O Servidor foi notificado e tomadas as providências cabíveis.					
Síntese dos resultados obtidos					
Regularidade dos processos de aposentaria no IFSC					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há					

Quadro 66.5 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 6

Fonte – UNAI

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Todos os processos recebidos da Corte de Contas relativos ao exercício de 2013, com recomendações específicas, foram atendidos pela Instituição nos prazos estabelecidos; não houve demandas do TCU não atendidas pelo IFSC no ano 2013. Destaca-se que, além das determinações elencadas acima o Tribunal de Contas da União expediu oito acórdãos específicos sobre atos de pessoal relativos a cadastramento de admissão/exoneração, no sistema SISAC e exames e reexames de processos de pensões e de aposentadorias. Todos os acórdãos a seguir listados não geraram nenhuma recomendação/determinação específica ao IFSC.

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	PRAZO	SITUAÇÃO ATUAL
Processo: TC 026.918/2013-7 ACÓRDÃO Nº 7648/2013 – TCU – 1ª Câmara.	Atos de admissão de servidor	Ato legal. Não houve recomendação.	Não gerou monitoramento. Situação regularizada
Processo: 008.784/2013-2	Solicitação de informações sobre a aprovação das contas do IFSC, exercícios de 2008 a 2011.	Não houve recomendação.	Resolvido. Não gerou monitoramento. Situação regularizada
Processo: TC 024.607/2013-4 ACÓRDÃO Nº 6445/2013 – TCU – 1ª Câmara.	Representação referente ao Pregão Eletrônico nº 96/2013-IF-SC. Ilegalidade editalícia.	Ato legal. Não houve recomendação.	Representação julgada improcedente. Não gerou monitoramento. Processo encerrado e arquivado. Situação regularizada
Processo: TC 024.472/2013-1. ACÓRDÃO Nº 6772/2013 – TCU – 1ª Câmara.	Atos de aposentadoria. Negativa de registro	15 DIAS. Regularizar a situação e publicar novo ato.	Sob monitoramento do DGP/Reitoria. Situação: Em andamento
Processo: TC 027.706/2013-3 ACÓRDÃO Nº 7193/2013 – TCU – 1ª Câmara.	Atos de pensão civil	Prejudicado por perda do objeto. Não houve recomendação.	Não gerou monitoramento. Situação regularizada
Processo: TC 025.272/2013-6 ACÓRDÃO Nº 7609/2013 – TCU – 1ª Câmara.	Atos de admissão de servidor	Ato legal. Não houve recomendação.	Não gerou monitoramento. Situação regularizada
Processo: RA 006.906/2012-5 ACÓRDÃO Nº 1457/2013 – TCU – Plenário.	Auditoria de conformidade. Acumulação ilícita de cargos públicos. Jornadas de trabalho superiores a 60 horas. Situações irregulares.	90 dias para notificar os servidores e regularizar as evidências.	Os servidores envolvidos foram notificados e cópia da notificação com a ciência do servidor foi entregue ao TCU. Situação regularizada / monitorada
Processo: TC 031.803/2010-5 ACÓRDÃO Nº 1821/2011 – TCU – 1ª Câmara.	Atos de admissão de servidor	Ato legal. Não houve recomendação.	Não gerou monitoramento. Situação regularizada

Processo: TC 002.294/2012-5 ACÓRDÃO Nº 6180/2013 – TCU – 2ª Câmara.	Atos de aposentadoria. Negativa de registro.	Cadastrar novo ato no SISAC.	Sob monitoramento da DGP
Processo: TC 045.927/2012-0 ACÓRDÃO Nº 6091/2013 – TCU – 2ª Câmara	Concessão de liminar com suspensão da Concorrência nº 05/2012 – seleção de empresa para construção do câmpus São Carlos. Representação julgada procedente. Violação editalícia.	180 dias. Apurar responsabilidades da empresa.	Foi aberto processo administrativo. Julgado sem análise de mérito. Situação regularizada
Processo: PC 035.121/2012-2	Análise da Prestação de Contas Exercício 2011	15 dias	As recomendações contidas no processo foram realizadas pelo IFSC. O documento sobre o processo de flexibilização da jornada foi encaminhado à SRH/MPOG, conforme ofício nº 2726-Gabinete, em 10/12/2013. Situação: em Andamento.
Processo: 009.105/2012-3 ACÓRDÃO Nº 2614/2013 – TCU – 2ª Câmara.	Atos de aposentadoria. Negativa de registro.	15 dias para notificar os servidores e regularizar as evidências	O servidor foi notificado e retornou ao trabalho. Impetrou mandado de segurança e voltou à condição de aposentado. Situação: regularizada / monitorada pelo DGP.
Processo: TC 025.068/2013-0 Ofício 2528/2013 – TCU/Selog de 13/11/2013	Informações sobre governança e gestão das aquisições	Questionário eletrônico. Prazo até 24/01/2014.	Respondido/enviado em 23/01/2014. Não gerou monitoramento. Situação regularizada

Quadro 67 – Acórdãos TCU que não geraram recomendações ao IFSC – ano 2013

Fonte: UNAI. dados extraídos do Sistema TCU, disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br>

9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203364	4.3.1.2	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 001:			
Proceder a implantação de mecanismos periódicos de detecção de atividades de administração e ou gerência privada pelos servidores da instituição, inclusive na admissão, promovendo recadastramento de todos os servidores ativos.			

Atentar para o conteúdo da Portaria Normativa MP nº 2, de 12/03/2012, que trata do controle de dados sobre acumulação de cargos.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoas do IF-SC	107729
Síntese da providência adotada	
Os acompanhamentos são feitos anualmente, no momento do recadastramento dos servidores.	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularidade nos atos de controle de pessoal da instituição.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 68 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 1

Fonte – UNAI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203364	4.3.1.2	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Providenciar a regularização funcional da servidora SIAPE 26438-1561026, perante o IF-SC, haja vista a vedação prevista no art. 117, inciso X, da Lei 8.112/90.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas do IF-SC			107729
Síntese da providência adotada			
Servidora apresentou documento comprobatório e a situação foi regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Regularização das pendências apontadas pela CGU.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 2

Fonte – UNAI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203364	4.3.1.3	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	000455
Descrição da Recomendação: (001)	
Passar a realizar, indistinta e independentemente de haver ou não situações de reincidência, a apuração regular e ordinária de responsabilidades por utilização de declaração em que a administração tenha sido lograda pelo conteúdo falso contido nessa respectiva declaração, sem prejuízos de tomar ações visando ao ressarcimento ao erário de quaisquer valores que tenham sido indevidamente recebidos.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas do IF-SC	107729
Síntese da providência adotada:	
Serão reforçadas as ações da instituição visando à apuração regular de eventuais irregularidades, em atenção aos preceitos legais.	
Síntese dos resultados obtidos	
Realização anual de cadastramento com solicitação de declaração.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 68.2 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 3

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203364	4.3.1.3	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 002:			
Abster-se, os responsáveis pela promoção e pela condução de processos disciplinares, de caracterizar como de boa-fé as situações em que os servidores do quadro funcional da instituição se valem de declarações desprovidas de veracidade para ocultar ou mesmo ludibriar a administração para lograr proveito próprio.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete do IFSC			36375
Síntese da providência adotada:			
Incluiremos a recomendação da CGU como anexo das portarias de designação de servidores para condução de processos disciplinares. Serão reforçadas as ações da instituição visando à apuração regular de eventuais irregularidades em atenção aos preceitos legais.			
Síntese dos resultados obtidos			
Nos últimos processos disciplinares concluídos tiveram indicação de alguma das penalidades previstas no artigo 127 da Lei 8.112/90.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 4

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203364	4.3.1.3	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	000455
Descrição da Recomendação 003:	
Realizar recadastramento periódico e regular de todas as situações de vínculos adicionais de servidores do quadro funcional da unidade a fim de detectar situações irregulares ou potencialmente danosas ou arriscadas à administração.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas	107729
Síntese da providência adotada:	
Será observada essa determinação nos recadastramentos periódicos de servidores que são realizados anualmente.	
Síntese dos resultados obtidos	
Realização anual de recadastramento com solicitação de declaração.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Considera-se frágil a metodologia utilizada, observando-se apenas a declaração do servidor.	

Quadro 68.4 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 5

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201203364	4.3.1.3	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 004:			
Deixar absolutamente explícito nos formulários de concessão de regime de dedicação exclusiva aos servidores que pleiteiam desse regime informado à administração, sob as penas contidas na Lei nº 8.112/90. Se necessário, devem ser modificados os formulários atualmente utilizados prevendo esse tipo de situação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada			
Providenciado. Foram adotados novos modelos de formulários de declarações e termos de responsabilidade referentes ao regime de dedicação exclusiva, com as modificações necessárias ao atendimento da recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Em todas as admissões está sendo solicitado o preenchimento de formulários de declarações e termos de responsabilidade referentes ao regime de dedicação exclusiva.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.5 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 6

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203364	4.3.1.3	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 005:			

Com referência ao servidor SIAPE 26438-0277844, cuja apuração de responsabilidades não foi realizada, tomar providências no sentido de melhor esclarecer sua situação funcional no período entre jun/10 a mai/11 por meio de apuração de responsabilidades nos termos do art.143 de Lei 8.112/90, diante da existência de evidências de reincidência de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas	107729
Síntese da providência adotada:	
Providenciado. O servidor foi notificado e apresentou documentação comprobatória.	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularização das pendências apontadas pela CGU.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 68.6 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 7

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201203364	4.3.1.4	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 001:			
Proceder aos descontos proporcionais nas remunerações dos servidores que deixaram de cumprir as jornadas de trabalho as quais estão sujeitas, pagando-se somente pelas horas efetivamente trabalhadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada			
Os descontos vêm sendo efetuados. Serão reforçadas as orientações aos setores competentes.			
Síntese dos resultados obtidos			
Regularização das pendências apontadas pela CGU			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.7 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 8

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201203364	4.3.1.4	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 002:			
Proceder à verificação da capacidade de cada chefia imediata em realmente aferir o cumprimento de jornada dos servidores sob sua supervisão a fim de que esse controle não se torne uma peça inócua.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas	107729
Síntese da providência adotada	
Foram reforçadas as orientações às diversas níveis da instituição, destacando a importância e a responsabilidade de cada chefia para o efetivo controle da frequência dos servidores.	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularização das pendências apontadas pela CGU.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 68.8 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 9

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201203364	4.3.1.4	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 003:			
Proceder ao levantamento estatístico de afastamentos que tenham por iniciativa tratamento da própria saúde, ou de aposentadorias por invalidez precoce decorrentes de sobrecarga de trabalho em vínculos acumulados. Faculta-se a utilização da unidade SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – para obtenção desse levantamento.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada			
Já existe um levantamento feito pelo SIASS para casos de tratamento da própria saúde. Quanto às aposentadorias por invalidez, o IFSC possui um levantamento, mas não com o detalhamento solicitado.			
Situação regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Regularização das pendências apontadas pela CGU.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro 68.9 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 10

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201203364	4.3.1.4	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 004:			
Caso não tenha sido ainda executado, proceder à implementação de um sistema de controle de frequência efetivamente eficaz em que a leitura dos dados de entrada e de saída da instituição sejam efetuadas por mecanismos confiáveis, como o proporcionado pelos dados biométricos do servidor, para todos os servidores que tenham jornada de trabalho acumulada, com horas semanais que ultrapassem o limite de 60 horas semanais.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas	107729
Síntese da providência adotada	
Foram realizadas reuniões nos câmpus para conscientizar gestores e servidores da necessidade de melhorar a efetividade do controle de frequência e assegurar que toda instituição adote os controles de frequência propostos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 68.10 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 11

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201203364	4.3.1.4	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 006:			
Fornecer a documentação comprobatória apresentada pelo servidor matrícula SIAPE nº 26438-0277899, para fins de comprovação do desligamento de outros vínculos e adequação de jornada de trabalho, objeto do Processo Administrativo Disciplinar de que trata o Despacho do Reitor do IFSC, Processo Portaria nº 305, de 13/04/10.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada			
O servidor apresentou documentações comprobatórias que provam a legalidade da sua situação funcional.			
Síntese dos resultados obtidos			
Regularização das pendências apontadas pela CGU.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.11 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 12

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201203364	4.3.1.5	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: 001			
Abster-se de conceder ao servidor a compensação quando de faltas injustificadas ao trabalho, posto que o art. 44 – I da Lei 8.112/90 restringe esse benefício somente no caso de faltas ao serviço por motivo justificado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

Gabinete do IFSC	36375
Síntese da providência adotada	
Foi realizado PAD do servidor envolvido. O IFSC adotou critérios mais rigorosos na compensação de faltas injustificadas.	
Situação regularizada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Maior rigor e comprometimento das chefias que assinam o ponto.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A impessoalidade de alguns gestores prejudica o correto cumprimento de suas obrigações de abonar ou não as faltas dos servidores.	

Quadro 68.12 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 13

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201203364	4.3.1.5	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: 002			
Abster-se de considerar como justificáveis as faltas ocorridas para atendimento do interesse particular do servidor, que não sejam estritamente decorrentes de caso fortuito ou de força maior, em detrimento do interesse público da administração.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete do IFSC			36375
Síntese da providência adotada			
Foi realizado PAD do servidor envolvido. O IFSC adotou critérios mais rigorosos nas justificativas de faltas dos servidores.			
Situação regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Maior rigor e comprometimento das chefias que assinam o ponto.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A impessoalidade de alguns gestores prejudica o correto cumprimento de suas obrigações de abonar ou não as faltas dos servidores.			

Quadro 68.13 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 14

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201203364	4.3.1.5	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: 003			
Apuração de responsabilidades administrativas, nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112/90, diante de descumprimento dos artigos 116 e 117 da Lei nº 8.112/90, pelo servidor de matrícula SIAPE nº 0277772 e sua chefia imediata.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

Gabinete da Reitoria	36375
Síntese da providência adotada	
Foi realizado PAD do servidor envolvido. Os resultados do processo encontram-se no sistema CGU-PAD.	
Situação regularizada.	
Síntese dos resultados obtidos	
O servidor tem cumprido suas horas no IFSC não havendo evidências de vínculos externos.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Quadro 68.14 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 15
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201203364	4.3.1.5	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: 004			
Considerar a jornada de trabalho de 40 horas semanais para fins do cálculo das horas de trabalho ainda não compensadas e providenciar o correspondente desconto, conforme Lei nº 8.112/90, com responsabilidade subsidiária da chefia imediata da época no tocante aos descontos a serem efetuados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete da Reitoria			36375
Síntese da providência adotada			
Foi realizado PAD do servidor envolvido. Os resultados do processo encontram-se no sistema CGU-PAD.			
Situação regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
O servidor tem cumprido suas horas no IFSC não havendo evidências de vínculos externos.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro 68.15 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 16
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201203364	4.3.1.5	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: 005			
Em caso de faltas justificadas ao trabalho, em que a chefia imediata opte por repor as horas não trabalhadas mediante compensação, conforme parágrafo único do art. 44 da Lei 8.112/90, adotar providências no sentido de monitorar a compensação para que esta efetivamente se cumpra, coibindo fatores subjetivos, frágeis ou insuficientes, verificáveis quando o controle de frequência se dá por folha ponto.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729

Síntese da providência adotada
Reforçamos os controles e informamos às chefias da necessidade de melhoria do monitoramento de eventuais compensações de seus subordinados imediatos.
Síntese dos resultados obtidos
Situação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A sensibilização das chefias de que o controle deve ser rigoroso prejudica a melhoria do monitoramento.

Quadro 68.16 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 17

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201203364	4.3.1.6	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Efetuar a apuração de responsabilidades, nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112/90, dos gestores que promoveram a implantação e a manutenção da flexibilização da jornada de trabalho no IF-SC sem a devida consulta ao órgão central do SIPEC o qual é o único regimentalmente competente para dirimir as questões referentes à elaboração, orientação e consolidação das normas e procedimentos de pessoal, no âmbito do Poder Executivo Federal.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete da Reitoria			36375
Síntese da providência adotada			
Conforme Processo TCU Nº 035.121/2012-2, encaminhada através do Ofício 0787/2013-TCU/SECEX-SC, datado de 18/11/2013, com manifestação sobre as contas da instituição – ano de 2011, a conclusão é que as contas foram julgadas regulares com a respectiva quitação dos responsáveis, conforme item 93 do citado processo.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não há responsabilidade a serem apuradas. Situação regularizada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.17 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 18

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201203364	4.2.1.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Adotar procedimento de registro dos recebimentos das Declarações de Bens e Rendas, onde deve constar a matrícula, o nome do servidor, o cargo ou função exercida, motivo de entrega da declaração e a data da entrega, devendo tais documentos serem arquivados em arquivo específico e por data de recebimento.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729

Síntese da providência adotada
Reforçamos os controles e informamos às chefias da necessidade de melhoria do monitoramento de eventuais compensações de seus subordinados imediatos. O sistema de controle de pessoal do IFSC já possibilita tal controle.
Síntese dos resultados obtidos
Situação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Quadro 68.18 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 19
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201203364	4.2.1.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Providenciar para que, na forma da Lei 8.730/93, todos os servidores titulares de função de confiança, apresentem as declarações de IR de exercício de 2011, Ano Calendário 2010 ou, a Autorização de Acesso Eletrônico à mesma no site da SRFB/MF, as quais deverão estar acompanhadas da justificativa pela não apresentação no prazo determinado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada			
Foram tomadas as providências cabíveis. Todos os servidores apresentaram as declarações ou autorização de acesso.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.19 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 20
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	201203364	4.1.2.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação:			
Adotar procedimentos estruturantes, no sentido de que todos os atos de pessoal, sujeitos à apreciação do Tribunal de Contas da União para fins de registro nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal, sejam inseridos no sistema SISAC, no prazo estabelecido na IN/TCU nº 55/2007, ou seja, 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação do ato ou, em sendo dispensada esta, da data da assinatura do ato, da data em que o servidor entrou em exercício, no caso das admissões e da data do apostilamento, no caso das alterações.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada			

Foram encaminhadas orientações aos setores envolvidos, reforçando a necessidade de efetuar os registros tempestivos dos atos de pessoal no sistema SISAC/TCU, em atenção aos prazos estabelecidos.
Síntese dos resultados obtidos
Situação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Quadro 68.20 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 21

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	201203364	5.1.1.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Adote providências formais para o encerramento do Contrato nº 095/2009, descrevendo objetivamente os motivos que ensejaram a rescisão do contrato, de forma a evitar descrições genéricas, identificando qual o inciso aplicável, conforme alternativas previstas no Artigo nº 78 da Lei nº 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Contratos			104939
Síntese da providência adotada:			
O Contrato 95/2009 foi extinto por decurso do prazo de vigência contratual; não houve rescisão no momento oportuno. O contrato foi suspenso devido a inspeção dos órgãos oficiais e acabou extinto pelo decurso do prazo, não havendo necessidade de rescisão. Todos os procedimentos foram justificados e detalhados no processo.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.21 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 22

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	201203364	5.1.1.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação (002)			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Abstenha-se de licitar obras cujo projeto de engenharia não atenda, na integralidade, ao pressuposto pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei 8.666/93, quando trata do conjunto de elementos necessários e suficientes para definir com nível de precisão adequado o objeto a ser contratado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Compras			104939
Síntese da providência adotada			

As licitações posteriores já foram adequadas em relação ao projeto básico e demais projetos necessários aos serviços/obras de engenharia.

Síntese dos resultados obtidos

Situação regularizada.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Quadro 68.22 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 23

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	201203364	3.1.1.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Abster-se de realizar dispêndios com suprimento de fundos efetivados por meio do CPGF que superem o limite estabelecido para despesas de pequeno vulto (Portaria MF nº 95/02), submetendo-se tais despesas a processo regular de contratação (licitação ou contratação direta, conforme o caso).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – DOF			104939
Síntese da providência adotada			
De 15/06/2012 a 15/07/2012 houve a suspensão emergencial e provisória da liberação de suprimento de fundos, exceto casos emergenciais e com a devida comprovação de uso regular e prestação de contas para identificação de problemas e definições de controle junto ao DOF. Encaminhado o Memorando nº 097/2012 sobre os procedimentos referentes ao uso do cartão – CPGF - para o Campus Florianópolis, que foi identificado como o câmpus com maior incidência de problemas. É preciso encaminhar memorando circular a todos os câmpus com as principais orientações e inconsistências até 30/09. Serão monitorados com relatório detalhado e parecer DOF os quatro supridos que tenham apresentado inconsistências, durante três meses, até 30/11.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.23 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 24

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	201203364	3.1.1.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Apresentar justificativas, por ocasião da fase de prestação de contas, sempre que realizadas despesas com suprimento de fundos através do CPGF, e desde que passíveis de enquadramento na modalidade “saque”, conforme previsto na Portaria MEC nº 653/2008.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - DOF	104939
Síntese da providência adotada	
De 15/06/2012 a 15/07/2012 houve a suspensão emergencial e provisória da liberação de suprimento de fundos, exceto casos emergenciais e com a devida comprovação de uso regular e prestação de contas para identificação de problemas e definições de controle junto ao DOF. Encaminhado o Memorando nº 097/2012 (anexo VII-a,b) sobre os procedimentos referentes ao uso do cartão – CPGF - para o Campus Florianópolis, que foi identificado como o câmpus com maior incidência de problemas. É preciso encaminhar memorando circular a todos os câmpus sobre as principais orientações e inconsistências até 30/09. Serão monitorados com relatório detalhado e parecer DOF os quatro supridos que tenham apresentado inconsistências, durante três meses, até 30/11.	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação regularizada.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 68.24 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 25
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	201203364	6.2.2.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Abster-se de efetuar contratações diretas nas hipóteses previstas no inciso III e seguintes do art. 24 e art. 25 da Lei nº 8.666/93, sem que o respectivo processo seja instruído, dentre outros elementos, com a justificativa do preço, conforme determina o inciso III, § único, art. 26 da Lei de Licitações.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Contratos			104939
Síntese da providência adotada			
Foi verificado e justificado/detalhado no processo a formação de preços e a comprovação de preços praticados pela contratada, estando o processo regular e o valor contratado abaixo do praticado pela mesma. O Departamento de Compras foi orientado a intensificar o controle/análise em inexigibilidades de licitação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.25 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 26
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	201203364	6.2.2.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455

Descrição da Recomendação: (002)	
Abster-se de celebrar contrato cuja minuta não tenha sido examinada e aprovada pela assessoria jurídica da Administração (§ único, art. 38 da Lei nº 8.666/93).	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Contratos	104939
Síntese da providência adotada	
O Departamento de Compras e o Departamento de Contratos foram orientados a intensificar os controles e a submeter todos os contratos e respectivos aditivos contratuais para análise e parecer jurídico.	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação regularizada.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 68.26 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 27

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	201203364	6.2.2.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (005)			
Com auxílio da Auditoria Interna do Instituto, elabore parecer conclusivo sobre a análise da compatibilidade dos preços unitários e globais contratados e pagos com os praticados no mercado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração/Gabinete (36375)			104939
Síntese da providência adotada:			
A Unidade de Auditoria Interna realizou procedimento específico, conforme recomendado pela CGU-R/SC, visando avaliar possíveis sobrepreços na dispensa de licitação que contratou o Consórcio Magno Martins para locação de espaços (com materiais) para realização do II Fórum Mundial de Educação Profissional. Não identificou sobrepreços e concluiu que não há na região da grande Florianópolis nenhum outro local com as características necessárias para realizar o evento do porte objeto da dispensa de licitação. Neste sentido, ponderou que a modalidade de licitação adotada não foi a mais adequada, pois, trata-se de uma inexigibilidade de licitação. Houve uma alteração no contrato verificada pós auditoria da CGU que influenciou na condução da análise do processo. O IFSC fez um apostilamento contratual visando regularizar o quantitativo exato de horas contratadas, pois o somatório constante do contrato estava menor do que o efetivamente contratado pela Instituição. Esse procedimento elucidou as inconsistências inicialmente detectadas pela CGU.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.27 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 28

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

29	201203364	6.2.2.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (007)			
No prazo de 30 dias úteis, encaminhe à CGU – Regional cópia do parecer conclusivo, bem como informe as medidas adotadas para saneamento de eventuais falhas durante a execução contratual.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Unidade de Auditoria Interna			79854
Síntese da providência adotada			
Realizado Parecer UNAI nº 03/2012 e encaminhado à CGU-R/SC em 10/10/2012 (Ofício nº 2052/2012- IFSC).			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.28 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 29

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
30	201203364	6.3.2.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Implementar mecanismo de controle na validação da estimativa de preço elaborada/colhida pela área/câmpus requisitante, rejeitando aqueles orçamentos que contenham vícios.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Depto. de Compras			104939
Síntese da providência adotada			
A UNAI realizou auditoria específica e não constatou sobrepreços. O Departamento de Compras foi orientado a não realizar processo licitatório quando houver inviabilidade de competição, adotando, nestes casos, inexigibilidade cfe. Art. 25 da Lei 8.666/93.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.29 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 30

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
31	201203364	6.3.2.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455

Descrição da Recomendação: (002)	
Obtenha junto à empresa Audaces Automação e Informática Industrial Ltda. comprovação do preço por ela praticado junto a outros órgãos públicos ou entidades privadas em relação a bem com as características do item 1 do edital do Pregão Eletrônico nº 97/2011 – SRP.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Compras	104939
Síntese da providência adotada:	
No Parecer UNAI nº 002/2012 constam os preços praticados pela empresa no mercado. Encaminhando o Parecer UNAI nº 02/2012, à CGU-R/SC, em 10/10/2012 (Ofício nº 2052/2012- IFSC).	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação regularizada.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 28.30 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 31

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
32	201203364	6.3.2.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (003)			
Com auxílio da Auditoria Interna do Instituto, elabore parecer conclusivo sobre a análise da compatibilidade dos preços contratados e pagos com os praticados no mercado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração/Auditoria (79854)			104939
Síntese da providência adotada			
A Unidade de Auditoria Interna realizou procedimento específico, conforme recomendado pela CGU-R/SC, visando avaliar possíveis sobrepreços na licitação sob análise. Não identificou sobrepreços, mas ratifica as constatações da auditoria CGU de que a modalidade de licitação utilizada pelo IFSC não foi adequada. Recomendou, adicionalmente, que o IFSC não contrate (via SRP) as quantidades remanescentes do objeto por considerar que hoje o mesmo poderá ser adquirido por inexigibilidade e com preços mais vantajosos à Instituição. O IFSC acatou todas as recomendações constantes do Parecer da UNAI e suspendeu possíveis aquisições desse material, conforme Parecer UNAI nº 02/2012.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.31 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 32

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
33	201203364	6.3.2.1	RA201203364

Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina		000455
Descrição da Recomendação: (004)		
No prazo de 30 dias úteis, encaminhe à CGU-Regional cópias dos documentos apresentados pela contratada para fins de comprovação de preços por ela praticados junto a outros órgãos públicos ou entidades privadas (contratos anteriores, notas fiscais, dentre outros) e do parecer conclusivo elaborado sobre a análise da compatibilidade dos preços contratados e pagos com os praticados no mercado, bem como informe as medidas adotadas para saneamento de eventuais falhas identificadas na contratação do item 1 do edital do Pregão Eletrônico nº 97/2011 – SRP.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração/Auditoria (79854)		104939
Síntese da providência adotada		
Encaminhado à CGU-R/SC o Parecer UNAI nº 02/2012, em 10/10/2012 (Ofício nº 2052/2012- IFSC).		
Síntese dos resultados obtidos		
Situação regularizada.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Não há.		

Quadro 68.32 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 33

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
34	201203364	6.3.2.2	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Aprimorar a elaboração do orçamento estimativo de preços, de forma a não permitir em seu cômputo a utilização de valores de itens que não guardam relação precisa com o objeto/serviço que a Administração pretenda adquirir.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Compras			104939
Síntese da providência adotada			
Foi implementado no sistema de compras (interno) a “validação de orçamentos”, para haver conferência dos orçamentos utilizados. Além disso, o sistema alerta quanto a valores discrepantes.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos processos de orçamentação para as contratações no IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.33 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 34

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
35	201203364	6.3.2.2	RA201203364

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	000455
Descrição da Recomendação: (002)	
Promover a republicação do edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, sempre que houver alterações capazes de afetar a formulação das propostas, conforme estabelece o § 4º, art.21 da Lei 8.666/93.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Compras	104939
Síntese da providência adotada	
Nos processos posteriores foi adotada a republicação em alterações que refletem na formulação de propostas. O Departamento de Compras foi orientado e vem executando corretamente esta recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação regularizada.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 68.34 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 35

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
36	201203364	6.1.4.2	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Criar o setor responsável com estrutura de pessoal suficiente para bem gerir os bens imóveis sob responsabilidade do IF-SC, conforme proposto, pelo próprio Gestor, mediante o Ofício nº 0789/2012 – GABINETE/IF-SC, de 02 de abril de 2012.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			104939
Síntese da providência adotada			
Foi criada a Coordenadoria de Regularidade Imobiliária, vinculada ao Departamento de Obras e Engenharia da Diretoria de Administração, da Pró-Reitoria de Administração. O responsável pela Coordenadoria já atualizou os valores da maioria dos imóveis registrados e irá regularizar o registro/controlar no SPIUNet de todos os imóveis do IF-SC.			
Síntese dos resultados obtidos			
Criação da Coordenadoria e acompanhamento dos procedimentos de registro de imóveis no sistema SPIUNet.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.35 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 36

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
37	201203364	6.1.4.2	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	000455
Descrição da Recomendação: (003)	
Organizar, formalizar e divulgar a rotina interna de gestão de bens imóveis com as atribuições e o fluxo de informações bem definidos, para que os registros se mantenham atualizados.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração	104939
Síntese da providência adotada	
Foi criada a Coordenadoria de Regularidade Imobiliária, vinculada ao Departamento de Obras e Engenharia da Diretoria de Administração, da Pró-Reitoria de Administração. O responsável pela Coordenadoria já atualizou os valores da maioria dos imóveis registrados e regularizará o registro/controle no SPIUNet de todos os imóveis do IF-SC.	
Síntese dos resultados obtidos	
Criação da Coordenadoria e acompanhamento dos procedimentos de registro de imóveis no sistema SPIUNet.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 68.36 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 37
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
38	201203364	6.1.2.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
A DTIC deverá elaborar o próximo PDTI em conjunto com os câmpus, para que o mesmo represente as reais necessidades da instituição como um todo.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação DTIC			107736
Síntese da providência adotada			
Atendida. Os câmpus participam da elaboração desde o PDTI 2013.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro 68.37 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 38
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
39	201203364	6.1.2.4	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Certificar-se que o servidor SIAPE nº 1638121 cumpre apenas as atividades indicadas no Memorando nº 026/2012/PRDI, 07 de maio de 2012, que são compatíveis com o seu cargo, evitando que se incorra em desvio de fun-			

ção.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação DTIC	107736
Síntese da providência adotada	
Servidor foi afastado da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC e hoje se encontra em licença não remunerada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação regularizada.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 68.38 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 39

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
40	201203364	6.1.2.4	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Rever o quantitativo de pessoal no desenvolvimento de sistemas na etapa de levantamento de demandas e documentação de sistemas, pois, assim como na etapa de acompanhamento e controle, existe apenas um servidor responsável, podendo comprometer tanto o alcance das metas, como a execução dos trabalhos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC			107736
Síntese da providência adotada			
Foram contratados novos servidores para a DTIC por meio do concurso que aconteceu em 2013.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 68.39 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 40

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
41	201203364	6.1.2.5	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Definir e gerenciar níveis de serviço que satisfaçam aos requisitos do negócio para a TI, assegurando o alinhamento dos principais serviços de TI com a estratégia de negócio.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação DTIC	107736
Síntese da providência adotada	
Foi incluído o Ajuste de Níveis de Serviços – ANS nos contratos de serviços e soluções de TI.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 68.40 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 41
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
42	201203364	6.1.2.5	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Efetuar a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI da Entidade oferecidas aos demandantes do serviço.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação DTIC			107736
Síntese da providência adotada			
Atendida. Todos os novos contratos de TI possuem ANS; a gestão é realizada pelo fiscal do contrato.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não há.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Quadro 68.41 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 42 Fonte – UNAI			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
43	201203364	6.1.2.7	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Estabelecer em contrato procedimento de transferência de conhecimento para servidores da Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados. A previsão de repasse de conhecimento deve fazer parte tanto do plano de sustentação da fase de planejamento de uma contratação de TI (início da contratação, ou seja, no edital da licitação), quanto da fase de gerenciamento do contrato.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) Pró-Reitoria de Administração (104939)			104942

Síntese da providência adotada
Em futuros contratos de serviços e soluções de TI serão incluídas cláusulas que estabeleçam a capacitação dos servidores visando a transferência de conhecimento da solução ofertada.
Síntese dos resultados obtidos
Não há.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Quadro 68.42 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 43
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
44	201203364	6.1.2.8	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Criar uma área específica para gestão de contratos de bens e serviços de TI.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Contratos			104939
Síntese da providência adotada			
Essa demanda será absorvida pela Diretoria de Administração – Departamento de Contratos, com apoio da Diretoria de TI. Entende-se que a demanda de contratos terceirizados de serviços de TI não justifica a criação de uma área específica.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhorar os controles dos contratos de TI quanto houver esta demanda.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.43 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 44
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
45	201203364	6.1.2.8	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Adoção de processo de trabalho formalizado, padronizado e judicioso quanto ao custo, à oportunidade e aos benefícios advindos para a organização, na contratação de bens e serviços de TI.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC			104942
Síntese da providência adotada			
O IFSC realiza todas as contratações de bens e serviços de TI observando a Instrução Normativa SLTI/MP nº 4, de 12 de			

novembro de 2010, bem como somente faz aquisições e contratações que estiverem contidas no PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação), e tem seus processos de trabalhos pautados na IN 04/2010.

Síntese dos resultados obtidos

Atendimento a legislação vigente.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Quadro 68.44 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 45

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
46	201203364	6.1.2.8	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (003)			
Disponibilizar para todos os responsáveis, o processo de contratação padronizado, para minorar a ocorrência de dúvidas e falhas nas aquisições de TI.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação DTIC			104942
Síntese da providência adotada			
O IFSC realiza todas as contratações de bens e serviços de TI observando a Instrução Normativa SLTI/MP nº 4, de 12 de novembro de 2010, bem como somente faz aquisições e contratações que estiverem contidas no PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação), e tem seus processos de trabalhos pautados na IN 04/2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendimento a legislação vigente			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.45 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 46

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
47	201203364	2.1.2.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Nos termos da manifestação apresentada, implementar e divulgar a Carta de Serviços ao Cidadão, em atendimento ao Decreto n.º 6.932/2009.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete da Reitoria			36375
Síntese da providência adotada			

A Carta de Serviços ao Cidadão foi elaborada e disponibilizada no sítio institucional, conforme recomendação da CGU e normativos vigentes.

Síntese dos resultados obtidos

Ampliar o acesso à informação aos cidadãos e usuários dos serviços ofertados pela instituição.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Quadro 68.46 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 47

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
48	201203364	5.3.1.1.	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Reforçar os controles internos visando a incluir no Sistema SIASG todos os contratos celebrados pelo IFSC, em atendimento ao §3º do Artigo 19 da Lei n.º 12.309/2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Contratos			104939
Síntese da providência adotada			
Todos os contratos são registrados no SICON, exceto aqueles que o próprio sistema não permite – tais como concessão de espaço físico. O Departamento de Contratos já foi orientado a intensificar o controle/registro no SIASG.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.47 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 48

Fonte – UNAI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201305873	2.1.1.1	RA201305873
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 001:			
Executar as atividades e os procedimentos de auditoria interna conforme estabelecido no PAINT, fazendo o devido registro de justificativa no RAINTE quando não houver aderência plena entre o planejado e o realizado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
UNAI – IFSC			79854
Síntese da providência adotada			

Serão considerados nos próximos Relatórios Anuais de Auditorias – RAIN, os ajustes necessários à realidade da execução dos planejamentos, conforme recomendação da CGU.

Síntese dos resultados obtidos

Não há.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Quadro 68.48 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 49

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201305873	2.1.1.2	RA201305873
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Quando da elaboração do PAINT/2014, incluir trabalho de auditoria que avalie, de forma ampla na Unidade, a sua estrutura de controles internos administrativos, de modo que ao final do exercício seja possível demonstrar aos gestores se os controles internos administrativos já constituídos são ou não capazes de identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos inerentes aos processos relevantes do IF-SC.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
UNAI – IFSC			79854
Síntese da providência adotada			
A equipe de auditores do IFSC, ainda reduzida, está buscando atuar sempre de forma proativa na análise e avaliação da estrutura dos controles internos adotados pela Instituição, contudo, a composição ideal da equipe de auditoria ainda não está consolidada, o que justifica, em parte, a falta de aprofundamento das avaliações de auditoria. Serão ampliados esses requisitos a partir dos trabalhos de auditoria de 2014, detalhando esses procedimentos no PAINT/2014.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não há.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.49 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 50

Fonte – UNAI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201305873	2.1.1.2	RA201305873
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			

Exercer, de maneira plena, a autonomia/independência de que goza a UNAI, fazendo constar do parecer de auditoria interna sobre a prestação de contas da UJ conclusões que representem mais proximamente a realidade dos fatos, em especial nos assuntos que tenham impacto na gestão.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
UNAI-IFSC	79854
Síntese da providência adotada	
O próximo Parecer de Auditoria Interna sobre a Prestação de Contas da Instituição adotará os critérios de avaliação dos controles internos em maior profundidade, bem como, apontar as fragilidades mais relevantes que possam causar impactos negativos à gestão do IFSC.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 68.50 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 51

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201305873	2.1.2.3	RA201305873
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 001:			
Manter estrutura de pessoal adequada para a gestão do sistema CGU-PAD.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete da Reitoria			36375
Síntese da providência adotada			
Atualmente a equipe responsável pela gestão do sistema CGU-PAD é composta de três servidores. Todos os processos disciplinares já estão inseridos no citado sistema.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.51 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 52

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201305873	2.1.2.3	RA201305873
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 002:			
Realizar o gerenciamento dos Processos Administrativos Disciplinares instaurados pelo IFSC por meio do sistema CGU-PAD.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete da Reitoria			36375
Síntese da providência adotada			

Atualmente a equipe responsável pela gestão do sistema CGU-PAD é composta de três servidores. Todos os processos disciplinares já estão inseridos no citado sistema.
Síntese dos resultados obtidos
Situação regularizada.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Quadro 68.52 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 53
 Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201305873	3.1.1.1	RA201305873
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 001:			
Aprimorar as rotinas e os controles internos no sentido de registrar no sistema SISAC todos os atos de concessão de aposentadoria e pensão no prazo do art. 7º da IN/TCU nº55/2007 (60 dias), justificando as situações em que se verificar atrasos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada			
Foram realizadas reuniões durante o ano de 2013 nas quais foi recomendado o cumprimento dos prazos legais. A partir desse ano os cadastros estão sendo feitos tempestivamente de acordo com os normativos vigentes. A Diretoria de Gestão de Pessoas adotou a metodologia de acompanhamento periódico dos atos que geram registro no sistema SISAC.			
Síntese dos resultados obtidos			
Cumprimento dos prazos conforme normativos vigentes			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.53 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 54
 Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201305873	3.2.1.3	RA201305873
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 001:			
Adequar a instrução dos processos que tratam da concessão da vantagem indenizatória do auxílio-moradia à Orientação Normativa nº 10, de 26/04/13, do MPOG, notadamente com referência ao Artigo 3º, parágrafo 1º e artigo 4º.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada			
Em junho/2013 foi criado novo procedimento onde todos os processos existentes foram refeitos e adequados à ON nº 10 de 26/04/13.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Quadro 68.54 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 55
 Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201305873	3.2.1.3	RA201305873
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 002:			
Instruir os processos que tratam da concessão da vantagem indenizatória do auxílio-moradia contendo, dentre outros documentos, o parecer do setor de pessoal quanto ao reconhecimento do direito do servidor à vantagem, o respectivo comprovante da residência anterior e atual, do comprovante de pagamento, com a identificação do favorecido da despesa com aluguel ou hospedagem.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada			
Foi implantado o parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas quanto ao reconhecimento do direito do servidor à vantagem.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.55 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 56
 Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201305873	3.2.1.4	RA201305873
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 001:			
Apurar as responsabilidades pelo afastamento da servidora CPF ***.279.970-**, em desacordo com a Resolução nº 019/2012/CDP, de 03/05/2012, nos termos do artigo 143 da Lei nº 8.112/90, e pela não compensação de horas acordadas no plano de reposição.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete da Reitoria			36375
Síntese da providência adotada			
Alguns diretores gerais de câmpus foram empossados recentemente, muitos, inclusive, foram conduzidos <i>pro tempore</i> até a consolidação dos câmpus da Expansão, momento em que ocorrerá a possibilidade de escolha da equipe diretiva pela comunidade acadêmica. Nesse sentido, alguns procedimentos, em sua maioria normatizados pelo IFSC, ainda não foram plenamente incorporados à rotina de alguns gestores o que justifica, em parte, a adoção de autorização em determinados procedimentos feita pelo câmpus sem a observância das demais tratativas internas. Será reforçada a necessidade de conhecimento da existência de alguns normativos internos, sobretudo o que concede afastamentos para servidores cursarem pós-graduação, a fim de melhorar os controles internos sobre os processos para afastamentos de servidores. Assim, consideramos que não há responsabilidades a serem apuradas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Não há.

Quadro 68.56 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 57

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201305873	3.2.1.5	RA201305873
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 001:			
Cumprir a Instrução Normativa nº 07/2011/Gabinete, de 11/07/2011, quanto à obrigatoriedade dos Diretores Gerais dos câmpus de providenciarem a publicação na intranet das planilhas de atividades docentes por departamento / áreas e os planos individuais de atividades docentes, no prazo máximo de até 30 dias após o início de cada semestre letivo.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino			104938
Síntese da providência adotada			
Todos os Planos de Atividades Docentes – PSADS - já estão disponibilizados na Intranet, contudo será reforçada a necessidade de acompanhamento dessa rotina junto aos câmpus do IFSC.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada. Sob monitoramento da Pró-Reitoria de Ensino			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.57 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 58

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201305873	3.2.1.5	RA201305873
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 002:			
Cumprir a Instrução Normativa nº 07/2011/Gabinete, de 11/07/2011, quanto à obrigatoriedade dirigida aos Diretores Gerais dos câmpus e aos Pró-Reitores, com vistas à realização do controle de frequência dos servidores docentes que ocupam funções FG1, FG2, FG4 e CD4, por meio de Relatório Mensal de Atividades, disponibilizado no Sistema de Gestão de Pessoas do IF-SC ou por outro meio equivalente, em conformidade com o Decreto nº 1590/95 e que os respectivos relatórios mensais devem ser assinados pelo docente e pela chefia imediata e encaminhados para as Coordenadorias de Gestão de Pessoas (no caso dos docentes que atuam nos câmpus) ou para a Diretoria de Gestão de Pessoas (no caso dos docentes que atuam na Reitoria) até o quinto dia útil do mês subsequente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino e UNAI			104938/79854
Síntese da providência adotada			
Todos os docentes em atividades administrativas estão cientes das prerrogativas estabelecidas pela Instrução Normativa/IFSC nº 07/2011/Gabinete. A UNAI está auxiliando nas avaliações dos controles internos referentes ao cumprimento dessa demanda.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada pela Pró-Reitoria de Ensino e UNAI.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 68.58 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 59

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201305873	3.2.1.6	RA201305873
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 001:			
Abster-se de promover a posse de servidor sem o atendimento à Lei nº 8.730/93, em relação à apresentação de declaração de bens, com indicação das fontes de renda.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada			
Reforçamos a necessidade de melhoria dos controles sobre a entrega das declarações de bens e rendas de todos os servidores do IFSC.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação regularizada, sob monitoramento da Diretoria de gestão de pessoas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 68.59 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 60

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201305873	3.2.1.6	RA201305873
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 002:			
Regularizar a situação dos servidores elencados, de modo a cumprir o atendimento à Lei nº 8.730/93, em relação à apresentação de declaração de bens, com indicação das fontes de renda.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada			
A maioria dos servidores optaram pela entrega da autorização de acesso; nos casos em que o servidor opta pela entrega anual, a Diretoria de Gestão de Pessoas acompanha constantemente a entrega dessas declarações. Os servidores elencados apresentaram a declaração ou autorização.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendida a recomendação			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro 68.60 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – (CGU-R/SC) 61

Fonte – UNAI

Além das recomendações destacadas acima, a Controladoria Regional da União em Santa Catarina encaminhou a Solicitação de Auditoria nº 201217008/02 (31/01/2013) referente a aquisição de Telescópio, a Solicitação de Auditoria nº 20131518/01 (26/11/2013) referente a avaliação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna/2012 e seu cumprimento pela Unidade de Auditoria Interna do IF-SC e a Solicitação de Auditoria nº 201316264 (08/10/2013) referente a flexibilização da jornada de trabalho. Até o momento, não houve encaminhamento de Relatórios/Recomendações.

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203364	4.3.1.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação:			
Realizar os procedimentos previstos pela Lei nº 8.112/90, com vistas a apurar acumulação indevida de cargos por parte do servidor Mat. SIAPE nº 26738-0277792 e providenciar as medidas decorrentes, inclusive reposição ao erário de valores recebidos indevidamente. Atentar para o conteúdo da Portaria Normativa MP Nº 2 de 12/03/2012, que trata do controle de dados sobre acumulação de cargos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas do IF-SC			107729
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O servidor foi notificado através do ofício 251/2014, no entanto ele entrou com ação judicial para rever o ato de aposentadoria embargado pelo TCU.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não há.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 69 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 1

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203364	4.3.1.3	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 006:			
Providenciar o cálculo da parcela DE paga referente aos períodos em que os servidores abaixo relacionados mantiveram outro vínculo empregatício e o correspondente ressarcimento ao erário, bem como, comprovar que todos os ressarcimentos ao erário foram realizados, passando a regularmente registrar na rubrica “diversos responsáveis” o comprometimento financeiro dos gestores da unidade para com a completa quitação do débito do servidor com a administração.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Estamos em processo de notificação do servidor. Posteriormente adotaremos as medidas cabíveis.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não há.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 69.1 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 2

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203364	4.3.1.4	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 005:			
<p>Proceder à informatização dos dados de vínculos acumulados pelos servidores, de modo a permitir confiabilidade e agilidade na detecção de situações de acumulação em desacordo com a legislação vigente e a consequente regularização, bem como de modo a detectar jornadas de trabalho alongadas, com incompatibilidade ou mesmo risco potencial de cumprimento concomitante, assíduo e pontual à jornada de trabalho na Instituição, situação em que os servidores devem ser submetidos a um controle mais rígido de ponto, abstendo-se de homologar atrasos, saídas antecipadas e outros afastamentos incompatíveis com o exercício do cargo. Atentar para o conteúdo da Portaria Normativa MP Nº 2, de 12/03/2012, que trata do controle de dados sobre acumulação de cargos.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>Foram realizadas reuniões nos câmpus para conscientizar gestores e servidores da necessidade de melhorar a efetividade dos controles de frequência e assegurar que toda a Instituição adote os controles de frequência propostos. Em monitoramento.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Não há.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 69.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 3
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203364	4.3.1.6	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
<p>Promover a imediata revogação dos normativos que implantaram a flexibilização da jornada de trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Santa Catarina, tornando nula toda a expectativa de direito que possa ser requerida sobre esses normativos.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete da Reitoria			36375
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>Foi encaminhado o ofício n.º 2726/2013 – GABINETE/IFSC, em 10 de dezembro de 2013, à Secretaria de Gestão Pública/MPOG solicitando manifestação quanto à flexibilização da jornada de trabalho adotada pelo IFSC. Situação em andamento/monitoramento.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Ampliar os entendimentos sobre a flexibilização da jornada de trabalho no IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 69.3 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 4
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203364	5.2.2.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação:			
Agilizar, perante a Prefeitura Municipal de Florianópolis, a regularização de todo o parque instalado do campus Florianópolis do IF-SC, mediante a obtenção do respectivo Habite-se.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			104939
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Coordenadoria de Regularização Imobiliária deu continuidade ao trabalho iniciado em 2012 para unificar os terrenos do Câmpus Florianópolis.			
Síntese dos resultados obtidos			
Em andamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A morosidade da Prefeitura atrasa o processo de regularização dos imóveis.			

Quadro 69.4 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 5

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201203364	5.2.1.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação:			
Implementar mecanismos automatizados de controle que visem eliminar as fragilidades observadas na metodologia vigente de acompanhamento contratual, de tal forma a padronizá-la institucionalmente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Contratos			104939
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Com relação a adoção de sistema de gestão, o IFSC adquiriu e está em implantação o Sistema de Informação Gerencial – SIG. Um dos módulos a serem implementados é o de Contratos e permitirá automatizar e aprimorar a gestão dos contratos. A implantação do módulo de contratos está prevista para setembro de 2014. Em andamento.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não há.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Aguardando implementação conforme cronograma definido entre UFRN e IFSC.			

Quadro 69.5 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 6

Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203364	5.2.1.2	RA201203364

Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina		000455
Descrição da Recomendação: (001)		
Implementar mecanismos automatizados de controle que visem eliminar as fragilidades observadas na metodologia vigente de acompanhamento contratual, de tal forma a padronizá-la institucionalmente.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Contratos		104939
Justificativa para o seu não cumprimento:		
Com relação a adoção de sistema de gestão, o IFSC adquiriu e está em implantação o Sistema de Informação Gerencial – SIG. Um dos módulos a serem implementados é o de Contratos e permitirá automatizar e aprimorar a gestão dos contratos. A Implantação do módulo de contratos está prevista para setembro de 2014. Em andamento.		
Síntese dos resultados obtidos		
Não há.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Aguardando implementação conforme cronograma definido entre UFRN e IFSC.		

Quadro 69.6 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 7
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	c	3.1.1.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (003)			
Aprimorar os mecanismos de controle na fase de análise da prestação de contas das despesas realizadas com suprimento de fundos através do CPGF.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração / Diretoria de Administração (107728)			104939
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Será estabelecido um grupo de trabalho para analisar a normatização de concessão, aplicação e prestação de contas do CPGF. Também foram intensificadas as análises das prestações de contas e os valores concedidos de suprimento de fundos. Em andamento.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não há.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 69.7 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 8
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201203364	1.1.1.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Constituir uma “Comissão para a Coleta Seletiva Solidária” no âmbito da UJ, a fim de que haja adequada supervisão nos processos de separação dos resíduos recicláveis descartados e de destinação dos mesmos para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, tudo conforme previsto no Decreto nº 5.940/06.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete da Reitoria	36375
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Foi constituída por meio da Portaria nº490 de 04 de abril de 2013 a Comissão do Programa IFSC Sustentável, por meio da qual deu-se início a implementação de programas de conscientização e destinação adequada dos resíduos, em consonância com o Decreto nº 5.940/06 e também a IN/MPOG nº10/2012. Em novembro foi realizada reunião com os membros para verificação do andamento das ações nos câmpus e foi possível constatar que há dificuldades pois em muitos dos municípios nos quais o IFSC está instalado não existe uma cooperativa capaz de receber os materiais separados. As próximas ações da Comissão incluem a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável para a Instituição que deverá trazer respostas e alternativas tais como a instalação de composteiras e o estabelecimento de parcerias com órgãos públicos do entorno, viabilizando o encaminhamento dos materiais à reciclagem. Em andamento.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Em muitos dos municípios nos quais o IFSC está instalado não existe uma cooperativa capaz de receber os materiais separados	

Quadro 69.8 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 9
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201203364	6.1.4.2	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Proceder caso a caso, o devido lançamento, avaliação e atualização das benfeitorias, no SPIUNet, de todos os seus imóveis.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			104939
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Foi criada a Coordenadoria de Regularidade Imobiliária, vinculada ao Departamento de Obras e Engenharia da Diretoria de Administração, da Pró-Reitoria de Administração. O responsável pela Coordenadoria já atualizou os valores da maioria dos imóveis registrados e irá regularizar o registro/controle no SPIUNet de todos os imóveis.			
Síntese dos resultados obtidos			
Criação da Coordenadoria e acompanhamento dos procedimentos de registro de imóveis no sistema SPIUNet.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Os processos precisam de alvará, desmembramento perante a Prefeitura e cartórios, o que acaba atrasando a regularização dos imóveis.			

Quadro 69.9 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 10
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201203364	6.1.2.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
A DTIC deverá elaborar o Planejamento Estratégico de TI – PETI – em conjunto com os câmpus.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e			107736

Comunicação DTIC
Justificativa para o seu não cumprimento:
O PETI 2014-15 está em elaboração, articulado com o PDI 2014-2018. O SISP recomenda que os órgãos da Administração Pública tenham o PETI ou o PDTI, não necessariamente os dois. O PETI deve, obrigatoriamente, estar articulado com o PDI da instituição e o novo PDI do IFSC está em fase de elaboração.
Síntese dos resultados obtidos
Não há.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Está em elaboração o PDI 2014-2018 o que demanda tempo para outros planejamentos.

Quadro 69.10 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 11
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201203364	6.1.2.2	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
O Gestor deverá providenciar a elaboração de um documento de Política de Segurança da Informação (PSI) que aborde as questões relacionadas à Política de Segurança da Informação citadas na constatação.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC			107736
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Será elaborado o Programa de Segurança da Informação – PSI, conforme recomendação da CGU.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não há.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 69.11 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 12
Fonte – UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201203364	6.1.2.3	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação:			
O Gestor deverá tomar as medidas necessárias para que haja a atuação do Comitê de Segurança da Informação.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tec. Informação DTIC			
Síntese da providência adotada:			
Não iniciada. O comitê será constituído em 2014.			
Síntese dos resultados obtidos			
Em andamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 69.12 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 13
Fonte – UNAI

Além das recomendações destacadas acima, a Controladoria Regional da União em Santa Catarina encaminhou a Solicitação de Auditoria nº 201211596/01 (02/10/2012) referente a avaliação da atuação da Unidade de Auditoria Interna do IF-SC e a Solicitação de Auditoria nº 201211228/01 (17/12/2012) referente a avaliação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna/2012 e seu cumprimento pela Unidade de Auditoria Interna do IF-SC, mas até o momento não houve encaminhamento de Relatórios/Recomendações.

9.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

9.3.1 Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ

A Unidade de Auditoria Interna do IFSC está dividida em duas estruturas integradas: Auditoria Geral e Auditorias Regionais, conforme consta do Regimento Interno da UNAI, aprovado em 19/03/2012 (Portaria 368). Atualmente, o quadro de servidores da UNAI é composto por 06 auditores internos, sendo três servidores lotados na Reitoria (Auditoria Geral) e um auditor lotado em cada uma das Auditorias Regionais (Norte, Sul e Oeste). A auditoria interna subordina-se ao Conselho Superior da Instituição.

Em 28/11/2011, a Instrução Normativa nº 10/2011/Gabinete/Reitoria, aprovou o Organograma da Reitoria. Abaixo, segue o Organograma da Reitoria do IFSC que contempla a nova estrutura de Auditoria Interna do IFSC em conformidade com o Regimento Interno da UNAI.

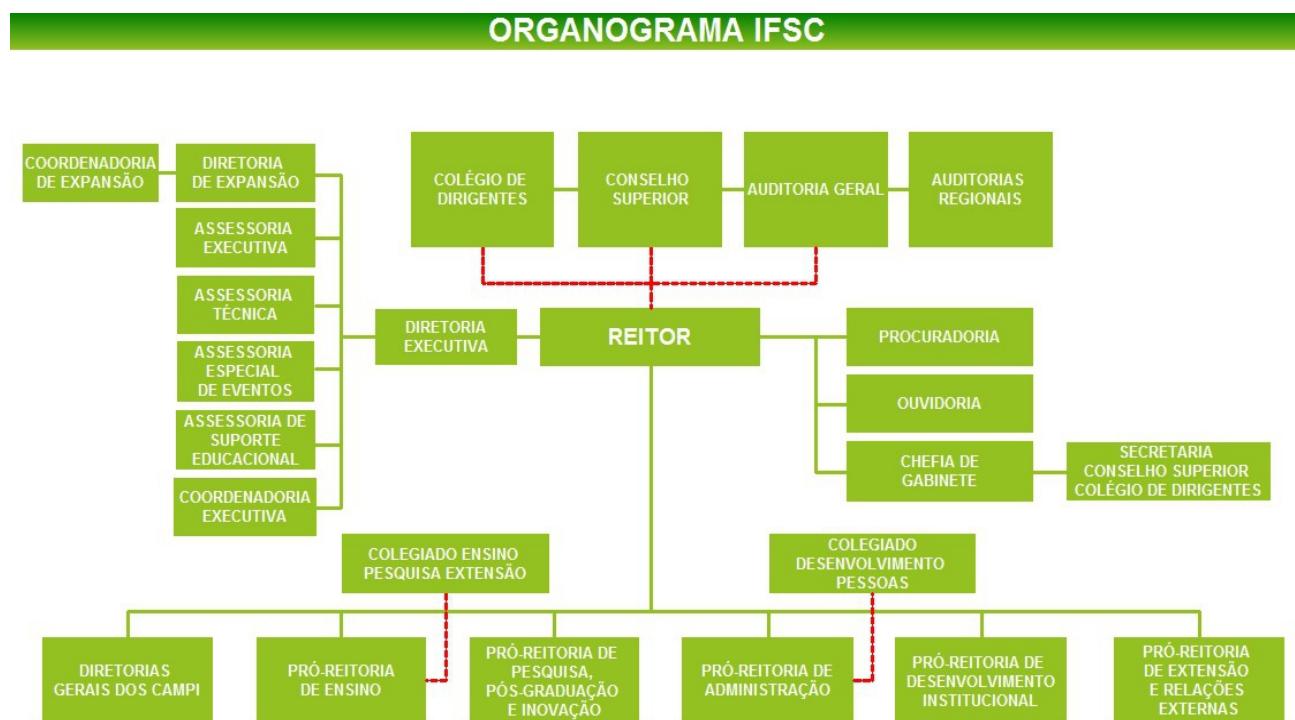


Figura 10 – Organograma da Reitoria

Fonte- Instrução Normativa nº 10/2011/Gabinete/Reitoria

O quadro de servidores lotados na Unidade de Auditoria Interna, em 2013, está representado abaixo:

Lotação	Servidor	Formação	Cargo	Subordinação Hierárquica	Subordinação Técnica	Função
Auditoria Geral/Reitoria	Marcelo Aldair de Souza	Ciências Econômicas	Auditor	Reitor	Reitor	Auditor Chefe da UNAI
Auditoria Geral/Reitoria	João Clovis Schmitz	Ciências Contábeis	Auditor	Reitor	Chefe da Auditoria Geral	Não possui
Auditoria Geral/Reitoria	Deisi Maria dos Santos Klagenberg	Ciências Jurídicas	Auditor	Reitor	Chefe da Auditoria Geral	Não possui
Auditoria Regional/Oeste	Tamara Maria Bordin	Ciências Contábeis	Auditor	Reitor	Chefe da Auditoria Geral	Não possui
Auditoria Regional/Sul	Patrick Barcelos Teixeira	Ciências Jurídicas	Auditor	Reitor	Chefe da Auditoria Geral	Não possui
Auditoria Regional/norte	Francieli Menegazzo	Ciências Jurídicas	Auditor	Reitor	Chefe da Auditoria Geral	Não possui

Quadro 70 – Equipe de Auditores do IFSC
Fonte- UNAI

9.3.2 Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações

Em 2013, a auditoria do IFSC adotou dois procedimentos distintos de atuação, considerando que a estrutura regionalizada estava consolidada apenas em uma região (Oeste). Assim, nos câmpus da região norte, a metodologia utilizada foi a realização de auditoria por tarefas, ou seja, uma atividade específica de auditoria foi realizada simultaneamente em todos os câmpus de abrangência regional. Para cada atividade realizada foi emitido um relatório, por câmpus, e um Relatório Consolidado (Relatório Gerencial) emitido pela Auditoria Geral/Reitoria constando um resumo das auditorias realizadas, avaliando as questões mais relevantes.

O Quadro 71 sintetiza as atividades realizadas, consignadas nos respectivos Relatórios de Auditoria Interna.

AUDITORIAS INTERNAS REALIZADAS EM 2013 – IFSC					
Número do Relatório	Área/Unidade Auditada	Objetivo	Cronograma (Planejamento/ Execução Encerramento)	Recursos Humanos	Documento de Origem (S.A)
001/2013	Convênio FEESC (PROEX/ PROPI / Reitoria)	Análise do contrato firmado com a Fundação de Apoio FEESC.	18/12/2013 a 25/02/2013 (80h)	01 auditor	nº 01/2013-01

002/2013	Câmpus da região Oeste. Área: Gestão de Pessoas	Análise dos processos relativos ao controle de frequências e a concessão de diárias e passagens	04/03/2013 a 09/08/2013 (intercalados) (64h)	02 auditores	Ordem de Serviço nº 001/2013 e S.A. 002/2013
003/2013	Câmpus São José	Análise dos processos nas áreas de compras, gestão de pessoas (planos/relatórios docentes e diárias e passagens) e o Programa de Assistência ao Educando em Vulnerabilidade Social – PAEVS.	10/07/2013 a 05/08/2013 (109h)	03 auditores	nº 03/2013-01 nº 03/2013-02 nº 03/2013-03 nº 03/2013-04 nº 03/2013-05
004/2013	Câmpus Criciúma	Análise dos processos nas áreas de compras, gestão de pessoas (planos/relatórios docentes e diárias e passagens), patrimônio, serviços terceirizados e o Programa de Assistência ao Educando em Vulnerabilidade Social	29/07/2013 a 28/07/2013 (160h)	02 auditores	nº 04/2013-01 nº 04/2013-02
005/2013	Câmpus Araranguá	Análise dos processos nas áreas de: compras; gestão de pessoas (planos/relatórios docentes e diárias e passagens), patrimônio, serviços terceirizados e o Programa de Assistência ao Educando em Vulnerabilidade.	19/07/2013 a 13/09/2013 (160h)	02 auditores	nº 06/2013-01 nº 06/2013-02 nº 06/2013-03 nº 06/2013-04 nº 06/2013-05
006/2013	Câmpus da Região Oeste. Área: Assistência ao Educando	Análise dos processos relativos ao Programa de Assistência ao Educando em Vulnerabilidade Social – PAEVS	07/08/2013 a 16/10/2013 (224h)	02 auditores	Ordem de Serviço nº 002/2013 e S.A. 005/2013
007/2013	Câmpus Jaraguá do Sul	Análise dos processos nas áreas de: compras; gestão de pessoas (planos/relatórios docentes e diárias e passagens) e o Programa de Assistência ao Educando em Vulnerabilidade Social	20/08/2013 a 29/10/2013 (96h)	02 auditores	nº 07/2013-01
008/2013	Câmpus Geraldo Werninghaus	Análise dos processos nas áreas de: compras; gestão de pessoas (planos/relatórios docentes e diárias e passagens) e o Programa de Assistência ao Educando em Vulnerabilidade Social.	20/08/2013 a 30/10/2013 (96h)	02 auditores	nº 08/2013-01 nº 08/2013-02

009/2013	Câmpus Joinville	Análise dos processos nas áreas de compras, gestão de pessoas (planos/relatórios docentes e diárias e passagens) e o Programa de Assistência ao Educando em Vulnerabilidade Social	11/09/2013 a 31/10/2013 (96h)	02 auditores.	nº 09/2013-01
010/2013	Câmpus Itajaí	Análise dos processos nas áreas de compras, gestão de pessoas (planos/relatórios docentes e diárias e passagens) e o Programa de Assistência ao Educando em Vulnerabilidade Social	20/09/2013 a 31/10/2013 (96h)	02 auditores	nº 10/2013-01
011/2013	Câmpus Gaspar	Análise dos processos nas áreas de compras, gestão de pessoas (planos/relatórios docentes e diárias e passagens) e o Programa de Assistência ao Educando em Vulnerabilidade Social	20/09/2013 a 01/11/2013 (96h)	02 auditores	nº 11/2013-01
012/2013	Câmpus Lages	Análise dos processos nas áreas de compras, gestão de pessoas (planos/relatórios docentes e diárias e passagens) e o Programa de Assistência ao Educando em Vulnerabilidade Social	20/09/2013 a 13/11/2013 (92h)	03 auditores	nº 12/2013-01
013/2013	Câmpus Urupema	Análise dos processos nas áreas de: compras; gestão de pessoas (planos/relatórios docentes e diárias e passagens) e o Programa de Assistência ao Educando em Vulnerabilidade Social	20/09/2013 a 13/10/2013 (92h)	03 auditores	nº 13/2013-01
014/2013	Câmpus Florianópolis	Análise dos processos nas áreas de compras, gestão de pessoas (planos/relatórios docentes e diárias e passagens) e o Programa de Assistência ao Educando em Vulnerabilidade Social	11/10/2013 a 03/12/2013 (94h)	03 auditores	nº 14/2013-01
015/2013	Câmpus da Região Oeste. Áreas: patrimônio, contratos terceirizados e planos/ relatórios de atividades docentes (PSAD/RSAD)	Análise dos processos nas áreas de gestão de pessoas (plano / relatório atividade docente, serviços terceirizados e patrimônio.	04/10/2013 a 16/12/2013 (intercalados) (240h)	02 auditores	Ordem de Serviço nº 003/2013 e S.A. 015/2013

016/2013	Câmpus Florianópolis – Continente	Análise dos processos nas áreas de compras, gestão de pessoas (planos/relatórios docentes e diárias e passagens) e o Programa de Assistência ao Educando em Vulnerabilidade Social	11/11/2013 a 11/12/2013 (96h)	02 auditores	nº 16/2013-01 nº 16/2013-02 nº 16/2013-03
017/2013	Câmpus Palhoça – Bilíngue	Análise dos processos nas áreas de compras, gestão de pessoas (planos/relatórios docentes e diárias e passagens) e o Programa PAEVS	11/11/2013 a 12/12/2013 (96h)	02 auditores	nº 17/2013-01 nº 17/2013-02
018/2013	Câmpus Canoinhas	Análise dos processos nas áreas de compras, gestão de pessoas (planos/relatórios docentes e diárias e passagens) e o Programa de Assistência ao Educando em Vulnerabilidade Social	11/11/2013 a 13/12/2013 (96h)	02 auditores	nº 18/2013-01 nº 18/2013-02
019/2013	Pró-Reitoria de Administração (Departamentos de Compras e Contratos/SRP)	Análise dos processos nas áreas de compras: – dispensas e inexigibilidades; – Pregões Eletrônicos – SRP; – Tomada de Preços – Regime Diferenciado de Contratações – RDC.	30/11/2013 a 20/12/2013 (216h)	03 auditores	nº 19/2013-01 nº 19/2013-02 nº 19/2013-03

Quadro 71 – Auditorias Internas Realizadas no Exercício 2013

Fonte – UNAI a partir dos Relatórios de Auditoria Interna – ano 2013.

As auditorias foram realizadas junto aos câmpus e Reitoria do IF-SC e contemplam recomendações em todas as áreas organizacionais. As principais recomendações expedidas pela equipe de auditoria, por área, são:

- a) contrato Fundação de Apoio: revisar o Plano de Trabalho, detalhando as atividades, bem como melhorar a especificação dos bens que serão adquiridos durante o desenvolvimento das atividades. As especificidades das Leis 8.666/93 e 4.320/64 devem ser observadas/detalhadas, considerando o tipo de instrumento firmado – contrato –, principalmente em relação às fases das despesas, uma vez que há pagamento/repasso antecipado à Fundação de Apoio. Neste caso, o instrumento firmado deveria ser um convênio, com pagamento/transferência de recursos em parcelas, mediante um cronograma de desembolso;
- b) gestão de pessoas: fragilidades nos controles de frequências; ausências de justificativas por faltas e/ou justificativas pouco fundamentadas; ausência de controle para comprovar as compensações de horas; ausência de relatórios de atividades docentes em atividades administrativas em conformidade com a Instrução Normativa IFSC nº 07/2011; alguns docentes registram a carga horária no PSAD – Plano Semestral Atividades, inferior ao regime de contratação efetiva, também, há PSADs com carga horária superior ao regime de contratação (40h); ausência de alguns PSADs disponíveis na Intranet do IFSC;
- c) assistência estudantil – programa PAEVS: alguns benefícios tiveram pagamentos superiores e também inferiores ao que consta da avaliação documental/edital de concessão; fragilidade na avaliação documental, em alguns processos, considerando que

a avaliação é feita por uma comissão e que há entendimentos divergentes para a mesma situação; utilização da “renda líquida” *per capita* para avaliação das condições socioeconômicas, quando deveria ser a “renda bruta”; ausência de documentos nos processos avaliados, em conformidade com os requisitos no edital; aumento do valor do benefício sem nova reavaliação das condições sociais e econômicas do beneficiário; melhorar e/ou adequar a normatização interna que regula o programa PAEVS no IFSC (Resolução 054/2011/CEPE);

- d) patrimônio: acúmulo de responsabilidade por guarda de bens acometidos a poucos servidores; bens localizados em locais distintos do que consta dos registros patrimoniais (sistema SAP/SPW);
- e) licitações, inexigibilidades e dispensas: ausência de certificados em processos de capacitação; utilização de pregão por SRP – Sistema Registro de Preços para itens com quantidades pequenas; cotações de preço (orçamentos) para compor valor referência de licitações muito divergentes entre si, não refletindo efetivamente o preço médio de mercado; ausência, nos processos para capacitações, do Relatório de Capacitação, conforme exigência contida na Instrução Normativa IFSC nº 08/2012.

As recomendações resumidas acima refletem uma síntese das principais constatações verificadas pela UNAI em 2013, porém, deve-se considerar a realidade de cada câmpus. Ressalta-se que alguns câmpus possuem uma boa sistemática de controles internos e foram destacados pela UNAI como “boas práticas de controle interno no IFSC” cabendo à equipe gestora do IFSC replicar as boas práticas, por área organizacional, em toda a Instituição.

O volume total de recursos auditado pela UNAI em relação ao volume gerido pelo IFSC é apresentado no Quadro 72.

Volume Auditado pela Unai na UG	Volume Gerido pela UG*	Porcentagem de Recursos Auditados
R\$ 179.947.403,10	R\$ 500.091.603,02	35,98%

Quadro 72 – Recursos auditados

Fonte: UNAI/Balanco Financeiro – SIAFI/2013 – acesso em 21/01/2014.

9.3.3 Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência

As constatações/recomendações realizadas no decorrer do ano 2013 totalizaram 650 recomendações. Deste total, 249 recomendações específicas serão monitoradas em 2014, quando da visita de auditoria junto aos câmpus do IFSC, momento em que será avaliado o *status* atual da recomendação proposta. Ressalta-se que os gestores dos câmpus, em parceria com a alta gestão (Reitoria), vêm implementando a maioria das recomendações propostas pela UNAI. Tal assertiva pode ser visualizada em relação ao monitoramento das recomendações constantes dos Relatórios de Auditoria – ano 2012, monitoradas pela UNAI no decorrer de 2013, conforme dados do Quadro 73.

Ano 2012 – Total de Recomendações Gerais: 518
Total de Recomendações Específicas (Monitoradas): 177 (34% do total)
Resolvidas/Concluídas: 118 (67%)
Concluídas Parcialmente: 06 (3%)
Não Concluídas/Em andamento: 53 (30%)

Quadro 73 – Monitoramento das auditorias

Fonte: UNAI

9.3.4 Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna

Após a finalização de cada trabalho, as recomendações evidenciadas pela equipe são registradas nos respectivos Relatórios de Auditoria, por câmpus, sendo que as principais recomendações são destacadas ao final dos relatórios e monitoradas, permanentemente, pela equipe de auditores do IFSC.

Durante o monitoramento algumas respostas são encaminhadas pelos gestores e registradas no *follow up* – monitoramento das recomendações por relatório. Algumas respostas são acompanhadas de documentação comprobatória e são “baixadas” do monitoramento, pela UNAI; outras recomendações necessitam de uma inspeção pela equipe de auditoria junto ao câmpus/setor objeto da recomendação, para serem baixadas. Tal baixa será efetivada após a realização da vista de auditoria, conforme previsto no PAINT da Instituição.

A regionalização da auditoria do IFSC permitirá um monitoramento periódico das recomendações pelos auditores regionais. A consolidação da estrutura de auditoria regionalizada permitirá um maior controle da implementação das recomendações propostas, a cargo dos diretores dos câmpus e contribuirá para a melhoria dos processos de controle interno no IFSC.

9.3.5 Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna

Não há um sistema de acompanhamento e monitoramento das recomendações da Unidade de Auditoria Interna e demais instâncias de controle governamental (CGU/TCU/MP). Todas as recomendações são registradas em planilhas eletrônicas. Desde 2010, a UNAI vem intensificando junto a Reitoria a aquisição/implantação de um sistema de auditoria interna. Em 2011, por meio de um Acordo de Cooperação firmado entre o IFSC e a CONAB/Brasília foi disponibilizado ao IFSC o Sistema de Auditoria denominado SIAUDI, porém, por questões técnicas e operacionais, o sistema não chegou a ser implantado no IFSC.

Destaca-se, positivamente, a aquisição de um sistema integrado de gestão, que contempla um módulo sobre Auditoria Interna. Segundo informações da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFSC, conforme planejamento de implantação dos módulos, a previsão é de que o sistema para uso da auditoria interna esteja implantado no segundo semestre de 2015.

Assim, enquanto não houver um sistema informatizado para utilização da Unidade de Auditoria, os monitoramentos continuarão sendo realizados mediante planilhas eletrônicas.

9.3.6 Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações

A UNAI, ao finalizar cada Relatório de Auditoria, junto aos câmpus e Reitoria, encaminha uma versão impressa para ciência da alta gestão que o destina aos respectivos Diretores Gerais dos câmpus envolvidos/auditados. De forma complementar, cópia dos Relatórios é encaminhada aos gestores, por e-mail, tão logo o Relatório esteja finalizado, bem como, há um repositório dos Relatórios disponibilizados na Intranet do IFSC para acompanhamento contínuo dos gestores.

Com relação aos riscos, cabe às Auditorias Internas das Instituições Públicas Federais Indiretas relatar o fato e propor ações corretivas, contudo, a aceitação ou não da recomendação proposta pela auditoria é avaliada pela gestão em relação ao impacto que a adoção da recomendação terá sobre a estrutura organizacional. De forma geral, a alta gestão vem considerando e implementando a maioria das recomendações propostas pela UNAI. Há, no Gabinete do IFSC, um servidor que avalia previamente as principais recomendações e encaminha aos gestores suas impressões dos Relatórios produzidos pela auditoria interna. As recomendações mais relevantes são

tratadas diretamente pela Chefia da UNAI com os gestores/Reitoria e Diretores (câmpus).

9.3.7 Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

A Unidade de Auditoria Interna, quando considera que alguma recomendação merece atenção específica por parte da Reitoria, relata a inconsistência e destaca ações corretivas que poderiam ser realizadas na intenção de minimizar possíveis impactos negativos.

Uma prática adotada pela UNAI é reunir as principais constatações de uma área específica em um único documento que a auditoria vem chamando de Nota Técnica. Por meio deste instrumento, a UNAI relata de forma geral as principais evidências que encontrou junto aos câmpus da Instituição, em relação a uma determinada área e sugere medidas corretivas para que as recomendações já registradas nos Relatórios de Auditoria sejam acompanhadas pela equipe diretiva.

9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	397	0	0
	Entregaram a DBR	397	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Quadro 74 – Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Fonte – Diretoria de Gestão de pessoas

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

O IFSC solicita a entrega da DBR a todos os servidores da Instituição, não fazendo controle por final de exercício de cargo ou exercício financeiro.

9.5 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIOO

Não houve registros de ocorrências no exercício de 2013.

DECLARAÇÃO

Eu, Ádila Márcia Antunes da Silva da Rosa, CPF nº **784.610.060-20**, **Chefe do Departamento de Contratos**, exercido na **Reitoria do IFSC** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 02 de janeiro de 2014.


Ádila Márcia Antunes da Silva da Rosa

784.610.060-20

Chefe do Departamento de Contratos

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA FINS DE SOLICITAÇÕES, RECLAMAÇÕES, DENÚNCIAS, SUGESTÕES, ETC, CONTEMPLANDO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTATÍSTICAS SOBRE O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS.

A Ouvidoria do IFSC é o principal canal de comunicação entre a Instituição e a comunidade acadêmica ou externa para fins de solicitações, dúvidas, denúncias, sugestões etc. No ano de 2013 recebemos mais de 2.500 contatos por meio dos *links* “Fale Conosco” e “Ouvidoria”. Desse quantitativo, cerca de 86% foram dúvidas, 7% solicitações, 6% reclamações e 1 % sugestões, elogios e críticas. As dúvidas mais frequentes estão relacionadas ao processo de ingresso, concurso público e dúvidas gerais sobre cursos, modalidades, conteúdos etc. As solicitações referem-se na maioria a pedidos de contatos de docentes, históricos escolares, notas e manuais, entre outros.

O IFSC disponibiliza ainda um telefone (08007220250) e um link (<http://ingresso.ifsc.edu.br/novo/fale-conosco>) para que a sociedade possa entrar em contato gratuitamente para suprir dúvidas relacionadas a vestibulares e processos seletivos em geral. No ano de 2013 foram recebidos 21.195 ligações e 3.067 e-mails.

A Diretoria de Comunicação tem, em sua rotina de trabalho, canais para relacionamento com a sociedade, a saber:

- a) as seções de notícias do Portal do IFSC;
- b) o Link Digital (que pode ser acessado pelo público externo pois está na Internet);
- c) o blog da SNCT (que pode ser acessado pelo público externo pois está na Internet, via endereço amplamente divulgado no link e nas mídias)
- d) as mídias sociais – Facebook, Twitter, YouTube. Nas redes sociais, a maioria das dúvidas recebidas é referente aos processos de ingresso. Além disso, são recebidas sugestões de pautas e o contato com alunos é efetuado. Destaca-se que no YouTube há uma lista de reprodução intitulada IFSC na Mídia, em que são postados os vídeos de todas as notícias de TV citadas no relatório de clipagem.
- e) a Assessoria de Imprensa, que é um canal de relacionamento direto com a imprensa. A Assessoria envia *releases* e aciona fontes no IFSC quando solicitado pela imprensa.

Outro canal utilizado pela sociedade é o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, criado para atender a Lei nº 12.527/2011. Em 2013 foram recebidos 51 contatos por meio do sistema e-SIC.

As figuras a seguir ilustram os dados informados.

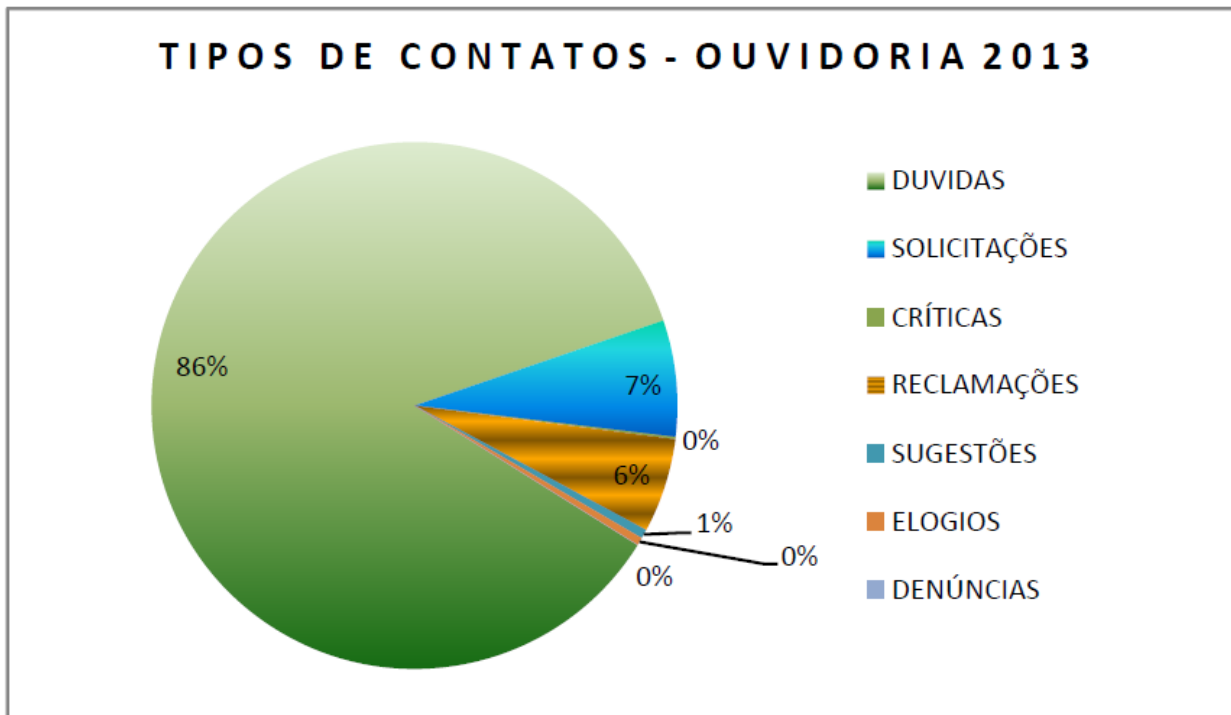


Figura 11 – Tipos de contato com a Ouvidoria
 Fonte – Ouvidoria do IFSC

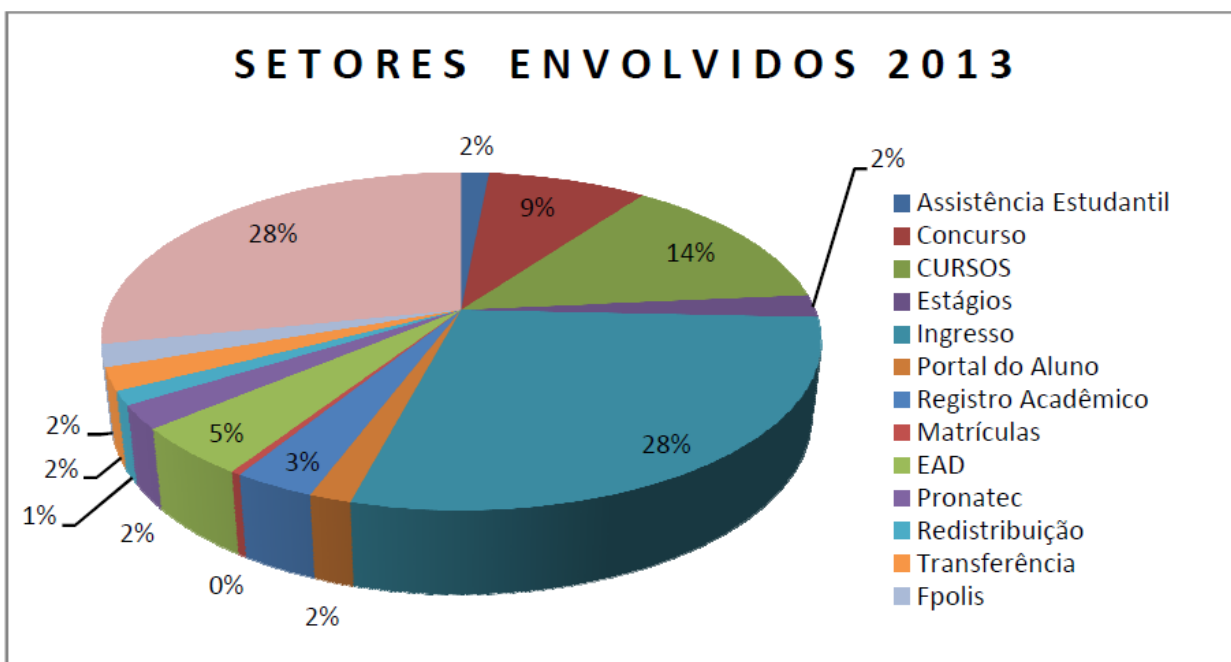


Figura 12 – Setores envolvidos com a Ouvidoria
 Fonte – Ouvidoria do IFSC

10.2 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS USUÁRIOS OU CLIENTES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE.

Anualmente a Comissão Própria de Avaliação – CPA, realiza o processo de autoavaliação institucional por meio de pesquisa aplicada aos alunos, que são os cidadãos usuários da Instituição.

10.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE EVENTUAIS PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS COM CIDADÃOS EM GERAL, SEGMENTOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE OU USUÁRIOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

O IFSC publica anualmente os resultados das pesquisas feitas pela CPA no endereço eletrônico: <http://www.ifsc.edu.br/menu-cpa-relatorios>.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

O IFSC não está aplicando os dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T 16.9 e NBC T 16.10. A atual gestão assumiu em dezembro de 2011 e logo verificou a urgência na implementação do controle patrimonial do IFSC e da análise de depreciação dos bens para atualização dos valores contábeis e demais exigências legais.

A partir disso, foram realizadas reuniões com os setores de contabilidade e patrimônio para verificar as necessidades e possibilidades para a implementação das normas. Também foram realizadas capacitações e foram definidos os grupos de trabalho, no entanto, estes vem encontrando dificuldade pela ausência de um sistema para análise das depreciações.

Outro fator que dificultou os trabalhos foi a falta do servidor, Derli Antunes Pinto, cedido à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) desde 2010, que atua nesta área no referido órgão. A previsão era dar início ao grupo de trabalho em agosto, porém a STN solicitou a prorrogação da cessão do servidor Derli por mais 18 meses.

Sem poder contar com esse servidor, especialista no assunto, o IFSC nomeou por meio da Portaria nº 333/2013 um novo grupo de trabalho para definição da metodologia a ser implementada, prazos e alterações no Sistema de Patrimônio do IFSC. No entanto, em 2013 o IFSC adquiriu e está em fase de implantação o SIG – Sistema Integrado de Gestão – que possui um módulo de gestão do patrimônio. Devido à aquisição, o IFSC optou por não desenvolver um outro sistema, o que impediu o cumprimento do prazo estipulado. No cronograma de implantação do SIG, o módulo Patrimônio está previsto para ser implantado em agosto/2014. Com o intuito de adotar os procedimentos contábeis supracitados, o grupo de trabalho definirá as estratégias e regras necessárias.

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.1 Declaração Plena


DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa (UJ)	Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA	158516

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	FLORIANÓPOLIS	Data	26/2/2014
Contador Responsável	FELIPE AMARAL DE SOUZA	CRC nº	27757/O-8


Felipe Amaral de Souza
Coordenador de Contabilidade
Depto. Orçamento e Finanças – IPSC
Portaria nº. 20, D.O.U. de 22/03/2013

11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada.

11.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada.

11.5 RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Não houve ocorrência no período.

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 GESTÃO INSTITUCIONAL

12.1.1 Administração

Durante o ano de 2013 a Pró-Reitoria de Administração coordenou e executou atividades que buscaram garantir o desenvolvimento de processos com o foco em um modelo de gestão em rede. Neste contexto, finalizou a descentralização da execução orçamentária das atividades relacionadas a emissão de empenhos, liquidações, lista de credores, dentro outros. Todos os câmpus, exceto Tubarão e São Carlos, realizam esses procedimentos.

Esta descentralização da execução orçamentária permitiu uma execução de praticamente 100% do orçamento que ficou disponível entre custeio e investimento, totalizando R\$ 72 milhões do orçamento próprio previsto na LOA 2013. Devido a ótima execução orçamentária, o IFSC recebeu aproximadamente 14 milhões de recursos extraorçamentários que permitiram aquisição de

equipamentos e principalmente a realização de obras de expansão e reestruturação dos câmpus.

Com foco na transparência, por meio de critérios mais claros e objetivos, foi publicada a chamada pública 04/PROEN/2013 com a finalidade de executar recursos da fonte 250 (receita própria). Para permitir tal execução, os setores de compras elaboraram de forma conjunta com a Reitoria o Plano Diretor de Licitações e garantiu a realização, em rede, de 161 pregões, 40 dispensas de licitação e 136 inexigibilidades de licitação, totalizando 7.876 itens diferentes licitados.

Além disso foram intensificadas as ações de capacitação visando a melhoria de todo o processo de compras: seminário de licitações e contratos; cursos de formação de pregoeiro, ministrado por servidores do IFSC; capacitação de reciclagem dos pregoeiros; capacitação com os servidores novos de compras; reunião com setores de compras e chefes de departamento de administração.

O crescimento de toda a instituição impactou também no gerenciamento de contratos, que em 2013 totalizaram 328 vigentes. Foram 162 atas de SRP vigentes, em média, sendo 75 novas, 160 contratos novos, 186 renovações de contratos e 129 repactuações de preços. Arelado ao crescimento do número de contratos, viu-se a necessidade de fortalecer a capacitação dos fiscais, que ocorreu em capacitações regionais e no seminário de licitações e contratos, buscando inclusive compartilhar as melhores práticas adotadas.

Deu-se continuidade ao Plano Diretor de Engenharia, classificando com critérios técnicos e objetivos as obras prioritárias que seriam realizadas nesse ano, dentre as mais de 90 necessidades identificadas pelos câmpus.

O IFSC foi pioneiro ao realizar suas licitações de obras e serviços de engenharia através do RDC – Regime Diferenciado de Contratação. Destaca-se que o IFSC foi a primeira instituição de ensino do país a utilizar o RDC. A Comissão de Licitações realizou uma concorrência, duas tomadas de preços e oito RDCs. Além disso, o Departamento de Obras e Engenharia, em conjunto com os engenheiros dos câmpus, concluiu 11 obras ou reformas. Das 16 obras/serviços de engenharia da Prioridade I, previstos no Plano Diretor foram licitadas 11 e outras duas estão prontas a espera do momento certo para licitar; além destas, foram licitadas ou estão com licitações marcadas mais 18 obras/ serviços, que estavam em outras prioridades dentro do cronograma ou surgiram como urgência ao longo do ano.

Dentre todas as ações, destaca-se a publicação do edital RDC para finalizar a obra no Câmpus Itajaí, parada desde 2010 devido a um processo judicial. Trata-se de um RDC contratação integrada, do tipo técnica e preço, um processo novo e desafiador para a comissão de RDC do IFSC. Além desse processo iniciou a concorrência para contratação de agência de publicidade.

Um grande desafio da instituição em 2014 é finalizar o plano de manutenção preventiva e corretiva das edificações, equipamentos e serviços.

A coordenadoria de almoxarifado e patrimônio em articulação com Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) migrou todos os câmpus, exceto Florianópolis para o Sistema Web de Patrimônio (SWP), permitindo um gerenciamento integrado do patrimônio de todos os câmpus.

Na área de gestão de pessoas, teve continuidade a implementação da nova estrutura da Diretoria, dentro de uma perspectiva de uma visão integral da área, considerando as várias etapas da vida funcional do servidor e as várias dimensões do seu desenvolvimento na instituição. Nesse aspecto, destaca-se a implantação da coordenadoria de atenção à saúde.

No que se refere à atenção à saúde do servidor, foram executadas várias ações, dentre as quais:

- a) avaliação dos ambientes, equipamentos e processos de trabalho quanto a riscos físicos, químicos e biológicos e necessidades ergonômicas em todos os câmpus do IFSC com o objetivo de antecipar, reconhecer e identificar os riscos, e atualização dos laudos;
- b) maior integração entre o IFSC e o SIASS, por meio da participação efetiva nas reuniões interinstitucionais no Grupo de Interiorização e na implementação dos programas de qualidade de vida propostos;
- c) ajustes na forma de atendimento aos servidores;

d) realização dos exames periódicos, envolvendo a participação de 984 servidores dos diversos câmpus e Reitoria;

e) desenvolvimento de ações educativas por meio de eventos e projetos, tais como Hipersias, Outubro Rosa e Novembro Azul.

Foi também implementada uma nova estrutura para o Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas, integrando CIS e CPPD e reforçando o papel do Colegiado como instância responsável pela proposição de políticas e normativas referentes à gestão de pessoas. Nesse sentido, a análise de processos foi delegada à Diretoria de Gestão de Pessoas.

Destaca-se também a realização dos processos de concurso público e a admissão de 395 novos servidores. Além disso, houve a realização de eventos de ambientação e de capacitação voltados aos novos servidores.

12.1.2 Desenvolvimento Institucional

Em 2013, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional desenvolveu suas atividades regimentais e rotineiras, mas com destaque para a coordenação de dois grandes projetos institucionais: a implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG), pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, pela Secretaria Executiva do PDI e Diretoria de Gestão do Conhecimento (DGC).

Para envolver efetivamente o máximo de servidores e alunos nas diversas etapas do processo de construção do PDI foram realizadas consultas públicas, debates, eventos, dentre os quais destacam-se: Seminário do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Assembleia do PPI, Seminário de Planejamento Estratégico. Todo o processo vem sendo muito significativo para a instituição e cabe destacar: a concepção da nova missão, visão e valores; a revisão do PPI; o aprimoramento do planejamento estratégico com a utilização da metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC); o desenvolvimento da ferramenta para o planejamento da oferta – o Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV).

Logo no início de 2013 foi realizado um estudos sobre siglas e acrônimos utilizados por outros institutos federais para designar setores e órgãos colegiados. O levantamento foi feito por meio de consultas aos portais dos institutos federais na internet e por telefone. Esse estudo resultou na padronização das formas reduzidas dos nomes das cinco pró-reitorias, do Conselho Superior e do Colégio de Dirigentes. As próximas etapas deste estudo serão realizadas pela Diretoria de Comunicação (DIRCOM), para análise das siglas para as diretorias, departamentos e coordenadorias de câmpus, bem como para os demais órgãos colegiados.

A PRODIN também participou efetivamente de dois grupos de trabalho, o GT-Quadro e o GT-Espaço, que estavam previstos no planejamento estratégico e desenvolveram amplos estudos para subsidiar importantes processos do IFSC.

O GT-Quadro elaborou uma proposta de modelo de referência de quadro de pessoal técnico-administrativo dos câmpus. Os estudos de dimensionamento de pessoal produzidos por este GT foram encaminhados ao Colégio de Dirigentes no mês de setembro de 2013, para que os dirigentes definissem o enquadramento dos câmpus na tipologia. A seguir, o trabalho foi encaminhado para apreciação do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas, com a sugestão de elaboração de uma resolução que oficializasse o resultado do trabalho, conforme previsto no Planejamento 2013-2014. O documento produzido tem o propósito de ser referência, ou seja, um marco a partir do qual a comunidade acadêmica, direção-geral dos câmpus e Reitoria possam melhor compreender, planejar e gerenciar a distribuição de vagas aos bancos de TAEs das unidades organizacionais que compõem o IFSC ao longo do período de vigência do PDI 2014-2018.

Pela primeira vez no IFSC o planejamento orçamentário da instituição foi realizado antes do envio da proposta orçamentária ao MEC, permitindo que o planejamento institucional orientasse o orçamento em vez de ser limitado por ele. A proposta orçamentária foi organizada em conjunto com a Diretoria de Administração da Pró-Reitoria de Administração (PROAD), com o uso do sistema de planejamento como suporte para o preenchimento de uma planilha orçamentária padrão para todas as unidades gestoras do IFSC.

Em 2013 a equipe da DGC foi ampliada, com a contratação de dois profissionais com cargos específicos. Pela primeira vez a instituição passou a contar com um estatístico e uma arquivista que contribuirão com seus conhecimentos para o desenvolvimento de projetos e ações no âmbito da Diretoria.

Um importante trabalho realizado no exercício foi a publicação da Síntese Informativa das Microrregiões – SIM, disponibilizada na Intranet. A Síntese teve como referência os projetos desenvolvidos pelo Observatório do Mundo do Trabalho e pelo professor Luis Henrique Aguilar (UNICAMP). A equipe da DGC realizou um levantamento de dados, informações e indicadores demográficos, econômicos, educacionais e de empregabilidade das microrregiões do Estado e sistematizou por câmpus do IFSC. Cabe destacar que o trabalho em desenvolvimento objetiva inicialmente atender a uma demanda específica do PDI, porém, considerando as competências da Diretoria de Gestão do Conhecimento e da Coordenadoria de Pesquisa Institucional, espera-se que a partir deste projeto seja possível a consolidação de uma metodologia de trabalho voltada à sistematização e disseminação de um conjunto de dados, informações e indicadores de caráter estratégico. Para tal fim, vislumbra-se no Planejamento Estratégico a implantação de um Observatório do Mundo do Trabalho.

Ainda no âmbito da DGC, foi dado início ao projeto que visa a elaboração e implantação de um Programa de Gestão Documental. Neste sentido foram realizadas visitas técnicas à Unisul e à UFSC, bem como efetuados contatos com instituições congêneres para troca de experiências. No final do ano foi promovido um evento de capacitação em gestão arquivística para alguns servidores da Reitoria e Câmpus Florianópolis, de forma a subsidiar o levantamento de produção documental e diagnóstico dos arquivos do Instituto, a ser realizado em 2014.

No tocante à organização da gestão dos Câmpus, foram prestadas assessorias técnicas e foram emitidos pareceres técnicos para a adequação dos Regimentos Internos do Câmpus Florianópolis e do Câmpus São José, adequações essas aprovadas pelo CONSUP em 2013. Considerando a necessidade de conclusão do processo de implantação dos Colegiados dos Câmpus, foi realizado o acompanhamento junto aos Câmpus que ainda não tinham o Colegiado em funcionamento e foi elaborada minuta de Regulamento do Colegiado.

Considerando a relevância e complexidade do processo de construção do PDI 2014 – 2018, a equipe da DGC participou ativamente das diferentes etapas, destacando-se as etapas de elaboração do Projeto Pedagógico Institucional - PPI e do Planejamento Estratégico.

No âmbito da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, as principais realizações em 2013 foram voltadas para a oferta de novos serviços e sistemas para toda a comunidade do IFSC. Esta oferta só foi possível após a aquisição, em 2012, de novos equipamentos para o Datacenter, cuja instalação foi finalizada no primeiro semestre de 2013. Foram adquiridos equipamentos como o grupo gerador e UPS (no-break) para garantir alta disponibilidade dos serviços e aumentar o poder de processamento e capacidade de armazenamento.

No início de 2013 foi lançado o Sistema de Documentos Oficiais, desenvolvido internamente pela DTIC, que permitiu que memorandos fossem gerados de forma eletrônica, facilitando a confecção e a consulta a estes documentos. A implantação começou na Reitoria ao longo de 2013, para posteriormente ser utilizado pelos câmpus, contudo, diante da contratação do Sistema Integrado de Gestão, optou-se por aguardar o novo sistema.

Ao longo de 2013 foi implantada a nova solução de rede sem fio (WiFi) única para todo o IFSC. Buscou-se uma tecnologia que garantisse a segurança da troca de dados, robusta, que tivesse uma cobertura adequada e que fosse principalmente adequada para o novo momento da inclusão digital, onde usuários possuem um ou mais dispositivos móveis, e estes usuários podem se deslocar constantemente entre os câmpus dos IFSC. Sendo assim, a nova rede sem fio consiste em uma solução simples e segura para servidores, alunos e visitantes do IFSC.

Ao longo de 2012 o serviço de e-mail do IFSC (webmail) recebeu críticas à sua interface, por ser pouco intuitiva e principalmente pelo tamanho reduzido da caixa postal. No segundo semestre de 2013 a DTIC lançou o Zimbra, uma solução de colaboração que agrega e-mail, agendas, compartilhamento de arquivos, entre outras. O Zimbra possui um *webmail* moderno, o qual também está preparado para ser acessado através de dispositivos móveis. O tamanho da caixa postal dos

usuários passou de 500Mbytes para 2Gbytes e o objetivo é aumentar.

Presente na instituição desde 2003, o sistema acadêmico ISAAC foi atualizado para que pudesse operar dentro de navegadores *web* e assim tornar o seu uso mais simples para os usuários, já que não será mais necessário fazer uma instalação local do aplicativo no computador.

O maior concurso público já realizado pelo IFSC, o concurso de 2013, também contou com o apoio da DTIC, pois além de ser responsável pelo sistema de informação utilizado no certame, a Diretoria também atuou em outras fases junto à comissão do concurso.

Desde 2012 a DTIC atuou com as demais áreas do IFSC na busca por um solução de sistema de informação que pudesse atender toda a Instituição, desde as áreas de negócio até as áreas de apoio ao negócio. No primeiro semestre de 2013 a instituição optou pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG) desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O SIG começou a ser implantado em agosto de 2013 e o cronograma para implantação dos 51 módulos é de três anos e seis meses. Em 2013 foram implantados os módulos de férias, de comunicação e administração do sistema.

Em novembro de 2013 o IFSC ingressou na Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Esta federação reúne instituições brasileiras de ensino e pesquisa, além de alguns parceiros comerciais e outras instituições de ensino e pesquisa da América Latina e Europa. Com o ingresso na CAFe, servidores e alunos do IFSC poderão usufruir de serviços como o Portal de Periódicos da CAPES, mesmo estando em suas residências; ao todo são mais de 20 serviços disponíveis de forma gratuita para a comunidade do IFSC.

O ano de 2013 também apresentou um avanço na governança de TI. O Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) do IFSC foi constituído no segundo semestre de 2012 e é composto por todos os diretores sistêmicos das pró-reitorias e por dois representantes dos câmpus. Com reuniões mensais, o CTI está trazendo resultados para a Instituição, pois está garantindo o alinhamento da estratégia de TI com a estratégia do IFSC.

12.1.3 Ensino

O ano 2013, para a Pró-reitoria de Ensino, iniciou com a aprovação da alteração do Regimento Geral que estabeleceu nova estrutura organizacional à Pró-reitoria, concebida em 2012. Com a alteração deste marco regulatório, foram criadas duas novas diretorias que passaram a ter como foco: os alunos, os sistemas e as informações acadêmicas, além da oferta formativa atendida pela Diretoria de Ensino que já existia. A PROEN passou a contar com a Diretoria de Assuntos Estudantis e a Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas. Já no segundo semestre foi aprovada pelo CONSUP, como parte do processo de institucionalização da Educação a Distância a Diretoria do Centro de Formação e Apoio a EaD. A partir dessa nova caracterização a PROEN passou a trabalhar em temas que lhe são afetos mas que por não ter quadro e nem estrutura não atuava de forma sistemática.

Em 2013 foram realizados três encontros do Fórum do Registro Acadêmico (FÓRUM-RA), nos Câmpus Jaraguá do Sul – Centro e Jaraguá do Sul – RAU, Chapecó e Palhoça Bilingue. Os encontros presenciais do FÓRUM-RA foram destinados à capacitação permanente dos servidores, à deliberação de assuntos pertinentes aos RAs e à idealização de materiais institucionais. O FÓRUM-RA, contudo, articula-se em ambiente virtual mediado pela Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas (DEIA/PROEN). Além dos fóruns de registro acadêmico foram realizações da Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas: Anuário Estatístico 2012; PSAD em Números 2012 e PSAD em Números 2013; realização dos PSADs e RSADs 2013/1 e RSDA 2013/2; desenvolvimento da v.3 do PSAD; desenvolvimento do RSAD; participação do 1º Concurso de Boas Práticas da Controladoria-Geral da União (CGU), sendo finalista com o Plano Semestral de Atividade Docente (PSAD), na categoria Controle Interno Administrativo; revisão do Regimento Didático-Pedagógico (RDP); elaboração do Glossário de Termos Acadêmicos do RDP, cujo processo incluiu consultas e discussões com especialistas de diversas áreas da educação para definir a descrição dos termos; construção conjunta com os coordenadores de RA da Resolução que disciplina os trabalhos do setor, sendo aprovada por unanimidade no 3º FÓRUM-RA; elaboração da

Nota Técnica 01/2013, que dispõe sobre o SISTEC como fonte de dados estatísticos oficial; prestação de suporte aos RAs dos Câmpus; elaboração do Sistema do CEPE, que permite gerenciar eletronicamente o fluxo dos processos, possibilitando que o usuário acompanhe o andamento da submissão do seu projeto; ciclo de discussões sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), quadro de referência e quadro de infraestrutura para os Ras; ciclo de discussões sobre a implementação do SIGA-A; capacitação e realização do Censo da Educação Superior; capacitação e realização do Censo da Educação Básica; capacitação para o SISTEC; normatização da atividade dos RAs para o PRONATEC a fim de garantir que a alimentação de dados discentes nos sistemas pelos bolsistas fosse feita de maneira adequada sob a supervisão do Coordenador de RA; elaboração do “Perguntas e Respostas Frequentes”, que é um material de suporte com questões sobre diversos assuntos referentes aos trabalhos dos Registros Acadêmicos do IFSC; manual do ISAAC solicitado pelos membros do FÓRUM-RA; alimentação CenSup; alimentação Educacenso; expedição de 814 Certificados, 442 Diplomas e 1 revalidação de Diploma Estrangeiro; levantamento do Security Control.

Na Diretoria de Ensino as principais realizações foram: Reestruturação do CEPE: a partir da deliberação do CONSUP sobre reestruturação do CEPE, a DEE procedeu revisão dos formulários, reorganização do fluxo de processos; catálogo de FIC: iniciado no ano de 2013 com um detalhado levantamento de todos os FIC do IFSC; PRONATEC: com a troca de Coordenação, o Programa teve sua dinâmica desde o contato com demandantes até a elaboração dos cursos para oferta reestruturado, permitindo a efetivação de cerca de cinco mil matrículas em 2013; PDI e PPI: A DDE participou ativamente da elaboração do documento base do Projeto Pedagógico Institucional e de seus debates, até a versão referendada pelo CEPE; PROEJA – foram realizadas atividades de suporte aos câmpus para suas ofertas, participação do Fórum Estadual e articulação com prefeituras para oferta conjunta EJA e PROEJA; participou-se das atividades de revisão do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos a convite da SETEC – MEC; implementou-se com a DEIA um curso de capacitação sobre o SINAES para os coordenadores de cursos de graduação; foi lançado o segundo número da revista Eja; implementou-se, por meio da UAB, uma pós-graduação *latu senso* em PROEJA; foi iniciado o PROCAED, um programa de capacitação de servidores do IFSC nos temas relativos à EPT e à gestão pública; foram firmados 15 convênios com prefeituras municipais para capacitação de professores da educação básica; foi realizado o Seminário das Licenciaturas; a diretoria participou das atividades de elaboração do novo Regulamento Didático-Pedagógico - RDP do IFSC, o qual deverá ser submetido a consulta pública e aprovação em 2014; foi iniciado o processo de institucionalização com a criação dos Núcleos de Educação a Distância (NEADs) e as regras de credenciamento; foi autorizada a criação de estrutura para oferta de formação para os servidores do IFSC bem como para os de instituições públicas de ensino, além do suporte ao câmpus na oferta de cursos a distância.

No âmbito da Diretoria de Assuntos Estudantis foram lançados 59 editais para o ingresso com mais de 15.000 vagas ofertadas e mais de 43.000 inscritos. No Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas foram identificados e atendidos 157 casos de alunos com necessidades específicas. No Programa de Atendimento a estudantes em Vulnerabilidade Social – PAEVS, foram disponibilizados R\$ 5.308.829,00 com 6.065 inscritos e mais de 15.000 execuções financeiras efetuadas.

12.1.4 Extensão e Relações Externas

No ano de 2013, por meio de suas atividades de extensão, o IFSC desenvolveu 259 projetos, 275 ações de extensão e 3 programas de extensão. Participaram destas atividades, 680 servidores e 324 alunos, atendendo a um público externo de 466.044 pessoas. Foram aprovados em editais externos 12 projetos de extensão com recursos financeiros da CAPES e CNPq, para serem executados em 2013 e 2014. A Diretoria de Extensão utilizou R\$ 788.613,00 em recursos financeiros para desenvolvimento de projetos fomentados por meio de editais e projetos institucionais.

Foram aprovadas no Conselho Superior a resolução nº 20/2013, a qual regulamenta as

atividades de extensão, e a resolução 29/2013, que regulamenta o uso do espaço físico e bens, constantes no patrimônio do IFSC, para uso de terceiros na realização de eventos de curta duração, de natureza educacional, comunitária, cultural, científica, esportiva ou recreativa.

No CEPE foi aprovada a Instrução Normativa que regulamenta os procedimentos para a execução de avaliação de cursos e avaliação institucional por servidores do IFSC para o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Várias ações foram deflagradas que culminaram com a certificação ODM (Objetivos do Milênio) para o IFSC. Um exemplo de apoio ao movimento foi a realização, no dia 10 de julho, do Seminário Estadual de Lançamento do 5º Prêmio ODM Brasil.

Foi criada a Revista da Extensão, que visa a estimular a extensão no IFSC por meio de um mecanismo que gere visibilidade às atividades de extensão executadas com validade acadêmica aos extensionistas e corpo editorial, já que se trata de uma publicação científica formalizada (*qualis*) e em parceria com outras instituições.

Nos anos de 2012 e 2013 a Diretoria de Extensão promoveu atividades de capacitação para as empresas juniores fomentadas no IFSC via edital da PROEX em 2009 e 2010. Como resultado das atividades desenvolvidas, três das quatro empresas juniores do Câmpus Florianópolis foram regularizadas em dezembro de 2013 e foi realizado um seminário de apresentação das práticas realizadas pelas empresas.

O IFSC atende a uma parcela da população à margem da inserção social, carentes de ações que os integrem a uma condição mínima de emprego e renda através de ações voltadas à economia solidária e ao Programa Mulheres Mil.

Por meio da formalização de parcerias externas e editais, a Diretoria de Extensão captou R\$ 434.423,67 para o desenvolvimento de projetos. O IFSC firmou 48 novas parcerias para o desenvolvimento de atividades que visam um maior alcance da missão institucional, fortalecendo a imagem do institucional, bem como aumentando a eficácia das ações em diferentes regiões de Santa Catarina.

A Diretoria de Extensão deu início à utilização do sistema SIGPROJ, para o gerenciamento de projetos de extensão via editais do IFSC. A atualização de atividades de extensão passou a ser realizada no *site* da extensão por meio do cadastramento de projetos e ações. A Diretoria também iniciou o estudo do sistema de ingresso para os cursos de extensão, tendo em dezembro de 2013 implementado um edital para cursos de extensão. Foi criada no ISAAC a aba de cursos de extensão para cadastramento de cursos e alunos de extensão. A Diretoria trabalhou em parceria com o Departamento de Ingresso para criar processos e procedimentos para regularizar os cursos de extensão. Outra ação da Diretoria foi a implementação de formulário eletrônico para o recebimento dos relatórios de todos os projetos cadastrados.

Vários eventos marcaram a extensão do IFSC em 2013, entre eles:

- a) Seminário de Extensão Universitária da Região Sul – SEURS, realizado na UFSC: foram realizadas dez apresentações orais, um minicurso, três oficinas, uma apresentação cultural, 1 estande institucional e uma atividade integrada ao evento.
- b) Seminário Pesquisa e Extensão do IFSC – SEPEI: foram apresentados 78 trabalhos de extensão, sendo 63 painéis, dez apresentações orais e cinco oficinas nas escolas de Lages, além de palestras e debates diversos e apresentações culturais. O evento contou com a participação de 400 pessoas, cerca de 50 % dos participantes eram servidores e 50 % alunos da instituição.
- c) Projeto Rondon: 12 alunos e 4 servidores de diferentes câmpus, por meio do incentivo da Extensão, participaram do Projeto Rondon – Operação Integração / UDESC – IFSC - do Núcleo Extensionista Rondon (NER) realizado de 10 a 20 de julho em dez municípios da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis.

A principal expectativa da Diretoria de Extensão para 2014 é manter seu foco na criação e divulgação de oportunidades para extensionistas, na captação de parceiros externos e na organização de suas atividades.

O ano de 2013 foi ímpar para a Diretoria de Comunicação. Em um processo de construção coletiva foi construída a Política de Comunicação do IFSC. O documento foi aprovado em 22 de

agosto de 2013, no CONSUP, e, agora, está em fase de implementação.

A Coordenadoria de Jornalismo manteve atualizadas as seções de notícias do Portal do IFSC e da Intranet, além de ter produzido todo o conteúdo do Link Digital e do Blog da SNCT e deu apoio à produção de conteúdo do Blog da Reitora. Até 27 de novembro, foram publicadas 568 notícias no Portal do IFSC, 1.396 no Link Digital e 168 na Intranet, 85 no Blog da SNCT e 42 posts no Blog da Reitora. Em relação à área de notícias nos sites dos câmpus, foi realizada uma capacitação sobre como escrever e postar notícias.

Desde junho de 2013, há uma empresa contratada para serviços de clipagem. Os relatórios são mensais e podem ser acessados no Portal Institucional. Em seis meses, pelos dados extraídos do relatório de clipagem, houve um total de 2.379 notícias sendo 1.644 positivas, 40 negativas e 695 neutras. Considere-se que essas notícias foram veiculadas em mídia impressa, na Internet, em rádio e televisão.

A Coordenadoria de Jornalismo administrou o conteúdo e interação das mídias sociais sistêmicas do IFSC. A atualização foi feita diariamente, sempre que possível remetendo às notícias publicadas no Portal do IFSC. Em novembro, foi alcançado um total de 22 mil fãs que curtiram a página oficial.

O canal do IFSC no *YouTube* também passou a ser mais atualizado em 2013, com a contratação da empresa de clipagem. Foi criada uma lista de reprodução intitulada “IFSC na Mídia”, onde são postados os vídeos de todas as notícias de TV em que o IFSC é citado.

Ao longo do ano, foi feito o atendimento à imprensa de forma ativa e receptiva. Foram enviados vários releases para a imprensa e a Diretoria foi procurada 30 vezes pelos veículos, para servir de fontes para as matérias, ou seja, por algum motivo não relacionado ao envio dos releases. A maioria dos releases enviados é referente aos processos de ingresso. O caso de maior sucesso em 2013 foi o projeto do aluno Kevin Guimarães, do curso de Sistemas Eletrônicos do Câmpus Florianópolis, que ficou em segundo lugar em um concurso nacional da Intel.

A exemplo dos anos anteriores, durante a 10ª SNCT, a equipe de jornalistas do IFSC se dividiu para cobrir as atividades realizadas nos câmpus por todo o estado. Para publicação das matérias produzidas durante o período, foi usado o Blog da SNCT, canal criado em 2009 devido ao grande volume de matérias produzidas. Em 2013, o blog teve recorde no número de acessos. Em 2012, houve 1.572 visualizações no mês de outubro. Já em 2013, foram 5.157 visualizações, sendo que no dia 25/10, o blog teve seu recorde de acessos (697 em um único dia).

Este ano, o Seminário de Pesquisa, Extensão e Inovação do IFSC foi realizado em um novo formato, integrando todos os câmpus do Instituto. Ao todo, foram publicadas 18 notícias relacionadas às atividades realizadas durante o evento.

Como nos outros anos, a Coordenadoria de Jornalismo publicou uma série de notícias durante os períodos de Ingresso. As matérias contemplaram informações de calendário (como prazo para solicitação da isenção da taxa de inscrição, prazo para inscrições e pagamento do boleto) e também matérias adicionais sobre os cursos, atendimento diferenciado para a prova, reserva de vagas, indicação de alunos e explicações sobre os níveis de ensino ofertados pelo IFSC. Ao todo, foram cerca de 20 matérias publicadas em cada período de Ingresso. Números de 2013 (até 27 de novembro): 568 matérias no site, 1.396 posts no Link Digital, 39 edições do Link Digital (boletim semanal), 168 matérias na Intranet, 42 posts no blog da Reitora, 85 posts no blog da SNCT, 7.840 seguidores no Twitter, 22.163 curtidores no Facebook.

O ano de 2013 foi caracterizado por mudanças na coordenação, redefinição de fluxos e normatização de algumas ações, de forma a se alinhar às novas políticas de gestão como a descentralização do orçamento e também da política de comunicação. Houve 282 entradas no formulário de solicitação de material ao marketing, disponibilizado na intranet, entre 02 de janeiro e 25 de novembro de 2013, sendo que algumas entradas representam a solicitação de mais de um material, e, para atender a essa demanda, foram desenvolvidas e disponibilizadas 2.427 artes diferentes, o que significou um aumento de quase 60% em relação ao ano de 2012 (1.516 artes diferentes).

As principais atividades desta coordenação foram: campanhas de ingresso, JIFSC, Política de Comunicação, PDI, ICBL (*Interactive Computer aided Blended Learning*), 10ª Semana Nacional de

Ciência e Tecnologia, SEPEI 2013 (Seminário de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFSC), inauguração dos Câmpus Palhoça Bilingue e Lages, I Seminário Semana Nacional de Museus-IFSC: memória & memórias, Publicações IFSC, reestruturação do site do Ingresso e mais cerca de 30 outras atividades institucionais e de apoio aos câmpus.

Os principais eventos realizados foram: SLCC – Seminário de Licitações, Contratos e Convênios do IFSC, SEPEI 2013 – Seminário de Extensão, Pesquisa e Inovação do IFSC, entrega à Comunidade do Câmpus Palhoça-Bilingue, organização da participação do IFSC na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, ICBL 2013 (*Interactive Computer aided Blended Learning*), 2º JIFSC – Jogos Internos do IFSC e cerca de outros 90 outros eventos executados pelos câmpus entre formaturas, encontros, reuniões e posses. Somado o público de todos os eventos executados tem-se o número aproximado de 30.000 participantes.

Esforços foram empreendidos no sentido de racionalizar os recursos financeiros investidos nos eventos institucionais, considerando principalmente o volume que estes representam hoje para o IFSC: a execução orçamentária aproximada para a área de eventos no exercício 2013 foi de R\$1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais).

A TV IFSC, originária da área de Educação a Distância do IFSC, foi incorporada, em 2013, à Diretoria de Comunicação, da Pró-reitoria de Extensão e Relações Externas como mais uma unidade organizacional da Diretoria. Neste sentido, as principais ações realizadas foram: acompanhamento final das obras de instalação da infraestrutura do novo prédio, acompanhamento da entrega dos novos equipamentos e treinamento de pessoal contratado. Em 2013 foram produzidos 35 vídeos nos oito gêneros com respectivo quantitativo: videoaula (4); vídeo instrucional (2); vídeo documentário (4); vídeo pronunciamento e depoimento (5); vídeo reportagem (13); vídeo entrevista e debate (2); outros gêneros de vídeo (3) e; transmissões ao vivo (2), além de um spot de rádio. Como resultado da sua operação a TV IFSC obteve 187 mil vídeos rodados, desde a criação do ambiente virtual sob demanda, em 2010, com projeção de 190 mil até o final de 2013; 77 mil vídeos rodados em 2013 contra 50.264 em 2012; 13 mil áudios ouvidos desde a sua implantação em 2010; média de 6.500 vídeos rodados por mês em 2013 contra 4.188 vídeos rodados em 2012. Dos mais de 400 vídeos produzidos pela TV IFSC, 178 deles estão postados no ambiente virtual sob demanda, sendo que destes, 54 foram adicionados no ambiente em 2013.

Para 2014, a principal expectativa da DIRCOM é com a implantação da Política de Comunicação.

12.1.5 Gabinete da Reitoria

Em 2013 o Gabinete da Reitoria trabalhou em consonância com todos os setores administrativos e acadêmicos do IFSC, estreitando relações com os câmpus e com os setoriais da própria Reitoria. No âmbito estratégico, o Gabinete movimentou e promoveu muitas ações que estavam sendo aguardadas pela comunidade do IFSC há alguns anos.

Para ampliar a força de trabalho do IFSC, o gabinete coordenou e realizou em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), o maior concurso público de sua história, assumindo todas as responsabilidades pelas suas ações, com terceirização apenas das atividades estritamente operacionais. Tal concurso público resultou na contratação de 435 novos servidores, sendo 178 docentes e 257 técnico-administrativos. Vale ressaltar que esta realização contou com a participação efetiva de todo o IFSC, uma vez que foi necessária a elaboração de mais de 102 provas diferentes, além da constituição de mais de 850 bancas de provas práticas, o que envolveu grande número de servidores da Instituição, considerando que foi priorizada a busca pela força de trabalho do próprio IFSC. Além disso, foi muito grande a participação dos servidores na coordenação e fiscalização dos locais de prova, distribuídos em sete municípios de Santa Catarina. O IFSC mostrou que é capaz de grandes realizações e que a consolidação da expansão da oferta da educação profissional e tecnológica no estado de SC depende muito da atuação em rede.

Com a chegada dos novos servidores, a Instituição possibilitou, por meio de editais públicos, remoções e redistribuições de servidores que puderam fortalecer seus laços profissionais com o IFSC melhorando suas condições de trabalho, aliando às necessidades pessoais e familiares. Em

2013, foram realizadas 100 remoções e 36 redistribuições.

Em relação à Gestão de Pessoas, o Gabinete também coordenou com a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) a progressão de D4 para D5 dos docentes que estavam há mais de 15 anos na Instituição e que não haviam progredido por inconsistência na legislação. No mesmo patamar, o Gabinete colaborou na instrução do processo da ação dos 28,86%, o que possibilitou a sua implementação. Assim, um dos processos mais antigos em tramitação no IFSC alcançou resultado final, pelo menos para alguns dos servidores exequentes.

Por entender que os câmpus da Expansão II estavam com sua implantação amadurecida, o Gabinete coordenou a avaliação de suas gestões, culminando com o processo de escolha dos diretores gerais, o que fortaleceu significativamente a gestão democrática e participativa.

Além disso, o Gabinete expediu correspondência oficial para atender as demandas dos órgãos internos e externos, o que resultou na expedição de 2.843 ofícios e 2.602 portarias; respostas a 29 denúncias do Ministério Público Federal; informações judiciais em 41 mandados de segurança; instauração de 327 processos administrativos de penalização de empresas, acompanhamento de 365 processos em andamento e a finalização de 105 processos; abertura e finalização de cinco processos administrativos disciplinares. Os servidores do gabinete ainda participaram de sete reuniões do Conselho Superior das quais foram emitidas 49 Resoluções, e 12 reuniões do Colégio de Dirigentes.

O Gabinete também participou do processo que possibilitou a quitação da dívida tributária do IFSC com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, dívida esta que causou grandes dificuldades administrativas à Instituição face à necessidade de obtenção da CND (certidão negativa de débito) em diversos processos nos quais esteve inserida.

A atuação da Diretoria de Expansão, que realizou 30 viagens aos câmpus, possibilitou a consolidação do processo de expansão do IFSC no estado de Santa Catarina. Também permitiu a liberação de terrenos junto à SPU para as obras de novos câmpus, além da articulação política com as prefeituras municipais e outros órgãos, garantindo o funcionamento e a instalação inicial dos câmpus. Para isso, foram realizadas audiências públicas para levantamento de interesses das comunidades alcançadas, inclusive para definição das ofertas de cursos, acompanhamento de obras e melhoramento nos projetos em função a atuação dos câmpus.

12.1.6 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

A PROPPI, em parceria com os câmpus, realizou diversas ações envolvendo pesquisa, pós-graduação, inovação, publicações e assuntos internacionais em 2013, para atender servidores e alunos do IFSC, por meio da concessão de bolsas de pesquisa, apoio a realização de projetos, parcerias com instituições públicas e privadas, dentre outras ações.

Por meio da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, foram investidos aproximadamente R\$ 1.000.000,00 com o objetivo de ampliar a participação de servidores e alunos nas atividades científicas, tecnológicas e de qualificação, visando a melhoria e consolidação da posição do IFSC junto à sociedade acadêmica e científica, no âmbito regional, nacional e internacional. Por meio de editais e chamadas públicas, foram selecionados alunos e servidores para:

- a) concessão de afastamento integral para desenvolvimento das atividades relacionadas a cursos de Mestrado e Doutorado, ou a projetos de pós-doutorado a 34 servidores;
- b) concessão de auxílio para participação em programas de pós-graduação a 42 servidores; execução de dois programas de doutorado interinstitucionais (DINTER) com a USP e UTFPR, beneficiando 22 servidores;
- c) apoio financeiro e pagamento de bolsas de pesquisa a 293 alunos e 204 servidores, para o desenvolvimento de 407 projetos de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação e para participação em eventos científicos, nacionais e internacionais, de natureza científica e/ou tecnológica, para apresentação de trabalhos de sua autoria.

Segundo dados extraídos do CNPq, em 2013 os servidores do IFSC publicaram o seguinte número de trabalhos científicos: 62 artigos qualificados; 148 artigos sem qualis; 70 trabalhos completos em anais de eventos com ISBN; 144 trabalhos completos em anais de eventos sem ISBN;

6 livros com ISBN; 48 capítulos de livros com ISBN.

A editora do IFSC publicou 7 livros, uma Revista Técnico-científica e uma edição da Revista EJA em debate, contribuindo para a consolidação de um espaço de diálogo e troca entre a rede federal e a comunidade.

O Núcleo de Pesquisas em Educação (NUPED) realizou diversas ações com o objetivo de articular e estimular os pesquisadores envolvidos com a pesquisa em Educação Profissional, Científica e Tecnológica no IFSC, dentre as quais destacam-se: a organização, capacitação e coordenação da Comissão de Estruturação do NUPED; e a articulação do Mestrado em Educação Profissional a ser desenvolvido pelo Centro de Formação do IFSC.

Em 2013, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) buscou constituir alianças estratégicas e regimes de cooperação envolvendo empresas nacionais, ICTs, Fundações de Apoio e demais organizações, para a geração de produtos e processos inovadores, dentre os quais destacam-se:

- a) cooperação técnica e científica entre o IFSC, a UFSC e a FAPEU, para execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado Laboratório de Tecnologia de Processos e Ciclos Termodinâmicos Avançados de Conversão de Energia, com recursos financeiros oriundos da Petrobras;
- b) cooperação técnica entre WEG, UFSC, FAPEU e IFSC visando a obtenção de Melhorias no Algoritmo de Controle Digital de Inversores de Tensão Operando em Paralelo;
- c) termo de Cooperação Técnica entre BAESA, ENERCAN, SEENERGIA, UFSC, FEESC E IFSC para execução do Projeto Redução da Indisponibilidade Operativa de Grandes Equipamentos de Usinas Geradoras Visando a Manutenção Ótima e Considerando as Topologias das Subestações;
- d) cooperação técnica e científica entre o IFSC, a UFSC e a FEESC para a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado Desenvolvimento de Tecnologias de Previsão de Geração de Energia Elétrica para Parques Eólicos em Operação;
- e) cooperação técnica e administrativa entre o IFSC e o Ministério da Pesca e Aquicultura para o gerenciamento dos recursos administrativos e financeiros necessários para a execução do Projeto intitulado Implantação de Laboratório Oficial para Análise de Resíduos e Contaminantes dos Recursos Pesqueiros;
- f) contrato entre Tractebel Energia S.A, UFSC, FEESC e IFSC para realização de pesquisas na área de geração de energia elétrica;
- g) cooperação técnico-científica entre EPAGRI, IFSC e FAPEU visando ao estudo e a realização de pesquisa científica com análises sensoriais em ostras;
- h) cooperação técnica científica entre o IFSC, a UFSC e a FEESC, para a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado Desenvolvimento e Implantação de Micro Redes Inteligentes – Estratégias de Controle para Integração de Sistemas e Gerenciamento de Energia.

O NIT também articulou diversas parcerias que resultaram na aprovação de 36 projetos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica fomentados pela chamada pública do CNPq Nº 94 CNPq/SETEC.

A Coordenadoria de Assuntos Internacionais realizou ações visando fortalecer a internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica. Por meio de editais e chamadas públicas internas e externas, foram selecionados alunos e servidores do IFSC para: participação em imersões no idioma inglês (7 servidores); testes de proficiência em língua estrangeira (29 alunos); aplicação de Teste TOEFL ITP, inscritos nas chamadas do Programa Ciência Sem Fronteiras (41 alunos); avaliação e certificação do nível de proficiência em língua inglesa (56 alunos); tradução para o Inglês dos históricos de 43 alunos, selecionados pelo CSF, conforme exigência das instituições estrangeiras; preparação de 25 alunos do IFSC para testes de proficiência; viabilização de intercâmbio internacional para 45 alunos, em oito diferentes países no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras promovido pelo CNPq e CAPES. Foi aprovado pelo CEPE a proposta para cursos de idioma inglês com foco na preparação dos discentes para programas de intercâmbio.

Além das ações citadas, a PROPPI realizou o seguinte em 2013:

1. Terceiro Seminário de Pesquisa, Extensão e Inovação -SEPEI, do IFSC, em parceria com a PROEX, com o objetivo de divulgar as experiências práticas e os resultados, bem como as relevantes tendências na área da inovação tecnológica, desenvolvidos nos projetos de pesquisa e extensão pela comunidade acadêmica do IFSC;
2. apoio ao Programa Jovens Talentos para a Ciência Capes/CNPQ, por meio da viabilização da participação de 34 alunos no Programa;
3. aprovação pela CAPES de proposta, referente ao edital Pró Equipamentos 27/2013, para celebração de convênio para aquisição de injetora de termoplásticos para ensino e pesquisa em Automação dos Processos de Manufatura, para uso no programa de pós-graduação em Mecatrônica.

Para 2014 a PROPPI dará continuidade aos programas executados em 2013 e concentrará esforços para ampliar o número de parcerias em projetos de PD&I, submeter novas propostas de mestrados profissionais, ampliar as ações de intercâmbio internacional, implementar o programa de empreendedorismo, consolidar os grupos de pesquisa, implementar o cartão pesquisador e elaborar proposta para viabilizar a implantação do Polo de Inovação do IFSC.

12.2 DADOS ACADÊMICOS

12.2.1 Acervo bibliográfico

No Quadro 75, encontra-se demonstrada a evolução do patrimônio bibliográfico da instituição, no tocante aos quantitativos de títulos e exemplares e de empréstimos, domiciliares ou entre bibliotecas.

	Quantitativo:									
	Área (m ²) ³		Títulos ¹		Exemplares ¹		Periódicos ¹		Empréstimos ² 2013	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	Domiciliares	entre Bibliotecas
Câmpus Araranguá	101,56	103,22	1.404	1.940	4179	5.738	91	100	7.163	
Câmpus Caçador	28	28	460	704	866	1.831	0	230	345	
Câmpus Canoinhas	330	330	1.380	750	2265	3.400	12	15	2.610	
Câmpus Chapecó	155	155	2.125	3.069	5425	7.374	26	37	6.285	
Câmpus Criciúma	377,61	377,61	1.205	2.339	2677	4.140	16	16	3.981	
Câmpus Florianópolis	877,14	877,14	12.512	13.047	31927	33.730	66	252	22.300	
Câmpus Florianópolis-Cte	50	50	1.764	2.011	4588	5.385	38	38	6.481	
Câmpus Garopaba	0	29,4	0	0	0	725	0	15	0	
Câmpus Gaspar	277,29	277,29	1.593	2542	2625	3353	19	0	0	
Câmpus Itajaí	53	65	764	1.144	1648	2.442	2	23	532	
Câmpus Jaraguá do Sul	250	250	2.848	3.187	5170	5.888	13	17	6.865	
Câmpus Jaraguá do Sul-Rau	58	100	573	916	1873	2776	6	0	3.483	
Câmpus Joinville	66,24	66,24	2.956	3.262	6656	7.226	79	252	7.365	
Câmpus Lages	377,61	377,61	850	1.098	2195	2.517	14	20	2.775	
Câmpus Palhoça	0	324	244	423	946	1395	5	2	441	
Câmpus São Carlos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Câmpus São José	160*	160	5.317	5.601	9100	10.067	28	28	7.054	
Câmpus São Miguel do Oeste	277,29	319,5	571	1.165	985	2.273	10	33	1.535	
Câmpus Tubarão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Câmpus Urupema	67,2	67,2	0	0	0	0	0	0	0	
Câmpus Xanxerê	56	57	505	506	1612	1615	8	27	1206	

¹ O quantitativo informado deve corresponder ao acumulado nos exercícios até dezembro de 2013

² O quantitativo informado deve corresponder ao montante do exercício de referência

³ Conforme informação prestada pelos cadastradores institucionais na Prestação de Contas exercício 2012

* O valor informado no Relatório de Gestão de 2012 estava incorreto.

Quadro 75 – Acervo Bibliográfico do IFSC

Fonte: Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas

12.2.2 Oferta formativa do IFSC

O quadro 76 apresenta o quantitativo de cursos por modalidade ofertados pelos câmpus do IFSC.

Oferta Formativa do IFSC – exercício 2013												
	Quantitativo de Cursos:											
	FIC		TÉCNICO					Graduação			Pós-Graduação	
	FIC (regular)	PROEJA-FIC	Integrado	Concomitante	Subsequente	PROEJA Concomitante	PROEJA Integrado	Bacharelado	Licenciatura	Superior de Tecnologia	Especialização	Mestrado
Câmpus Araranguá	12	1	2	3	0	0	0	0	1	0	0	0
Câmpus Caçador	8	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Câmpus Canoinhas	2	0	0	4	0	0	0	0	0	0	1	0
Câmpus Chapecó	7	0	1	0	2	0	1	1	0	0	0	0
Câmpus Criciúma	2	0	2	1	2	0	0	0	0	0	1	0
Câmpus Florianópolis	2	0	5	0	13	0	1	4	0	8	5	1
Câmpus Florianópolis-Continente	13	2	0	0	7	3	1	0	0	2	1	0
Câmpus Garopaba	12	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Câmpus Gaspar	2	2	2	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Câmpus Itajaí	11	0	0	2	3	0	0	0	0	0	0	0
Câmpus Jaraguá do Sul	0	0	1	0	4	0	1	0	1	0	0	0
Câmpus Jaraguá do Sul-Rau	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0
Câmpus Joinville	0	1	2	2	1	0	0	0	0	2	0	0
Câmpus Lages	10	1	0	4	2	0	0	0	0	0	1	0
Câmpus Palhoça	8	1	0	0	3	0	0	0	0	0	2	0
Câmpus São Carlos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Câmpus São José	0	0	2	0	3	0	0	1	1	1	0	0
Câmpus São Miguel do Oeste	1	1	1	2	0	0	0	0	0	0	1	0
Câmpus Tubarão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Câmpus Urupema	9	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Câmpus Xanxerê	6	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 76 – Oferta formativa do IFSC

Fonte: Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas

12.2.3 Ofertas Pronatec

O Quadro 77 apresenta o número de cursos e alunos contemplados via cursos do Pronatec.

PRONATEC		
	Quantitativo:	
	Cursos Ofertados	Alunos contemplados
Câmpus Araranguá	12	268
Câmpus Caçador	9	234
Câmpus Canoinhas	11	469
Câmpus Chapecó	1	16
Câmpus Criciúma	3	79
Câmpus Florianópolis	1	18
Câmpus Florianópolis-Cte	10	332
Câmpus Garopaba	2	44
Câmpus Gaspar	3	90
Câmpus Itajaí	1	30
Câmpus Jaraguá do Sul	4	111
Câmpus Jaraguá do Sul-Rau	7	184
Câmpus Joinville	8	310
Câmpus Lages	11	754
Câmpus Palhoça	1	25
Câmpus São Carlos	12	850
Câmpus São José	2	79
Câmpus São Miguel do Oeste	3	164
Câmpus Tubarão	0	0
Câmpus Urupema	4	70
Câmpus Xanxerê	1	30

Quadro 77 – Ofertas Pronatec

Fonte: Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas

12.2.4 Programa Mulheres Mil

O Quadro 78 sintetiza os dados referentes ao programa mil no IFSC. Pode-se observar que foram ofertadas 1100 vagas, foram efetuadas 1063 matrículas e 860 alunas concluíram o curso.

Dados do Programa Mulheres Mil					
Câmpus	Câmpus Ofertante ¹	Total de Cursos Ofertados	Total de Vagas Ofertadas	Total de Matrículas efetuadas	Total de Alunas Concluintes
Araranguá	X	3	100	101	91
Caçador					
Canoinhas	X	1	100	100	90
Chapecó					

Criciúma	X	1	100	98	87
Florianópolis					
Florianópolis-Continente					
Garopaba					
Gaspar	X	3	100	89	69
Itajaí	X		100	96	66
Jaraguá do Sul	X	2	100	100	53
Jaraguá do Sul-Rau					
Joinville	X	2	100	100	90
Lages	X	3	100	81	40
Palhoça					
São Carlos	X	1	100	102	99
São José					
São Miguel do Oeste	X	2	100	98	97
Tubarão	X	1	100	98	78
Urupema					
Xanxerê					

¹ Câmpus Ofertante: “x”

Quadro 78 – Dados Programa Mulheres Mil
Fonte- Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas

12.2.5 Extensão no IFSC

O Quadro 79 sintetiza as informações sobre a extensão no IFSC.

Câmpus	Total de projetos com fomentos de editais do IFSC	Alunos contemplados com bolsas	Total de projetos de fluxo contínuo	Total de projetos fomentados com recurso externo
Araranguá	17	28	14	1
Caçador	1	1		
Canoinhas	4	3		
Chapécó	14	20		1
Criciúma	7	17	1	
Florianópolis	23	73	16	
Continente	7	19	4	
Garopaba	3	3		
Gaspar	17	13		
Itajaí	8	17	1	
Jaraguá do Sul	2	2	9	
Jaraguá do Sul-Rau			1	
Joinville	7	6	1	
Lages	26	42		

São Carlos				1
São José	22	21	9	
São Miguel do Oeste	11	20		
Tubarão				
Urupema	12	14	4	
Xanxerê	3	3		
Reitoria	1	1	10	
TOTAIS PARCIAIS	185	303	70	3

Quadro 79 – Dados da Extensão no IFSC

Fonte – Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas

Projetos de Extensão

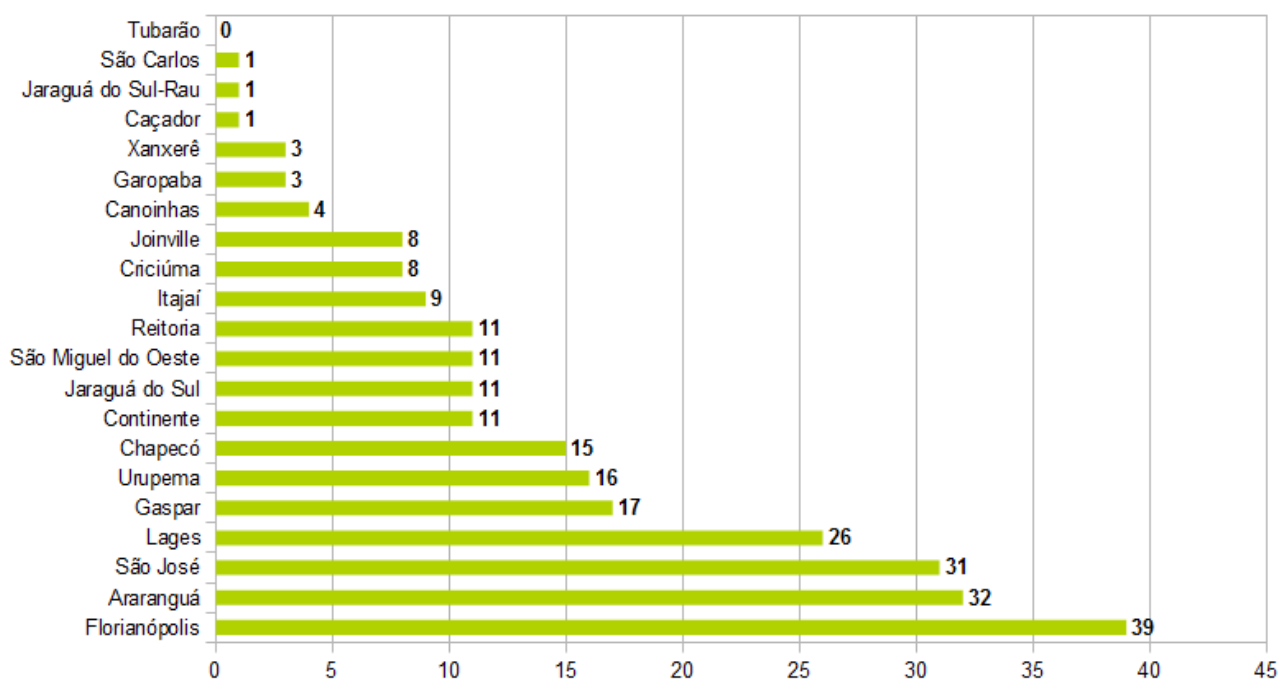


Figura 13 – Síntese dos dados da Extensão no IFSC

Fonte – Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas

12.2.6 Oferta de bolsas de Pesquisa

Conforme demonstrado no Quadro 80, a PROPPI proporcionou a oferta de um total de 416 bolsas de pesquisa a alunos e servidores da instituição, em um aumento percentual de 13.7% em relação ao exercício anterior.

Tipo de Bolsa	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014
PIPCIT (Servidores)	10	20	77	50	52
PIPCIT (Alunos)	0	10	87	50	64
PIBITI (CNPq)	13	48	50	61	61

PIBIC (CNPq)	5	5	5	5	7
PIBIC Ações Afirmativas	2	5	5	5	5
PIBIC Ensino Médio	0	100	100	110	110
Prêmio Mérito Universitário Catarinense (PMUC)	4	6	6	-	-
Carijós	2	2	2	2	-
Propicie	6	20	14	-	8
Ciência sem Fronteiras*	-	-	-	28	49
Grupos de Pesquisa (Taxa de bancada/Projetos)**	-	-	-	12	18
Grupos de Pesquisa (Alunos)**	-	-	-	36	42
Total	42	216	346	359	416

Quadro 80- Oferta de bolsas de Pesquisas

Fonte – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

12.2.7 Grupos e Projetos de Pesquisa por câmpus

O quadro 81 apresenta o quantitativo de grupos e projetos de pesquisa discriminados por câmpus do IFSC. Cabe salientar que em 2013 ocorreu um aumento de 39% no número de projetos de pesquisa.

Câmpus	2012	2013	2012	2013
	Quantidade de Grupos	Quantidade de Grupos	Quantidade de Projetos	Quantidade de Projetos
Araranguá	6	6	14	16
Caçador	2	1	5	6
Caropaba	0	0	2	6
Geraldo Werninghaus	0	1	0	0
Urupema	1	1	11	16
Xanxerê	2	1	6	8
Canoinhas	3	2	10	17
Chapecó	5	5	17	37
Criciúma	2	2	13	18
Florianópolis	19	24	67	156
Florianópolis-Continente	5	3	30	29
Gaspar	6	4	12	12
Itajaí	4	4	7	7
Jaraguá do Sul	7	6	3	10
Joinville	7	7	15	17
Lages	3	3	10	20
Palhoça	1	1	4	5
São José	5	5	16	10
São Miguel do Oeste	3	2	5	15
TOTAL	81	78	247	405

Quadro 81- Grupos e Projetos de Pesquisa por câmpus

Fonte – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Grupos de Pesquisa

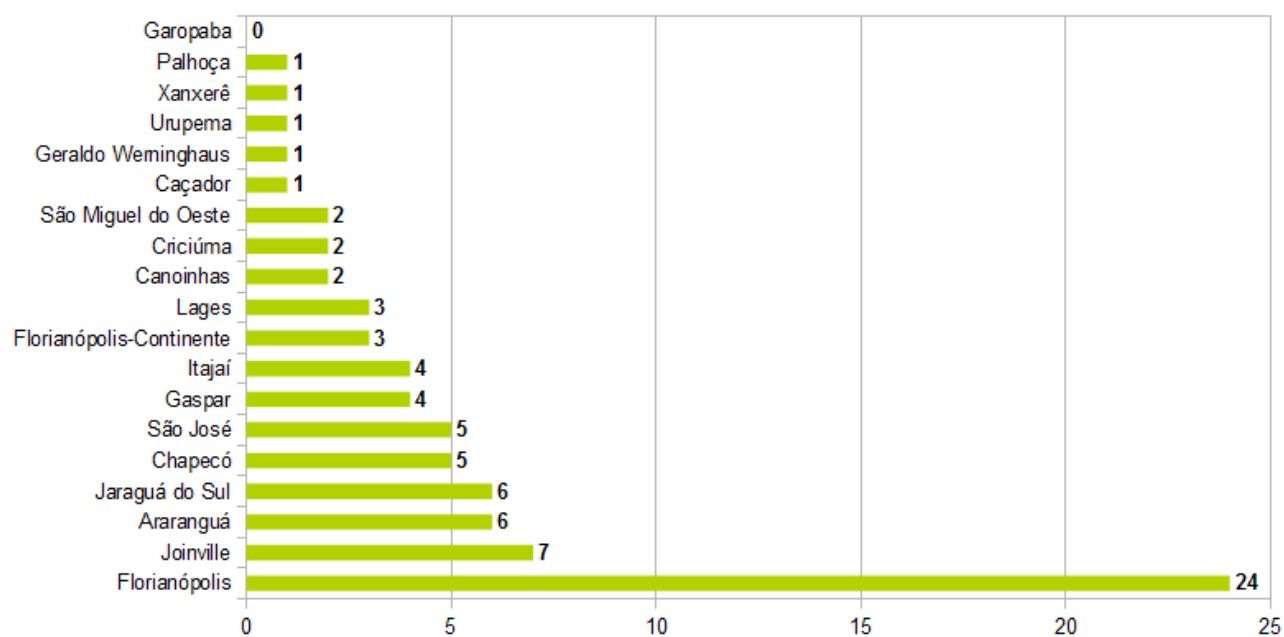


Figura 14 – Grupos de Pesquisa
 Fonte – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Projetos de Pesquisa

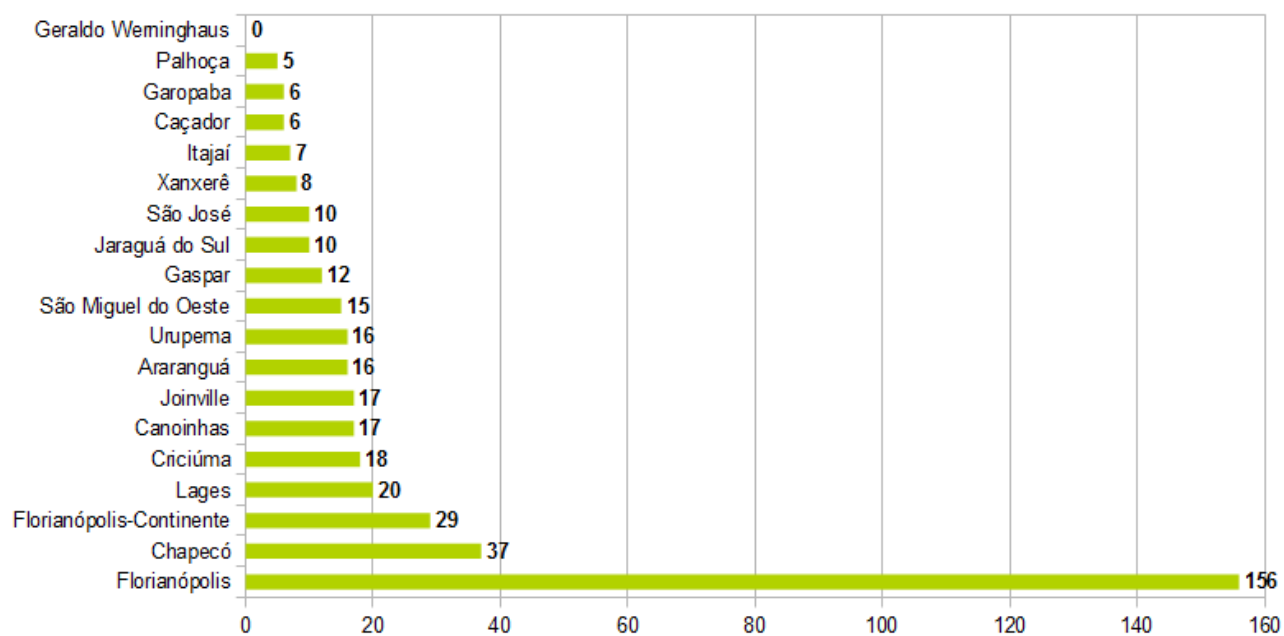


Figura 15 – Projetos de Pesquisa
 Fonte – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

12.2.8 Dados das Ações Afirmativas no IFSC

O Quadro 82 apresenta as vagas ofertadas em ações afirmativas no IFSC. Pelo fato dos alunos cotistas poderem ingressar tanto pelo critério de cotas quanto por ampla concorrência não é possível informar o número de alunos contemplados.

Dados das Ações Afirmativas no IFSC – exercício 2013			
	Quantitativo:		
	Vagas ofertadas	Vagas ofertadas	
		Cor/Raça	Renda
Câmpus Araranguá	99	38	61
Câmpus Caçador	36	12	24
Câmpus Canoinhas	99	34	65
Câmpus Chapecó	87	30	57
Câmpus Criciúma	66	24	42
Câmpus Florianópolis	543	199	344
Câmpus Florianópolis-Cte	66	24	42
Câmpus Garopaba	10	4	6
Câmpus Gaspar	113	40	73
Câmpus Itajaí	35	14	21
Câmpus Jaraguá do Sul	144	52	92
Câmpus Jaraguá do Sul-Rau	97	38	59
Câmpus Joinville	136	48	88
Câmpus Lages	118	40	78
Câmpus Palhoça	39	16	23
Câmpus São Carlos	0	0	0
Câmpus São José	116	44	72
Câmpus São Miguel do Oeste	68	24	44
Câmpus Tubarão	0	0	0
Câmpus Urupema	30	11	19
Câmpus Xanxerê	58	20	38

Quadro 82 – Ações afirmativas

Fonte: Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas

12.2.9 Assistência Estudantil

O quadro abaixo apresenta o quantitativo de editais para assistência estudantil, os recursos disponibilizados e o número de alunos beneficiados.

Assistência Estudantil			
	Quantitativo:		
	Editais publicados	Recursos aplicados por edital	Alunos beneficiados por edital
IFSC			
Câmpus Araranguá	004/2013	248.133,21	77
	002/2013	316.620,00	140
Câmpus Cacador	001/2013	21.250,00	11
	002/2013	26.750,00	14
Câmpus Canoinhas	004/2013	390.767,50	165
	-	2.500,00	1
Câmpus Chapecó	004/2013	180.500,00	88
	002/2013	178.150,00	74
Câmpus Criciúma	002/2013	135.500,00	68
	003/2013	178.590,00	74
Câmpus Florianópolis	004/2013	519.100,00	200
	002/2013	380.705,00	200
Câmpus Florianópolis-Cte	002/2013	83.750,00	34
	003/2013	124.721,25	68
	004/2013	8.426,60	12
	-	4.210,00	5
Câmpus Garopaba	001/2013	6.431,25	10
	004/2013	1.686,60	4
Câmpus Gaspar	002/2013	83.250,00	53
	003/2013	105.750,00	54
	004/2013	13.000,00	7
Câmpus Itajaí	004/2013	42.783,30	28
	002/2013	10.750,00	8
Câmpus Jaraguá do Sul	004/2013	153.976,60	98
	002/2013	143.540,00	61
Câmpus Jaraguá do Sul-Rau	004/2013	37.167,50	19
	002/2013	35.165,00	16

Câmpus Joinville	004/2013	219.500,00	107
	002/2013	185.500,00	94
	0	34.000,00	24
Câmpus Lages	001/2013	116.200,00	45
	002/2013	97.000,00	35
	003/2013	5.000,00	2
	004/2013	4.200,00	4
	0	13.980,00	15
Câmpus Palhoça Bilingue	004/2013	13.637,50	12
Câmpus São Carlos	0	0	0
Câmpus São José	002/2013	308.660,00	137
	004/2013	248.030,00	113
Câmpus São Miguel do Oeste	002/2013	241.200,00	108
	003/2013	168.090,00	70
Câmpus Tubarão	0	0	0
Câmpus Urupema	001/2013	29.644,00	47
	002/2013	64.560,00	23
	003/2013	6.544,00	13
	004/2013	2.481,00	5
Câmpus Xanxerê	002/2013	54.000,00	32
	003/2013	64.750,00	31

Quadro 83 – Assistência Estudantil no IFSC

Fonte: Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas

13 INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005

Em cumprimento ao Acórdão TCU nº 2.267/2005, os Institutos Federais devem informar um conjunto de indicadores em seus Relatórios de Gestão, demonstrando a evolução desses dados a contar do exercício de referência.

Os indicadores de gestão, de acordo com o TCU são apresentados como:

- a) Indicadores Acadêmicos: Relação Candidato/Vaga, Relação Ingressos/Aluno, Relação Concluintes/Aluno, Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes, Índice de Retenção do Fluxo Escolar, Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral;
- b) Indicadores Administrativos: Gastos Correntes por Aluno, Percentual de Gastos com Pessoal, Percentual de Gastos com outros Custeios, Percentual de Gastos com Investimentos;
- c) Indicador Socioeconômico: Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar; e
- d) Indicador de Gestão de Pessoas: Índice de Titulação do Corpo Docente.

No processo de apuração e análise dos dados, o IFSC adotou a metodologia determinada pela Rede Federal de EPCT/SETEC/MEC, em conformidade com os ofícios circulares nº 12/2014/DDR/SETEC/MEC, emitido em 31/01/2014, nº 23/2014/DDR/SETEC/MEC, emitido em 28/02/2014 e nº 35/2014/CGPG/DDR/SETEC/MEC, emitido em 18 de março de 2014.

De acordo com a metodologia estabelecida, os dados para composição dos indicadores acadêmicos, administrativos e de gestão de pessoas foram extraídos pela própria SETEC, a partir de consultas específicas nos seguintes sistemas: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal -SIAPE. O conjunto de dados e indicadores, já calculados, foram disponibilizados posteriormente pela SETEC para todos os institutos federais e instituições equiparadas da Rede.

Com relação ao indicador socioeconômico, a SETEC orientou os institutos para que os próprios realizassem a extração dos dados. Desse modo, o referido indicador foi composto a partir de dados de pesquisa realizada pelo IFSC no processo anual de Avaliação Institucional.

A seguir, apresenta-se o quadro de indicadores de gestão do IFSC.

Indicadores		Fórmula de Cálculo	2013
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Candidatos}}{\text{N}^\circ \text{ de Vagas}}$	3,25
	Relação Ingressos/Aluno	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Ingressantes}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	40,86%
	Relação Concluintes/Aluno	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluídos e Integralizados Fase Escolar}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	23,89%
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluídos e Integralizados Fase Escolar}}{\text{N}^\circ \text{ de Matriculados Finalizados}}$	53,47%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$\frac{\text{N}^\circ \text{ Total de Retidos}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	35,74%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}{\text{Docentes } 40\text{h} + \text{DE} + 20 \times 0,5}$	30,31
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de Gastos Correntes} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	R\$ 8.173,25
	Percentual de Gastos com Pessoal	$\frac{\text{Total de Gastos com o Pessoal} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$	66,27%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$\frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$	16,63%
	Percentual de Gastos com Investimentos	$\frac{\text{Gastos com Investimentos} + \text{Inversões Financeiras} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$	13,05%
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{1(G)+2(A)+3(E)+4(M)+5(D)}{(G+A+E+M+D)}$	3,80

Quadro 84 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU nº 2.267/2005

Fonte: SISTEC (Março de 2014) / SIAFI (Março de 2014) /SIAPE

Socioeconômico	Numero de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	FAIXA DE RENDA	2013	%
		Até 0,5	467	12,76%
0,5 - 1	996	27,21%		
1,0 - 1,5	924	25,24%		
1,5 – 2,0	380	10,38%		
2,0 – 2,5	282	7,70%		
2,5 - 3	207	5,65%		
Acima de 3	405	11,06%		
Total da Amostra	3.661	100,00%		
Alunos Matriculados	28414	-		
% da Amostra em relação aos Alunos Matriculados	12,88%	-		

Quadro 85 – Renda per Capita Familiar

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2013 – CPA

13.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DO IFSC

13.1.1 Contextualização do Cenário Institucional no Exercício 2013

Preliminarmente à análise dos indicadores de gestão, com o objetivo de dar embasamento às informações e dados que serão introduzidos no relatório, faz-se necessário destacar inicialmente a continuidade da metodologia estabelecida pela SETEC, em 2012, para composição dos indicadores de gestão. Cabe ainda enfatizar que essa metodologia implicou em alterações estruturais nos

métodos de cálculo e de extração dos dados, bem como nas terminologias utilizadas, impossibilitando a manutenção da série histórica anterior ao ano de 2012, em relação a alguns dos indicadores.

13.1.2 Análise dos Indicadores de Gestão

13.1.2.1 Indicadores Acadêmicos

a) Relação Candidato/Vaga: o indicador expressa a demanda da comunidade externa pela vagas ofertadas pelo IFSC, de modo que o valor da relação é obtido pela divisão do numerador inscritos pelo denominador vagas ofertadas. Nesse sentido, no exercício 2013 fica demonstrado que do total de processos de ingressos realizados pela instituição, englobadas todas as modalidades de oferta, houve **3,25 candidatos em média por vaga ofertada**. Infere-se, a partir desse dado, que aumentou o número de candidatos a procura de uma vaga no IFSC em relação ao ano anterior.

b) Relação Ingressos/Aluno: o indicador, composto pelo numerador Ingressantes e pelo denominador Alunos Matriculados, demonstra o montante de alunos que ingressaram no exercício de referência em relação ao total de alunos da instituição. No exercício 2013, essa relação alcançou a marca de **40,86%**. Em uma análise comparativa com o resultado auferido no exercício de 2012, que foi de 46,90%, verifica-se uma variação negativa do indicador. Esta variação pode estar relacionada ao aumento do número de vagas e conseqüentemente, a um número maior de alunos matriculados no ano de 2013.

c) Relação Concluintes/Aluno: o indicador expressa o quantitativo de alunos que concluíram o curso ou integralizaram a carga horária no exercício de referência em relação ao total de alunos matriculados do IFSC. Infere-se, pelo quadro, que **23,89%** do total de alunos da instituição teve seu status no SISTEC alterado para “concluído” ou “integralizado em fase escolar”. A elevação do percentual obtido em 2013 pelo IFSC demonstra o aumento dos alunos que concluíram os respectivos ciclos no exercício.

d) Índice de Eficiência Acadêmica-Concluintes: o objetivo do indicador é demonstrar o desempenho e a eficiência acadêmica no montante de alunos que efetivamente concluíram ou integralizaram a carga horária nos cursos previstos para encerramento no período. No exercício 2013, o IFSC alcançou o número de **53,47%**. No referido índice, o percentual foi obtido por meio da relação do total de alunos que concluíram e integralizaram a fase escolar, pelo número de alunos matriculados finalizados.

e) Índice de Retenção do Fluxo Escolar: o indicador é obtido pela relação do total de alunos retidos pelo total de alunos matriculados. Nesse sentido, o índice de **35,74%** tem a finalidade de auferir, no exercício de referência, o montante de matrículas que permaneceram ativas no sistema após o término previsto para encerramento do ciclo e, ainda, as matrículas com situação semelhante em exercícios anteriores que foram finalizadas em 2013. Com relação ao exercício anterior percebe-se uma melhoria desse indicador .

f) Relação Aluno/Docente em Tempo Integral: tem por escopo quantificar o total de alunos por docente da instituição, por meio da relação do total de alunos matriculados pelo denominador docente em tempo integral. Esse componente considera o docente pela carga horária em sala de aula, nos regimes de 20 e 40 horas e de dedicação exclusiva, desconsiderados os docentes substitutos. No exercício 2013, o indicador demonstra que o IFSC atingiu a marca de **30,31** alunos por docente.

13.1.2.2 Indicadores Administrativos

a) Indicador Gastos Correntes por Aluno: esse indicador possibilita quantificar o total de gastos da instituição, em relação a cada aluno matriculado. No cômputo das despesas, são considerados os gastos correntes, descontado desse valor as despesas com investimentos, inversões financeiras, inativos e pensionistas e bolsa formação. Com a composição do indicador, verificou-se que a despesa média para cada aluno matriculado no IFSC alcançou a importância de **R\$ 8.173,25** no exercício de referência.

b) Percentual de Gastos com Pessoal: o indicador possibilita identificar o montante de despesa da folha de pagamento, em relação ao total de despesa geral da instituição. Para tanto, obtém-se o valor pretendido pela relação do total de gastos com pessoal pelo total de gastos. No exercício 2013, o resultado obtido foi de **66,27%**, superior portanto ao percentual auferido em 2012

c) Percentual de Gastos com Outros Custeios: esse indicador tem por objetivo quantificar o total de gastos da instituição com outros custeios, em função das despesas totais. Para composição do dado Gastos com Outros Custeios, desconta-se do total de gastos da instituição os valores despendidos com pessoal, investimentos, inversões financeiras, benefícios, PIS/PASEP e Bolsa Formação. Nesse sentido, o indicador é obtido pela relação desse componente pelos gastos totais do IFSC. O índice demonstra que **16,63%** da despesa institucional total está relacionada aos gastos com outros custeios.

d) Percentual de Gastos com Investimentos em Relação aos Gastos Totais: para composição do indicador, computam-se as despesas realizadas a título de investimentos e inversões financeiras, pelos gastos totais da instituição. No exercício de referência, a relação entre os componentes atingiu a marca de **13,05%**.

13.1.2.3 Indicadores Socioeconômicos

a) Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar: o indicador tem por finalidade traduzir o grau de inclusão social dos alunos pesquisados, a partir de faixas de renda familiar específicas. Para composição desses dados, a instituição aplicou um questionário, por intermédio da Comissão Permanente Avaliação (CPA), aos alunos que estão matriculados no exercício de referência, solicitando para que os respondentes se enquadrassem em uma das 6 faixas de renda estabelecidas pela SETEC no Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT, de fevereiro de 2012. Nesse sentido, o indicador apresentado no quadro de indicadores corresponde a uma amostra de 3.661 alunos. Conforme se infere, **R\$ 1.260,00** foi o valor da renda média per capita familiar dos estudantes no ano de 2013. É possível avaliar ainda que a mediana foi de **R\$ 800,00**, ou seja, 50% dos estudantes pesquisados pertencem a famílias cuja renda per capita é inferior a R\$ 800,00. Se considerarmos o valor da renda total da família, a renda média corresponde a **R\$ 3.630,00** e a renda mediana a **R\$ 1.815,00**.

13.1.2.4 Indicador de Gestão de Pessoas

a) Índice de Titulação do Corpo Docente: o indicador tem por objetivo demonstrar o nível de qualificação dos servidores docentes do IFSC. Para obter essa valoração, consideram-se todos as esferas de titulação, graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado e excluem-se os substitutos do cômputo geral de docentes. Em 2013 o indicador atingiu o resultado de **3,8**. Destaca-se uma evolução em relação ao exercício anterior, que foi de 3,69, o que demonstra a

efetividade das ações institucionais voltadas à qualificação do quadro de servidores.

13.1.4 Metodologia de Composição dos Indicadores

13.1.4.1 Terminologia

Considerando a proposta metodológica determinada pela SETEC, apresenta-se a seguir a terminologia utilizada pela Secretaria para a composição dos indicadores.

SISTEC
Ingressantes: todos os alunos que possuem o mês de ocorrência da matrícula entre jan e dez/13.
Matrículas Atendidas: todos os alunos que estão com <i>status</i> EM CURSO ou que tiveram alteração de <i>status</i> com mês de referência no intervalo entre jan e dez/13, ou seja, todos os alunos que estiveram matriculados em 2013, independentemente da sua situação atual.
Concluídos: todos os alunos com <i>status</i> CONCLUÍDO que tiveram sua alteração para um esse <i>status</i> com mês de referência entre jan e dez/13. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o <i>status</i> de CONCLUÍDOS dentro do período de interesse do indicador.
Integralizados Fase Escolar: todos os alunos com <i>status</i> INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para um esse <i>status</i> com mês de referência entre jan e dez/13. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o <i>status</i> de INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador.
Evadidos, Desligados e Transferidos Externos: todos os alunos com <i>status</i> EVADIDO, DESLIGADO OU TRANSFERIDO EXTERNO que tiveram sua alteração para um esse <i>status</i> com mês de referência entre jan e dez/13. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para os <i>status</i> de EVADIDO, DESLIGADO OU TRANSFERIDO EXTERNO dentro do período de interesse do indicador.
Retidos: todos os alunos que estão com <i>status</i> EM CURSO e mais os alunos com <i>status</i> diferente de EM CURSO que tiveram sua última alteração realizada em mês de referência posterior à data prevista para o fim do ciclo, contando a partir do dia 25/01/2013 até o limite do dia 26/01/2014. Essa fórmula nos permite selecionar todos os alunos que mudaram para um <i>status</i> de finalizado (com ou sem sucesso) após a data prevista para o fim do ciclo, dentro do período de interesse do indicador e os alunos que ainda permanecem EM CURSO, mesmo o ciclo tendo data prevista para o fim anterior a 01/01/2014.
SIAFI
Bolsa Formação: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos da ação 20RW (Bolsa Formação).
Gastos Totais: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos de todos os grupos de despesa, exceto a ação 20RW. O Bolsa Formação não foi contabilizado em nenhum componente porque os alunos do Bolsa-Formação não constam nos indicadores acadêmicos.
Gastos com Pessoal: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 1 – Pessoal e encargos sociais.
Gastos com Inativos e Pensionistas: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos da ação 0181 – Pagamento de Aposentarias e Pensões – Servidores Civis.
Gastos com Investimentos: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 4 – Investimentos.
Gastos com Inversões Financeiras: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 5 – Inversões Financeiras.
Benefícios: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos das ações 2004, 2010, 2011, 2012 e 20CW.
PIS/PASEP: despesas liquidadas da natureza de despesa 33914712 – Contribuição para o PIS/PASEP.
Gastos Correntes: Gastos Totais (sem Bolsa Formação) - Gastos com Inativos e Pensionistas – Gastos com Investimentos – Gastos com Inversões Financeiras.
Gastos com Outros Custeios: Gastos Totais (sem Bolsa Formação) - Gastos com Pessoal – Gastos com Investimentos

– Gastos com Inversões Financeiras – Gastos com Benefícios – Gastos com PIS/PASEP.

Quadro 86 – Terminologia para indicadores

Fonte – SETEC

13.1.4.2 Memória de Cálculo dos Indicadores de Gestão – Exercício 2013

Inscrições	40.806
Vagas ofertadas	12.551
Ingressantes	11.611
Total de Matriculados	28.414
Concluídos	6.365
Integralizados Fase Escolar	424
Evadidos, Desligados e Transferidos Externos	5.907
Total de Retidos	10.154

Fonte: SISTEC (Março de 2014)

Dados Financeiros	
Gastos Totais	R\$ 298.708.635,00
Total de Gastos com Pessoal	R\$197.959.311,00
Total de Gastos com Inativos e Pensionistas	R\$27.496.112,00
Total de Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras	R\$38.977.900,00
Total de Gastos com Benefícios	R\$12.090.074,00
Total de Gastos com PIS/PASEP	R\$12.408,00
Total de Gastos Correntes (sem Bolsa Formação)	R\$ 232.234.623,00
Total de Gastos com Outros Custeios (sem Benefícios)	R\$ 49.668.942,00
Gastos com o Bolsa Formação	R\$ 3.639.981,00

Fonte: SIAFI (Março de 2014) – despesas liquidadas e de restos a pagar, por grupo de despesas

Relação Candidato/Vaga (RCV)	2013
	3,25
Indica o nível de procura da clientela da região pelo ensino do IFSC. RCV= $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Candidatos}}{\text{N}^\circ \text{ de Vagas}}$	40.806 12.551
RCV=	3,25

Relação Ingresso / Aluno (Total) - RIA (%)	2013
Indica percentualmente, a quantidade de ingressantes em relação ao total de alunos. $RIA = \frac{N^{\circ} \text{ de Ingressantes}}{N^{\circ} \text{ Total de Matriculados}} \times 100$	<u>11.611</u> 28.414
RIA =	40,86%

Relação Concluinte/ Aluno - RCA (%)	2013
Indica a taxa de concluintes em relação ao total de alunos. $RCA = \frac{N^{\circ} \text{ de Concluídos e Integralizados Fase Escolar}}{N^{\circ} \text{ Total Matriculados}} \times 100$	<u>6.789</u> 28.414
RCA =	23,89%

Índice de Eficiência Acadêmica - IEA (%)	2013
Quantifica a eficiência da Instituição. $IEA = \frac{N^{\circ} \text{ de Concluintes e Integralizados Fase Escolar}}{\text{Número de Matriculados Finalizados}} \times 100$	<u>6.789</u> 12.696
IEA =	53,47%

Índice de Retenção do Fluxo Escolar - IRFE (%)	2013
Identifica, percentualmente, o índice de retenção de alunos. $IRFE = \frac{N^{\circ} \text{ Total de Retidos}}{N^{\circ} \text{ Total de Matriculados}} \times 100$	<u>10.154</u> 28.414
IRFE =	35,74%

Relação Aluno / Docente de Tempo Integral (RAD)	2013
Quantifica o número de alunos para cada docente em tempo integral. $RAD = \frac{N^{\circ} \text{ Total de Matriculados}}{\text{Docentes com 40h + DE + 20h*0,5}}$	<u>28.414</u> 937,5
RAD =	30,31

Gastos Correntes por aluno - GCA	2013
Indica o total de “gastos” da Instituição por aluno atendido. $GCA = \frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{N^{\circ} \text{ Total de Matriculados}}$	<u>R\$ 232.234.623,00</u> 28.414
GCA =	R\$ 8.173,25

Gastos com Pessoal - GP (%)	2013
	66,27%
Indica percentualmente o quanto é gasto com pessoal em relação aos gastos totais. $GP = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	<u>R\$ 197.959.311,00</u> R\$ 298.708.635,00
GP =	66,27%

Gastos com Outros Custeios - GOC (%)	2013
	16,63%
Indica percentualmente o quanto é gasto com outros custeios. $GOC = \frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	<u>R\$ 49.668.942,00</u> R\$ 298.708.635,00
GOC =	16,63%

Gastos com investimento - GI (%)	2013
	13,05%
Indica percentualmente o quanto é gasto com investimento. $GI = \frac{\text{Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	<u>R\$ 38.977.900,00</u> R\$ 298.708.635,00
GI =	13,05

Índice de Titulação do Corpo Docente - I T C D	2013
	3,80
Quantifica a titulação do corpo docente. $ITCD = \frac{1(G)+2(A)+3(E)+4(M)+5(D)}{(G+A+E+M+D)} = \frac{1(80)+2(6)+3(174)+4(468)+5(232)}{(80+6+174+468+232)}$	<u>3.646</u> 960
I T C D =	3,80
Pesos: Graduação=1, Aperfeiçoamento=2, Especialização=3, Mestrado=4 e Doutorado=5	
Obs.: Se ITCD = 5, todos os docentes são Doutores	

14 INDICADORES SOCIAIS DOS DISCENTES

Em paralelo à composição dos Indicadores de Gestão, nos termos do Acórdão nº 2.267/2005, e dando continuidade à ação institucional para auferir as informações socioeconômicas de seus alunos, o IFSC sistematizou, ao longo do exercício de referência, um conjunto de medidas no sentido de quantificar os seguintes dados e informações: pessoas com necessidades específicas, faixa etária, gênero, raça autodeclarada, ocupação principal, procedência domiciliar e procedência escolar.

Na composição desses dados, a Instituição fez uso de três instrumentos diferenciados. Para o

indicador Pessoas com Necessidades Específicas, os dados foram coletados junto ao NAPNE (Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas) central do IFSC. Já para Faixa Etária e Gênero, utilizou-se a amostra extraída do Relatório de Autoavaliação Institucional 2013, organizado e compilado pela CPA – Comissão Própria de Avaliação. Os demais indicadores sociais foram compostos a partir de pesquisa aplicada pelo Departamento de Ingresso aos alunos ingressantes dos 1º e 2º semestres de 2013, cuja população de amostra variou de acordo com a informação pesquisada.

14.1 PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS – ALUNOS MATRICULADOS

Pessoas com Necessidades Específicas	2013	%	2012	%
Deficiência auditiva	38	0,13	23	0,09
Deficiência visual	13	0,05	7	0,03
Deficiência física (motora ou fala)	12	0,04	3	0,01
Deficiência múltipla	1	0,00	0	0,00
Deficiência mental	4	0,01	5	0,02
Condutas típicas	0	0,00	2	0,01
Superdotados/altas habilidades	5	0,02	0	0,00
Saúde mental	71	0,25	0	0,00
Outras necessidades	13	0,05	55	0,21
Nenhuma	28250	99,45	26168	99,64
Total de pessoas com necessidades específicas	157	0,55	95	0,36
Total da amostra	28407	100,00	26263	100,00
Alunos matriculados	28407	100,00	26263	100,00
% da amostra em relação aos alunos matriculados	100%	-	100%	-

Quadro 87 – Pessoas com Necessidades Específicas
Fonte: NAPNE Central do IFSC/PROEN

14.2 FAIXA ETÁRIA – ALUNOS MATRICULADOS

Faixa Etária	2013	%	2012	%
Até 14 anos	89	2,09%	39	1,56%
De 15 a 17 anos	1843	43,26%	871	34,87%
De 18 a 19 anos	559	13,12%	389	15,57%
De 20 a 24 anos	628	14,74%	454	18,17%
De 25 a 29 anos	444	10,42%	282	11,29%
De 30 a 39 anos	436	10,23%	275	11,01%
De 40 a 49 anos	181	4,25%	123	4,92%
A partir de 50 anos	80	1,88%	65	2,60%
Total da amostra	4260	100,00%	2498	100,00%
Alunos matriculados	28407	-	26263	-
% da amostra em relação aos alunos matriculados	15,00%	-	9,47	-

Quadro 88 – Faixa Etária
Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2013 e 2012 – CPA

14.3 GÊNERO – ALUNOS MATRICULADOS

Gênero	2013	%	2012	%
Feminino	1710	40,14	1117	44,73
Masculino	2550	59,86	1380	55,27
Total da amostra	4260	100,00	2497	100,00
Alunos matriculados	28407	-	26263	-
% da amostra em relação aos alunos matriculados	15,00%	-	9,51%	-

Quadro 89 – Gênero

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2013 e 2012 – CPA

14.4 RAÇA AUTODECLARADA – ALUNOS INGRESSANTES

Raça autodeclarada	2013	%	2012	%
Branca	9273	78,70	6208	80,75
Negra	615	5,22	324	4,21
Parda	1662	14,11	958	12,46
Amarela (oriental)	161	1,37	148	1,92
Indígena	72	0,61	49	0,63
Não declarado	0	0,00	0	0
Não informado	0	0,00	0	0
Total da amostra	11783	100,00	7687	100

Quadro 90 – Raça Autodeclarada

Fonte: Departamento de Ingresso 2013 e 2012/DEIA

14.5 OCUPAÇÃO PRINCIPAL – ALUNOS INGRESSANTES

Qual sua ocupação principal	2013	%	2012	%
Desempregado	1775	15,06	770	10,02
Empregado de empresa privada	3304	28,04	2210	28,75
Estudante	3111	26,40	2307	30,01
Profissional liberal/autônomo	726	6,16	474	6,17
Serviços gerais/ empregado doméstico	216	1,83	70	0,91
Servidor público	1229	10,43	1008	13,11
Procura trabalho pela primeira vez	71	0,60	52	0,68
Trabalhador rural	174	1,48	140	1,82
Outros	1177	9,99	656	8,53
Total da amostra	11783	100,00	7687	100,00

Quadro 91 – Ocupação Principal

Fonte: Departamento de Ingresso 2013 e 2012/DEIA

14.6 PROCEDÊNCIA DOMICILIAR– ALUNOS INGRESSANTES

Procedência Domiciliar	2013	%	2012	%
Urbana	5008	90,61	2990	88,51
Rural	519	9,39	391	11,49
Não informado	0	0,00	0	0,00
Total da amostra	5527	100,00	3378	100,00

Quadro 92 – Procedência Domiciliar

Fonte: Departamento de Ingresso 2013 e 2012/DEIA

14.7 PROCEDÊNCIA ESCOLAR– ALUNOS INGRESSANTES

Procedência Escolar	2013	%	2012	%
Escola pública	10182	88,08	3935	84,75
Escola particular	1378	11,92	708	15,24
Não informado	0	0,00	0	0
Total da amostra	11560	100,00	4643	100

Quadro 93 – Procedência escolar

Fonte: Departamento de Ingresso 2013 e 2012/DEIA

14.8 ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS

A seguir apresentam-se as análises dos indicadores sociais.

1. Pessoas com Necessidades Específicas: expressa o quantitativo de alunos que apresentam alguma dentre as nove necessidade listadas. Foi incluída a categoria Saúde Mental (**0,25%**), devido a grande quantidade de pessoas com essa necessidade (no ano anterior essa necessidade era alocada na categoria Outras Necessidades). Verifica-se que 157 alunos se declararam com algum tipo de necessidade específica (**0,55%**). A partir dos dados apresentados e do contexto do IFSC no exercício de referência, infere-se que as informações puderam ser obtidas devido a estruturação de NAPNE em todos os câmpus, em cumprimento ao Decreto nº 7.611/2011, o que possibilitou a identificação das pessoas com essas necessidades.

2. Faixa Etária: demonstra a distribuição dos alunos matriculados pelas 8 faixas etárias estabelecidas. Verifica-se, a partir da pesquisa realizada, que a maior concentração de alunos se encontra na faixa que compreende idade entre 15 e 17 anos (**43,26%**), seguido da faixa entre 20 e 24 anos (**14,74%**) e da faixa entre 18 e 19 anos (**13,12%**), pode-se inferir ainda que **74,21%** dos alunos do IFSC têm menos de 24 anos.

3. Gênero: o indicador tem por objetivo relacionar a proporção entre alunos homens e mulheres matriculados. Infere-se, pelo quadro, a predominância do gênero masculino, no percentual de **59,86%** dos alunos pesquisados.

4. Raça Autodeclarada: os dados que traduzem, a partir da amostra coletada, a que raça os alunos ingressantes pesquisados declaram pertencer. A tabela demonstra que em torno de **78,70%** dos alunos pesquisados se declararam da raça branca, seguido por parda com **14,11%**.

5. Ocupação Principal: tem por objetivo demonstrar a principal função exercida pelos alunos ingressantes pesquisados. Infere-se, a partir dos dados apurados, que **28,04%** dos alunos atua na iniciativa privada, na qualidade de empregado, e **26,4%** detêm a condição exclusiva de estudante.

6. Procedência Domiciliar: os dados expressam a área do município em que os alunos ingressantes residem. Pode-se concluir que aproximadamente **90%** dos alunos procedem da zona urbana.

7. Procedência Escolar: tem por escopo traduzir de que modalidade de escola provêm os alunos

ingressantes pesquisados. A tabela demonstra que em torno de **88%** dos alunos objetos da pesquisa são oriundos de escola pública.

15 RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO

Fundação de Apoio													
Nome: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU)						CNPJ: 83.476.911/0001-17							
Projeto		Instrumento Contratual						Convênio					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
1	2	23292.000170/ 2013-84	Estabelecer um regime de mútua cooperação técnica e científica entre o IFSC, a UFSC e a FAPEU, com vistas a participação de pesquisador do IFSC na execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado “Laboratório de Tecnologia de Processos e Ciclos Termodinâmicos Avançados de Conversão de Energia”, com recursos financeiros oriundos da Petrobras, execução a cargo da UFSC e com gestão administrativa e financeira da FAPEU, conforme Termo de Cooperação Nº 0050.0080593.12.9 celebrado entre a PETROBRAS, UFSC e FAPEU.	13/12/13	15/12/17	R\$ 95.293,44	-						
2	2	23292.000446/ 2013-24	Cooperação técnica entre WEG, UFSC, FAPEU e IFSC através de um trabalho de pesquisa visando a obtenção de “Melhorias no Algoritmo de Controle Digital de Inversores de Tensão Operando em Paralelo”.	04/05/13	04/05/14	R\$ 62.112,37	-						
				Total		R\$ 157.405,81				Total			
Recursos Pertencentes às IFET Envolvidos nos Projetos													
Projeto		Recursos das IFET											
Nº	Tipo	Financeiros			Materiais			Humanos					
		Valor			Tipo	Valor		Quantidade			Valor		
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico													

Quadro 94 – Projetos de Pesquisa desenvolvidos com as Fundações de Apoio - FAPEU

Fonte: Departamento de Inovação e Assuntos Internacionais

Fundação de Apoio													
Nome: Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC)						CNPJ: 82.895.327/0001-33							
Projeto		Instrumento Contratual											
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Contrato		Valor		Nº	Objeto	Convênio		Valor	
				Vigência		Bruto	Repassado			Vigência		Bruto	Repassado
				Início	Fim					Início	Fim		
1	2	23292.000189/ 2012-40	Termo de Cooperação Técnica entre BAESA, ENERCAN, SEEnergia, UFSC, FEESC E IFSC a execução de Pesquisa e Desenvolvimento referentes ao Projeto “Redução da indisponibilidade operativa de grandes equipamentos de usinas geradoras visando a manutenção ótima e considerando as topologias das subestações” .	09/05/12	09/01/14	RS 112.000,00	-						
2	2	23292.000667/ 2012-11	Cooperação técnica e científica entre o IFSC, a UFSC e a FEESC, com vistas a participação de pesquisador do IFSC na execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado “Desenvolvimento de tecnologias de previsão de geração de energia elétrica para parques eólicos em operação” , aprovado pela ANEEL sob o número PD-0403-0020/2011 e regulado pelo Convênio 11.90475, estabelecido entre a UFSC, a FEESC e a Tractebel.	18/06/13	18/06/16	RS 54.000,00	-						
3	2	23292.000965/ 2012-10	Cooperação técnica e administrativa para o gerenciamento dos recursos administrativos e financeiros necessários para a execução do Projeto intitulado “Implantação de Laboratório Oficial para Análise de Resíduos e Contaminantes dos Recursos Pesqueiros” , firmado entre IFSC e Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, através da Portaria MPA nº 240, de 02 de outubro de 2012 e do Processo nº 00350.003235/2012-25	10/07/2013	10/07/2016	RS 1.359.000,00	RS 1.359.000,00						
4	2	23292.000639/ 2013-85	Contrato entre Tractebel Energia S.A, UFSC, FEESC e IFSC à realização de pesquisas na área de geração de energia elétrica, visando à execução do projeto n.º PD-0403-0034/2013, denominado “Avaliação em campo de rendimento de motores de indução trifásicos” (doravante denominado “PROJETO”)	22/11/13	22/11/2015	RS 340.780,00	-						
				Total		RS 1.865.780,00	RS 1.359.000,00			Total			
Recursos Pertencentes às IFET Envolvidos nos Projetos													
Projeto			Recursos das IFET										
Nº	Tipo	Financeiros			Materiais				Humanos				

		Valor	Valor	Quantidade	Valor
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico					

Quadro 95 – Projetos de Pesquisa desenvolvidos com as Fundações de Apoio - FEESC
 Fonte: Departamento de Inovação e Assuntos Internacionais

Projeto		Instrumento Contratual				
		Contrato				
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor
				Início	Fim	Bruto
1	2	23292.000170/2013-84	Estabelecer um regime de mútua cooperação técnica e científica entre o IFSC, a UFSC e a FAPEU, com vistas a participação de pesquisador do IFSC na execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado “Laboratório de Tecnologia de Processos e Ciclos Termodinâmicos Avançados de Conversão de Energia” , com recursos financeiros oriundos da Petrobras, execução a cargo da UFSC e com gestão administrativa e financeira da FAPEU, conforme Termo de Cooperação Nº 0050.0080593.12.9 celebrado entre a PETROBRAS, UFSC e FAPEU.	13/12/13	15/12/17	R\$ 95.293,44
2	2	23292.000446/2013-24	Cooperação técnica entre WEG, UFSC, FAPEU e IFSC através de um trabalho de pesquisa visando a obtenção de “Melhorias no Algoritmo de Controle Digital de Inversores de Tensão Operando em Paralelo”	04/05/13	04/05/14	R\$ 47.454,50

Quadro 96 – Instrumento contratual - FAPEU
 Fonte: Departamento de Inovação e Assuntos Internacionais

Nome: Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC)		CNPJ: 82.895.327/0001-33					
Projeto		Instrumento Contratual					
		Contrato					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado
1	2	23292.000189/2012-40	Termo de Cooperação Técnica entre BAESA, ENERCAN, SEEnergia, UFSC, FEESC E IFSC a execução de Pesquisa e Desenvolvimento referentes ao Projeto “Redução da indisponibilidade operativa de grandes equipamentos de usinas geradoras visando a manutenção ótima e considerando as topologias das subestações” .	09/05/12	09/01/14	R\$ 112.000,00	-
2	2	23292.000667/2012-11	Estabelecer um regime de mútua cooperação técnica e científica entre o IFSC, a UFSC e a FEESC, com vistas a participação de pesquisador do IFSC na execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado “Desenvolvimento de tecnologias de previsão de geração de energia elétrica para parques eólicos em operação” , aprovado pela ANEEL sob o número PD-0403-0020/2011 e regulado pelo Convênio 11.90475, estabelecido entre a UFSC, a FEESC e a Tractebel.	18/06/13	18/06/16	R\$ 54.000,00	-
3	2	23292.000965/2012-10	A cooperação técnica e administrativa para o gerenciamento dos recursos administrativos e financeiros necessários para a execução do Projeto intitulado “Implantação de Laboratório Oficial para Análise de Resíduos e Contaminantes dos Recursos Pesqueiros” , firmado entre IFSC e Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, através da Portaria MPA nº 240, de 02 de outubro de 2012 e do Processo nº	10/07/2013	10/07/2016	R\$ 1.359.000,00	R\$ 1.359.000,00

			00350.003235/2012-25				
4	2	23292.000639/2013-85	Contrato entre Tractebel Energia S.A, UFSC, FEESC e IFSC à realização de pesquisas na área de geração de energia elétrica, visando à execução do projeto n.º PD-0403-0034/2013, denominado “ Avaliação em campo de rendimento de motores de indução trifásicos ”.	22/11/13	22/11/2015	R\$ 207.280,00	-
						Total	

Quadro 97 – Instrumento contratual - FEESC

Fonte: Departamento de Inovação e Assuntos Internacionais

16 RECOMENDAÇÕES DO ACÓRDÃO Nº 787/2010/TCU

Quanto à frequência dos servidores, o IFSC adota o registro eletrônico de frequência para os servidores administrativos. Os servidores docentes apresentam, a cada semestre letivo, um plano de atividades, conforme previsto em Resolução interna, considerando o regime de trabalho correspondente. O acompanhamento do desenvolvimento dessas atividades é realizado pelo setor competente no câmpus (aulas – Coordenadorias de Turno, demais atividades – Coordenadorias de Área/Curso).

17 VALORES GASTOS COM ALUGUEL DE IMÓVEIS PELO IFSC E A SUA COMPARAÇÃO COM OS VALORES PRATICADOS NO MERCADO

Atualmente o IFSC possui 6 contratos de locação de imóveis vigentes, conforme Quadro 87.

Contrato	Campus/Unidade	Valor atual do aluguel mensal
68/2010	Itajaí	R\$ 20.090,83
60/2012	EAD – Florianópolis	R\$ 24.345,22
80/2012	Garopaba	R\$ 6.591,28
40/2013	Chapecó	R\$ 2.500,00
140/2013	Itajaí	R\$ 15.900,00
159/2013	Urupema	R\$ 700,00

Quadro 98 – Contratos de locação vigentes

Fonte – Departamento de Contratos/Pró-Reitoria de Administração

Contrato 68/2010 - Locação do imóvel situado na Rua Tijucas, 55, Centro, Itajaí/SC, com área total construída de 895,26m², área externa de 257,40m², constituído de 3 pavimentos para abrigar, provisoriamente, o Câmpus Itajaí do IFSC. O Contrato é originário da Dispensa de Licitação nº 110/2010 que contou com a pesquisa de valores de mercado para área pretendida, devidamente instruída por laudo expedido pela Caixa Econômica Federal que avaliou o imóvel no valor máximo de R\$ 19.200,00 em 10/08/2010. O último reajuste do valor do imóvel (Termo Aditivo 04/2013) foi de 8,07% referente ao índice acumulado dos últimos 12 meses (IGP-M/FGV), com valor mensal de R\$ 20.090,83 (vinte mil e noventa reais e oitenta e três centavos) e valor anual de R\$ 241.091,52 (duzentos e quarenta e um mil e noventa e um centavos e cinquenta e dois centavos).

Contrato 60/2012 – Prédio de alvenaria denominado Edifício IMASA, localizado na Rua Duarte Schuttel, nº 99, Centro, Florianópolis/SC, com 1.554,30m² de área construída, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Florianópolis, na matrícula nº 13.968, inscrito no cadastro imobiliário da PMF sob nº 52.13.063.1161.001-492, Habite-se nº 334 e nº 402, para abrigar, provisoriamente, o Departamento de EaD do IFSC, para utilização como estabelecimento de ensino, pesquisa e extensão, e estrutura administrativa. O Contrato 60/2012 é originário da Dispensa de Licitação nº 18/2012 que contou com a pesquisa de valores de mercado realizada através da avaliação das Imobiliárias Ibagy, Terraz e Guerreiro Imóveis, cujo o valor médio apurado foi de R\$ 24.833,33 em 18/05/2012. O último reajuste do valor do imóvel (Termo Aditivo 02/2013) foi de 6,3110% referente ao índice acumulado dos

últimos 12 meses (IGP-M/FGV) com referência no mês de junho/2013, passando o valor mensal para R\$ 24.345,22 (vinte e quatro mil trezentos e quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos).

Contrato 80/2012 – Locação do imóvel situado na SC 434 – KM 11, 11090, Campo D’Una, Garopaba/SC, com área total construída de 462,09m², área externa de 289,20m², constituído de 2 pavimentos para abrigar, provisoriamente, o Câmpus Garopaba do IFSC. É originário da Dispensa de Licitação nº 19/2012, que contou com a pesquisa de valores de mercado realizada através de parecer técnico de avaliação mercadológica, lavrado pelo perito avaliador imobiliário Sr. Carlos Augusto Nascimento e Silva – CNAI 3526, cujo o valor médio apurado foi de no máximo R\$ 6.800,00 em 04/05/2012. O último reajuste do valor do imóvel (Termo Aditivo 02/2013) foi de 6,3110% referente ao índice acumulado dos últimos 12 meses (INPC-IBGE) com referência no mês de junho/2013, passando o valor mensal para R\$ 6.591,28 (seis mil quinhentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos).

Contrato 40/2013 – O imóvel locado situado na Avenida Nereu Ramos, nº 3777-D, Bairro Seminário, Chapecó/SC, cuja estrutura é composta de um Ginásio de Esportes com quadra poliesportiva, destina-se à utilização como estabelecimento de ensino, para atividades da disciplina de educação física, pesquisa e extensão do Câmpus Chapecó. O Contrato é originário da Dispensa de Licitação nº 12/2013 que contou com a pesquisa de valores de mercado realizada através de três orçamentos emitidos pelo SESC-SC, SEST/SENAT e Associação Atlética e Recreativa Alfa, que levaram em consideração a unidade de serviço/hora para locação de ginásio para realização de atividades físicas, O valor médio da hora foi de R\$ 65,00. Considerando que a demanda diária de utilização do ginásio é de 4 horas o valor mensal a ser gasto seria de R\$ 7.800,00, sendo demonstrada a vantajosidade da locação mensal no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), equivalendo a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) anuais.

Contrato 140/2013 - Locação de imóvel representado pela recepção, segundo e terceiro pavimento do prédio situado na Avenida Marcos Konder, nº 588, bairro Centro, no Município de Itajaí/SC, objeto da matrícula nº 18.020, do 1º Ofício de Registro de Imóveis, para abrigar as instalações do Campus Itajaí do IFSC. O Contrato é originário da Dispensa de Licitação nº 041/2013 que contou com a pesquisa de valores de mercado para a área pretendida, devidamente instruída por avaliação da Imobiliária Viva Imóveis e pareceres técnicos de avaliação mercadológica lavrados pelos Corretores de Imóveis Sr. Marcelo Gasperi – CRECI 15.945 e Luiz Carlos da Silva – CRECI 14.432, cujo o valor médio apurado foi de no máximo R\$ 16.833,33 em 29/10/2013. Sendo demonstrada a vantajosidade da locação mensal no valor de R\$15.900,00 (quinze mil e novecentos reais), perfazendo o valor global anual de R\$190.800,00 (cento e noventa mil e oitocentos reais).

Contrato 159/2013 – O imóvel locado destina-se à instalação provisória do laboratório de Gastronomia do Câmpus Urupema do IFSC, para utilização como estabelecimento de ensino, pesquisa e extensão (imóvel situado na Estrada do Senadinho, Bairro Fazenda do Cedro S/N, Urupema/SC, com área total construída de 83,84 m²). O Contrato é originário da Dispensa de Licitação nº 46/2013 que contou com a pesquisa de valores de mercado para a área pretendida, através de contratos de locação existentes nas imediações do endereço pretendido e com as dimensões aproximadas. Foi demonstrada a vantajosidade da locação mensal no valor de R\$ 700,00 mensal equivalendo a R\$ 8.400,00 anuais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 09/2014/Consup

Florianópolis, 27 de março de 2014.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO IFSC no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 15/12/2011, publicado no DOU de 16/12/2011 e atendendo as determinações da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008,

Considerando a decisão do Conselho Superior na reunião extraordinária realizada no dia 26 de março de 2014;

RESOLVE:

Aprovar o Relatório de Gestão relativo ao exercício 2013 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Publique-se, e

Cumpra-se.


MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER
Presidente do Conselho Superior do IFSC